Nota Explicativa

Esta tese foi digitalizada a partir dos exemplares disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes e/ou no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nenhum dos exemplares possui as páginas 194, 195, 196, 197 e 198.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA:
um enfoque distinto visando sua inserção no negócio agrícola

Roberto de Assumpção

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta

São Paulo

2003

Resumo

Este trabalho é constituído por quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a atual exploração dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, mostrando que a área é explorada em quase a sua totalidade por poucas culturas e o destino da *produção* preponderantemente é entregue a intermediário.

O segundo capítulo percorre a história do Brasil mostrando que o atual padrão de exploração agrícola decorre de um processo histórico de ocupação das terras brasileiras que remontam os tempos coloniais e desde essa época os interesses que nortearam os acontecimentos ao longo de nossa história estão presentes e vigentes ainda em nossos dias, mesmo tendo alterado de certa forma os atores sociais, políticos e econômicos.

O terceiro capítulo integra a agricultura em um ambiente mais amplo, o do complexo rural mundial, discute sua dinâmica e tendência e em particular, nesse momento histórico da era da informação, e também como surgem novas perspectivas de mudança na forma de inserção da agricultura camponesa nesse contexto político e econômico. Para tanto, desenvolve um conhecimento específico para subsidiar esse processo de inclusão.

O quarto capítulo mostra os resultados obtidos com a aplicação desse conhecimento em duas cooperativas de reforma agrária e considera que essa abordagem permite estabelecer um amplo processo de inclusão social apropriado à maioria da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Geografia, História, Reforma Agrária, Administração, Mercado.

Abstract

Four chapters form the study. The first chapter is on the exploitation pattern of the agriculture in Brazil. It demonstrates that most of the cultivated area is formed by few cultures and middleman makes the commercialization.

The second chapter is about the occupation of the Brazilian territory. It demonstrates that the current form of cultivation is due to this history. Also it shows that the interests that orientated the historical events are present today, just altering the social, political and economical actors.

The third chapter shows the agriculture in the context of the world rural complex. It discusses its dynamics and tendency, in the era of the information. It is spoken about the new change perspectives in the form of insert of the small farmer's agricultural product. It develops a strategic knowledge for a new inclusion of these products.

The fourth chapter shows the results obtained in two land reform cooperatives that applied this knowledge. It concludes that this new method allows the social inclusion of many Brazilians in an appropriate way to most of the Brazilian society.

Key words: Geography, History, Land Reform, Strategic Knowledge, Market

Agradecimentos

A Deus,

À minha esposa Maria e minha filha Maria Clara,

Aos meus pais e familiares,

Aos amigos,

Aos professores e funcionários do Departamento de Geografia

À Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

Ao Instituto de Economia Agrícola

À Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta pela orientação

A Rachel e Roseli pela editoração

A Vandete pelas correções nas citações bibliográficas

Aos brasileiros e brasileiras que tão bem me receberam em suas casas ao longo desses anos de desenvolvimento desse trabalho.

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos brasileiros e brasileiras que ao longo da história tem demonstrado interesse no aprendizado e desenvolvimento do conhecimento e das técnicas, com o intuito de se aprimorarem no campo das idéias das práticas econômicas e da cidadania.

Índice

Capítulo 1

A Face do Brasil Agrário em Números 1

1. O território nacional e os estabelecimentos agropecuários com suas diferentes formas de uso 2
2. Uso de Tecnologia 7
3. Estrutura Fundiária 8
4. Quem é o responsável e quem trabalha nos estabelecimentos agropecuários 9
   - 4.1. Condição do Responsável pela Exploração 9
   - 4.2. Pessoal Ocupado 11
5. Pecuária e Avicultura 12
6. O Valor da Produção Agropecuária 12
   - 6.1. O Valor da Produção Agropecuária por Estado 12
   - 6.2. O Valor da Produção Animal 13
   - 6.3. O Valor da Produção Vegetal 14
7. Destino da Produção Agrícola no Brasil 16
   - 7.1. Destino da Produção das Lavouras Temporários no Brasil 17
   - 7.2. Destino da Produção das Lavouras Permanentes no Brasil 19
   - 7.3. Destino da Produção Hortícula e Outros Vegetais no Brasil 20
   - 7.4. Destino da Produção da Silvicultura no Brasil 21
   - 7.5. Destino da Produção de Frutas no Brasil 22
8. Considerações sobre o Capítulo 1 24

Capítulo 2

Breve Histórico sobre a Formação da Sociedade Brasileira: Ocupação do Território, Luta pela Terra e Violência no Campo 25

- 2.1. Capitanias Hereditárias: A primeira lei de ocupação de terras no Brasil 27

2.2. O fim das Sesmarias em 1822 e o período de transição:
das Insurreições à nova lei de terras de 1850 ____ 33
A. A Praieira ____ 35
B. A Sabinada ____ 37
C. A Cabanagem ____ 38
D. A Balaiada ____ 39
2.3. A lei de terras de 1850 ____ 45
2.4. A Proclamação da República - Primeira República
ou República Velha (até 1930) ____ 52
2.5. A Questão da Propriedade Rural e Luta pela Terra no
Início da República ____ 59
2.6. As Lutas pela Terra na Primeira República ____ 61
A. Canudos e Contestado ____ 61
B. As Lutas dos Colonos nas Fazendas de Café ____ 62
2.7. O Governo Vargas: Desenvolvimento, Marcha
para o Oeste e Lutas Camponesas ____ 64
2.8. O Governo Militar ____ 66
2.9. A Nova República: A Luta pela Terra, pela Reforma Agrária
e Aumento da Violência no Campo ____ 68
A. Nova República, Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária ____ 68
B. O avanço da violência no campo brasileiro ____ 72
C. A Violência Revela a Grilagem ____ 76
2.10. Os Latifúndios, a Grilagem e a Política. O Final do Capítulo
de uma História que a Cinco Séculos não tem Fim... ____ 79

Capítulo 3

Complexo Rural e a Renda Agrícola Brasileira em Tempos de Globalização. Uma Definição de Desenvolvimento para uma Estranha Classe. O Campesinato, o MST e a Nova Estratégia de Inserção no Negócio Agrícola na

Era da Informação. 86

3.1. O Complexo Rural Mundial 86

3.2. O Complexo Rural no Brasil 89

3.3. A Renda da Agricultura Brasileira em Tempos de Globalização 97

3.4 Uma Definição de Desenvolvimento para uma Estranha Classe. O Campesinato, o MST e a Nova Estratégia de Inserção no Negócio Agrícola 101

A. O Movimento Sem Terra - Breve Histórico 108

B. A Nova Estratégia de Inserção no Negócio Agrícola 111

3.5. O Potencial do Mercado Nacional (PMN) e a Nova Estratégia no Contexto da Era da Informação. Quantificação do PMN no Município como Categoria de Análise para a Segmentação do Mercado 112

A. Quantificação do Potencial do Mercado Nacional 119

B. O Município como Categoria de Análise para a Segmentação do Mercado 120

C. Constatação da Espacialização do Mercado Interno 121

D. Segmentando o Mercado Potencial de Alimentos (Procedimento) 126

E. Administração 136

E.1. Apresentação Sucinta da História da Contabilidade 136

E.2. A Contabilidade Propriamente Dita 137

E.3. O Contador 138

E.4. Os Princípios Básicos da Contabilidade 138

E.5. As Demonstrações Financeiras 139

E.6. Análise de Balanço 141

3.6. O ACANT - Uma nova metodologia para a avaliação da variação da riqueza 147

A. Operando o Software ACANT 149

B. Dados Complementares 150

C. Outros Índices 151

3.7. Considerações sobre o Capítulo 3 ____ 152

Capítulo 4

Condições Concretas para as Ocupações de Terras;

Os Assentamentos Rurais e a Organização das

Cooperativas de Produção Agropecuária: Estudo de Caso ____ 153

4.1. A Questão Migratória, Mobilidade do Trabalho e a Migração no Brasil ____ 153

4.2. Em Busca de Um Olhar Humano ____ 157

4.3. A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda - (COOPAN): Breve Histórico, Características Geográficas, Sociais e Econômicas ____ 160

A. Breve Histórico da COOPAN ____ 160

B. Características Geográficas ____ 163

B.1. Localização ____ 163

B.2. Aspectos do Meio Ambiente e Capacidade do Uso do Solo ____ 163

B.3. População ____ 164

B.4. Infraestrutura Habitacional, Social e de Lazer ____ 164

- Educação ____ 164

- Saúde ____ 165

- Religião ____ 165

B.5. A Produção ____ 165

- Atividades Produtivas ____ 165

- Divisão Social do Trabalho ____ 165

4.4. A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (COPAVI): Breve Histórico, Características Geográficas, Sociais e Econômicas ____ 166

A. Breve Histórico da COPAVI ____ 166

B. Características Geográficas 167
B.1. Localização 167
B.2. Aspectos do Meio Ambiente e Capacidade de Uso do Solo 168
B.3. População 169
B.4. Infraestrutura Habitacional, Social e de Lazer 169
- Educação 169
- Saúde 169
- Religião 170
B.5. Produção 170
- Atividades Produtivas 170
- Divisão Social do Trabalho 170
- A Produção 171
4.5. Aspectos Econômicos das Duas Cooperativas
e a Aplicação da Nova Metodologia 173
A. A Aplicação da Metodologia em Duas Cooperativas 173
B. A Aplicação do Método de Organização do Negócio Agrícola
Propriamente Dito 175
4.6. Os Resultados Obtidos pelas Duas Cooperativas 178
A. Os Lançamentos de Caixa 178
B. A Análise do Setor Produtivo 179
C. Entradas e Saídas de Caixa - Evolução do Saldo de Caixa
Produtivo 179
D. Faturamento Produtivo por Família 181
4.7. Considerações sobre a Aplicação do Método 183
Considerações Finais 184
Bibliografia 189
Anexo 1. Questionário para aplicação junto ao Mercado 199
Anexo 2. Relatório Mensal gerado pelo ACANT 204

Índice das Figuras

Figura 1. Brasil - Área territorial total 3
Figura 2. Brasil – Uso da área em estabelecimentos rurais 3
Figura 3. Brasil – Uso da área explorada 4
Figura 4. Brasil - Uso da área com culturas temporárias 5
Figura 5. Brasil - Uso da área com culturas permanentes 6
Figura 6. Brasil - Uso de tecnologia 8
Figura 7. Brasil - Estrutura Fundiária 9
Figura 8. Brasil - Condição do Responsável pela exploração 10
Figura 9. Brasil - Pessoal Ocupado 11
Figura 10. Brasil - Valor da Produção Agropecuária 13
Figura 11. Brasil – Valor da Produção Vegetal 15
Figura 12. Brasil – Destino da Produção das Lavouras Temporárias 18
Figura 13. Brasil – Destino da Produção das Lavouras Permanentes 19
Figura 14. Brasil – Destino da Produção Hortícula e Outros Produtos Vegetais 21
Figura 15. Brasil – Destino da Produção da Silvicultura 22
Figura 16. Brasil – Destino da Produção de Frutas 23
Figura 17. Mapa do Brasil com número de Assentamentos 81
Figura 18. Mapa do Brasil com número de famílias assentadas 82
Figura 19. Mapa do Brasil com a área ocupada pelos Assentamentos 82
Figura 20. Mapa do Brasil com número de acampamentos de Sem Terra 85
Figura 21. Mapa do Brasil com número de famílias acampadas 85
Figura 22. Valor Adicionado pelo complexo rural mundial 89
Figura 23. Brasil - Taxa de variação da produção agropecuária 99
Figura 24. Brasil - Taxa de variação da produção vegetal 100

Figura 25. Brasil - Taxa de variação da produção animal 100
Figura 26. Brasil – Distribuição espacial da população brasileira 126
Figura 27. Localização de Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul 163
Figura 28. Localização de Paranacity, Paraná 168
Figura 29. Entradas e saídas de caixa da COOPAN 180
Figura 30. Entradas e saídas de caixa da COPAVI 181
Figura 31. Faturamento produtivo por família na COOPAN e na COPAVI 182

Índice de Quadros

Quadro 1. Brasil – Tipos de mercado do complexo rural brasileiro_____ 94
Quadro 2. Estrutura do varejo no Brasil _____95
Quadro 3. Municípios, População, Renda dos Responsáveis e Renda Total Municipal por classe de número de habitantes_____121
Quadro 4 - Consumo percapita de produtos, por grupos e subgrupos_____ 128
Quadro 5 - Balanço Patrimonial - um exemplo_____ 142

Sobre o Autor e suas Pesquisas

Conheci a agricultura e os agricultores, em especial os pequenos, desde a minha infância, primeiramente através de meu pai e quando comecei a perceber o mundo em minha volta encontrei a mesma profissão na maioria de meus tios.

Da vida no campo guardei na lembrança profundos contrastes; entre algumas situações me lembro de meu pai contando que pela manhã, ao capinar uma roça, viu um curió saindo debaixo de um pé de feijão, batendo as asas úmidas do sereno para se livrar do orvalho e em seguida voando para o alto de uma árvore, quando pode apreciar o seu canto anunciando o dia que se iniciava. O simples fato de viver ali alimentava a alma.

Por outro lado, também me recordo de uma frase de meu tio, que durante toda sua vida só teve uma profissão, lavrar a terra. Disse-me que caso possuísse a capacidade de pintar, faria um quadro com uma mulher ainda jovem, porém envelhecida precocemente, esquálida, com os peitos caídos e com dois bebes gordos e saudáveis mamando com voracidade. Ele dizia que a senhora representava a agricultura e os dois bebes seriam a indústria e o comércio.

Até entrar no curso de agronomia, a luta na agricultura tinha apenas uma dimensão familiar para mim. Entretanto, a partir da faculdade, o que também continuou em minha vida profissional, o entendimento da questão agrária e agrícola foi se ampliando, sempre através de uma perspectiva analítica, fruto de nossa cultura ocidental.

Como meu único trabalho foi fazer pesquisa em economia agrícola em instituição pública, aprendi a abordar os problemas da agricultura decompondo-os em suas partes constitutivas, o que sempre os tornaram complexos assim como as soluções, levando-me muitas vezes a me conformar com a situação vigente, pois adquiriam uma aparência intransponível. Para continuar a conviver com essa realidade, muitas vezes me socorri num discurso de cunho ideológico, criando um mundo idealizado, cada vez mais longe dos agricultores e que não levava a

tentativas de solução.

Cansado dessa perspectiva, comecei uma nova empreitada nos anos noventa, onde passei a vivenciar de forma continua grupos de pescadores e agricultores, procurando integrar a pesquisa com a extensão rural, onde o meu papel *era informá-los* de maneira simples e objetiva o processo de troca monetária entre a atividade produtiva deles e o mundo.

Um princípio simples, fácil de ser percebido por todos, permitindo uma visão coletiva dessa realidade. Emprestando as palavras de um agricultor para expressar esse conceito "Olha gente, se nós gastarmos mais do que nós ganhamos, nós quebramos". Assim, tomando esse ponto como fio da meada e sem nunca perdê-lo de vista, passei a construir junto com os agricultores um conhecimento empírico sobre o negócio agrícola deles.

Para facilitar a "trabalheira" que significa calcular todas as entradas e saídas de caixa, bem como gerar relatórios que permitam com agilidade e rapidez acompanhar essa troca monetária, no início dos anos noventa concebi e desenvolvi um software denominado ACANT, que não exige conhecimento prévio de informática para operá-lo, funcionando em qualquer computador PC e adequado ao poder aquisitivo dos agricultores com os quais trabalhava (folder anexo).

Durante vários anos venho vivenciando a partir dessa perspectiva os problemas econômicos junto com pescadores e agricultores e em diversos ramos do negócio agrícola. A partir de 1996 iniciei a aplicação dessa abordagem junto a algumas cooperativas ligadas a assentamentos do Movimento Sem Terra, mais especificamente à Concrab (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

Durante esses anos, de maneira geral, pude observar a dificuldade com que os assentados juntam o dinheiro, e contam até os centavos. Por outro lado, os gastos com produtos de origem externa à propriedade, vindos da indústria que produz para a agricultura (máquinas, adubos, ração, etc.), retiram do caixa com extrema facilidade milhares de reais, bem como enfrentam problemas de ordem

climática, de solos pobres e degradados e também mudanças no mercado.

O produtor, diante dessa realidade, geralmente busca a solução para esse problema dentro da porteira, isto é, mudando da cultura do milho para a soja, pois pela propaganda da TV e do "boca à boca" se convence que na próxima safra a soja *vai dar* dinheiro. O que se percebe no comportamento desse agricultor é que raramente permanece produzindo a mesma cultura, busca a solução de seus problemas trocando por outro tipo de lavoura.

Isto me levou a pensar essa questão numa outra perspectiva, onde emprestei da geografia a sua abrangência reflexiva e ao mesmo tempo sua capacidade de síntese, que é ver o processo pela via do sistema agrário, que incorpora desde os recursos naturais, em especial a terra, a produção e suas técnicas, a distribuição e o consumo, ou seja a totalidade da estrutura agrária. A visão de cadeia produtiva permitiu pesquisar todo o ciclo do produto e qual não têm sido a surpresa, ao encontrar na prática, bem como na literatura sobre o assunto, que nos dias de hoje esse agricultor fica com apenas 15% do preço pago pelo consumidor, enquanto o processamento, a distribuição e o consumo ficam com 70%. Os outros 15% restantes são apropriados pelo setor a montante desse processo produtivo.

Também percebi que, apesar da agricultura moderna estar presente nos países chamados desenvolvidos, há alguns agravantes no caso brasileiro, que contribuem para uma relação de troca desigual, não permitindo uma apropriação da renda da terra que garanta as minimas condições de vida para os produtores que, com suas famílias, estão trabalhando no campo, principalmente depois do Plano Real.

O primeiro agravante no caso brasileiro refere-se à dimensão patrimonialista que está intimamente ligada à propriedade da terra e de outros meios de produção, conferindo uma renda especulativa, o que durante décadas e décadas vem elevando o preço da terra, de maneira que hoje está muito acima da renda que pode ser obtida através de sua capacidade produtiva agrícola, dificultando o acesso aos produtores rurais.

Segundo, como no Brasil, de forma particular na agricultura, houve uma industrialização tardia, observa-se que as indústrias que para cá vieram possuíam estrutura oligopolista em seus países de origem, (o mesmo acontece com as agroindústrias e grandes cooperativas) o que lhes confere poder de mercado, com capacidade de impor preços, enquanto a agricultura (em especial a agricultura camponesa) atua num mercado competitivo e, portanto tomadora de preços, o que torna mais frágil a capacidade de apropriação de renda pela agricultura, particularmente pela agricultura camponesa.

Terceiro, o Brasil devido sua origem colonial, herdou uma perspectiva primária exportadora, onde os produtos agrícolas são tratados como *commodities*, sujeitando-se às variações de preços próprias deste tipo de mercado. Isto é, nos anos de escassez o preço sobe, entretanto o volume de produção é pequeno, não permitindo aproveitar os preços elevados. Por outro lado, nos anos de grande volume de produção os preços são tão baixos que também pouco se ganha ou mesmo se perde.

Quarto, ainda dentro dessa herança primário-exportadora, numa perspectiva regional observa-se que os municípios e as regiões brasileiras se caracterizam como exportadoras de um ou dois produtos que são cultivados em grandes quantidades, vendidos como *commodities*, portanto sujeitas a grandes variações de preços. Por outro lado, importam a maioria dos produtos que consomem, salientando que esses produtos comprados são elaborados, utilizando marcas, refletindo um comportamento de preços mais estáveis.

Em função do que foi exposto até aqui, percebi a necessidade de conjuntamente com os agricultores assentados encontrarmos novas oportunidades junto ao negócio agrícola, onde em linhas gerais poderíamos ir atrás dos 15% do setor a montante, utilizando técnicas mais equilibradas no trato com o meio ambiente tropical, como adubação verde, por exemplo, e principalmente abocanhar paulatinamente os 70% do setor à jusante.

Nesse sentido, tem sido praticada junto a algumas cooperativas do

Movimento Sem Terra essa estratégia, isto é, privilegiando o mercado local e regional, os quais têm sido abordados através de levantamentos empiricos com base em dados primários e secundários, de maneira a conhecer quais produtos, como apresentá-los e em que quantidade. Esta abordagem, que está sendo aplicada *nos dias* de hoje em cooperativas de tamanho menor (até quarenta cooperados) tem mostrado bons resultados quando comparados com os do agricultor individual ou das cooperativas com centenas ou milhares de cooperados que vende o seu produto como *commodities*.

Entretanto, como o agricultor tem uma percepção apenas do seu entorno é necessário ampliar a noção desse espaço, através do desenvolvimento de uma visão que contemple todo o ciclo do produto, isto é, desde a propriedade até o consumidor final, de maneira a capacitá-lo a entender e a implementar essa nova estratégia de ação.

Para desenvolver uma reflexão mais profunda sobre esse tema e com a finalidade de contribuir para uma nova percepção do pequeno agricultor ou do assentado sobre o seu mundo, que lhe permita optar mais conscientemente sobre sua inserção no mercado e procurando garantir um maior acesso aos frutos de seu trabalho, é que me propus a desenvolver esse projeto de dissertação de mestrado junto ao Departamento de Geografia Humana sob a orientação da Prof. Dra. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta.

Capítulo 1

A Face do Brasil Agrário em Números

O Brasil é um dos maiores países do mundo, com dimensões continentais e *possui um* território com um pouco mais 8,5 milhões de quilômetros quadrados e uma agricultura com uma das maiores produções mundiais de grãos, gado, frutas, etc.

Ainda observa-se que são fartas as informações de natureza especializada sobre a agricultura no Brasil, que permitem construir uma visão geral sobre a mesma, isto é, Quais produtos? Com qual tecnologia? Onde? e Quem explora o território brasileiro?

Por isso nesse primeiro capítulo, a Face do Brasil Agrário em Números, optou-se por construir uma visão de síntese sobre o assunto, utilizando informações atuais e de fontes oficiais para se ter uma noção objetiva tanto em termos quantitativos como qualitativos de como se apresenta esse nosso grande país nos dias de hoje.

Para levar a cabo essa tarefa, foi utilizado o Censo Agropecuário 1995/96, "... trata-se de fonte rica – na verdade, a única fonte – de informações sobre o estado recente da estrutura agropecuária brasileira...".(CENSO, 1998).

A idéia foi desenvolver através de um breve comentário, uma visão geral sobre a agricultura e pecuária brasileira nos dias de hoje, segundo os seguintes tópicos: 1) Qual é a dimensão do território nacional e quanto dele é abrangido pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros[1]; depois, qual é o uso dessa área que se encontra nos estabelecimentos agropecuários, distinguindo a área explorada (onde houve ação antrópica) e a restante que ainda encontra-se preservada. A seguir, quais as formas de exploração dessa área e finalmente, dentre essas, quais as dos

[1] Estabelecimento - "Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas." (CENSO, 1998)

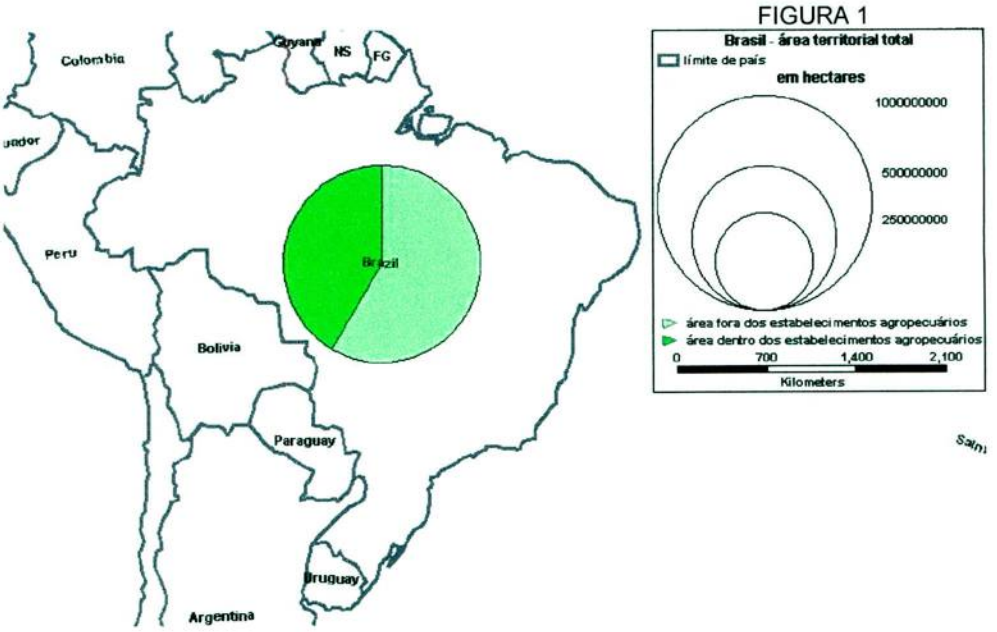
principais produtos do ponto de vista agrícola, aqueles pertencentes às culturas permanentes e temporárias. 2) Qual a participação da chamada tecnologia moderna nos estabelecimentos agropecuários brasileiros. 3) Continuando, Qual é o perfil da estrutura agrária, visando esclarecer o padrão da atual distribuição fundiária do Brasil. 4) Qual é o perfil do responsável pela exploração do estabelecimento agropecuário e também o do trabalhador que se ocupa nas atividades agrícolas, informação utilizada para inferir sobre as atuais relações sociais de trabalho e de produção. 5) Como é a pecuária brasileira em relação aos tipos de animais existentes e o tamanho dos rebanhos. 6) Ainda, qual o valor da produção agropecuária, detalhando os produtos de origem vegetal e animal e isso por unidades da federação. 7) Finalmente, depois que os produtos foram produzidos nos estabelecimentos agropecuários, para onde vão e pelas mãos de quem essas mercadorias se movimentam ?

1. O território nacional e os estabelecimentos agropecuários com suas diferentes formas de uso

O Brasil possui atualmente um território com 8.511.965 km2 e que representados em hectares corresponderiam a algo em torno de 851 milhões. Em relação aos estabelecimentos agropecuários, o Brasil possui hoje em torno de 4,8 milhões, os quais ocupam 353 milhões de hectares, representando 42% do território brasileiro. (FIGURA 1)

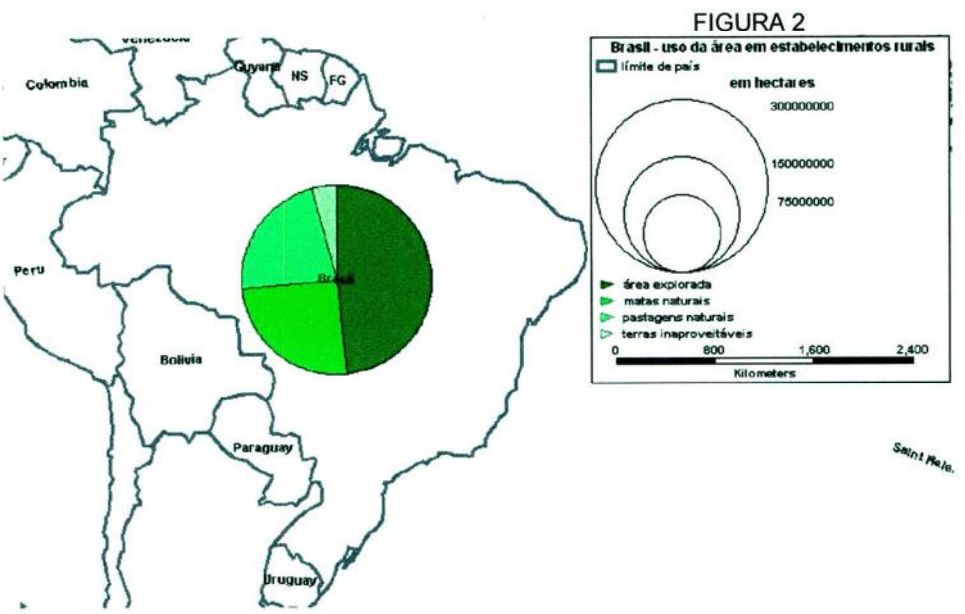
A maior parcela da área nos estabelecimentos, 49% do total ou 171 milhões de hectares, é de área explorada ou utilizada para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Os outros três destinos do uso da terra referem-se à preservação, constituindo-se das matas naturais com 89 milhões de hectares (25%), pastagens naturais com 78 milhões de hectares (22%) e terras inaproveitáveis com 15 milhões de hectares (4%). (FIGURA 2)

FIGURA 1



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

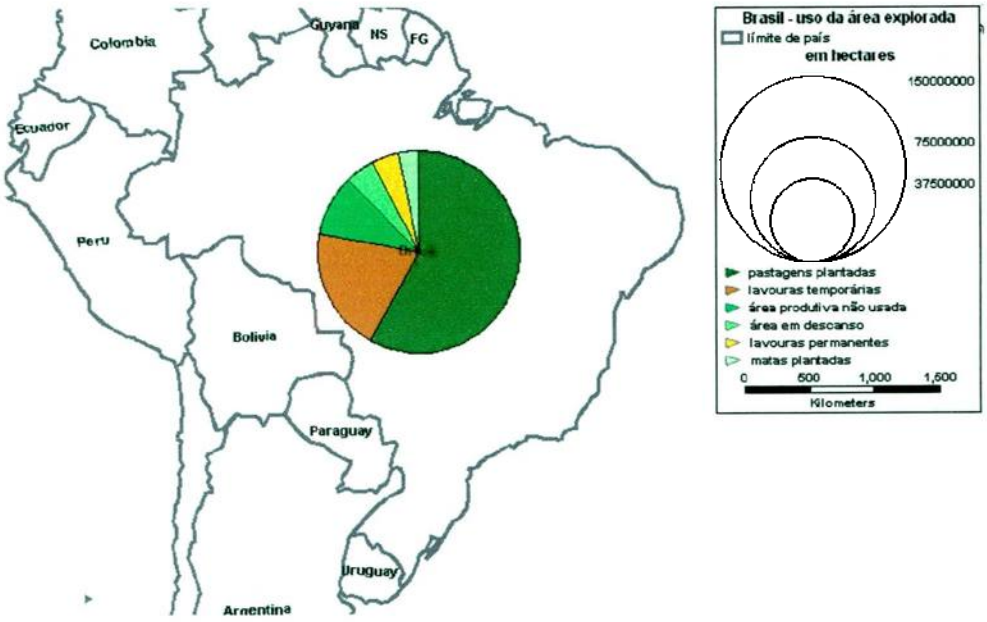
FIGURA 2



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

A área total explorada ainda tem seu uso classificado de forma crescente em pastagens plantadas 99 milhões de hectares (58%), área de lavouras temporárias, com 34 milhões de hectares (20%), e área produtiva, mas não usada a pelo menos quatro anos, com 16 milhões de hectares (10%); ainda área em descanso com 8,3 *milhões* de hectares (5%), área de lavouras permanentes com 7,5 milhões de hectares (4%) e por último, as matas plantadas com 5,4 milhões de hectares (3%). (FIGURA 3)

FIGURA 3



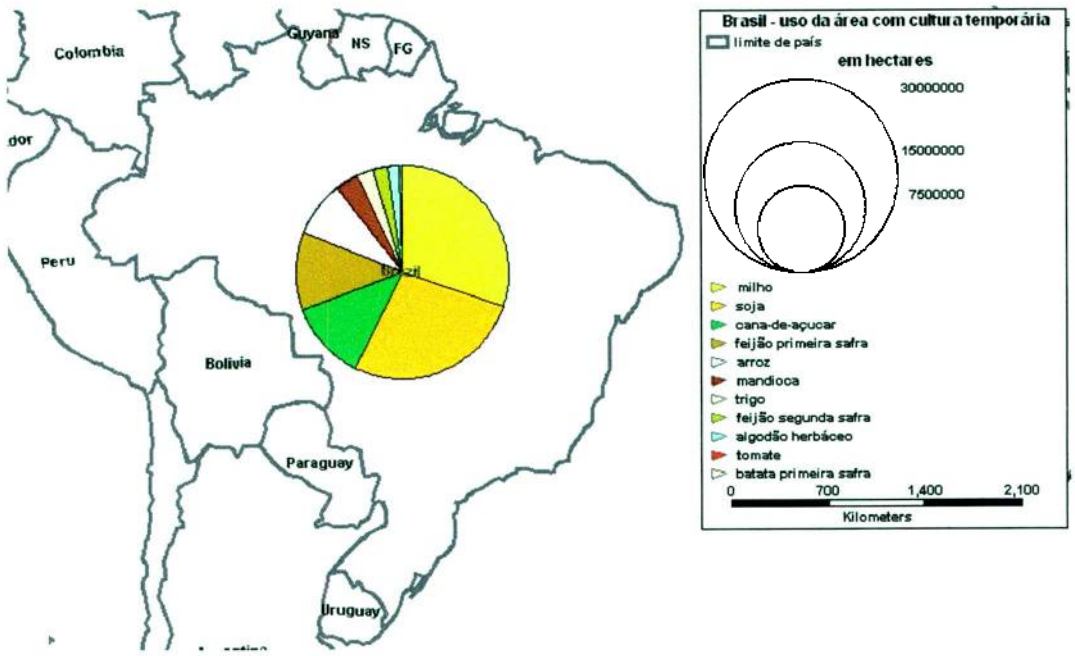
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

Finalizando o item *uso da terra* fica claro pelos dados apresentados que a participação das <u>principais atividades agrícolas</u>, representadas pelas <u>lavouras temporárias e permanentes</u>, englobam conjuntamente 41,8 milhões de hectares, o que representa apenas 12% do total da área dos estabelecimentos agropecuários ou 4% do território brasileiro.

Em relação às <u>culturas temporárias</u> são destacadas onze delas, que em ordem de importância de área cultivada são: milho com 10,6 milhões de hectares,

soja com 9,5 milhões de hectares, cana-de-açúcar com 4,2 milhões de hectares, feijão primeira safra com 4,1 milhões de hectares, arroz com 3,0 milhões de hectares, mandioca com 1,2 milhões de hectares, trigo com 0,9 milhões de hectares, feijão segunda safra com 0,7 milhões de hectares, algodão herbáceo com 0,6 milhões de hectares, tomate com 0,09 milhão de hectares, batata-inglesa com 0,08 milhão de hectares. (FIGURA 4)

FIGURA 4



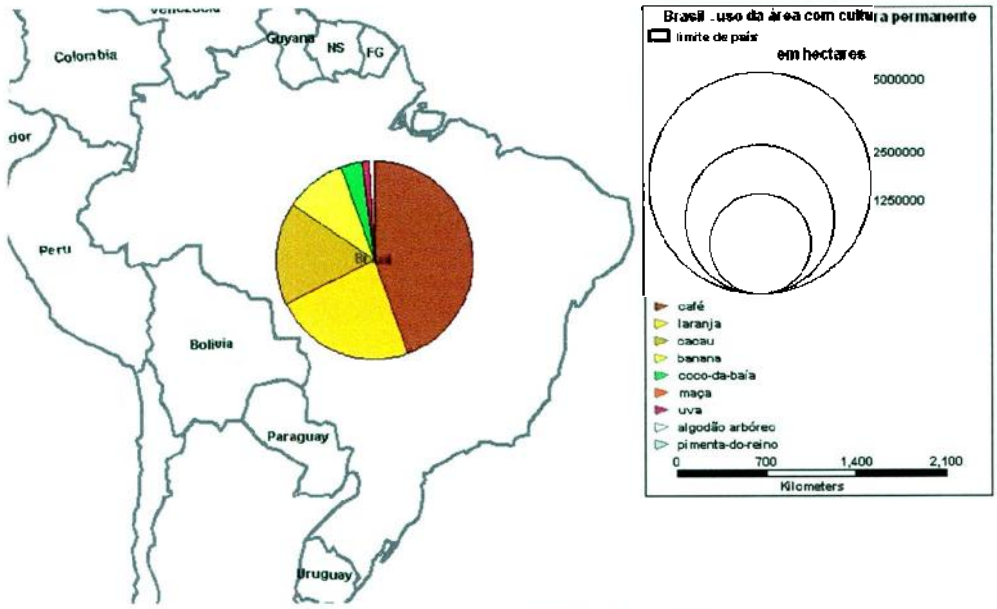
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

Já as culturas permanentes, são nove as principais; do ponto de vista da área colhida e por ordem de importância são: café com 1,8 milhões de hectares, laranja com 0,9 milhão de hectares, cacau com 0,7 milhão de hectares, banana com 0,4 milhão de hectares, coco-da-baía com 0,1 milhão de hectares, maçã com 0,024 milhão de hectares, uva para mesa com 0,021 milhão de hectares, algodão arbóreo com 0,220 milhão de hectares e pimenta-do-reino com 0,014 milhão de hectares. (FIGURA 5)

As informações aqui detalhadas, em primeiro lugar chamam a atenção pelo grau de concentração, pois verificou-se que um número muito pequeno de culturas

temporárias e permanentes são responsáveis pela maior parte da exploração dessa área.

FIGURA 5



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

Por exemplo, o milho e a soja são responsáveis por praticamente 60% da área com culturas temporárias, em torno de 35 milhões de hectares. A seguir tem-se a cana-de-açúcar com 12%, o feijão (primeira safra) com 11,7%, o arroz com 8,5%, a mandioca com 3,5%, o trigo com 2,6%, o feijão (segunda safra) com 2,1%, o algodão herbáceo com 1,8%, o tomate com 0,3% e a batata inglesa com 0,2%.

Nas culturas permanentes destaca-se o café com 44,5% da área colhida, que somado a laranja (23,3%), o cacau (16,7%), e a banana (10,1%), juntos, representam 94,6% do total dessa área. Ainda, com pequena participação encontra-se o coco-da-baía com 3,4%, a maçã com 3,6%, a uva para mesa com 0,5%, o algodão arbóreo com 0,5% e a pimenta do reino com 0,4%.

De maneira geral se observa que o Brasil se caracteriza pela exploração de poucas culturas tanto temporária como permanente na maior parcela de sua área explorada com atividades agrícolas, que por sua vez representam uma parcela

ínfima do território nacional, 4%.

2. Uso de Tecnologia

De uma maneira geral, ao se observar os números, o mínimo que se pode dizer é que há um vasto campo para ampliar o uso adequado de tecnologia agrícola nos estabelecimentos agropecuários brasileiros, entretanto cabe lembrar que a assistência técnica atinge apenas 19,5% destes.

Ao verificar as informações sobre o uso de tecnologia agrícola nos estabelecimentos agropecuários brasileiros, observou-se que apenas 40% dos estabelecimentos agropecuários estavam ligados à fonte de energia elétrica, representando a maior proporção de adoção entre todas as tecnologias analisadas.

O uso de fertilizantes é da ordem de 38,2% dos estabelecimentos, cabendo ressaltar que o uso desses sem a correção do pH do solo significa torná-lo indisponível para a planta.

Já os agrotóxicos vegetais (inseticidas, fungicidas, acaricidas, herbicidas e outros) estão presentes em 35,7% dos estabelecimentos agropecuários.

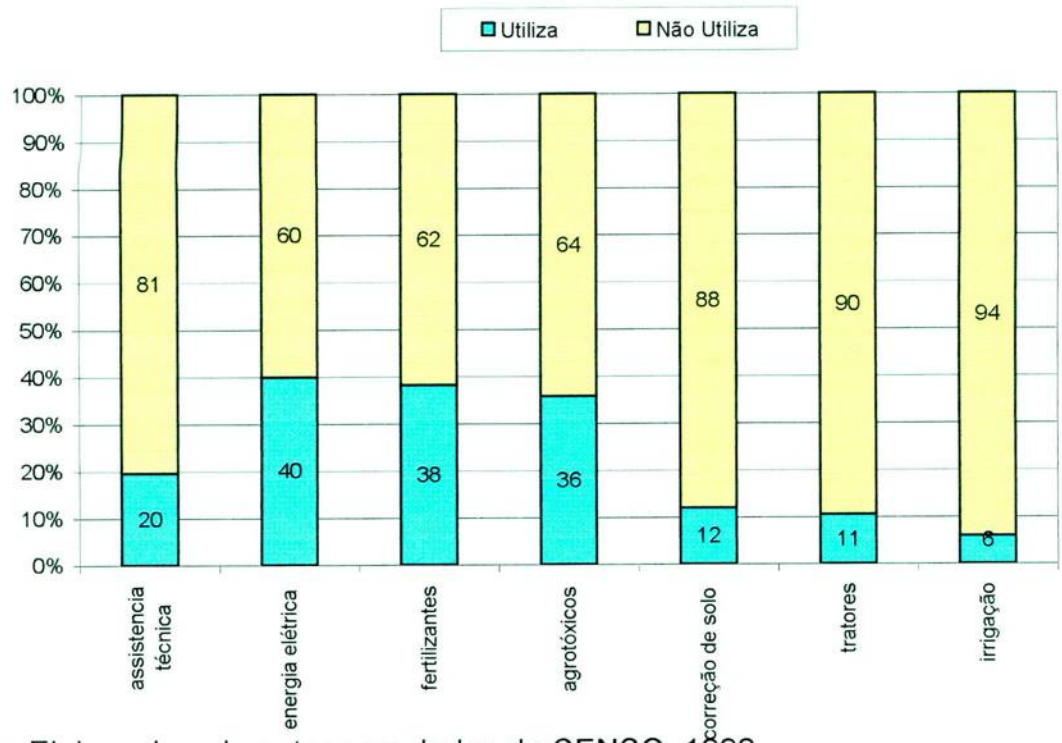
No que se refere à correção do solo verificou-se que apenas 12% utilizam a aplicação de calcário, aspecto que compromete de maneira acentuada a produtividade da agricultura, uma vez que o Brasil é um país tropical com índice pluviométrico elevado e altas temperaturas no verão, por isso e diante da pobreza de bases trocáveis possui preponderantemente solos ácidos.

Em relação ao uso de tratores apenas 10,5% dos estabelecimentos possuíam tratores.

Quanto ao uso de irrigação apenas 5,9% dos estabelecimentos usavam essa técnica, seja por inundação, infiltração, gotejamento, aspersão ou semelhados.

De maneira geral o uso das tecnologias, segundo as informações analisadas, apresentaram-se com alcance bem restrito em relação aos estabelecimentos agropecuários brasileiros.(FIGURA 6)

FIGURA 6. Uso de Tecnologia



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

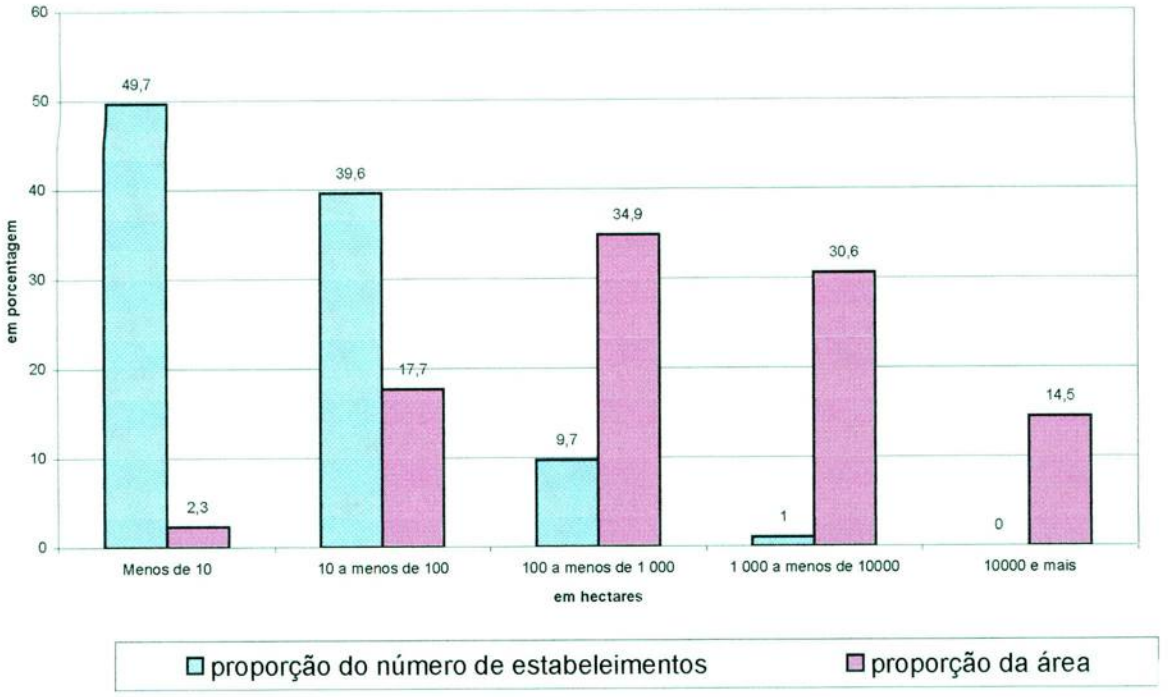
3. Estrutura Fundiária

Ao analisar a estrutura fundiária chama a atenção o grau de concentração, pois os estabelecimentos agropecuários com mais de 100 hectares representam 11% dos 4,8 milhões de propriedades e possuem 80% da área de 353 milhões de hectares.

Já, os estabelecimentos com até 100 hectares representam 89% das propriedades e possuem apenas 20% da área total. (FIGURA 7).

Ainda cabe destacar os dois extremos, o primeiro com propriedades até 10 hectares que em número representam praticamente metade do total (49,7%), ou seja, quase 2,4 milhões de propriedades e possuem apenas 2,3% da área, isto é, um pouco mais de 8 milhões de hectares, enquanto que no outro extremo, apenas 2184 estabelecimentos com mais de 10.000 hectares possuem 51,3 milhões de hectares ou 14,5% da área total dos estabelecimentos. Somando-se a estes a área dos grandes estabelecimentos com mais de 1000 hectares (1% do número de

FIGURA 7. Estrutura Fundiária



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

estabelecimentos), eles representam mais de 45% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Sem dúvida alguma o Brasil de hoje ainda se apresenta como um país que possui uma estrutura fundiária acentuadamente concentrada caracterizada pela existência de grandes propriedades rurais pertencentes a uns poucos proprietários.

4. Quem é o responsável e quem trabalha nos estabelecimentos agropecuários

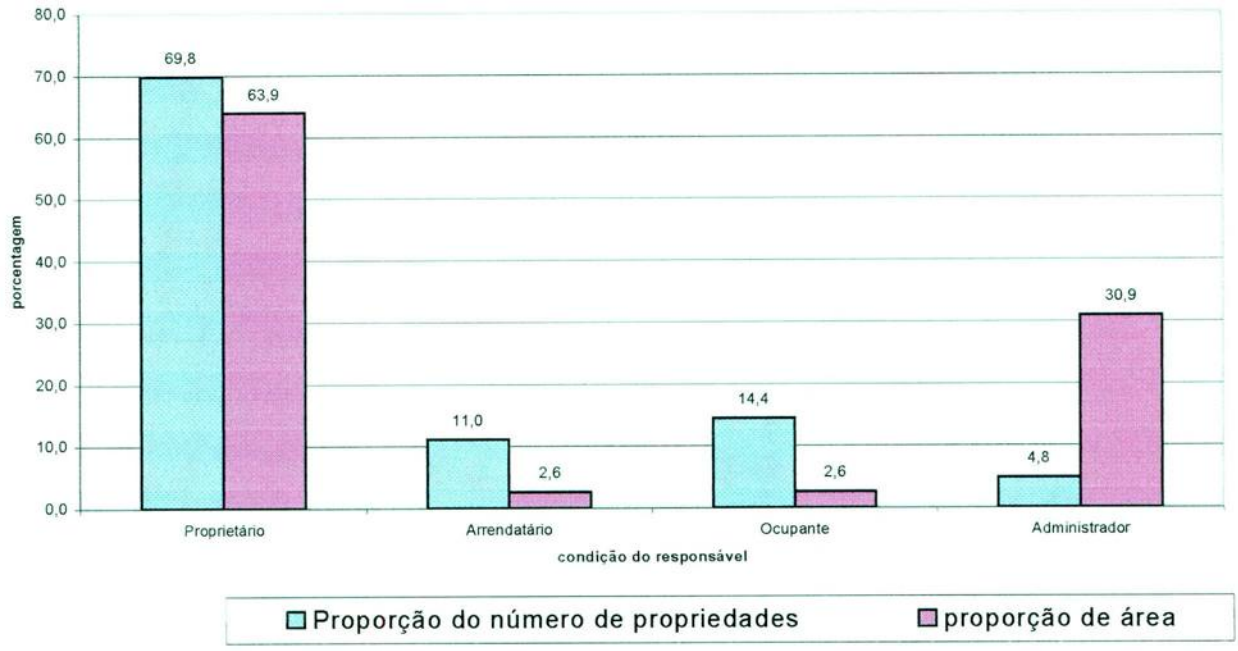
4.1. Condição do Responsável pela Exploração

Nesse tópico procurou-se conhecer o perfil do responsável pela exploração do estabelecimento agropecuário, aquela pessoa física ou jurídica que toma a decisão sobre o que, como e quando fazer.

Os resultados apontaram para uma presença maciça da figura do proprietário, representando 69,8% do número de estabelecimentos e 63,9% da proporção da

área total dos mesmos; quase a metade da área por administradores (30,9%) e portanto pertencentes a proprietários absenteístas (FIGURA 8).

FIGURA 8. Condição do Responsável pela Exploração



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

Outro aspecto que cabe destacar, em função de sua magnitude em termos de proporção de área ocupada, é a figura do administrador, que ocorre em 30,9% da área e em apenas 4,8% do número de estabelecimentos, o que leva a inferir sobre a existência de algo em torno de 230 mil propriedades rurais com aproximadamente 100 milhões de hectares que são tocadas por administradores, sugerindo uma relação de produção entre capital e trabalho de natureza tipicamente capitalista.

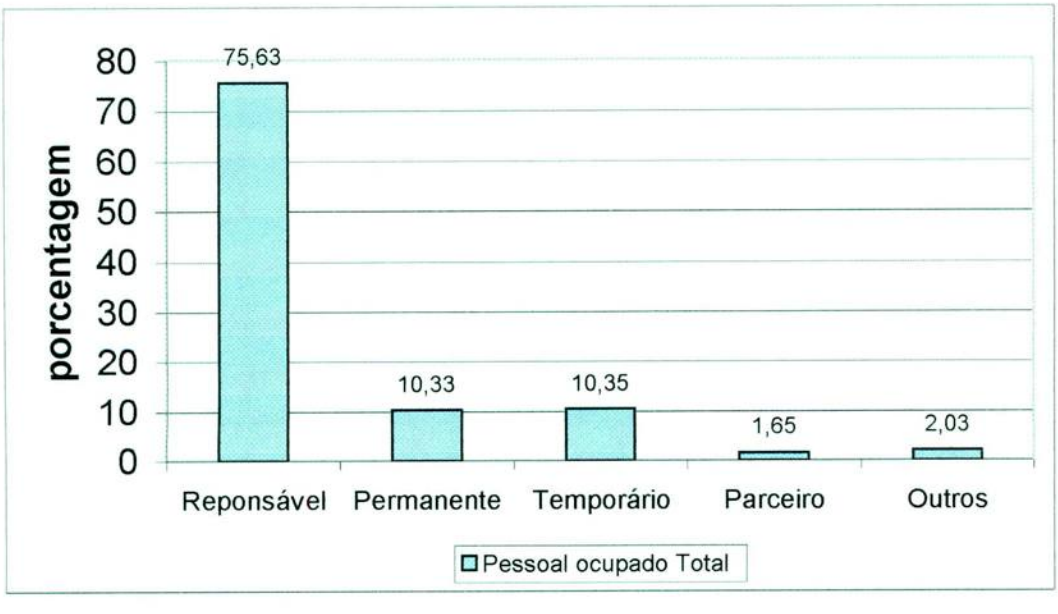
A seguir as outras condições encontradas, arrendatário e ocupante apesar de serem significativas em termos de número de estabelecimentos representando 11% e 14,4% respectivamente, em relação às áreas por eles ocupadas são pouco expressivas, apresentando os mesmos valores percentuais, isto é, 2,6 % do total de ambas as categorias, conforme Figura 8.

4.2. Pessoal Ocupado[2]

Nesse tópico procurou-se conhecer o perfil das pessoas que trabalham nos estabelecimentos agropecuários e o primeiro aspecto que chama atenção é em relação ao fato dessas pessoas residirem ou não onde trabalham. Verificou-se que a grande maioria, 76,65%, residem onde trabalham e apenas 23,35% residem em outro lugar.

Em relação às categorias encontradas no pessoal ocupado, observou-se que a grande maioria, 75,63% é formada pelo responsável e membros da família, apontando para uma presença maciça de agricultura camponesa baseada no trabalho familiar. A seguir encontra-se o empregado permanente com 10,33%, os empregados temporários com 10,35%, os parceiros com 1,65% e por último os outros com 2,03%.(FIGURA 9)

FIGURA 9. Pessoal Ocupado



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

[2] Pessoal ocupado - "A pesquisa sobre o pessoal ocupado abrangeu todas as pessoas, com ou sem remuneração, que encontravam-se executando serviços ligados às atividades do estabelecimento, exceto os que desempenhavam trabalhos por conta de empreiteiros.Distribuiu-se o pessoal ocupado nas seguintes categorias:responsável e membros não-remunerados da família, empregados permanentes, empregados temporários, parceiros, outra condição (agregados, moradores, etc.)." (CENSO, 1998)

Chama a atenção que 3,8 milhões de estabelecimentos agropecuários, quase 80% do total "... estavam sendo explorados unicamente pelo responsável e por pessoas da família, envolvendo 11614,7 mil pessoas (64,8% do pessoal ocupado total)" e ainda os intervalos de área que mais absorveram o trabalhador rural familiar foi "... o de menos de dez ha, e as entre dez e menos de 100 ha, com respectivamente 40,7% e 39,9% do pessoal ocupado total".(CENSO,1998)

5. Pecuária e Avicultura

Os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 demonstram a enorme importância da avicultura no Brasil: galinhas, galos, frangas e frangos somam um total de 718 milhões de cabeças. Em seguida destacam-se os bovinos com um rebanho em torno de 153 milhões de cabeças, os suínos com 28 milhões, os ovinos com 14 milhões e os caprinos com quase 7 milhões de cabeças. Em relação à criação dos bovinos com um rebanho de mais de 150 milhões de cabeças, destaca-se a produção de leite de quase 18 bilhões de litros e as aves que produziram quase 1,9 bilhão de dúzias de ovos.

6. O Valor da Produção Agropecuária

6.1. O Valor da Produção Agropecuária por Estado

Segundo o mesmo Censo Agropecuário (1998) "... o valor da produção agropecuária do Brasil foi de cerca de 47,8 bilhões de reais, sendo 39,4% originados da *produção* animal e 60,3% da produção vegetal".(FIGURA 10)

Em relação à distribuição do valor da produção agropecuária pelos estados, também observa-se uma alta concentração, pois os quatro maiores valores de produção, foram encontrados Estado de São Paulo com 18%, Minas Gerais com 13%, Rio Grande do Sul com 13% e Paraná com 12%; somados esses percentuais perfazem mais da metade do total, ou seja 56% do valor da produção.

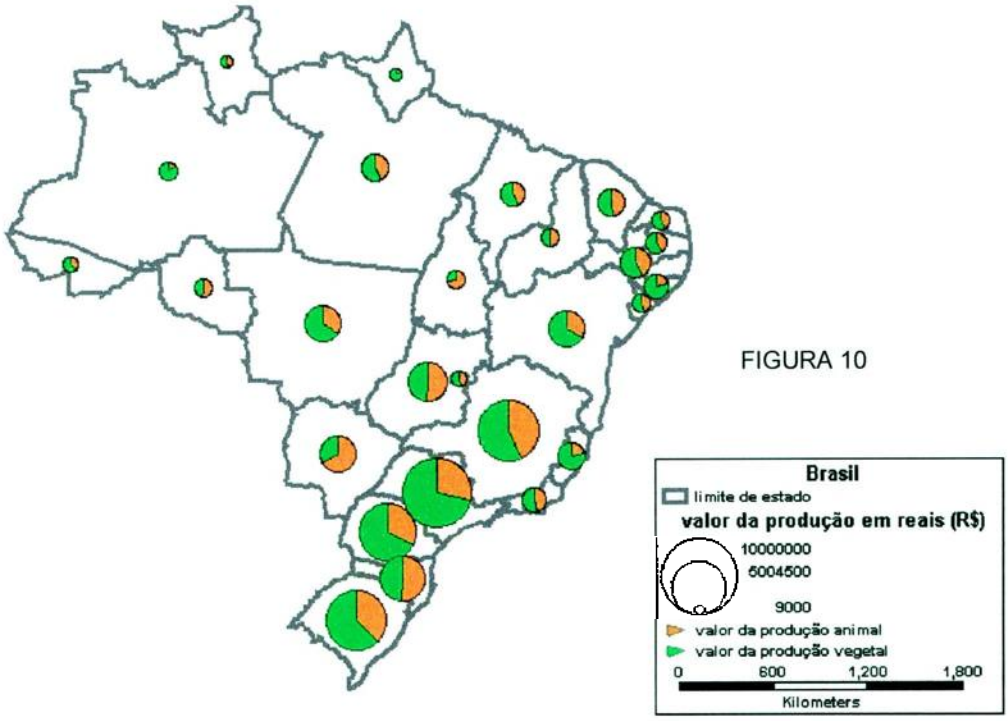


FIGURA 10

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

Se agregarmos os maiores valores de produção dos seis Estados seguintes: Santa Catarina com 7%, Goiás com 5%, Mato Grosso do Sul com 5%, Bahia com 4%, Mato Grosso com 4% e Pernambuco com 3%, temos mais 28% do valor da produção brasileira, que somados aos dos quatro primeiros estados perfazem 84% do valor da produção agropecuária total.

Assim, restam para os outros 17 Estados brasileiros, os seguintes percentuais: Espírito Santo (2%), Pará (2%), Ceará (2%), Maranhão (1%), Alagoas (1%), Rio de Janeiro (1%), Paraíba (1%), Amazonas (0,8%), Tocantins (0,7%), Rio Grande do Norte (0,7%), Piauí (0,7%), Rondônia (0,7%), Sergipe (0,6%), Distrito Federal (0,3%), Acre (0,2%), Amapá (0,1%) e Roraima (0,1%), que juntos perfazem um total de apenas 14,9% do valor da produção agropecuária brasileira.

6.2. O Valor da Produção Animal

Em relação ao valor da produção animal também verifica-se uma forte

tendência à concentração, pois os sete estados brasileiros que apresentam os maiores valores desse parâmetro, perfazem 73,4% do total e são eles: Minas Gerais (14,8%), São Paulo (12,8%), Rio Grande do Sul (12,3%), Paraná (9,8%), Santa Catarina (8,9%), Mato Grosso do Sul (7,8%) e Goiás (7,1%).

Ainda restam o distrito federal e mais dezenove estados que ficam com apenas 26,6% e são: Bahia (3,7%), Mato Grosso (3,7%), Pernambuco (2,7%), Ceará (2,4%), Pará (2,3%), Maranhão (1,5%), Rio de Janeiro (1,5%), Tocantins (1,4%), Espírito Santo (1,2%), Paraíba (1,0%), Rondônia (1,0%), Piauí (0,9%), Rio Grande do Norte (0,8%), Alagoas (0,7%), Sergipe (0,7%), Distrito federal (0,3%), Amazonas (0,3%), Acre (0,2%), Roraima (0,2%) e por último o Amapá com 0,1%.

Cabe ressaltar que em cinco estados brasileiros o valor da produção animal é maior do que a vegetal e isso ocorre no Tocantins em que o valor da produção animal representa 73% do total, no Mato Grosso do Sul com 67%, em Rondônia com 54%, Goiás com 52% e Santa Catarina com 51%. Nos quatro primeiro estados observa-se uma predominância da pecuária de corte, já em Santa Catarina a ênfase é a suinocultura e a avicultura.

6.3. O Valor da Produção Vegetal

Dentre os produtos de origem vegetal encontram-se dois grupos principais, as culturas temporárias com maior valor da produção, da ordem de 17,7 bilhões de reais e as permanentes com apenas 4,8 bilhões de reais.

Nas lavouras temporárias, as cinco maiores perfazem 88,0% do valor da produção, sendo a cana-de-açúcar com 30,0%, a soja com 24,0%, o milho com 18,3%, o arroz com 9,0% e a mandioca com 6,7%.

Nas lavouras permanentes, as três maiores somam 83,6% do valor da produção, sendo o café 51,0%, a laranja 19,8% e a banana 12,8%.

Ainda cabe destacar um grupo de lavouras temporárias expressivo em termos de valor de produção, entretanto pouco significativo em termos de área ocupada, que é formado pelos hortículas e outros produtos vegetais com 1,1 bilhão de reais,

produtos de silvicultura com 0,9 bilhão de reais e frutas com 0,8 bilhão de reais.(FIGURA 11)

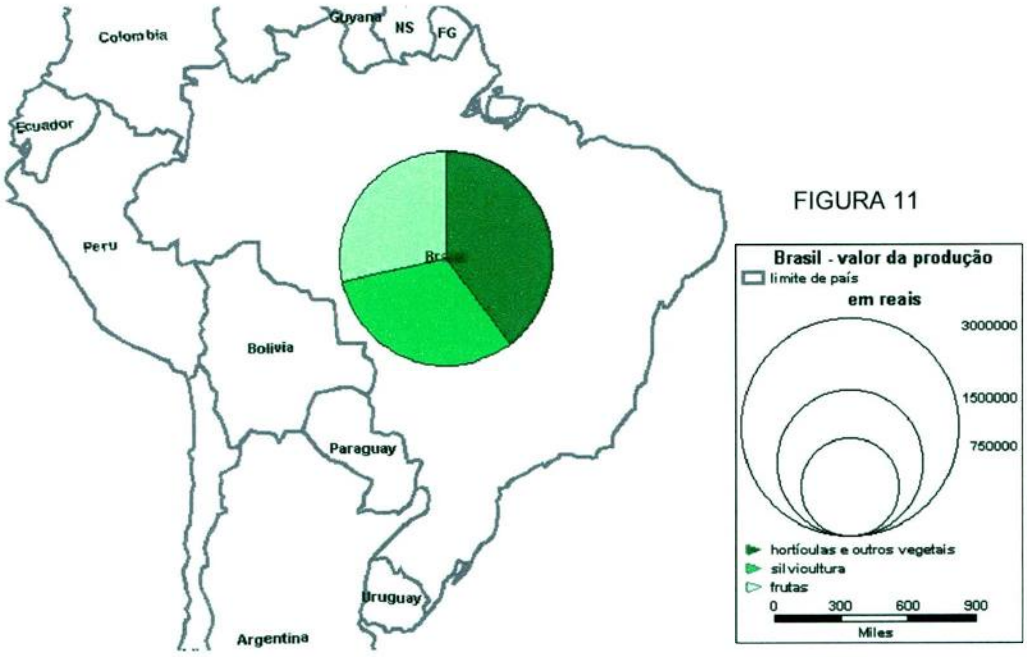


FIGURA 11

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

Nas hortículas e outros produtos vegetais, dos 24 produtos que entram no cálculo do Censo Agropecuário (1998), os dez primeiros representam 71,7% do total desse grupo, sendo alface com 13,3%, cebola com 10,1%, cenoura com 8,4%, repolho com 8,2%, pimentão com 7,8%, palma forrageira com 5,6%, castanha de caju com 5,2% e os 14 produtos restantes com 28,3%, constituídos pelo chuchu (4,3%), pepino (3,9%), milho verde (3,8%), couve (3,5%), couve-flor (3,4%), beterraba(3,3%), quiabo (3,0%), vagem (2,5%), sorgo (2,3%), brócolis (2,0%), cebolinha (1,7%, salsa (1,7%), abobrinha verde (1,6%), dendê – coco (1,6%), fibra de agave (1,0%), agrião (1,0%) e berinjela (0,9%).

Nos produtos de silvicultura, encontram-se entre os mais expressivos em valor da produção a madeira para papel com 42,2%, a madeira em toras com 28,4% e o carvão vegetal com 22,3%, perfazendo 92,9% do valor da produção do setor.

Resta, ainda nesse grupo, a borracha coagulada com 5,2% e a borracha líquida (látex) com 1,9%.

No grupo das frutas destacam-se cinco com uma participação no valor da *produção de* 58,9%, sendo a manga com 17,8%, abacaxi com 10,9%, maracujá com 10,3%, tangerina com 10,3% e o mamão com 9,6%, as principais. As outras frutas são representadas pelo melão (7,2%), pêssego (6,7%), a fruta do caju (6,3%), limão (6,2%, morango (5,1%), goiaba (3,6%), abacate (2,3%), acerola (2,0%) e a ameixa (1,7%), que juntas perfazem 41,1% do valor de produção total.

7. Destino da Produção Agrícola no Brasil

Segundo o Censo Agropecuário (1998) os estabelecimentos agropecuários podem apresentar sete destinos distintos em relação a sua produção: 1) consumo no estabelecimento, 2) estocada no estabelecimento, 3) entregue à cooperativa, 4) entregue à indústria, 5) entregue a intermediário, 6) venda direta ao consumidor e 7) sem declaração.

Os dois primeiros destinos, consumido ou estocado no estabelecimento onde foi produzido, configuram um ciclo produção-consumo que se inicia e encerra dentro da porteira, isto é nos limites do estabelecimento.

Os quatro destinos seguintes dizem respeito a um ciclo que se inicia dentro da porteira, porém só termina depois da porteira, além dos limites do estabelecimento.

O produto entregue à cooperativa e à indústria apontam para uma estrutura de comercialização que reflete um grau de organização maior, portanto mais moderno, mas mesmo assim não atinge o final da cadeia produtiva, que é o consumidor final.

O produto que é entregue a intermediário, apresenta baixo grau de organização, por isso é o mais atrasado e mais antigo sistema de comercialização de produtos agrícolas no Brasil, que remontam aos tempos coloniais.

Finalmente a venda direta ao consumidor é aquele destino que atinge o grau

máximo de agregação de valor que o produto agrícola pode atingir em sua vida útil.

Os dados utilizados também estão apresentados em gráficos nos quais procurou-se utilizar um padrão de cores com o intuito de auxiliar a visualização dos resultados. A cor verde foi utilizada para as duas primeiras categorias, consumido (verde claro) e estocado (verde escuro), que é quando o produto continua fisicamente dentro do estabelecimento agropecuário, ou dentro da porteira.

Quando o destino é a cooperativa utilizou-se o amarelo claro e o marrom claro para a indústria, cores que significam uma opção mais moderna de comercialização.

A cor roxa foi utilizada para representar a produção que foi entregue ao intermediário, a forma mais atrasada, porque o valor apropriado pelo agricultor é o menor nesse caso.

Finalmente, o azul representa a venda direta ao consumidor. A seguir será apresentado o destino da produção dos produtos de lavouras temporárias, permanentes, dos hortículas e outros vegetais, silvicultura e frutas.

7.1. Destino da Produção das Lavouras Temporários no Brasil

Foram analisadas 10 lavouras temporárias, das quais são realizados 15 cultivos por ano agrícola e observou-se que em sete deles, mais de 50% do destino de sua produção foi entregue ao intermediário, e são elas, batata segunda safra (87%), batata terceira safra (86%), batata primeira safra (85%), feijão terceira safra (78%), feijão segunda safra (70%). Os próximos cinco cultivos tem em torno de um terço de sua produção entregue a intermediário e são: milho verde em espiga (38%), arroz em casca (33%), milho em grão (32%), soja em grão (30%), algodão (29%). Nos três cultivos restantes, os valores foram, trigo (17%), mandioca (13%) e a cana (3%).

Ao visualizar o gráfico abaixo, primeiramente destaca-se o entregue a intermediário, representado pela cor roxa.

Também chamam atenção alguns aspectos de ordem geral, como o fato de 69% da produção de mandioca ser consumida no próprio estabelecimento, o que

demonstra sua importância como produto de subsistência, amplamente utilizado na alimentação humana em todo território nacional e em particular no Rio Grande do Sul, na alimentação animal.

Ainda, nesse sentido, com uma parcela importante de destino de sua produção dentro da porteira, isto é, somando-se o consumo e o estoque no próprio estabelecimento, foi encontrado o feijão primeira safra (24%), feijão segunda safra (15%), o arroz em casca (19%) e o milho em grão (31%) e em espiga (32%).

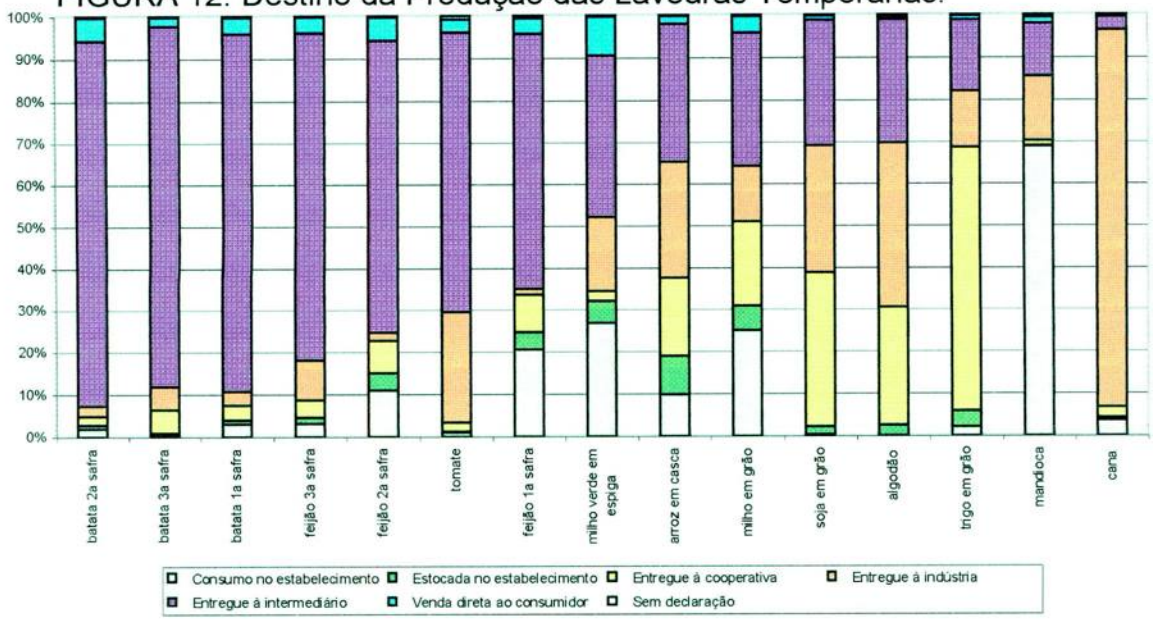
Destacam-se em relação ao destino a cooperativa: o trigo (63%), seguido da soja (37%), algodão (28%), milho (20%) e arroz (19%).

Com destino a industria cabe salientar a cana com 90%, seguido em uma dimensão bem menor o algodão (39%), a soja (30%), o arroz (29%) e o tomate (26%), com percentuais significativos.

A maior participação de venda direta ao consumidor foi a do milho verde em espiga e assim mesmo de apenas 9%.

As demais participações em relação ao destino da produção das lavouras temporárias são irrelevantes em relação ao assunto aqui tratado. (FIGURA 12)

FIGURA 12. Destino da Produção das Lavouras Temporárias.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

7.2. Destino da Produção das Lavouras Permanentes no Brasil

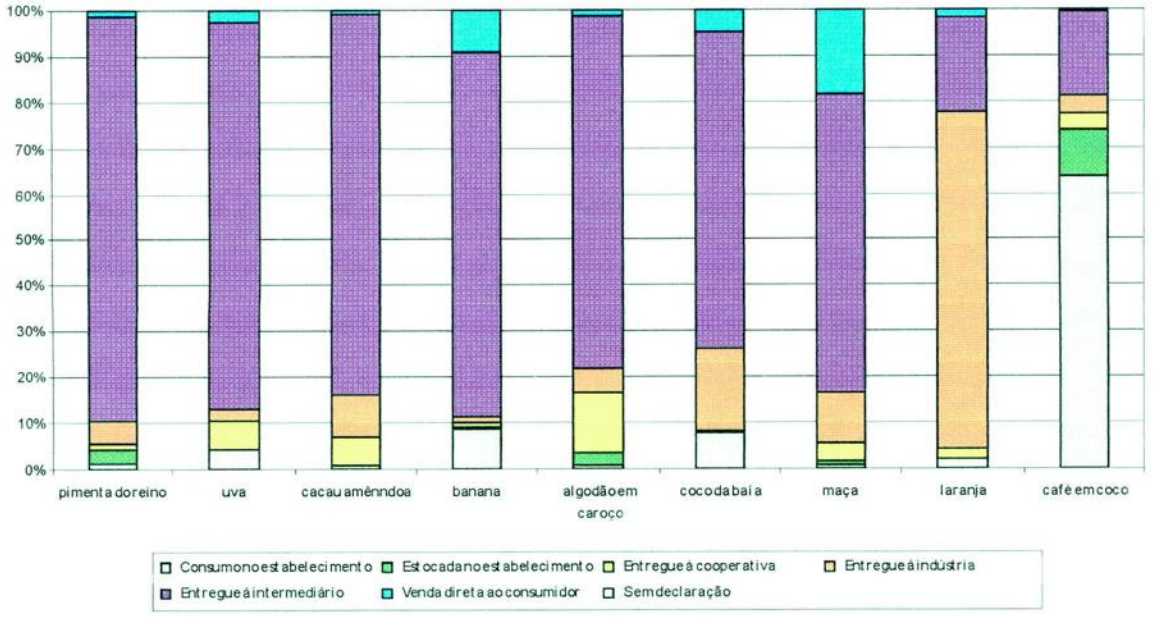
A análise das lavouras permanentes abrangeu nove produtos, dos quais sete apresentaram 65% ou mais do destino da produção entregue a intermediário. Assim, a parcela da produção entregue a intermediário foi de 88% para a pimenta do reino, 84% para a uva, 83% para a amêndoa de cacau, 79% para a banana, 77% para o algodão, 69% para o coco da baía e 65 % para a maçã. Os dois cultivos restantes, laranja e café em coco, os valores são de 20% e 18% respectivamente.

Nota-se que 9% da produção da banana foi consumida dentro da porteira, o que aponta para uma participação importante na alimentação de subsistência.

No caso das frutas verificou-se que o destino à cooperativa é bem pequeno. Já, em relação à industria, cabe destacar a laranja com 74%, seguida pelo coco da baía (18%), a maçã (11%) e o cacau (9%), porém esses três últimos com valores bem inferiores.

As maiores participações de venda direta ao consumidor ficaram com a maçã (18%) e a banana (9%). As demais participações em relação ao destino da produção das lavouras permanentes são de pouca importância.(FIGURA 13)

FIGURA 13. Destino da Produção das Lavouras Permanentes.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

7.3. Destino da Produção Hortícula e Outros Vegetais no Brasil

A análise dos produtos hortículas e outros vegetais abordou 24 culturas, das quais 20 delas apresentaram um destino da produção de 70% ou mais entregue a intermediário.

Nesse sentido, foram encontradas as seguintes parcelas da produção entregue a intermediário: berinjela (95%), vagem (92%), cenoura (88%), beterraba (87%), abobrinha verde (87%), agave fibra (86%), agrião (86%), cebola (85%), pimentão (83%), chuchu (83%), couve-flor (81%), castanha de caju (80%), brócolis (80%), quiabo (77%), pepino (76%), couve (76%), cebolinha em folha (74%), repolho (74%), salsa (71%), alface (70%). Os quatro produtos que ainda faltam, milho verde, sorgo em grão, o coco de dendê (coco) e a palma forrageira apresentaram valores de 38%, 28%, 12% e 3%, respectivamente.

Percebe-se que parte da produção é voltada ao consumo de subsistência, isto é, o produto encerra seu ciclo dentro da porteira. Destaca-se com participações igual ou superior a 10%, o milho verde (32%), o repolho (12%), a cebola (10%), chuchu (10%), couve (10%), alface 10%, dendê - coco (10%). No uso da alimentação animal chama a atenção a palma forrageira com 94% e o sorgo com 32%.

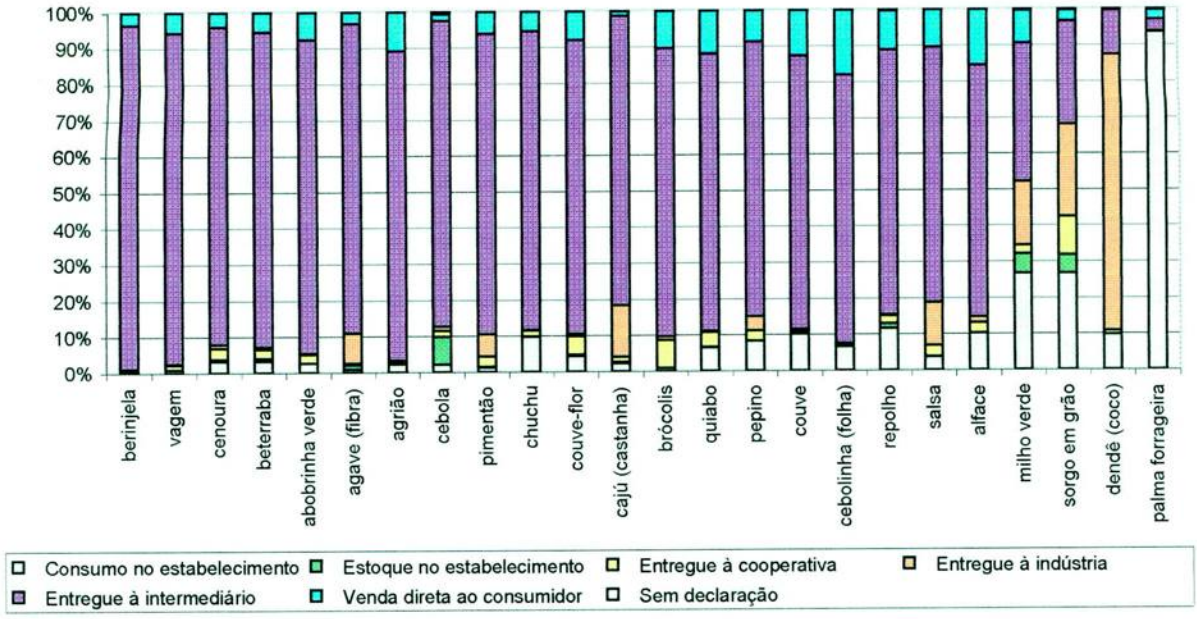
Os valores encontrados em relação ao destino a cooperativa foram inferiores a 10%, com exceção do sorgo em grão que foi de 11%.

Em relação à indústria os únicos valores acima de 10% foram: o dendê - coco (77%), sorgo em grão (26%), milho verde (18%), a castanha de caju (14%) e a salsa (11%).

As participações das vendas diretas ao consumidor maiores que 10% ficaram com: cebolinha em folha (18%), alface (15%), couve (13%), quiabo (12%), agrião (11%), repolho (11%), brócolis (10%), salsa (10%).

As outras participações em relação ao destino dos produtos hortículas e outros vegetais não apresentaram necessidade de destaque.(FIGURA 14)

FIGURA 14. Destino da Produção Hortícula e Outros Produtos Vegetais.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

7.4. Destino da Produção da Silvicultura no Brasil

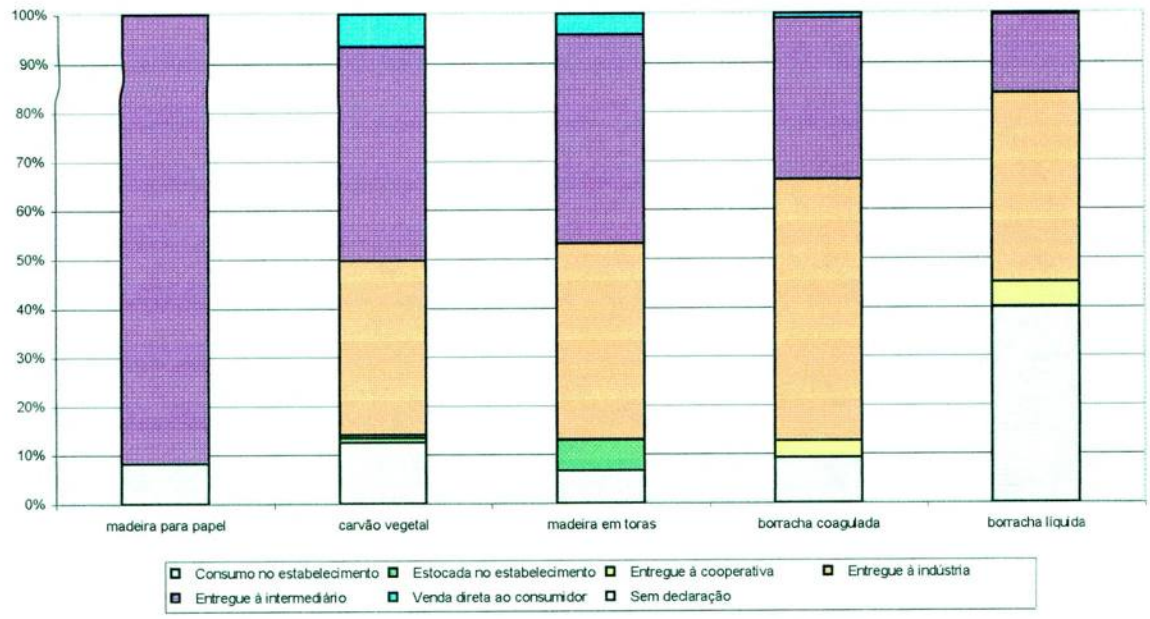
Em relação ao destino da produção dos produtos da silvicultura foram analisados cinco produtos, com comportamento bem distinto entre si.

Primeiramente, chama a atenção a madeira para papel com a maior parte entregue a intermediário (92%), seguido por carvão vegetal (44%), madeira em toras (43%), borracha coagulada (33%) e borracha líquida (16%). O consumo associado ao estoque no estabelecimento atinge mais de 14% para o carvão vegetal, 13% para madeira em toras e 40% para a borracha líquida, entretanto, esse último refere-se a produto intermediário que ainda vai ser processado no estabelecimento, para posterior envio para fora deste.

Outro aspecto importante diz respeito à expressiva participação do destino a indústria para a borracha coagulada, madeira em toras, borracha líquida e carvão vegetal, com 53%, 40%, 39% e 36%, respectivamente.

Os demais destinos da produção, inclusive a venda direta ao consumidor são bastante pequenos e inferiores a 10%.(FIGURA 15).

FIGURA15. Destino da Produção da Silvicultura



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

7.5. Destino da Produção de Frutas no Brasil

Das catorze frutas analisadas, dez apresentaram 50% ou mais de sua produção destinadas ao intermediário, e são elas, melão (90%), mamão (86%), abacaxi (84%), maracujá (83%), morango (78%), limão (74%), abacate (69%), ameixa (63%), tangerina (59%), manga (52%). Das outras quatro, três apresentam valores iguais ou acima de 40%, isto é, acerola (49%), pêssego (46%), goiaba (40%); apenas o café destinou menos de 40% (26%) de sua produção ao intermediário, mas aqui cabe uma consideração. Segundo os dados do Censo Agropecuário (1998) aqui analisados, sobre o destino da produção, o café apresenta um consumo de 52% no estabelecimento. Isso ocorre porque o café que sai da roça é lavado, secado em terreiros e secadores e muitas vezes ainda é beneficiado, utilizando as estruturas construídas nas propriedades de café no Brasil. Assim, segundo esse tipo de levantamento, o café consumido no estabelecimento, passou por esse processamento e não se refere a consumo próprio. Assim, o produto que vai para fora do estabelecimento agropecuário é o café beneficiado e no Brasil a

parcela deste entregue a intermediário é bastante expressiva.

Chamou a atenção o consumo de frutas no próprio estabelecimento, com valores acima de 10%, a manga, tangerina, abacate, pêssego, ameixa e goiaba, *com* 38%, 27%, 23%, 22%, 21% e 12%, respectivamente.

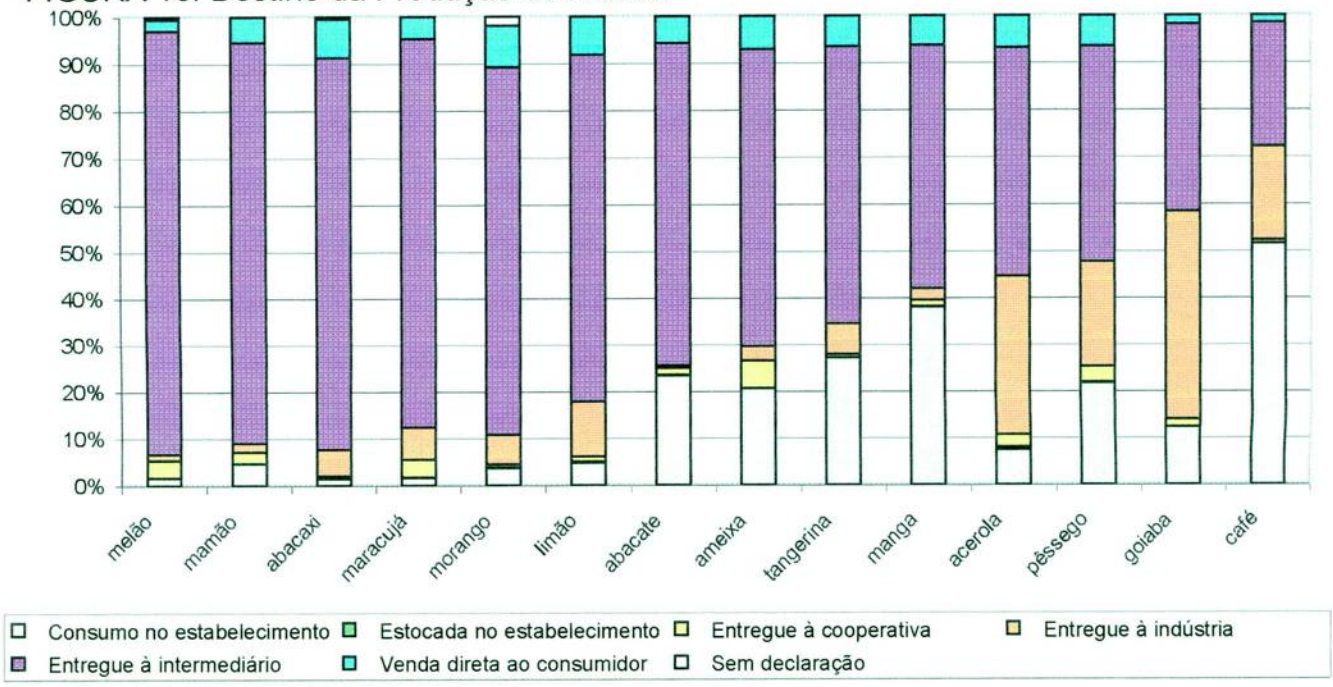
Por outro lado, observou-se que as frutas de maneira geral não são entregues a cooperativas, pois nenhuma delas atingiu 10% em relação a esse destino.

No que concerne aquelas destinadas á industria, apenas quatro atingiram mais de 10%, sendo elas a goiaba (45%), acerola (34%), pêssego (22%) e limão (12%).

As participações das vendas diretas das frutas ao consumidor também não atingiram sequer 10%.

Já as outras participações em relação ao destino da produção das frutas apresentaram-se pouco expressivas, oferecendo pouco interesse a este trabalho.(FIGURA 16)

FIGURA 16. Destino da Produção de Frutas.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do CENSO, 1998.

8. Considerações sobre o Capítulo 1

No capítulo 1, a Face do Brasil Agrário em Números, verificou-se que dos 851 milhões de hectares que formam o território nacional, apenas 353 milhões de hectares encontram-se em estabelecimentos agropecuários. Destes 353 milhões somente 171 milhões de hectares vêm sendo efetivamente explorados pelo homem.

Por sua vez a área com lavouras temporárias é de 34 milhões de hectares e lavouras permanentes mais 7,5 milhões de hectares, perfazendo um pouco mais de 41 milhões de hectares. Isto nos leva a concluir que a agricultura é praticada numa área ínfima, que compreende apenas 5% do território nacional ou 12% da área dos estabelecimentos agropecuários.

Também observou-se que 2,4 milhões de estabelecimentos agropecuários possuem um pouco mais de 8 milhões de hectares, enquanto que 2.184 estabelecimentos com mais de 10.000 hectares somam 51,3 milhões de hectares.

Esses são apenas alguns dos números encontrados, que apontam para uma concentração acentuada da posse da terra associada a uma exploração agrícola que se caracteriza por ocupar uma parcela minoritária do território, utilizando grandes áreas com poucas culturas temporárias (milho, soja e cana) e permanentes (café, laranja e cacau). Também foi verificado de forma detalhada que os produtos oriundos das lavouras temporárias e permanentes, dos produtos hortículas e outros vegetais, dos produtos da silvicultura e as frutas têm sua produção predominantemente destinada aos intermediários.

Essa situação que se encontra no país nos dias de hoje não é por acaso e sim decorrência do processo histórico de ocupação das terras brasileiras, que será abordado no capítulo a seguir.

Capítulo 2

Breve Histórico sobre a Formação da Sociedade Brasileira: Ocupação do *Território*, Luta pela Terra e Violência no Campo

No capítulo 1 vimos por quem e como os estabelecimentos agropecuários estão sendo explorados atualmente, o que foi representado utilizando uma base cartográfica que guarda o contorno político do território nacional. É sempre bom lembrar que o que vemos em nossos dias reflete a história do nosso país. Segundo Moraes, "....a maior parte das fronteiras existentes hoje no mapa político do mundo foram definidas militarmente, ou por acordos de forte imposição militar. Post festum, a geografia pode intervir, até mesmo apontando o acerto (e a harmonia) euclidianos de linhas traçadas manu militari. Boa parte da literatura geopolítica são tentativas de acertos de contas ex post de domínios territoriais efetivos e consolidados (MORAES, 2002).

Portanto é necessário recorrer à história dos lugares, com seus acordos e conflitos, para que possamos perceber um pouco mais como é que se formou o que vemos hoje como nosso território nacional.

Com base nesse enunciado, a idéia foi mostrar essa história enfocando as mudanças ocorridas no regime de propriedade da terra no Brasil, desde as capitanias hereditárias com suas doações de sesmarias, passando pela suspensão do regime de sesmarias, aí, então a lei de terras de 1850 e finalmente os acordos do período republicano, consubstanciado nas diversas constituições que enquanto sistema legal permanece até hoje. Dessa forma, procurou-se destacar que a concentração fundiária não é apenas uma característica atual e sim um traço que permeia toda a história da sociedade brasileira, que é fortemente latifundiária, patrimonialista e patriarcal. Essa peculiaridade corroborou ao longo do tempo para uma organização da produção do tipo primário exportadora, que por sua vez sempre foi permeada pela eclosão de conflitos com a presença marcante de movimentos sociais geralmente voltados para uma autonomia local e regional. Assim, intentou-se

mostrar que ao longo de nossa história muitas vezes as divergências desembocaram em conflitos, em que o Estado brasileiro recorreu ao uso da força para reprimi-los, decidindo e resolvendo essas questões manu militari.

No nosso caso, vemos que nas atuais terras brasileiras, antes da chegada dos portugueses, moravam cinco milhões de indígenas que viviam na idade da pedra polida, divididos em tribos de diversas nações (tupis, jês, ariacos, caribas, etc.), portanto seus primeiros habitantes (OLIVEIRA, 1997).

É nesse contexto que em 22 de abril de 1500 o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, ficando praticamente abandonado por Portugal durante os primeiros 30 anos, pois apenas uma expedição exploradora foi enviada ao Brasil com a incumbência de reconhecer as riquezas da terra e só encontrando de valor imensas florestas de pau-brasil.

O comerciantes franceses sabendo disso passaram a freqüenta-la, recolhendo o pau-brasil e não durou muito para que a terra fosse mais dos franceses (que passaram a ser chamados de *maíres pelos* indígenas), do que dos portugueses, denominados *perós*. Dom Manuel tentou resolver a questão através de uma negociação diplomática com o rei de França, entretanto não obteve bons resultados. Enviou, então, uma expedição para guardar o litoral, que também não alcançou sucesso em função da extensão da costa brasileira. O próprio comandante dessa expedição escreveu ao rei declarando que apenas o estabelecimento de uma colonização poderia realmente combater o tráfico ilegal. Outro nobre também deu o mesmo conselho ao Rei e ainda propôs que a terra deveria ser dividida em capitanias.

O rei relutante em entregar a exploração do Brasil a terceiros preferiu financiar mais uma expedição comandada por Marfim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1533. Entretanto, logo percebeu a impossibilidade de Portugal sozinho arcar com os custos de uma colonização, o que o levou a aceitar a participação externa. Aí a terra foi dividida em lotes denominados de capitanias hereditárias para serem doadas a pessoas de sua confiança e dispostas a investir na colônia (HOUAISS, 1980).

2.1. Capitanias Hereditárias: A primeira lei de ocupação de terras no Brasil

Foi assim então que se instalou o primeiro regime de leis voltadas à *exploração* do território brasileiro, onde "...a partir de março de 1534, o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias, indivisíveis e inalienáveis. Eram faixas lineares de terra que, ignorando os acidentes geográficos, prolongava-se do litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas (QUINTO, 2003).

Esse regime de leis era bastante abrangente e sua regulamentação abordava todos os aspectos envolvidos num processo de colonização. Para se ter uma idéia, a seguir encontra-se descrito os direitos e deveres dos donatários. (QUINTO, 2003).

> 1. Jurisdição civil e criminal sobre os índios, escravos, e colonos. 2. Autorização para fundar vilas e doar sesmarias. 3. Cobrar impostos, dízimos. 4. Cobrar direitos sobre as passagens dos rios. 5. Ter o monopólio das salinas e moendas de águas. 6. Escolher, nomear e cobrar pensão de tabeliães, escrivães, ouvidores e juízes. 7. Prestar contas aos representantes enviados pelo rei para arrecadar as rendas reservadas à coroa. 8. Escravizar nativos e enviar para Portugal até 39 escravos indígenas por ano livre de impostos. 9. Exigir serviços militares dos colonos quanto necessário. 10. Reservar para seu uso próprio 10 léguas de terra. 11. Exportar para o reino qualquer produto da terra sem imposto, exceto do pau-brasil, de cuja exportação o donatário recebia apenas a redizima. 12. Ouro, prata, pedrarias, pérolas, chumbo e estanho também pertenciam à coroa mas o donatário receberia um vigésimo do quinto destinado ao rei. 13. O dízimo sobre todo o pescado era reservado à Ordem de Cristo, uma organização militar-religiosa portuguesa. 14. O soberano assegurava que seus corregedores e juízes jamais entrariam nas capitanias. 15. O donatário nunca seria suspenso de seus direitos nem sentenciado sem ter sido antes ouvido pelo próprio rei, a não ser em caso de comprovada traição à coroa ou heresia.

Para aumentar o fluxo de pessoas para o Brasil, Dom João III em 1535 declarou que as Capitanias do Brasil eram <u>território de couto e homízio</u>, um território que aos criminosos adentrar-se ficavam perdoados instantaneamente os seus crimes, isto é, os delitos cometidos anteriormente eram considerados prescritos.

Também Portugal passou a enviar para o Brasil os degredados, os quais antes iam para as Ilhas de São Tomé e Príncipe. Os donatários se viram obrigados a levar os condenados em suas viagens para o Brasil. Os crimes cometidos iam desde os de natureza fiscal até os mais perversos e para esses últimos, com o intuito dos criminosos serem reconhecidos, eram marcados com ferro em brasa ou tinham uma orelha decepada.

A falta de recursos da coroa portuguesa levou o Rei a escolher pessoas com recursos financeiros suficientes para levar adiante a colonização a sua própria custa, entretanto, como a riqueza até então sabida era apenas o pau-brasil, que por sua vez estava reservado à coroa, não houve muito interesse dos nobres mais importantes da corte em abraçar tal empreitada.

Mesmo assim, a ocupação do território se deu inicialmente através da distribuição de 15 lotes de terra para 12 donatários, os quais lançou-se à colonização fundando vilas e distribuindo sesmarias[3] com o objetivo de explorar as riquezas do Brasil. Essas medidas levaram à ocupação de núcleos coloniais por toda a costa, todavia apenas duas capitanias obtiveram maior progresso: Pernambuco e São Vicente, sendo que algumas delas retornaram à coroa, por simples abandono ou através de compra.

As capitanias iriam se estender até meados do séc. XVIII, quando o regime foi extinto e nesse período foram deflagrados diversos conflitos em torno da posse do território, o que levou Portugal a enfrentar franceses e holandeses na defesa do litoral e mais no final do século XVIII se colocou contra os espanhóis na demarcação dos limites das terras no interior do Brasil.

Durante o séc. XVI a colonização portuguesa se estendeu preponderantemente entre o Rio Grande do Norte e o sul do atual litoral de São Paulo. Nessa época o Brasil

[3]Em função dessa nova legislação poder-se-ia "... criar vilas, administrar a justiça e doar sesmarias, menos para a esposa, para o filho mais velho e para judeus e estrangeiros. Sesmaria era uma extensão de terra que o donatário doava a quem se dispusesse a cultivá-la. Ao contrário da capitania, da qual o donatário não tinha a propriedade (mas apenas o uso), a sesmaria era propriedade do sesmeiro, após dois anos de real utilização" (QUINTO, 2003).

era apenas um pouco maior do que o acordado entre os reis de Portugal e da Espanha, pelo tratado de Tordesilhas em vigor, assinado 7/6/1494, o qual situava as terras brasileiras entre o oceano e a linha imaginária que seguia o meridiano ligando *Belém*, no Pará, a Laguna, em Santa Catarina. Segundo cálculos recentes essa ocupação não ia muito além desses limites. (HOUAISS, 1980).

Os franceses iniciaram suas principais investidas já em 1555, com o estabelecimento de uma colônia no Rio de Janeiro, intitulada "França Antártica", que começou a ser rechaçada pelos portugueses em 1560 e a expulsão só viria 1567. A seguir, tentaram colonizar o Maranhão no final do séc. XVI (França Equinocial), ainda não ocupado pelos portugueses, chegando a fundar a cidade de São Luís, de onde foram expulsos em 1615. Ainda por duas vezes, no século XVIII, os franceses voltaram com seus corsários para saquear a cidade do Rio de Janeiro, mas apenas a segunda obteve certo êxito.

Os ingleses atacaram vários pontos do litoral brasileiro, Bahia, Santos e Espírito Santo, entretanto estavam interessados somente em pilhar.

Os holandeses tentaram implantar uma colônia na Bahia entre 1624 e 1625, em Pernambuco entre 1630 e 1654, ampliando sua dominação até o Rio Grande do Norte. O período de maior dominação holandesa foi entre 1637 e 1645, pois já em 1654 a Insurreição Pernambucana foi vitoriosa, mas a paz entre Portugal e a Holanda só foi assinada em 1661, sendo os colonos que lutaram em defesa da terra os maiores prejudicados com o acordo.

A expansão geográfica durante o séc. XVI se deu através de algumas "entradas", expedições armadas ao interior, ordenadas pelas autoridades da colônia e enviadas à procura de pedras e metais preciosos, que não foram encontrados, entretanto abriram caminhos que os "bandeirantes" utilizaram no século seguinte para alargar as "bandeiras". Estes saíam de São Paulo e tinham como objetivo caçar Índios, para utilizá-los como mão-de-obra mais barata que os negros africanos. Esses bandeirantes penetraram os sertões do Oeste, atingindo as margens do rio Paraguai, onde combateram aldeamentos indígenas em catequese, que jesuítas

haviam estabelecido desde o século anterior. Os bandeirantes também atacaram o Uruguai, alargando dessa maneira as fronteiras do Brasil no Sul.

Ainda, os portugueses, partindo do Rio de Janeiro, estabeleceu-se à margem *direita* do rio da Prata, visando garantir o domínio de navegação fluvial num país sem estradas. Nesse lugar, em 1680 fundaram a Colônia do Sacramento, entretanto os espanhóis estabelecidos em Buenos Aires há mais de 100 anos se opuseram.

As lutas no Sul se estenderam até o final do séc. XVIII, exigindo a assinatura de vários tratados determinando os limites entre os dois reinos ibéricos. O de Utrecht em 1715 e o de Madri em 1750, o mais importante, porque estabeleceu o princípio do *uti possidetis*, lei que acabou prevalecendo na demarcação definitiva dos limites. Ainda, o tratado de El Pardo em 1761; o de Santo Ildefonso em 1777; e finalmente, o de Badajoz (1801). Após esses tratados, a área do Brasil foi mais que triplicada: passou de 2.500.000 km^2 (de acordo com o tratado de Tordesilhas) para mais de 8.000.000 de km2, quase a superfície atual (HOUAISS, 1980).

A sociedade que se formou no Brasil colonial era de natureza patriarcal, patrimonial e predominantemente rural. As cidades e vilas viviam em função do campo e destacavam-se apenas como centros administrativos ou portos utilizados para o escoamento dos produtos para a metrópole. Os principais produtos da época colonial eram o açúcar, tabaco, algodão e depois o ouro e as pedras preciosas da colônia, configurando uma atividade econômica primário-exportadora.

Em relação ao povo que aqui se formava, primeiramente destacou-se os índios, aos quais se juntaram os brancos europeus, predominantemente portugueses e que se estabeleceram como donos da terra, depois chegaram os negros africanos trazidos como escravos.

Com o cruzamento dessas raças saíram diversos tipos de mestiços, predominando os caboclos ou mamelucos que eram filhos de brancos com indígenas, os mulatos que por sua vez eram filhos de brancos com negros e os curibocas ou cafusos, que eram filhos de negros com indígenas.

Até a Independência, o número de brancos foi sempre inferior ao de outras

raças, não obstante tivessem todos os poderes e direitos. Os portugueses impunham sua religião, a católica, e poucos eram os mulatos ou outros mestiços que podiam, por exemplo, freqüentar as escolas, mesmo de nível elementar, mantida pelas ordens religiosas.

Em um país onde a agricultura era a principal fonte de riqueza, formou-se uma espécie de aristocracia latifundiária, que detinha todo o poder político e econômico.

Os movimentos revolucionários surgiram principalmente quando os colonos, isto é brancos senhores de terra, sentiam ameaçados seus interesses econômicos e políticos. Nesse período freqüentemente se rebelavam, sobretudo após as guerras contra os holandeses, quando puderam por à prova sua capacidade de luta. Explodiram revoltas desde a segunda metade do séc. XVII, em diversos lugares da colônia, por motivos diferentes, mas quase sempre por causa de interesses econômicos ameaçados: em 1641, em São Paulo, quando um grupo de colonos pretendeu aclamar rei um de seus companheiros, de nome Amador Bueno da Ribeira, que, no entanto, não aceitou; em 1660-1665, no Rio de Janeiro, contra o governador Salvador Correia de Sá e Benevides; em 1684, no Maranhão, quando os irmãos Beckman (Manuel e Tomás) se levantaram contra a Companhia do Estanco. Os mais sérios movimentos ocorreram, contudo, no séc. XVIII, quando ganharam, inclusive, caráter nativista: as chamadas "guerra dos emboabas", na zona das minas, e "guerra dos mascates", entre os comerciantes portugueses do Recife e os fazendeiros de Olinda; a revolta de Filipe dos Santos e de outros mineradores de Vila Rica (Ouro Preto), em 1720, contra o estabelecimento das casas de fundição; a Conjuração de 1789, também em Vila Rica, que levou à forca o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes; a Conjuração Baiana, de 1798, que terminou com a execução de vários dos conspiradores, alfaiates e soldados, de pouco antecedida pela Inconfidência carioca, que levou à prisão, por alguns anos, o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, o professor João Marques Pinto e o Dr. Mariano José Pereira da Fonseca, o futuro marquês de Maricá, que, após a Independência, seria

senador e ministro do Império (HOUAISS, 1980).

A migração da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, ocorreu em virtude da invasão de Portugal por tropas napoleônicas. O príncipe regente Dom João determinou a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, aonde chegou em princípios de março de 1808, ocasião em que assinou carta-régia abrindo os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas em 28 de janeiro de 1808. Também tiveram grandes impactos econômicos os tratados de comércio com a Inglaterra (1810), de graves conseqüências para o Brasil, pois viriam a impedir, durante muito tempo, o estabelecimento de indústrias no país.

No século XVIII as indústrias eram proibidas no Estado do Maranhão e depois Grão Pará (com a Capitania do Rio Negro) e Maranhão, na época do Marquês do Pombal (1750 – 1777), pelo Diretório; só se permitia a produção de tecido grosso de algodão para cobrir os corpos dos escravos e toda as demais eram proibidas.

Ainda houve a elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal e Algarves em 1815.

Dom João viveu no Brasil de 1808 a 1821 e em relação à consolidação dos limites territoriais destaca-se a declaração de guerra à França e conseqüente anexação da Guiana Francesa; as lutas para a anexação da Banda Oriental que foi completada em 1821, quando se criou a Província Cisplatina. A revolução pernambucana de 1817 foi um dos movimentos mais importantes, chegando a estabelecer uma República, de curta duração (apenas dois meses e dez dias), tendo sido executados os principais chefes revolucionários: Domingos José Martins, Domingos Teotônio Jorge e outros.

Também a revolução constitucionalista do Porto, em 1820, quando representantes brasileiros foram eleitos para as Cortes Constitucionais Portuguesas.

Ainda cabe ressaltar, segundo Feres, "que D.João VI, em sua passagem pelo Brasil realizara uma verdadeira derrama de sesmarias, distribuindo terras entre os favoritos da Corte, ou como recompensa a chefes militares por ações de guerra" (FERES, 1990).

Em seguida Dom João volta para Lisboa, ficando no Rio de Janeiro, como regente, o príncipe herdeiro Dom Pedro que aos 24 anos foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil, como Dom Pedro I.

2.2. O fim das Sesmarias em 1822 e o período de transição: das Insurreições à nova lei de terras de 1850

Um ato importante voltado para questão fundiária dessa época foi à extinção do sistema de sesmaria. Segundo o autor (FERES, 1990).

> ...a pressão liberal conseguiu convencer o Príncipe Regente, D.Pedro a sancionar a proibição de novas doações de terras, até que a questão tivesse sido reconsiderada em uma nova legislação fundiária. O Conselho de Apelação da Corte suspendeu todas as doações, em julho de 1822. A partir desse ano nenhum título de propriedade poderia ser atribuído, até que nova legislação fundiária houvesse sido sancionada. Vários motivos levaram os políticos do Império a reivindicar uma revisão do sistema fundiário: - retirar das mãos do Imperador o privilégio de dispor das terras, bem nacional supremo; - tentar corrigir os inúmeros defeitos do sistema fundiário vigente: a concentração da propriedade em poucas mãos; o fato de que, apesar da imensa abundância de terras no país, ainda não se haver chegado a uma política de estímulo da produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado consumidor interno; um problema premente devido à existência de inúmeros cidadãos livres sem terras; - rediscutir a questão das penalidades a serem impostas aos sesmeiros que não cultivavam suas terras; rever a legislação das doações em forma de foros: rever a questão do direito de herança. Por detrás de todas essas razões, a constatação cada vez mais evidente de que, com o aumento da população e com o advento do progresso, a terra tornava-se um bem escasso e adquiria um valor, cada vez maior, na medida em que se integrava ao processo produtivo, e, por isso mesmo, tomava-se fonte de constantes disputas entre os proprietários do interior. Uma contradição evidente foi freqüentemente denunciada por inúmeros políticos do Império: num país de tanta terra, crescia o número dos pobres e despossuídos. A ganância com que a terra fora ocupada (a extensão das propriedades superando em muito a capacidade de exploração dos proprietários) era a causa principal desse desvio: a maioria das sesmarias distribuídas encontrava-se ainda em estado de incultura, ou era apenas parcialmente ocupada por culturas de exportação. A carestia de

> alimentos era um problema permanente em todos os centros urbanos brasileiros e havia, certamente, uma relação imediata entre a concentração fundiária, a agricultura de exportação e a falta de gêneros no mercado interno. Crescia o número de súditos pobres e dependentes dos grandes proprietários rurais. Cresciam as cidades e os problemas de alimentação e de trabalho para a população urbana. O sistema colonial de ocupação do território, de organização do trabalho e da produção tinha que ser repensado.

Entretanto, ainda segundo a mesma fonte

> ...A completa ausência de uma instância reguladora das atribuições, medições e registro das propriedades encorajava os mais afoitos a ocupar sumariamente a terra. Era o fenômeno da posse ilegal - a simples ocupação de terras - que se expandia, adquirindo proporções alarmantes. A posse ilegal que, no período anterior havia sido o expediente usado pelos pobres para conseguir um pedaço de terra para cultivo (em geral, de alimentos), caracterizava-se pela extensão reduzida das posses (proporcional à capacidade de cultivo de uma família). Após 1822, as ocupações serão feitas por grandes proprietários, visando acumular propriedades para fins de futuras divisões em herança, ou tentando melhorar sua posição financeira diante de credores e de bancos, utilizando a terra ocupada como reforço de hipotecas. Essa última tendência foi agravada e encorajada pela necessidade dos proprietários de terras de amealhar meios financeiros para aplicar na compra de novos escravos. Na medida em que empenhavam suas terras em hipotecas, buscavam ocupar novas terras. A expansão do café, nas terras do sul, foi outro motivo para a multiplicação das posses através do sertão paulista. O exemplo dos proprietários sulistas foi rapidamente seguido pelos de outras regiões.

Essa época, entre o fim das sesmarias até a nova lei de terras em 1850, seria caracterizada por inúmeros conflitos e entre os primeiros encontra-se as guerras da Independência, travada contra as guarnições fiéis a Portugal na Bahia, no Piauí, no Ceará, no Maranhão e no Pará, que terminaram nos fins de 1840, e também a luta diplomática travada para o reconhecimento do Império, luta que só seria vitoriosa depois que, por intervenção da Inglaterra, Portugal reconheceu a independência de sua antiga colônia em 29 de agosto de 1825.

Em Pernambuco estourou também uma revolução que pretendia o estabelecimento de uma república denominada de Confederação do Equador, que foi

debelada em 1824. Os problemas com a Cisplatina acabaram levando a uma guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata entre 1825 e 1828, terminada com o Tratado do Rio de Janeiro, em que foi reconhecida a independência do Uruguai.

A preocupação do príncipe com o problema sucessório de Portugal levou Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, a renunciar à coroa brasileira, em favor de seu filho Dom Pedro II, de apenas cinco anos de idade.

Segundo o autor (COSTA, 1991).

> Afastada a possibilidade de um golpe absolutista de D. Pedro I (com o apoio dos setores reacionários mais radicais) em função da sua abdicação, constitui-se a Regência Trina Permanente. ...e a partir daí inicia o período que certamente pode ser caracterizado como o de maior convulsão social e política da nossa história, pelo menos no tocante ao número de insurreições e revoltas de todo tipo, atingindo praticamente todo o território nacional. As medidas centralizadoras do governo, tais como o poder ilimitado do Regente Feijó (a partir de 1834 a Regência Trina torna-se Una) as medidas repressoras na capital, a criação da Guarda Nacional, etc., são a contrapartida às agitações provinciais. É nesse contexto que a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti registra a ocorrência de 20 movimentos provinciais entre 1831 a 1848, portanto chegando até o início do reinado de Dom Pedro II e atingindo quase que todo o território nacional desde o Pará (Cabanagem), até o Rio Grande do Sul (Farroupilha)

Ainda segundo o autor (COSTA, 1991) "Dentre essas revoltas, algumas merecem destaque, pela sua envergadura (nível de participação popular), duração e pelo seu conteúdo político e até mesmo ideológico. São os casos da Cabanagem no Pará (1835-1840), Praieira em Pernambuco (1848), Sabinada na Bahia (1837-1838), Balaiada no Maranhão (1838-1841) e Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845)".

A. A Praieira

Para o autor (COSTA, 1991).

> O movimento ocorrido em Pernambuco entre 1842 a 1849 pode ser caracterizado como o mais politizado de todas as revoltas do período (alguns historiadores consideram-na uma revolução), no sentido de que originou-se e desenvolveu-se enquanto luta política explícita entre classes sociais distintas,

que procuravam expressar-se em torno de suas posições políticas e ideológicas. Tratava-se de uma província bastante desenvolvida, em função dos séculos de produção açucareira. Conseqüentemente, a força dos senhores de terra e engenho era enorme. Nas cidades, e principalmente na capital, desenvolvera-se uma forte burguesia comercial, composta majoritariamente por portugueses. Do outro lado, uma enorme massa de escravos e trabalhadores livres, além dos artesãos, funcionários públicos, intelectuais, etc. A concentração do poder econômico e político era extremada. Segundo Caio Prado Júnior (apud COSTA , 1991), um terço dos engenhos da província pertenciam a uma única família (os Cavalcântis). Os políticos liberais na Assembléia apontavam constantemente esses fatos e exigiam mudanças. Surge um novo partido (Praieiro, já que seu jornal Diário Novo, funcionava na rua da Praia) que passou a comandar a oposição política (e posteriormente armada) à situação que denunciavam. Os proprietários e comerciantes, por seu turno, organizaram-se também num partido (Ordem) e seu respectivo jornal (Diário de Pernambuco). Durante alguns anos a luta política se fez em nível parlamentar, entremeada de alguns choques violentos. Em especial após a ascensão de um presidente na província, que tentou implantar algumas reformas do ideário praieiro, promovendo inclusive devassas em engenhos da oligarquia. Os revoltosos dominavam amplamente a província. Quando, em 1848, o governo central nomeou um novo presidente de província com a incumbência de normalizar a situação, generalizou-se a luta armada propriamente dita com o levante dos praieiros e sua marcha em direção à capital. São derrotados pelas forças da reação em 3 de fevereiro de 1849. Apesar da guerrilha que permanece no interior, os revoltosos são dominados. Com a derrota, abortara-se também um projeto político autenticamente liberal que os praieiros pretendiam concretizar em Pernambuco. Esse projeto, expresso claramente em seu programa, foi sintetizado por Caio Prado Júnior (apud COSTA , 1991): "1° - Voto livre e universal do povo brasileiro. 2° - Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa. 3° - Trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro. 4 - Comércio a retalho para os cidadãos brasileiros. 5° - Inteira e efetiva independência dos poderes constituídos. 6° - Extinção do poder moderador e do direito de agraciar. 7° - Elemento federal na nova organização. 8° - Completa reforma do poder judicial em ordem a assegurar as garantias individuais dos cidadãos. 9° - Extinção do juro convencional. 10° - Extinção do atual sistema de recrutamento".

B. A Sabinada

Na Bahia, desde a Independência do Brasil, passando pelo primeiro reinado e continuando na regência, ocorreu uma série de acontecimentos, que segundo o autor (COSTA, 1991)

> ...punham em xeque a ordem política instaurada pelo governo central. Paulo César Souza, um estudioso da Sabinada, aponta em sua cronologia sobre tal período, pelo menos dez ocorrências de monta desse tipo, entre julho de 1823 (data da Independência na Bahia) e 1838 (o fim da Sabinada). No caso baiano, destacam-se as revoltas dos escravos, em especial a dos Malês, em 1835, explicadas em grande parte pela sua forte presença naquela província. Afora esse dado particularizante, também na Bahia a presença lusitana e principalmente o seu domínio sobre as atividades comerciais, era fator de revolta das camadas populares e de segmentos médios urbanos. Além disso, contribuíam para esse descontentamento a crise crônica da província: baixos salários, os efeitos das secas no interior que repercutiam na capital, as condições de vida da grande massa de escravos e as insatisfações generalizadas nas fileiras das tropas militares, tanto entre soldados quanto graduados e até mesmo oficiais. Desde o início de 1837 as reuniões preparatórias dos revoltosos se sucediam, lideradas principalmente por Francisco Sabino e João Carneiro, além de outros que em geral representavam os estratos médios e intelectuais de Salvador. No dia 7 de novembro eclodiu o movimento de fato, com a tomada do poder provincial pelos revoltosos e a proclamação de seus princípios lavrados em ata na Câmara Municipal. Por aqueles princípios, declarava-se o desligamento da província do governo central do Rio de Janeiro, tornando-se "Estado livre e independente". Um novo presidente é nomeado e um "governo revolucionário" instalado. No dia seguinte, inicia-se o êxodo das famílias e daqueles que temiam as conseqüências do movimento revoltoso. A reação começa a organizar-se no Recôncavo, a partir de iniciativas de grandes senhores de engenho e da Guarda Nacional. As rotas de abastecimento são cortadas, por terra e pelo mar. A cidade é formalmente bloqueada, por decreto do governo central, em fevereiro de 1838 (registrou-se a presença de dezesseis barcos nesse bloqueio). Como conseqüência, faltam suprimentos de todo tipo e o ânimo popular é abalado. As tropas da reação organizadas no Recôncavo, além de brigadas enviadas como reforço, sitiam a cidade e a tomam de assalto em 14 de março deste ano. Os principais líderes fogem e os "legalistas" assumem o poder na província a 1° de abril.

C. A Cabanagem

Outra revolução nessa época, que segundo o autor (COSTA, 1991) merece destaque, foi a Cabanagem.

> A província do Pará, bem como a do Maranhão, formaram, durante o período colonial, uma capitania à parte do restante da colônia brasileira, organizada e controlada diretamente pela metrópole. Apenas com a independência foram definitivamente incorporadas ao restante do país (como três províncias: Pará, Maranhão e Rio Negro), após choques violentos entre brasileiros e lusitanos. Foi a intervenção do governo imperial, em 1823, que consolidou essa incorporação, o que não significou o fim das escaramuças entre as duas correntes, dada a forte presença dos lusitanos controlando as atividades econômicas da província. Esse quadro de conflitos permanentes manifestava-se na constante troca das autoridades provinciais, a ponto de recém-nomeados pelo governo regencial nem mesmo conseguirem desembarcar para assumirem seus postos. Em 1833 tomou posse um novo presidente de província, incumbido de colocar ordem na situação à custa da repressão. Com isso, aumentou o descontentamento e a agitação popular, em particular porque, além disso, os brasileiros pobres (índios, negros e mestiços em geral) sentiam-se traídos pelo governo regencial, já que os privilégios e desmandos dos lusitanos permaneciam intocados. Assim é que, liderados por Eduardo Angelim, pelos irmãos Vinagre e por Ferreira Lavor (os mais destacados), os revoltosos tomaram a cidade de Belém em 7 de janeiro de 1835, dominando a cidade durante oito meses. Constituíram o primeiro governo popular cabano, com Clemente Malcher à frente. Logo as massas perceberam que o novo presidente, mesmo que nominalmente cabano, não estava disposto a adotar medidas que implicassem numa efetiva ruptura com a ordem vigente. A agitação retornou às ruas e a repressão também. Malcher foi deposto e executado pela massa, sendo substituído por Francisco Vinagre. A decepção com o novo líder não foi menor que com o anterior. Assim como Malcher, Vinagre protestou fidelidade ao Imperador, chegando mesmo a um acordo com a Regência. Mais uma vez a revolta radicalizou-se. Angelim assumiu o governo. Enquanto isso, o governo regencial preparou o envio de tropas legais à província para reprimir a revolta. Lá chegando, conseguiram expulsar os cabanos da cidade para os arredores, e estes estabeleceram uma "República Independente do Pará" na Ilha Tatuoca, partindo para ataques freqüentes no Baixo Amazonas, Marajó e Tapajós, principalmente. Em abril de 1838, atacados novamente pelas forças

legalistas, foram completamente derrotados e um novo presidente nomeado pelo governo tomou posse.

No Brasil, entre 1831 a 1840, teve um período regencial, que deveria durar até que o imperador completasse 18 anos de idade, em 1843, mas terminou em 1840 com a proclamação da maioridade do jovem príncipe Dom Pedro II, que reinou entre 1840 e 1889.

Na primeira fase do reinado de Dom Pedro II, quando assume o poder que estava na mão da regência, encontra já uma série de revoltas, nas mais diferentes regiões do país, o que o leva, na fase inicial, a convocar o general Luís Alves de Lima e Silva, seguidamente barão, conde, marquês e duque de Caxias, para debelar as lutas existentes no Império, o qual venceu primeiramente a revolução que estourara no Maranhão, conhecida como Balaiada e a revolta dos escravos.

D. A Balaiada

Segundo o mesmo autor (COSTA, 1991), cabe destaque a Balaiada.

> Assim como o Pará, o Maranhão foi organizado como administração à parte do restante da colônia, administrado diretamente por Portugal (Estado do Maranhão e Grão-Pará e depois Grão Pará e Maranhão com sede em Belém). Em 1772 deu-se a separação em dois estados: Grão-Pará e Rio Negro, e Maranhão e Piauí. No Maranhão e Piauí as atividades econômicas estavam centradas no cultivo do algodão e arroz, e na pecuária. Á época da revolta, a maior parte da população não proprietária trabalhava na atividade pecuarista, e compôs a massa sertaneja principal da insurreição, somavam-se aos sertanejos, ainda, grupos numerosos de escravos fugitivos. As causas da revolta não diferiam em muito das demais: descontentamento com os desmandos locais dos grandes senhores de terras e hostilidade à presença marcante dos portugueses na vida econômica e política da província. O que distingue a Balaiada dos outros movimentos da época, é o fato de que ela não expressou um ideário de tipo liberal e separatista, além de caracterizar-se pela relativa dispersão e desconexão entre as ações dos revoltosos. Não havia uma única liderança ou coordenação do movimento, já que os diferentes grupos sertanejos em revolta se organizavam em torno de chefes locais. A luta iniciou-se de fato em 13 de dezembro de 1838, com a invasão da vila da Manga por um grupo chefiado por Raimundo Gomes Vieira

(produtor e vendedor de balaios), o mais conhecido deles. Na capital, os liberais instrumentalizaram o movimento, como meio de exercerem a sua própria pressão contra a centralização do governo central e provincial, com destaque para a campanha do jornal "O Bentevi". Os núcleos da revolta e da luta armada, no entanto, desenvolviam-se em regiões distantes da capital, atingindo boa parte do sertão. As expedições de tropas legais enviadas pelo presidente da província não obtinham sucesso frente aos revoltosos. Estes, em julho de 1839, tomaram a cidade de Caxias, a segunda cidade da província. Segundo Maria de Lourdes M. Janotti *(A Balaiada) a* partir daí aumentam as preocupações com uma possível tomada da capital, dada a envergadura do movimento. Em suas palavras: Crescia cada vez mais o número de contingentes balaios, formados por grupos heterogêneos. Em todos os manifestos por eles redigidos declaravam-se bem-te-vis, defensores da religião, da Constituição, fiéis a D. Pedro II, contrários ao despotismo e à lei dos prefeitos, e principalmente inimigos dos portugueses. Pela dimensão alcançada pela revolta (toda à parte ocidental da Província estava dominada pelos balaios), o governo central resolveu nomear um novo presidente de província, para lá enviando o coronel Luís Alves de Lima (o futuro Duque de Caxias), com plenos poderes para reprimir o movimento. Após algumas providências, o coronel juntou uma tropa de oito mil homens e iniciou a repressão. As derrotas dos grupos balaios e o desentendimento entre seus chefes começaram a suceder-se e em 1840 a revolta estava derrotada e seus chefes feitos prisioneiros ou mortos." (COSTA, 1991).

Uma outra frente de luta se abre no Rio Grande do Sul e há o enfrentamento com a Revolução Farroupilha, que já vinha do período regencial.

Segundo o autor (COSTA, 1991)

...o sul não havia sido, como as capitanias ao norte, objeto de um empreendimento colonial típico dos portugueses, tendo sido o seu povoamento "espontâneo" (por parte dos criadores de gado estancieiros paulistas, vicentinos e lagunenses) o elemento fundamental na garantia do domínio de Portugal sobre a região desde o início (disputa com a Espanha). Quando, em 1783, o governo resolveu incorporar a região à administração do Rio de Janeiro, a consolidação desse domínio era o objetivo maior. Além dessa ocupação espontânea, a imigração foi também estimulada a partir do século XVIII, especialmente a de açorianos, que ocuparam o litoral catarinense e formaram alguns núcleos no interior, com base na agricultura de subsistência. Mais para o interior, nos campos naturais, instalou-se o

latifúndio pecuarista (as "estâncias") e, com ele, desenvolveu-se a indústria do charque, voltada basicamente à "exportação" para as demais regiões do país. O quadro social sulista também diferia do restante do país. Ali, a presença do escravo era mínima, predominando o trabalho familiar livre, e os remunerados na pecuária. Um outro aspecto a destacar-se é a forte presença militar na região, desde o início do período colonial, dada a sua posição estratégica (a disputa pela Bacia do Prata). Os militares, no caso, não se limitavam ao seu papel de defesa, mas imiscuíam-se de modo generalizado na vida econômica, social e política da Província. Muitas das estâncias pertenciam a militares, que em suas incursões ao interior, desalojaram muitos antigos ocupantes daquelas terras. Finalmente, completa-se o quadro com a presença de grande número de bandos de predadores de gado (os gaúchos), além de contrabandistas e saqueadores, dirigidos por chefes, muitos deles transformados em caudilhos locais. O descontentamento das lideranças provinciais com a administração central da Colônia era muito grande. A substituição da administração colonial pela imperial, com a Independência, não alterou esse quadro, pois o forte centralismo se fazia sentir na província, seja pela manipulação de preços dos produtos sulinos em prejuízo da região, seja pela sistemática de nomeação direta do presidente da província. Essa insatisfação com o que consideravam uma espoliação do poder central sobre a província, expressava-se, politicamente, em anseios de autonomia, a partir de princípios liberais e republicanos e, antes de tudo, *federativos*. As opiniões dos estudos divergem quanto ao caráter da revolta farroupilha ou Guerra dos Farrapos. Para alguns, ela foi claramente um movimento separatista, consubstanciado na "proclamação" da República de Piratini. Para outros, o movimento expressou apenas uma pressão regional, pelas armas, contra o centralismo e o descaso do governo central para com a província. A rebelião, em si, é precipitada pela tentativa do governo central de nomear um novo presidente de província à revelia das lideranças locais. Os revoltosos expulsam da província o nomeado e, em 1835, tomam a capital, Porto Alegre. O principal líder dos farrapos e o primeiro presidente da recém-criada República é Bento Gonçalves. Após lutas contra forças legais (especialmente recrutadas, pois a Guarda Nacional era controlada pelos rebeldes), Bento Gonçalves é derrotado em 1836, sendo levado para a Bahia. Foge de lá em 1837, auxiliado pelos revoltosos da Sabinada. Retornando à Província, reassume a luta, agora ajudado por um outro líder que já era famoso pelas suas façanhas na Itália: Giusepe Garibaldi. Em 1839, sob o comando de Garibaldi, a cidade de Laguna é dominada e proclamada a "República

> Catarinense". Em 1840 (antecipação da "maioridade" de D. Pedro II), o governo central tenta negociar um acordo com os revoltosos, mas estes decidem continuar a luta. Em 1842 o governo envia o Barão de Caxias para a província, que derrota os farrapos, após cortar os meios de comunicação da província (principalmente com o Uruguai). Em 1845, num acordo de rendição total que previa anistia aos revoltosos, além da incorporação de parte deles às forças imperiais e da devolução das terras confiscadas, a revolta chega ao fim.

Esse período mais conturbado, inicia-se com a chegada da família real no Brasil, agravado com a derrama de sesmarias e subseqüente proibição, se estendendo até 1850, quando se consegue um novo arcabouço legal regulamentando um novo regime de propriedade das terras brasileiras, que ainda irá levar um tempo para acomodar uma nova situação legal.

Essa época de consolidação da independência nacional é caracterizada pela instabilidade econômica, política e social que persiste por *um* longo tempo que se estenderá até a primeira fase do reinado de Dom Pedro II. Um dos principais problemas gerador desse quadro é a estrutura fundiária cada vez mais desorganizada, em função de uma história que remonta ao período colonial, com conflitos generalizados, afetando negativamente o desenvolvimento da agricultura, principalmente após a independência.

Segundo outro autor (FERES, 1990)

> ...A questão da distribuição e da posse da terra ocupa novamente um lugar importante na evolução política do Brasil imperial, pois o país ainda não possuía um arcabouço legal. O sistema de sesmaria havia contribuído para que ocorresse um caos fundiário, entretanto, sem lei, agravou ainda mais a situação e a proposição de um novo quadro legal para a questão fundiária então se faz necessária. Por volta de 1842-1843 o caos fundiário era completo. Novos posseiros ocupavam extensões de terras, em alguns casos, muito maiores que as sesmarias coloniais, com limites vaguíssimos (acidentes geográficos: rios, serras, vales), sem nenhum compromisso de cultivo (o que no caso das sesmarias já era um problema crônico). Os posseiros devendo usar essas terras ocupadas como garantias para suas hipotecas, tinham que encontrar alguma forma de formalização das posses. Um expediente muito freqüente era ocupar a terra e fazer uma doação de

pequena parcela a uma paróquia ou a uma comarca nas vizinhanças, de modo a envolver as autoridades locais e garantir seu apoio, em caso de litígio. Como as posses a que me refiro agora referem-se a imensas extensões, e não mais a pequenas nesgas de terra entre as sesmarias, eram freqüentes os litígios, pois muitas posses atingiam terras *já anteriormente* doadas. Ou, em casos freqüentíssimos, dois posseiros disputavam a mesma terra. A corrida às terras foi realizada, portanto, apoiada, de um lado, nas chicanas burocráticas locais, e de outro, literalmente, na capacidade de fogo do posseiro. Para ocupar terras era necessário dispor de um pequeno exército particular, capaz de desencorajar concorrentes e capaz de manter a integridade da nova propriedade. A posse passa a ser atividade exclusiva de proprietários ricos, em nada diferindo das antigas sesmarias - ou diferindo exatamente nos aspectos menos vantajosos das sesmarias: a limitação das extensões e a obrigação de cultivo. O governo provincial de Minas Gerais informava, em 1845, que 44% das terras da província já estavam ocupadas ilegalmente e que só restavam 20% de terras virgens. Um deputado pelo Piauí declarava na Câmara que, naquele mesmo ano, todo o território de sua província já estava ocupado por posses ilegais e que, na maioria dos casos, o único sinal da presença de proprietário era ou uma carroça ou um poço ou um curral. Essa expansão da fronteira não era apenas resultado do desenvolvimento econômico. A maioria das posses era "ocupações de reserva". A abolição da regra que limitava o direito de herança da sesmaria ao filho primogênito do sesmeiro, alimentava a gana dos proprietários de terras: mais terra devia ser ocupada para que todos os filhos pudessem herdar convenientemente. Tal forma de ocupação era a negação mais completa do poder do Estado. Eram muito freqüentes as guerras de terra entre posseiros. A violência dessas lutas punha em pânico os habitantes pobres do sertão, forçados a aderir a um dos partidos litigantes, entrando no rol de seus clientes, como capangas, ou a fugir para regiões distantes. O Visconde de Niterói, em 1845, denunciava na Câmara: A posse expõe o homem à mais difícil das empresas, a tarefa de defender um vasto território... e defendê-lo sem nenhum título... apenas impelido pela ambição do lucro, contra outro homem movido pelo mesmo motivo. Em sua denúncia o Visconde mostrava como a posse estimulava os posseiros a ampliar seus exércitos particulares. Nesses, os pobres eram encorajados, primeiro a se matar entre si, por ordem dos grandes senhores. O resultado era a desmoralização entre os habitantes, que viviam no pavor e na insegurança. O Visconde levantava, finalmente, o argumento capaz de sensibilizar os

> poderosos: a posse mina a autoridade do governo, quebra a unidade da classe proprietária, o que é mais grave, dá armas aos despossuídos, que poderão vir a usá-las contra seus próprios senhores. A acuidade da análise do Visconde é logo confirmada: os fazendeiros da primeira fase de expansão do café (do Vale do Paraíba e da Serra, no Rio de Janeiro) começaram a protestar contra a violência e a barbárie dos posseiros. O motivo do protesto não era, evidentemente, a preocupação humanitária pelo destino dos moradores do interior, mas o temor dos fazendeiros tradicionais frente ao poder crescente dos posseiros, seus concorrentes potenciais, na medida em que a frente do café se deslocava para o Oeste de São Paulo. As posses acabariam por atrair a mão-de-obra, já perigosamente escassa, para o interior; e acabariam atraindo também os investimentos do Estado na implantação de infraestruturas. Os fazendeiros do Vale apresentavam uma reivindicação clara: frear a expansão da fronteira e drenar a fuga da mão-de-obra. Ou, como propunha, sem maiores rodeios, o deputado fluminense Souza Franco: o Brasil seria muito mais eficiente e seguro se o governo conseguisse reunir no Rio de Janeiro (isto é, nas fazendas fluminenses) cinco ou seis milhões de pessoas...A posse, que fora o único meio de acesso à terra para o colono livre e pobre, acabou por transformar-se no instrumento real que permitia a expansão desenfreada do latifúndio. No fim do período colonial a posse era a forma de protesto e de sobrevivência do pobre do interior.

Em 1842, a posse tornou-se a forma de avanço de imensos latifúndios no Brasil, em que grandes proprietários do litoral foram em direção ao interior, conquistando e ocupando o território, sem qualquer tipo de controle e sem nenhum objetivo imediato de produção - apenas com a idéia de acumulação especulativa da propriedade fundiária. É ainda Feres (1990) quem declara:

> Em 1842 o Partido Liberal rebelou-se contra o governo central. Os liberais contavam em suas fileiras com os principais expoentes entre os pioneiros do Oeste paulista e do sertão de Minas Gerais. A rebelião fracassou e o governo formou um novo gabinete de vencedores - de fazendeiros tradicionalistas do Vale do Paraíba. A principal preocupação desses políticos conservadores era a crescente pressão inglesa em tomo da abolição do tráfico negreiro e o crescente perigo da escassez da força de trabalho em suas fazendas no Vale. A necessidade de estimular a imigração de colonos europeus começou a ganhar terreno entre os conservadores.Todos esses fatores somados, explicam a apresentação de <u>um anteprojeto ao Conselho de Estado</u>, visando

a solução de dois problemas urgentes: combater as posses ilegais; encontrar uma nova forma de organização da força de trabalho. O projeto, mais tarde apresentado à Câmara, era baseado na teoria da colonização proposta por E.G.Wakefield em suas *Letters from Sidney* (apud FERES, 1990). Para Wakefield o bom sistema de colonização baseia-se em cinco postulados: 1. a prosperidade de uma colônia depende da abundância de mão-de-obra, proporcionalmente ao território ocupado. E a mão-de-obra é um fator que os capitalistas podem manter sob controle. 2. a mão-de-obra pode ser importada das metrópoles, mas deve ser obrigada a servir nas grandes empresas de colonização (as plantações) por dois ou três anos. 3. para que o trabalhador importado não se torne proprietário muito rapidamente, é necessário que as terras sejam vendidas a preços suficientemente altos (isto é, o mais inacessível possível para o bolso do trabalhador). 4. o produto da eventual venda de terras deve ser incorporado a um fundo para a imigração. Desse modo estabelece-se o equilíbrio ideal entre a continuidade da oferta de mão-de-obra e a ocupação do território. 5. o preço da terra deve ser uniforme e fixo. Não se podem vender terras em leilão público. *Dos cinco princípios de Wakefield*, três passaram para o texto da lei de 1850: 1. o governo encarrega-se de importar trabalhadores e fixa o prazo de trabalho obrigatório nas plantações em três anos. 2. a terra será objeto de venda, e a preço tal que impeça o trabalhador de tornar-se proprietário rapidamente. 3. o produto da venda de terras é revertido num fundo para imigração, para custear a vinda de novos contingentes de imigrantes.

2.3. A lei de terras de 1850

É nessa conjuntura de crise que a discussão é encaminhada e acabou se consubstanciando na Lei 601 de 1850, que por um lado buscava dar um encaminhamento à situação caótica da propriedade rural e por outro, criar formas de aumentar a oferta de força de trabalho livre, necessária ao desenvolvimento da produção agroexportadora, e uma alternativa à escravidão.

Segundo outro autor "..dois problemas aparecem claramente colocados na Lei 601:1. Resolver o caso da propriedade privada das terras e separar legalmente o patrimônio territorial público do privado; e 2. Encaminhar alternativas para o problema da mão-de-obra livre, autorizando o Estado a promover a colonização

estrangeira. São estas duas as questões fundamentais, colocadas para o equacionamento pela Lei 601, de setembro de 1850, pois é em torno delas que girarão os demais problemas candentes a respeito da política agrícola e de terras do Império." (JONES, 1997).

A Lei 601, conhecida como a Lei de Terras, teve como seu objetivo fundamental, regular e estabelecer os critérios jurídicos, com base nos quais seria (ou não) reconhecida pelo Estado a propriedade privada e legítima da terra. Para Smith, citado por Jones (1997) as condições institucionais e jurídicas fundamentais para a transformação da antiga propriedade resolutiva, fundada no instituto de sesmarias, em propriedade privada plena, absoluta, mercantil, da terra. Demarca, dessa forma, claramente, os limites legais e legítimos da separação entre a propriedade territorial pública e privada no Brasil.

Para se entender melhor a questão, as terras brasileiras poderiam ser classificadas em quatro categorias 1) devolutas, 2) as sesmarias ou outras concessões oficiais legítimas, 3) as sesmarias ou outras concessões não confirmadas ou caídas em comisso e 4) as posses, que sempre se constituíram em diferentes conjunturas e nas mais variadas regiões do país

Assim, segundo JONES (1997),

> ...1. Havia as terras devolutas, parte do domínio do Estado. Tratava-se de terras que não se confundiam nem com a propriedade do Estado, como as destinadas a algum uso da união, das Províncias ou dos Municípios, nem com as demais terras que se encontravam, legitimamente, no domínio privado. As terras devolutas, por suposto, livres, sem nenhuma destinação ou utilização pública ou privada, que sempre estiveram sujeitas aos diversos modos e formas de apossamento, são estritamente regulamentadas pela Lei 601, ficando, logo no seu artigo primeiro, o acesso a essas terras, condicionado à compra do Estado. A única exceção aberta referia-se à possibilidade de cessão, pelo Estado, a terceiros, na faixa de fronteira do Império com países estrangeiros. Portanto, no caso das terras devolutas, fica definitivamente vedado como ilegítimo e ilegal, logo, sujeito com indenização e multas à prisão - o seu apossamento. 2. Havia as sesmarias ou outras concessões oficiais legítimas e como tais, reconhecidas. Portanto, eram parte

> efetiva do domínio privado, legalmente destacado do patrimônio público. Tratava-se das sesmarias não caídas em comisso e outras concessões do Governo Geral ou Provincial. Referiam-se às antigas sesmarias e concessões que estavam integradas efetivamente à produção econômica e de exportação (como era por exemplo, a situação das terras da zona açucareira do nordeste, embora houvesse outras situações semelhantes em todo o território do País). Estas, junto com as terras de domínio efetivo do patrimônio do Estado (as que tinham algum uso público. Nacional, Provincial ou Municipal), são legalmente reconhecidas como parte do patrimônio legítimo, público e privado, e, como tais, ficam fora do âmbito de abrangência da Lei 601, que se destinava ao estabelecimento das condições legais para a legitimação das terras consideradas de ocupação irregular, extralegal e ilegítima. 3. Havia as sesmarias ou outras concessões não confirmadas ou caídas em comisso, pelo não cumprimento de algumas ou de todas as condições de resolubilidade, ou simplesmente abandonadas pelos concessionários ou sesmeiros. Essas concessões e sesmarias, que eram parte dos latifúndios têm, na Lei 601, a expectativa de direito à sua revalidação.

Um outro aspecto de vital importância para os mais desfavorecidos, levantado por Faoro (apud FERES,1990) refere-se, ao item abaixo:

> 4) Ainda quanto às posses, havia também aquelas, pequenas, que sempre se constituíram, por diversas formas e em diferentes conjunturas, nas varias regiões do país, dentro ou fora das sesmarias ou em terras devolutas, mas sempre em áreas afastadas das melhores terras e, geralmente, com a anuência do Estado ou dos latifundiários. Embora essas pequenas posses, enquanto tais fossem asseguradas pela Lei 601, sobretudo elas, que preenchiam as condições básicas de legitimação, que seriam a moradas habitual e a cultura efetiva. Serão exatamente as que não conseguirão fazer valer essa sua expectativa "liquida e certa" de direito, passando a fazer parte, desde então, do imenso exército dos expulsos da terra e da sociedade civil.

A imensa maioria dos pequenos posseiros desde essa época não terá o seu direito sobre a propriedade respeitado: aqueles tornam-se os excluídos e, por assim dizer, a origem dos sem-terra. Detendo apenas a sua força de trabalho, são submetidos a diversos contratos de trabalho leoninos.

No final o que se observou é que, com exceção das terras de uso público,

nacional, provincial ou municipal e as terras de domínio privado com título legítimo[4], todas as demais foram incluídas no rol de terras devolutas do Império, o que em termos jurídicos significa que integram o conjunto das terras públicas. Com isso, do ponto de vista da legalidade e do Estado de Direito deixam de existir no Brasil terras sem dono.

Em outras palavras, toda a terra que não foi legitimada [5] tornou-se propriedade do Estado, nas palavras do próprio texto legal no Artigo 8° Lei 601/1850 citado por Jones (1997) "os possuidores que, deixarem de proceder à medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados em comisso, e perderão, por isso, o direito que tenham a ser preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente Lei, conservando-os somente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura havendo-se por devoluto o que se achar inculto"

Ainda, para Jones (1997)

> "...A lei de terras de 1850 portanto implicou na inviabilização de qualquer alternativa a uma arrancada da economia agrária brasileira, que assim persistiria nos velhos padrões agro-exportadores de produtos primários, de baixa produtividade e fundada ainda por mais quase quatro décadas, no trabalho escravo, sem muita margem ou alternativa de transformação, o que implicou, em suma, o aborto do projeto efetivamente capitalista. Dessa forma, o problema da reestruturação agrofundiária brasileira é, em 1850, negado na prática pelos potentados da terra, reduzido ou a um processo de colonização, sempre em terras distantes, ou à simples atração de mão-de-obra migrante e barata para servir aos latifundiários. E, através destes e de outros expedientes tem sido esvaziada qualquer possibilidade de regularização fundiária, persistindo o problema fundamental da propriedade fundiária e disso advêm a ilegitimidade e ilegalidade da maior parte das propriedades territoriais rurais do Brasil.

Já, para Feres (1990) o que chama atenção nesse novo quadro é que,

> ...em resumo: o grande fazendeiro resolvia seu principal problema - a falta de

[4]Sesmarias confirmadas ou revalidáveis pela Lei 601 e as posses mansas e pacíficas, legitimáveis pela mesma Lei.

[5]Observou-se que a maioria das terras não cumpriram a determinação legal caindo na ilegalidade. Embora os seus ocupantes continuassem na posse das terras, agora do ponto de vista legal é apenas assegurada a área efetivamente ocupada com morada habitual e cultura efetiva.

mão-de-obra - e, de quebra, conseguia conter o avanço da concorrência. Os oponentes do projeto representavam a vanguarda da economia. Para eles o projeto só atendia aos interesses dos cafeicultores (e especialmente dos cafeicultores decadentes do Vale do Paraíba). Viam com extrema repugnância a intervenção do governo central e propugnava maior autonomia local. Considerava absurdo dificultar o acesso a terra aos imigrantes, num país em que a maior parte do território ainda devia ser efetivamente ocupada. Defendiam, portanto, a doação de terras aos imigrantes, como meio de motivá-los a vir para o Brasil. Eram partidários ferrenhos da imigração como solução para o problema da colonização do país e consideravam os fazendeiros do Vale como um entrave reacionário ao avanço do processo civilizatório. A proposta de introdução do imposto territorial reuniu no mesmo horror e na mesma recusa todo o parlamento imperial, e foi eliminado do projeto final. A proposta de avaliação da terra, para efeito de registro, foi muito atacada: o país não dispunha de técnicos para realizar a tarefa com competência e honestidade. Além disso, o custo da avaliação seria muito alto. Apesar desses argumentos, a cláusula foi mantida. Também a proposta de confirmação das fronteiras, no ato do registro, foi muito atacada, com os mesmos argumentos anteriores, mais um: uma investigação rigorosa sobre limites de propriedades só serviria para assanhar os conflitos existentes. Após um século de ocupações desregradas, apenas uma atitude compreensiva dos árbitros poderia evitar o aumento do caos e o agravamento da violência, e além do mais, contribuiria ativamente para retirar os proprietários da situação de anarquia em que se encontravam. A possibilidade de que a lei determinasse a expropriação das terras portadoras de títulos irregulares ou duvidosos (praticamente a totalidade das posses) provocou a mais viva repulsa dos parlamentares: desapropriar a pessoas que, enfrentando os maiores perigos e dificuldades e fazendo os maiores sacrifícios foram povoar o sertão distante e inóspito? É mais que uma extorsão é pura traição, além de ser uma franca ofensa ao direito de propriedade. Um deputado de Minas Gerais afirmava a esse respeito: é necessário respeitar, de qualquer maneira, o que foi feito, conforme o que se pode chamar de <u>direito consuetudinário</u> da nação brasileira. A proposta de limitar a extensão das posses a serem legalizadas - no fundo uma tentativa de disciplinar o avanço da fronteira agrícola e de introduzir um pálido princípio de reforma agrária - foi recusada. Argumento: uma lei nessa direção só serviria para provocar a revolta dos proprietários e aumentar a confusão reinante. A forma definitiva da lei estabelece que as posses mansas e

pacíficas seriam reconhecidas e respeitadas sua extensão. A avaliação judicial foi eliminada. O imposto sobre as terras incultas sofreu um abatimento de 2/3. A cláusula sobre o confisco de terras sobre as quais não se tenha pago imposto, foi também eliminada. Curiosamente, a cláusula sobre a ocupação de terras particulares ou públicas, para a qual se prevê a expulsão sumária e uma pena de seis meses de detenção, recebeu o apoio unânime dos parlamentares; o que deixa antever que ela era muito mais voltada para a punição dos intrusos (camponeses pobres que ocupavam pequenos lotes) nas terras particulares, do que dos posseiros em terras públicas. Votada a lei pelos deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado. O gabinete conservador caiu em 1844, e o projeto ficou estagnado no Senado, até 1849, quando os conservadores voltaram ao governo. A iminência da proibição do tráfico negreiro e a situação alarmante de trabalhadores para o café tomaram a discussão inevitável. O ponto central de discórdia ainda era a questão da extensão das posses e o problema dos confiscos. Ambos os pontos foram devidamente amenizados: as posses foram legitimadas, sem nenhuma forma jurídica de avaliação, controle ou medição. A taxa de registro, por légua, foi reduzida à metade. O projeto foi aprovado sem emendas, pelo Senado, após cinco anos de debates e obstruções, a 18 de setembro de 1850. No fundo, eram apenas duas facções diferentes do mesmo latifúndio, tentando legitimar politicamente suas posições, e, ao mesmo tempo, garantir a ausência de qualquer controle governamental sobre seus atos, em nome do progresso. O que finalmente unia as duas facções era o firme desejo de nada mudar na orientação política do processo de produção: voltado para o exterior, controlado por um punhado de aristocratas e mantendo o resto da população na condição de exército de reserva de mão-de-obra, ao custo mais baixo possível.

Para Cirne Lima (apud FERES,1990),

A Lei de 1850 não surtiu o efeito desejado, as instituições criadas para executá-la funcionaram mal, ou nem sequer funcionaram. A Repartição Geral das Terras Públicas, órgão governamental, criado para inventariar, demarcar e dar uso conveniente às terras devolutas funcionou durante trinta anos, e nunca dispôs sequer de um mapa ou de uma lista de lotes demarcados, vendidos ou atribuídos a alguma empresa ou reservado pelo estado para alguma finalidade especial. Em 1899, essa mesma repartição registrava para os últimos dez anos de seu funcionamento uma cifra considerada inócua como média anual de renda pela venda de terras públicas. Além desse caso extremo de falência da lei, em sua aplicação imediata, há ainda todas as

> propostas de revisão e de correção, visando torná-la mais eficiente. Em 1878 o governo nomeava uma comissão para elaborar um projeto de revisão da Lei das Terras. Somente em 1886 foi apresentado um primeiro projeto de revisão: o projeto apresentava uma política agrícola voltada para o futuro, sobretudo preocupado com o problema da colonização através de imigrantes, com a proposta de criação de Burgos Agrícolas em pontos estratégicos da fronteira agrícola, a criação de bancos agrícolas e de instituições de credito e de incentivo à produção, essencialmente voltados para o pequeno produtor; além de voltar a insistir na necessidade de se evitarem e mesmo de se proibirem doações de terras devolutas pelo Estado. Votado na Câmara, em 1886, o projeto encalhou no Senado, em 1887. Até 1889 ainda se falava nesse projeto, sem que algo de concreto houvesse acontecido. Dessa forma, a Lei da Terras transformou-se simplesmente em padrão de legislação, sem nenhuma força de aplicação prática.

Para Emília Viotti da Costa (apud FERES, 1990), em seu estudo sobre a lei de terras, apresentou uma comparação entre a política de terras no Brasil (Lei das Terras -1850), e nos Estados Unidos da América (Homestead Act - 1862). Segundo a autora as duas leis foram concebidas "...para enfrentar a conjuntura de evolução econômica dos dois países", entretanto "...foram inspiradas por tendências econômicas diametralmente opostas."

Ainda para Emília Viotti,

> ...O Brasil mantinha, confirmava e reforçava sua política de produção baseada na monocultura, no sistema das grandes plantações e na orientação da produção para o mercado externo. A economia do país era completamente baseada na plantation como unidade fundamental de produção, com todas as conseqüências que disso decorrem. Entre outras, a concentração fundiária, ausência de uma classe média independente no campo e atuante no mercado interno. Os Estados Unidos procuravam reforçar sua política de diferenciação das atividades econômicas, estimulando a criação de pequenas empresas e pequenas propriedades rurais, voltadas para o mercado interno e em oposição direta ao monopólio econômico representado pela plantation no meio rural. Essa mentalidade visava, essencialmente, atender às necessidades de uma economia ágil, voltada para os interesses do progresso da industrialização e da urbanização. Toda a evolução econômica dos Estados Unidos é marcada por essa idéia, e seus efeitos são marcantes: Já em 1848 os Estados Unidos contavam com

123.025 manufaturas; o Brasil, em 1870, não possuía mais de 200. Em 1861, os Estados Unidos dispunham de 31.286 milhas de ferrovias instaladas. Nessa mesma época, o Brasil apenas começava a implantação de sua primeira linha férrea, com uma extensão não superior a 15 km. Entre 1800 e 1862, a população norte-americana crescia de 5.846.000 habitantes para 33.188.000. Em 1864, quando a Lei das Terras foi posta em pratica, a população brasileira era de 7.647.800 habitantes. Entre 1820 e 1861, os Estados Unidos receberam mais de 5 milhões de imigrantes. Até 1850 o Brasil não conseguira superar a cifra dos 50.000, mas eles já estavam chegando. Exatamente como no Brasil, o Homestead Act teve seus defensores e seus oponentes políticos. Abrindo o país à colonização, através da venda facilitada de terras, os norte-americanos estimulavam a imigração, a pequena propriedade rural e combatiam a especulação fundiária. A correspondência do esquema político norte-americano e brasileiro, neste ponto, é completa: nos Estados Unidos os Republicanos (conservadores) defendiam o Homestead Act, e os Democratas (liberais) se opunham a ele. Em ambos os países os motivos políticos eram menos relevantes que o interesse econômico e social. A divergência se dava entre o setor de mentalidade econômica mais dinâmica (os liberais) contra o setor economicamente arcaico. "Os membros da elite brasileira assemelhavam-se em muitos aspectos aos fazendeiros sulistas do Velho-Sul norte-americano, com a diferença essencial que dominavam a nação.""Os debates sobre as leis de terras nos dois países refletem a mesma ambigüidade em que a classe dominante se debatia na questão da modernização e do tradicionalismo. O debate legislativo, em ambos os casos, deixou-se encaminhar por visões futuristas e tradicionalistas e acabaram legislando para uma situação completamente distante da realidade. Os americanos encorajavam a pequena propriedade no momento em que ela se tornava problemática, pela mecanização crescente da agricultura. Os brasileiros mantiveram a sua estrutura fundiária e de produção, sem perceber que a sociedade estava mudando. Os brasileiros usaram a política de terras como cinto de segurança, os norte-americanos como válvula de escape.

2.4. A Proclamação da República – Primeira República ou República Velha (até 1930)

Na última fase do Império, houve grandes crises que acabariam por enfraquecê-lo: a crise provocada pela questão dos escravos, a crise entre a

maçonaria e os bispos de Olinda e do Pará (questão religiosa e política), a crise sucessória, e a questão militar.

A questão dos escravos apaixonou a população durante muitos anos. Desde o período colonial, os negros, trazidos da África, tornaram-se a principal, quase exclusiva, mão-de-obra no Brasil. A maioria viveu acomodada, conformada com a escravidão, trabalhando duro na lavoura, morando miseravelmente na senzala, tendo de seguir a religião do senhor - o catolicismo. Muitos, entretanto, principalmente os negros haúçás, não se conformavam, e fugiam para a mata, onde estabeleciam aldeias - os quilombos - e procuravam viver como na África. No séc. XVII, os senhores brancos tiveram de lutar muito, inclusive contratando capitães-do-mato, como Domingos Jorge Velho, para vencer os quilombolas da *República dos Palmares*, em Alagoas. Somente por ocasião da Independência é que houve um projeto, de autoria de José Bonifácio, para extinguir a escravidão. Mas não foi levado em consideração, e durante toda a primeira metade do séc. XIX continuou o Brasil a importar negros africanos, embora desde 1826 a Inglaterra se empenhasse em impedir o tráfico negreiro, inclusive através do uso da força (conforme lhe permitia a lei Bill Aberdeen).

Foram as reclamações inglesas que acabaram por levar à lei Eusébio de Queirós (1850) e à de Nabuco de Araújo (1854), que puseram fim ao comércio de escravos. Fechava-se assim uma das portas para o crescimento do número de escravos no Brasil. Restava, agora, a outra porta: o nascimento de negros escravos, o crescimento intrínseco. O visconde (depois, marquês) de São Vicente chegou a apresentar projeto ao parlamento, mas sua discussão foi suspensa ao explodir a guerra contra o Paraguai.

Somente em 1871, desengavetado o projeto, foi ele discutido e votado, sob a liderança do visconde do Rio Branco, presidente do Conselho, que conseguiu transformá-lo na Lei do Ventre Livre (28/9/1881). Seguiu-se a grande campanha abolicionista, chefiada por poetas como Castro Alves e Tobias Barreto, jornalistas como José do Patrocínio, parlamentares como Joaquim Nabuco, campanha que

levou à aprovação, em 1885, da Lei dos Sexagenários e, por fim, em 1888 (13 de maio), da Lei Áurea, sancionada pela princesa Isabel, então regente do Império, extinguindo a escravidão em todo o território nacional.

Por fim, a questão militar foi à gota de água que fez transbordar a taça e levou *à queda da* monarquia. Em defesa da classe levantou-se, então, o general Manuel Deodoro da Fonseca, que, ameaçado de prisão pelo governo chefiado pelo visconde de Ouro Preto, pôs-se à frente das tropas, em 15 de novembro de 1889 e proclamou a República.

A proclamação da república numa interpretação mais tradicional relata que em 1889 uma movimentação de militares na capital do Império, em protesto contra medidas disciplinares tomadas pelo governo contra alguns oficiais, provocou uma comoção nos bastidores do governo que não só conseguiu derrubar o gabinete, como todo o regime, pois também se somava a essa situação vários dificuldades, inclusive ligada aos abolicionistas. Assim, a República é proclamada e o Imperador forçado a partir para o exílio.

Segundo (FERES, 1990)

> "...Estudos historiográficos atuais, mais orientados por uma perspectiva de abordagem mais sociológica e econômica apontam numa direção mais plausível para explicar essa mudança de sistema político no Brasil: a monarquia, a partir do acúmulo de problemas surgidos na segunda metade do século XIX não conseguia mais sustentar-se como estrutura capaz de gerir o processo de modernização da sociedade. A postura francamente tradicionalista dos políticos que detinham o poder - em grande parte políticos regressistas, representantes de uma aristocracia conservadora e economicamente decadente - não conseguia mais atender aos interesses do grupo mais moderno e dinâmico da classe proprietária. Isso já ficara evidente, durante a campanha pela abolição da escravidão, durante a discussão da Lei das Terras e durante a divergência crônica entre liberais e conservadores na cena política do Império. O governo monárquico, além de tradicionalista, mostrava-se ferrenhamente centralista, isolando-se cada vez mais dos pólos mais dinâmicos da sociedade. Essa divergência fundamental, centrada sobre a necessidade de se abrirem novas brechas de expansão para a economia, é que será o principal motor da queda do Império. Comerciantes em ascensão,

intelectuais, funcionários e outros grupos urbanos, acabam por ligar-se a esse grupo de proprietários dinâmicos e insatisfeitos com o poder. A campanha republicana, as posições militantes de grupos dentro do exército, as sociedades republicanas, ajudam a orientar esse pano-de-fundo na linha de sentimentos anti-governistas. Nesse clima de insatisfação geral da elite, o Trono cai como um fruto maduro, na tentativa de Nelson Werneck Sodré (apud FERES, 1990) de tornar mais elegante a expressão mais popular e direta, caiu de podre. Sua queda é provocada muito mais pelo seu próprio peso e inércia do que por qualquer tipo de ação conspirativa. Ë a incapacidade de responder ao processo econômico e de guiá-lo que provoca o melancólico fim da monarquia no Brasil. Os senhores decadentes do açúcar e do café (fluminense), que se assentam no poder formal, são um entrave para o progresso, na opinião dos fazendeiros do oeste paulista. Os grupos urbanos que pregam a industrialização e a modernização do país, manifestam também o mesmo desconforto diante da velhice do regime. A classe média urbana, começa a experimentar, pela primeira vez, um início de ascensão social, através do acesso ao sistema educacional, do exército, da atividade comercial, da participação no aparelho funcional do poder, e se ressente dessa mesma inércia do governo. Isoladamente, nenhum desses grupos tinha condições de derrubar o regime. Reunidos numa frente casual - que foi o que se deu efetivamente, depois da evidência de que a Monarquia se retirava da cena política - esses grupos poderiam ter feito uma pressão tal que provocou a queda do regime. O que é uma tese incerta. O fato é que o gabinete conservador renunciou, e o Imperador abdicou do Trono, não foi deposto.

Para FERES (1990) o

"...que veio em seu lugar não foi nem uma nova ideologia, nem a ascensão de uma nova classe social ao poder. O que houve mesmo, no primeiro momento, foi um choque e um período de perplexidade: os militares manifestantes receberam nas mãos um poder que não haviam pedido. A essa perplexidade, segue-se uma tentativa de articulação: os militares acabam adotando a ideologia da espada, como fórmula para reordenar o país e moralizar a política. Segue-se o que se poderia chamar de um terceiro momento em que a nova elite econômica - representada pelos fazendeiros do oeste paulista - aproxima-se dos militares, até instalar-se no poder, substituindo os velhos conservadores e amenizando o poder militar que caracterizou o início da fase republicana.

Ainda para Feres (1990)

> "...a queda do regime monárquico e a implantação do regime republicano pedem, entretanto, algumas considerações, já que, embora a mudança de sistema de governo não tenha significado nenhuma mudança estrutural para o país, ela traz, de qualquer forma, duas mudanças de importância: 1) com o advento da República ascendem ao poder os proprietários de terras do interior paulista; 2) com o advento do federalismo, a questão das terras passa a ser da competência direta dos estados da União.

Na verdade, este é o efeito mais marcante da mudança da monarquia para a república; a introdução do sistema federalista. Isto é possível pois a nova Constituição da República legislará rigorosamente sobre o a questão das doações de terras pelo Estado. A carta constitucional estabeleceu a federalização do país e a autonomia dos Estados da União - transferindo o poder de decisão para a responsabilidade dos estados - de modo que a regulamentação federal apenas servia de linha de orientação para a legislação a ser estabelecida pelos estados. Na prática permitiu a S.Paulo impor-se como centro econômico e político do país em relação aos demais centros regionais, que utilizaram essa oportunidade para rearticular o poder local das oligarquias.

Nem tudo se acomoda como o esperado e as novas ambigüidades da república levam o Presidente a dissolver o Congresso a 3 de novembro de 1891. Houve reação negativa à atitude anticonstitucional de Deodoro, levando a sua renúncia. O Presidente ainda esboçou uma reação efetuando algumas prisões, mas acabou desistindo e passou o poder ao vice-presidente Floriano Peixoto.

Para (FERES, 1990)...

> ...com Floriano o poder começava a chegar às mãos das classes a quem competia dirigir o país, na lógica elitista da democracia republicana brasileira. Floriano, então consolida seu poder pela espada. O período de Deodoro foi claramente dominado pela perplexidade e pelo impasse político: o Presidente tentando consolidar um poder novo e progressista, sem poder contar com o respaldo de uma classe econômica e politicamente forte. Floriano representa a quebra dessa perplexidade e desse impasse. Dois fatores constituem a base de seu governo: - o apoio invariável da burguesia latifundiária paulista; - o caráter enérgico e decidido (tomando freqüentemente formas brutais e ditatoriais) do desempenho pessoal do Presidente. Floriano subiu ao poder

[6]apoiado pelos republicanos paulistas, mas era, antes de tudo, uma "personalidade forte" . Foi um presidente movido pela necessidade de defender a Republica e fortalecer suas instituições. O primeiro ato de seu governo foi a deposição sumária de todos os governadores dos estados e a nomeação imediata de "seus homens" como substitutos. A medida foi cumprida pela força. Essa primeira demonstração de força provocou entre os históricos e entre os militares partidários de Deodoro uma intensa campanha de imprensa, denunciando a inconstitucionalidade do mandato de Floriano. Treze generais publicaram um manifesto, exigindo a convocação de novas eleições. A vanguarda intelectual histórica, inclusive alguns deputados e senadores, apoiavam os generais. Floriano reprimiu duramente. Os generais foram banidos e confinados em pontos isolados do território nacional, vários deputados foram presos e o estado de sítio foi decretado, por 72 horas, para permitir ao Presidente agir rapidamente por decreto. Rui Barbosa, um dos principais expoentes da vanguarda histórica, impetrou *habeas-corpus* em favor dos deputados presos, o Supremo Tribunal, diretamente pressionado pelo Presidente, negou o *habeas-corpus*. Para defender a Constituição, o Presidente agia por pura força e arbítrio. A violência militar nos estados era constante e os choques com os grupos locais de poder eram sangrentos. O clima era de terror e de tensão. Os oficiais da Marinha - reduto reconhecidamente aristocrático das Forças Armadas - rebelaram-se contra o Presidente. O Rio Grande do Sul, dividido por lutas entre bandos de caudilhos e o governo central, tentava forçar a tomada de posse do décimo governador nomeado para o estado. O Presidente não tinha outro espaço de manobra política senão lutar para manter-se no poder e impedir que as divergências reinantes resultassem para o país numa generalização do caos existente no Rio Grande do Sul. A rebelião dos oficiais da Marinha alastrou-se. A Capital Federal foi sitiada por mar pelos rebeldes, enquanto que tropas organizadas no Rio Grande do Sul avançavam por terra, para derrubar o Presidente. Navios portugueses e ingleses punham-se de prontidão na baia de Guanabara. A presença de monarquistas entre os rebeldes e o caráter aristocrático da Marinha tornou a rebelião impopular. Floriano conseguiu capitalizar o apoio dos oficiais jovens, dos estudantes e da burguesia urbana. A rebelião foi vencida e o Marechal de Ferro, em que pese a dureza de seu governo, contava com o apoio popular. O saldo final da revolta, além da sangria dos cofres do estado, foi 185 rebeldes fuzilados na fortaleza de Anhatomirim, em Santa Catarina, onde os rebeldes haviam tentado formar

[6] Os destaques são nossos.

> um governo e instalar uma nova capital. Floriano conseguiu impor ao país as instituições republicanas e com a força militar derrotou os rebeldes monarquistas e, ao mesmo tempo, neutralizou a exaltação utópica dos republicanos históricos. O mecanismo político por detrás dos fatos aparentemente confusos e contraditórios que caracterizaram o mandato do Marechal de Ferro é bastante claro: Floriano combatia tanto as forças regressistas quanto as avancistas Combatia os revoltosos, em geral, e, dessa forma, consolidava a força do poder central, que acabou entregando aos realistas (os fazendeiros paulistas e mineiros) através de eleições constitucionais e respeitando rigorosamente o preceito da sucessão legal. A nova burguesia agro-exportadora, a quem Floriano passou o poder, e cujo poderio econômico começara a se manifestar nos últimos decênios do Império, não se considerava suficientemente forte como classe, para enfrentar as incertezas e os riscos inerentes à implantação do novo regime. O poder militar, acrescido da personalidade forte e independente de Floriano, criou para essa burguesia emergente a estrutura legal e institucional de que necessitava para exercer, no plano político, o poder que, economicamente, já detinha.

Ao primeiro Presidente civil Prudente de Morais e a todos os seus sucessores até 1930, coube a tarefa de conservar e de ampliar o poder do estado republicano, que agora passava a ser ocupado pela classe conservadora, beneficiada pela truculência do florianismo.

Dessa forma os republicanos paulistas e mineiros assumiram o poder do estado, ficando em S.Paulo o centro de decisão com ramificações por todos os estados brasileiros.

Na expressão severa de Nelson Werneck Sodré, (apud FERES,1990) o novo regime configura exatamente a ditadura de uma classe (e de uma região) sobre o resto do país. Negociantes, fazendeiros ligados ao café, implantavam no Brasil a ditadura do latifúndio, exclusivamente em torno de seus interesses.

É a partir daqui que se construiu a estrutura política e econômica de uma República que se caracterizava pela ocupação de novas regiões e produzindo novos produtos agrícolas: "...o café, nos estados de S.Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e uma pequena parte do Espírito Santo; as culturas de subsistência na região de

colonização italiana e alemã, nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e alguns focos no Paraná; a borracha, provocando o surto colonizador da Amazônia , o cacau, provocando a ocupação do Sul da Bahia.(FERES, 1990)

Nessa nova realidade se destacava o crescimento populacional mais acentuado onde a economia mais crescia, isto é, na expansão da fronteira do café apoiada pela migração de europeus.

Já o Nordeste, com a estagnação da economia regional resultante da crise na produção de açúcar, passou a diminuir sua população que se dirigia para as regiões produtoras de café, borracha e cacau, o que levou a aumentar a população que vivia no meio rural. Para Feres (1990)

> Em que pese o aumento populacional e sua concentração no meio rural, além do surgimento de novas atividades no campo e das transformações, lentas mas claras, da vida brasileira, um aspecto permanece imutável: o regime de propriedade da terra. A estrutura fundamental de ocupação e de exploração da terra segue, na República, o mesmo caminho já constatado nos períodos anteriores: a grande propriedade rural, concentrada nas mãos de uma parte ínfima da população. Segundo o Censo de 1920, apenas 20,6% do território eram constituídos de terras cultivadas e 79,6% de terras devolutas. Das terras cultivadas, apenas 0,8% continham plantações agrícolas, 5% eram matas e florestas e 14% não tinham emprego conhecido. O mesmo Censo faz pela primeira vez o registro de propriedades rurais, estabelecendo uma distinção entre pequena, média e grande propriedade. Os dados refletem a situação da propriedade da terra, em escala nacional. Os números globais mostram que as propriedades pequenas e médias juntas não ultrapassam 40% do território ocupado para cultivo. A predominância é da grande propriedade, notando-se que o critério censitário de definição entre 1.000 e 25.000 ha. é demasiado amplo.

2.5. A Questão da Propriedade Rural e Luta pela Terra no Inicio da República

Sobre a propriedade rural no Brasil é bastante esclarecedor o que Feres (1990) diz:

> A propriedade rural de pequeno porte não podia apresentar-se como alternativa para o sistema vigente de agro-exportação. O que é

compreensível, dado o caráter mesmo da produção, completamente dominada pela grande lavoura, confirmando a tradição implantada pela colonização portuguesa. A expectativa lógica, mesmo nesse contexto e a importância da produção camponesa, quando se leva em conta a expansão dos centros urbanos e a crise permanente do mercado abastecedor de alimentos, é a de que a pequena lavoura fosse estimulada, em função das necessidades do mercado interno em expansão. Nos estados do Centro-Sul houve uma certa concentração da produção em função do mercado interno, mas esta se manteve sempre em posição marginal, senão casual, no contexto da estrutura agrária brasileira. Os focos de colonização européia, nos estados do Sul, desenvolveram com sucesso, a estrutura da produção camponesa, tendo mesmo recebido apoio do estado. Fora do âmbito da imigração, a pequena propriedade existiu apenas como resíduo da decadência das grandes fazendas de café. Somente a terra esgotada, ou retalhada por heranças sucessivas, era acessível ao pequeno lavrador que, em geral, enfrentava sozinho os riscos da produção, sem o menor apoio do estado. Todas as tentativas feitas no sentido de facilitar para o pequeno agricultor o acesso à terra fracassaram. A tentativa, por exemplo de reformular a lei sobre a posse - a lei Torrens - que permitia o registro da posse de uma propriedade, em caso de não contestação por parte de supostos proprietários, num prazo de seis meses depois da solicitação da titulação (a exemplo do que ocorria na Austrália e na Argentina) - morreu no Congresso, no momento mesmo em que foi proposta à discussão, em 1887. O Ministro romântico, Rui Barbosa, tentou ressuscitar a proposta, na Primeira República e não obteve apoio. Entre 1893 e 1910 surgiam, sem nenhum sucesso, repetidas tentativas de introdução de uma legislação semelhante ao Homeslead Act, para complementar a Lei das Terras A discussão perdeu-se nos meandros da querela parlamentar sobre a isenção da penhora e a extensão dos lotes, até desaparecer completamente da pauta de discussões do Senado, em 1910. A estrutura agrária predominantemente concentradora e monocultora, não permitia aos proprietários rurais, sempre em maioria no parlamento, nenhuma abertura em relação à facilitação da posse da terra por pequenos proprietários. A República Velha apresenta, portanto, o quadro de um país essencialmente agrícola, latifundiário e monocultor, com cerca de 175 milhões de hectares em poder de proprietários particulares. Deste total, 135 milhões de hectares estavam nas mãos de 64 mil grandes proprietários, enquanto que 600 mil sitiantes possuíam os restantes 40 milhões. Assim, em 1920, num país essencialmente agrícola, cerca de vinte e nove milhões de

brasileiros, ou seja, 90% da população, não tinham terra alguma. Concentração da propriedade fundiária, orientação quase exclusiva da produção para o mercado externo, produção concentrada em pólos regionais e formando unidades economicamente fechadas e autônomas; o processo de produção baseado em técnicas primitivas e na exploração extensiva do solo e intensiva da mão-de-obra; no essencial é a velha e conhecida estrutura que permanece, procurando apenas adaptar-se melhor ao ritmo de crescimento da economia mundial.Com esse perfil, o Brasil realizava, nas primeiras décadas do século passado um desempenho brilhante na economia mundial, colocando no mercado externo novos frutos dos novos ciclos de produção - num processo em tudo idêntico ao período colonial.

2.6. As Lutas pela Terra na Primeira República

A. Canudos e Contestado

Como não poderia deixar de ser, como resposta a essa nova configuração política e econômica no interior do Brasil, surgiu uma série de lutas. A primeira e de maior envergadura foi na Bahia, em Canudos, chefiada por Antônio Vicente Maciel (Antônio Conselheiro). O conflito ocorreu durante o governo de Prudente de Morais (1894-1898), em que "o nordeste latifundiário viu nascer no sertão a luta sangrenta de Canudos.(OLIVEIRA, 1997). A guerra de Canudos durou de 1896 a 1897, e segundo Martins (apud OLIVEIRA, 1997) "...envolvera metade do Exército e milhares de camponeses e tivera uns cinco mil mortos entre estes, impondo severas derrotas às forças militares."

O próximo presidente foi Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), que obteve vitória através do barão do Rio Branco, na questão da invasão de terras pelos franceses no Amapá. Em acordo diplomático foram estabelecidos os limites com a Guiana Francesa. A seguir, o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), assinou o tratado de Petrópolis, com a Bolívia, também obtido pelo barão do Rio Branco; em que o Brasil adquiriu o Acre (que pelo tratado de Ayacucho eram terras bolivianas).

O sucessor, Afonso Pena (1906-1909), promoveu o "salvacionismo" ou "política das salvações", de combate às oligarquias estaduais, que foram substituídas por outras.

O presidente seguinte, Venceslau Brás, enfrentou a Campanha do Contestado, ocorrida no Paraná e em Santa Catarina, onde o os camponeses, muitos dos quais lutaram na campanha federalista e deixados à própria sorte, se uniram aos demais sem terra ligados pela religiosidade camponesa em torno do beato João Maria e se revoltaram, sendo vencidos em 1916 por tropas sob o comando do general Setembrino de Carvalho.

Segundo Martins (apud OLIVEIRA, 1997) "A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil "vaqueanos", combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos."

B. As Lutas dos Colonos nas Fazendas de Café

Ariovaldo U. de Oliveira assinala que "...não eram apenas os camponeses nordestinos ou sulistas os envolvidos com a luta pela liberdade, pois as greves dos colonos nas fazendas de café foram quase sempre reprimidas pelos capangas armados. Elas também constituíram-se no instrumento de luta e resistência dos colonos migrantes explorados. (OLIVEIRA, 1997)

Para Stolcke "Em 1913, o jornal em língua italiana Fanfulla havia registrado várias dúzias de greves. Entre 1913 e 1930, o Patronato Agrícola (uma agência estatal fundada em 1911 para mediar nos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores), bem como a imprensa dos trabalhadores, citam mais de cem greves nas fazendas de café. Embora a maioria dessas greves se limitasse a uma única fazenda, houve um caso em 1911, quando cerca de mil trabalhadores de meia dúzia de fazendas da área de Bragança entraram em greve por vinte dias, e como

resultado conseguiram um ligeiro aumento no pagamento. No ano seguinte, trabalhadores de mais de uma dúzia de fazendas na área de Ribeirão Preto entraram em greve e também conseguiram um pequeno aumento salarial. A maior greve do período ocorreu na mesma área em 1913, mas, embora mobilizasse entre dez mil e quinze mil trabalhadores, terminou em derrota total." (apud OLIVEIRA, 1997).

Sem dúvida o grande número de movimentos sociais dessa época apontam para a insatisfação dos colonos em relação aos seus contratos de trabalho; muitas vezes denunciados por causa do favoritismo em relação aos senhores do café, tinham como resposta a ação repressiva da polícia.

"As greves geralmente ocorriam por questões tais como o preço baixo pago na colheita, não-pagamento dos salários, tentativa de redução do pagamento, castigos e multas pesadas arbitrários ou excessivos, ou limitações do direito de plantio de alimentos. Nessa ocasião, à parte um aumento no pagamento na colheita, os trabalhadores grevistas estavam exigindo também a suspensão de uma proibição sobre o plantio intercalado e o fim de certas irregularidades que os privavam de parte de seus salários. Mas os fazendeiros se organizaram para resistir à expansão do movimento grevista, possivelmente detonado pela safra pobre de café, e, com o respaldo da polícia, conseguiram romper a greve ameaçando os trabalhadores com expulsão imediata e negando o fornecimento de alimentos." (apud OLIVEIRA, 1997).

Para o quadriênio seguinte, foi eleito presidente, mais uma vez, Rodrigues Alves, que, no entanto, morreu antes de tomar posse. Enquanto não se processava nova eleição, segundo determinava a Constituição, ficou no governo o vice-presidente Delfim Moreira (1918-1919). Sucedeu a ele Epitácio Pessoa, que governou até 1922 (quando foi morto em emboscada). Em 1922, o presidente teve de enfrentar a revolta do Forte de Copacabana, mas não deixou de ser um êxito a Exposição do Centenário da Independência, realizada pouco depois. O sucessor de Epitácio Pessoa foi o antes presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes (1922-1926), que teve um quadriênio acidentado, em grande parte sob estado de sítio, em vista de revoltas, como as do Rio

Grande do Sul em 1923 e de São Paulo em 1924. Em 1926 por proposta do governo, foi promulgada emenda à Constituição, referindo-se especialmente à organização da justiça federal e à intervenção nos Estados, quando necessária.

O último presidente da Primeira República foi Washington Luís Pereira de Sousa, ex-governador de São Paulo, que seria deposto em outubro de 1930, pela revolução burguesa chefiada por Getúlio Vargas.

2.7. O Governo Vargas: Desenvolvimento, Marcha para o Oeste e Lutas Camponesas

Como já foi visto até aqui, a situação do Brasil até 1930 era a de um país preponderantemente agrícola, patrimonialista, politicamente dominado pelas elites agrárias, donos dos latifúndios monocultores e com a maior parte de sua população vivendo no meio rural e politicamente sob o mando dos donos da terra, situação que praticamente não mudou desde os tempos de colônia, império e primeira parte da república.

Agora, entretanto, o país se encontrava sob o comando de Getúlio Vargas, um governo que apesar de provisório durou em sua primeira fase de 1930 a 1934, e inicialmente venceu a revolução constitucionalista deflagrada pelos paulistas em 1932. Getúlio realizou eleições em 1934, para a Assembléia Constituinte que promulgou nova Constituição.

A seguir Getúlio Vargas foi eleito pelo Congresso e seu governo deveria ir até 1938, entretanto em 10 de novembro de 1937 deu um golpe de Estado estabelecendo um regime corporativo, chamado Estado Novo, regido por uma nova carta que deveria ser aprovada através de um plebiscito que nunca foi realizado.

Getúlio Vargas implantou uma ditadura que se estendeu até o final da segunda guerra mundial, em 1945, quando um novo golpe militar restaurou o regime democrático, colocando provisoriamente na chefia do Executivo o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares.

A seguir realizou-se eleição, a qual elegeu o general Eurico Gaspar Dutra, que governou durante cinco anos (1948-1952).

Uma nova carta foi estabelecida em 1946, entretanto a liberdade desse tempo seria limitada e isso pode ser sentido pela cassação de deputados comunistas e a colocação do Partido Comunista na ilegalidade, pois este partido deu apoio às várias greves operárias e lutas camponesas pela terra, como Trombas e Formoso no Estado de Goiás e dos parceiros de Governador Valadares.

O desenvolvimento da industrialização associado a um crescente processo de urbanização foram as principais marcas após os anos 30, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Nessa época aparece a burguesia nacional, uma classe média e também a classe operária. A ditadura de Getúlio Vargas agiu contra os comunistas, não permitindo sua atuação em relação a essas classes. Para isso, o governo, passou por intermédio de pessoas de sua confiança, a comandar os sindicatos e o grupo que mais atuou nessa área se transformou na base do Partido Trabalhista Brasileiro. Incentivou a marcha para Oeste, a criação de colônias nacionais entre as quais Ceres em Goiás e Dourados em Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e aos territórios federais: Acre, Rondônia, Rio Branco (atual Roraima), Amapá, Iguaçu e Ponta Porá.

Os mais conservadores continuaram a dominar politicamente através do Partido Social Democrático, com presença e apoio dos latifundiários e a União Democrática Nacional, que tinha seu apoio mais urbano, principalmente nos centros maiores.

Depois de Dutra, mais uma vez Getúlio Vargas foi eleito em 1952 para presidente, como candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com amplo apoio popular. Entretanto seu governo foi tumultuado e encerraria com uma tragédia, que foi o seu suicídio em 24 de agosto de 1954.

Em seguida assume o vice-presidente João Café Filho, que realiza um governo com relativa calma, até as eleições que resultaram na vitória apertada de Juscelino Kubitschek, que assumiu como presidente em 15 de janeiro de 1956.

A ênfase do governo de Juscelino foi um programa intenso de montagem de uma infraestrutura no país (energia elétrica, estradas, etc) a partir de ações

governamentais, visando apoiar os esforço de industrialização engendrado pelo setor privado. Franco defensor do desenvolvimentismo, seu governo ficou conhecido como aquele que iria recuperar os últimos "50 anos em 5". Mudou a capital do país para o Planalto Central e abriu a economia para o grande capital multinacional.

Após Juscelino, foi eleito Jânio da Silva Quadros, que, por motivos de natureza oculta, renunciou, passando o poder ao seu vice-presidente João Goulart. Este, embora dando continuidade ao nacional-desenvolvimentismo, teve seu governo marcado por muitos movimentos de base popular em prol das reformas agrária, urbana, financeira, do ensino, etc.... O seu famoso discurso na Central do Brasil foi a gota d'água que extravasou os ânimos conservadores de parte da classe média urbana, das elites retrógradas e dos quartéis, seus braços armados.

2.8. O Governo Militar

Em 31 de março de 1964, as forças armadas depõem João Goulart e assumem o poder, colocando na presidência da República o general cearense Humberto de Alencar Castelo Branco.

Nessa época, utilizando o Ato Institucional, estabeleceram-se comissões para investigar as pessoas consideradas de oposição do novo regime, que levou ao banimento da vida política brasileira três ex-presidentes da República, Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart, inclusive vários ministros desse último presidente, e ainda parlamentares, oficiais das forças armadas, jornalistas, professores, diplomatas, líderes sindicais e estudantes.

Entre as ações do novo governo destaca-se a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), a do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), mais tarde fundidos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a finalidade de promover uma reforma agrária que permitisse corrigir o problema de concentração fundiária, que dificultava o acesso à terra a milhares de camponeses brasileiros, e promover o desenvolvimento da agricultura – sustentáculo da indústria e da dívida externa.

Ainda em 1966, cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) inspirada na SUDENE criada em 1959, pelo governo anterior, decretando a falência da – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) de 1953 e que nunca recebeu os 3% da Renda da União para a implantação do Plano. Só sobreviveu às custas das contribuições dos 3% dos Estados Amazônicos.

O segundo presidente foi o marechal Artur da Costa e Silva, eleito em 15 de março de 1967 pelo voto indireto, que iria falecer em 1969 em decorrência de problemas de saúde. Na seqüência foi eleito pelo Congresso o general Emílio Garrastazu Medici, que iria governar com mão de ferro, baionetas e fuzis até 15 de março de 1974., O próximo presidente foi o general Ernesto Geisel, também eleito por um Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974.

O governo de Medici iniciou a construção da Rodovia Transamazônica com o projeto público de colonização às suas margens, para conter os conflitos sociais no Nordeste e Centro-Sul. Essa prática logo foi mudada para colonização privada. Muitas terras foram privatizadas (inclusive terra de índios e camponeses proprietários de terras ou ocupantes há mais de 30 anos) como reserva de valor e algumas foram loteadas e vendidas para sem terras do Sul ou do Nordeste, que perambulavam pelo país em virtude da apropriação de imensos latifúndios, pelo grande capital nacional e multinacional, da construção de rodovias na Amazônia Legal e a construção de barragens para a produção de energia hidrelétrica, que sustentam a industrialização do Centro-Sul, do Nordeste, da Amazônia – nesta, sobretudo os grandes projetos de mineração e minero-metalúrgicos, como Carajás, Alunorte/ Albrás, Trombetas, etc.... Na ditadura militar escancara-se de uma vez a porta do país ao grande capital monopolista internacional, ao FMI, ao BIRD (Banco Mundial), ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), etc... Houve também um avanço significativo na área de telecomunicações com a implantação de sistema de comunicação por satélites e a criação do Projeto Radam – Radar da Amazônia. Sufocou a Guerrilha do Araguaia, matando centenas de pessoas, entre

camponeses, integrantes do PC do B, religiosos, enfim tantos quantos fossem os defensores das lutas camponesas e pela Reforma Agrária. Os que não morreram, foram presos e exilados para outros países.

Em 1978, foi eleito para presidente da República pelo Colégio Eleitoral o general João Baptista Figueiredo. Sua política agrária visava, sobretudo a exportação; o lema "Plante que o João Garante", que no trabalho de Marie Garcia completava no seu título " e as Multinacionais Colhem" (Relatório PIPSA/FGV, 1979).

Nesses anos de governo militar a política fundiária praticamente não alterou em nada, (antes contribuiu ainda mais para) a alta concentração da posse da terra e também não avançou na questão da reforma agrária, entretanto com o passar do tempo as questões sociais foram se agravando o que levou a um aumento dos conflitos sociais no campo em todo país, em especial na chamada Amazônia Legal.

2.9. A Nova República: A Luta pela Terra, pela Reforma Agrária e Aumento da Violência no Campo.

A) Nova República, Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária

A seguir, em eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, foi eleito Tancredo Neves que veio a falecer antes mesmo de tomar posse, assumindo o vice José Sarney. No seu governo, por pressões internacionais e do povo brasileiro instala-se o processo de Anistia Ampla Geral e Irrestrita e um processo constituinte. Em 1988 é promulgada a nova constituição federal do Brasil.

Segundo Oliveira (1997) "...O plenário do Congresso Nacional tornou-se, durante a Constituinte, um espaço de lutas por excelência. De um lado pelo avanço em direção a uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, de outro pelo recuo cada vez maior na proposta reformista em marcha no governo Sarney. A chamada "bancada ruralista", eleita com o apoio declarado a UDR, praticamente venceu a batalha parlamentar, e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação

menos abrangente que o próprio Estatuto da Terra da ditadura militar."

A nova constituição no que diz respeito a lei agrária diz o seguinte:

> CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRARIA Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. § 1°As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro. § 2° O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação. § 3° Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. § 4° O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício. § 5° São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II - a propriedade produtiva. Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: I - os instrumentos creditícios e fiscais; Ii-os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV - a assistência técnica e extensão rural; V - o seguro agrícola; VI - o cooperativismo; VII - a eletrificação rural e irrigação; VIII - a habitação para o trabalhador rural. § 1 ° Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais. § 2° Serão

compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária. Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1°A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional. § 2° Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária. Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis, pelo prazo de dez anos. Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei. Art. 190. A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional. Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinqüenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião."(BRASIL, 1988)

A nova lei se operada adequadamente ainda poderia contribuir para um avanço no sentido de democratizar o acesso à terra; entretanto, como se sabe e nas palavras de Oliveira "...o desenvolvimento do Plano Nacional de Reforma Agrária durante o governo Sarney, foi um fiasco e deixou claro que a vitória mais uma vez era dos latifundiários sobre os que esperavam que se realizasse a justiça social no campo brasileiro. Os resultados foram desastrosos, uma vez que "...a meta de desapropriação de 43 milhões de hectares de terras para assentar 1,4 milhões de famílias não foi cumprida, pois foram assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) numa área desapropriada de 4,5 milhões de hectares, ou seja, 1,5% do previsto". (OLIVEIRA, 1997)

Ainda segundo o mesmo autor "...em termos gerais, o governo da 'Nova República' cumpriu menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo primeiro PNRA. Estava comprovada assim a

intenção demagógica e populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do país a política agrária ditada pelos latifundiários organizados na UDR."

Nos anos noventa foi eleito o primeiro presidente pelo voto direto depois do golpe militar de 64, chegando ao poder Fernando Collor de Melo. De início confiscou a poupança dos brasileiros, medida que gerou muita controvérsia e acabou ocupando o noticiário político da época. A questão fundiária foi tratada em segundo plano e como observou Oliveira "... as metas estabelecidas em seu programa de governo também não seriam cumpridas: assentar 500 mil famílias no período de 90/94. Assim, o governo Collor propunha como meta apenas 35% do que propusera o governo Sarney". (OLIVEIRA, 1997)

Fernando Collor teve seu governo cassado pelo Congresso Nacional, com amplo apoio da sociedade nas ruas, principalmente dos estudantes e assumiu, no seu lugar, o vice Itamar Franco, mesmo assim o que se observou é que a questão fundiária continuaria intocada, pois em 1994 "... o INCRA divulgou os dados referentes aos assentamentos realizados, demonstrando claramente o ritmo lento com que os governantes têm tratado a questão da Reforma Agrária no Brasil. Juntos, Collor e Itamar Franco, em quatro anos (90/94), assentaram menos de 50 mil famílias. A Reforma Agrária continuava despencando ladeira abaixo, pois os primeiros anos da década de 90 revelavam uma queda de mais de 40% no número de assentados em relação aos últimos anos da década anterior." (OLIVEIRA, 1997) .

Novas eleições são realizadas e em 1995 é eleito para Presidente, Fernando Henrique Cardoso, e no que concerne à reforma agrária as suas metas são ainda mais tímidas que as dos governos anteriores na nova república, isto é, assentar apenas 280 mil famílias em quatro anos. Segundo Oliveira (1997) "...sua meta constitui-se em menos de 60% da previsão do governo Collor e somente 20% do previsto no primeiro PRNA do governo Sarney. presidente da República

É impressionante que uma questão tão clara como a concentração fundiária e a necessidade de se ter uma política fundiária voltada à democratização da terra,

tendo na reforma agrária seu principal instrumento de ação, como em qualquer país capitalista, não ocupou um lugar de destaque em um governo que se dizia de esquerda como o de Fernando Henrique Cardoso. Para José de Souza Martins (apud OLIVEIRA, 1997): "A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal.Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado...".

Por isso, nenhum governo de esquerda consegue minimamente reverter um quadro que vem se agravando durante toda a história brasileira, como vimos anteriormente e pelos relatos a seguir que ilustram situações que vêm ocorrendo nos tempos atuais. O que será colocado a seguir, muitas vezes tem sido evitado pela mídia e por diversos segmentos de nossa sociedade, ou muitas vezes quando abordados são descontextualizados, isto é, parece algo distante da realidade atual e nem diz respeito a um problema estrutural que é a raiz da injustiça social à qual está submetida toda a sociedade brasileira, principalmente os mais pobres.

B) O avanço da violência no campo brasileiro

Um caso marcante que eclode no campo brasileiro e que ilustra bem a situação dos despossuídos e o tratamento a que são submetidos tanto pelos latifundiários como também pelo estado, seja pelo poder executivo através da polícia ou pelo poder judiciário na facilitação dos tramites legais para criar as chamadas ações de despejo. Por isso, transcreve-se a seguir o longo caso relatado por (OLIVEIRA, 1997) a partir do trabalho jornalístico de Mônica Bérgamo que foi publicado pela Revista Veja na Edição 1.408 de 06/09/95

> ".. Encarregada pela revista de reconstituir o massacre (de CORUMBIARA), a jornalista passou dez dias na região à procura de testemunhas da violência

que produziu doze mortos, nove desaparecidos e mais de uma centena de feridos, e escreveu:'Hélio Pereira de Moraes, dono da fazenda Santa Elina, de 7.518 alqueires, e um fazendeiro vizinho, Antenor Duarte, organizaram a expulsão. Duarte foi ao juiz (titular) Glodner Pauletto, no Fórum de Colorado d'Oeste, e saiu dali com um ofício exigindo da PM a expulsão dos sem-terra. Levou o documento para Porto Velho, a 800 km, e entregou-o em mãos ao então comandante-geral da PM, Wellington de Barros Silva. O dono da Santa Elina pagou 5.200 reais para a empresa de ônibus Eucatur transportar os PMs de Porto Velho a Vilhena. O recibo foi emitido em nome da Polícia Militar. Segundo os sem-terra, no dia 6 de agosto, um trabalhador foi ferido por pistoleiros que chegaram ao acampamento da Santa Elina junto com policiais. No dia 8 de agosto, a PM chegou à região com um contingente de 187 policiais e montaram acampamento. Os trabalhadores e os policiais, ainda no mesmo dia, negociaram uma trégua de 72 horas. Buscavam, no dia seguinte, encontrar uma saída pacífica para o caso. Entretanto, a PM não esperou sequer o dia seguinte amanhecer. A jornalista Mônica Bérgamo escreveu sobre os episódios que aconteceram naquele dia fatídico: 'Às 4 horas da madrugada do dia 9, os 187 policiais militares iniciaram uma caminhada de 1 quilometro. Saíram de um campo de futebol, onde haviam montado um acampamento, e partiram em direção à fazenda Santa Elina. Dividiram-se em três pelotões e rastejando pela mata, cercaram as 600 famílias de sem-terra. Os cinqüenta policiais da Companhia de Operações Especiais, tropa de choque do Estado, usavam coletes à prova de bala e capuzes pretos. Os 137 homens do batalhão da PM de Vilhena, cidade a 190 quilômetros da fazenda, levavam revólveres, metralhadoras e escopetas. Ainda estava escuro 'O barulho na mata alertou três trabalhadores encarregados de vigiar os acessos à área ocupada. Soltaram rojões, para avisar os outros que havia perigo por perto... Começou uma correria dentro do acampamento. Correram para a beira de um córrego que circunda a área. Os policiais dispararam rojões e gás lacrimogêneo. Havia muita fumaça. As mulheres carregavam panos e frascos de vinagre para molhar os rostos das crianças e protegê-las do gás. 'Nem que a coisa engrossa, essa terra é nossa', gritavam os posseiros. 'Reforma Agrária já!' De repente, o estalido de tiros. Dezenas de mulheres e crianças invadiram a cozinha. Agachavam-se e gritavam. Maria pegou os filhos pelas mãos e saiu correndo para o córrego. Estavam quase saindo do acampamento quando a menina Vanessa gritou. 'Ai, mãe'. 'O sangue saiu correndo pela barriga dela. Peguei no colo e entrei no córrego. Quando cheguei do outro lado, ela esticou as pernas e morreu.

Eu disse: vai com Deus, minha filha'. Maria correu mais 4 quilômetros com a filha morta nos braços.Já estava amanhecendo. A operação tinha pouco mais de duas horas e já havia mortos dos dois lados. Os policiais resolveram vingar-se. 'Começamos a ver companheiros feridos e perdemos o controle', diz o cabo ... Estava começando a pior parte...Os policiais começaram a atear fogo aos barracos e, com isso, havia ainda mais fumaça no ar. Eles atiravam a esmo, sem enxergar direito. Onze policiais foram baleados, contra dezenas de posseiros. Quando ganharam o controle da situação, já sabiam em quem estavam atirando. Foi o começo das execuções. Nelci Ferreira, 23 anos, pulou da cama junto com a mulher, Ana Paula Alves, de 15, na hora do tiroteio. Estavam casados há seis meses. Queriam um lote na Santa Elina para começar a vida. Ao sair do barraco, ficaram tontos com o gás lacrimogêneo. Apanharam um lenço com vinagre e correram para o córrego. Um posseiro caiu baleado e Nelci se abaixou para ajudá-lo. Nisso foi atingido por dois tiros na cabeça, disparados pelas costas e de cima para baixo. Caiu. Um lavrador ajudou Ana Paula a carregar o marido para a farmácia do acampamento. 'Eu chamei, chamei, mas ele não falava, só gemia'. Valdomiro dos Santos, 25 anos, o Tutu, estava na farmácia, socorrendo os feridos. Viu Ana Paula chegando com Nelci. Em seguida, os PMs conseguiram entrar no acampamento. Ao chegar à farmácia, atiraram nos frascos de soro e nos analgésicos, destruindo toda a medicação que havia ali. Ana Paula foi arrastada pelos policiais. Nunca mais viu o namorado. Nelci, no chão, continuou gemendo. 'Ele dizia que ia morrer e chorava muito', lembra Tutu. Os dois deitaram na frente da farmácia, ao lado de outros rendidos. Quem levantava a cabeça levava chute e cacetada. Nelci apertou a mão de Tutu. 'Fica quieto', cochichou Tutu. Os PMs escutaram. Puxaram a cabeça de Nelci pelos cabelos e lhe deram três chutes no rosto. Ao lado deles, em pé, encontrava-se Odilon Feliciano. Estava urinando quando um PM se aproximou. 'Deita aí, ordenou. O posseiro pediu alguns segundos. O policial deu-lhe um golpe na cabeça. Odilon caiu no chão. O PM abaixou, encostou o revólver no lado direito da nuca e puxou o gatilho. Um estalido seco. 'Sangramos um bofe gritou.' Vi o sangue saindo pelo ouvido e pela boca, conta Tereza dos Santos, 17 anos. Odilon não queria terra. Estava ali para ajudar o pai, Agostinho, a obter um lote ...' Nelci e Odilon foram colocados no primeiro caminhão que transportou os feridos ... Os dois morreram a caminho do hospital. O laudo da necropsia de Nelci diz: 'Morte decorrente de traumatismo crânio-encefálico por projétil de arma de fogo disparado a curta distância com sentido prótero-anterior. Em outras palavras: tiros à queima

roupa na cabeça disparados por trás. O laudo da necropsia de Odilon não leva seu nome. Apenas sua foto. Diz: 'Morte por traumatismo raquimedular'. O que significa que morreu com um tiro na nuca. ...A lavradora Alzira Monteiro, 44 anos, conta que ouviu oito tiros. Um PM saiu da mata. 'Matei dois, vou matar mais vinte', disse. Excitado, deu uma cotovelada na boca de Alzira.' Vocês são ratos, o fazendeiro tem dinheiro para comprar e matar todo mundo' gritou o PM no ouvido dela.... José Marcondes, 49 anos, não conseguiu correr. Ercílio Campos, o 'Ray Ban', 41 anos, resolveu entregar-se. Os dois foram mortos. Contam as mulheres: - Eles morreram deitados. Os PMs estavam com ódio - diz Tereza dos Santos. - Deram tiros, tiros, tiros. Fiquei surda. Parecia que não iam parar nunca - descreve Rosemeire Gatti, 18 anos. O laudo da necropsia de Ercílio Campos confirma as rajadas. Ele morreu com dezenove balas no corpo - pulmão, coração e cabeça. José Marcondes não foi identificado na autópsia. Um laudo, em que é possível reconhecê-lo pela fotografia, mostra que morreu com a cabeça destroçada. Diz: 'Morte por traumatismo crânio-encefálico com perda de tecido cerebral. Ausência de osso frontal, temporal esquerdo, de ambos os globos oculares e grande parte de seus dentes'. Às 11 da manhã, nove posseiros já haviam sido mortos e os cadáveres começavam a ser removidos. Os policiais escalaram três rapazes para a tarefa. Paulo Correia da Silva, José Pereira e Odair Dornelles começaram o trabalho. Ao chegar perto do corpo de Marcondes, Paulo Silva se impressionou com a massa encefálica espalhada pelo chão. 'Tá com nojo?', perguntou um PM. 'Pega esse miolo e coloca na boca, rapaz. Assim, perdem o medo de defunto'. O rapaz cumpriu a ordem. 'Depois que ele comeu os miolos, os PMs nos obrigaram a colocar na boca também. A gente colocou, mas depois cuspiu', diz Odair Dornelles. Perto do meio-dia, a polícia havia rendido os posseiros. Mulheres e crianças foram levadas para o campo de futebol, onde os PMs tinham seu acampamento. Às 13h, começou a remoção dos homens. Amarrados uns aos outros pelos pulsos, eles andavam em silêncio. Os policiais perceberam que José Carlos Moreira, 21 anos, deficiente físico, tinha muita dificuldade para caminhar. Tiraram as muletas e fizeram Moreira se arrastar no ' chão. Ele se arrastou. Ao seu lado havia um pedaço de pau com um prego na ponta. Os policiais julgaram que Moreira usava aquilo como arma. Foram à forra. 'Me deram uma paulada e furaram meu pé', conta Moreira, mostrando as marcas na sola do pé. Os homens eram chutados. Nas costas, nos braços, no rosto. O dia, cinzento e seco, estava terminando. Eram 5 da tarde, mulheres e crianças já estavam sendo conduzidas para a polícia em Colorado d'Oeste.

Mas, na fazenda, os PMs queriam mais vingança. Amarrados e rendidos, 150 posseiros aguardavam a saída de um caminhão que os levaria dali. Um PM identificou Sérgio Gomes, 24 anos, no caminhão. 'Esse é o que atirou em nós!', afirmou o policial, de capuz preto. Sérgio estava todo ensangüentado. 'Ele estava baleado e tinha apanhado muito', diz José Carlos Moreira, que teve o pé furado. 'Subiram em suas costas e pularam em seus rins.' Sérgio foi colocado numa Toyota azul. O carro partiu. Quarenta minutos depois, os PMs voltaram sem Sérgio. Na semana passada, seu corpo foi encontrado boiando no rio Tanaru, a 70 quilômetros da fazenda. Seu pai, Raimundo Gomes, identificou-o. 'A cabeça estava quebrada. Ele foi moído a pancadas, acusa. Dez posseiros foram mortos (mais dois policiais), 125 feridos, nove estão desaparecidos, 355 foram presos, 120 foram interrogados, 74 foram indiciados por desobediência e resistência.... No dia seguinte ao massacre, um grupo de deputados da Comissão Externa de Representação da Câmara dos Deputados foi ao local da chacina e encontraram cerca de dez pessoas que haviam se escondido. Todos estavam apavorados. Conseguiram fugir durante o conflito e ficaram escondidos no mato por mais de 30 horas. Encontraram também tudo destroçado no acampamento. Mais de 40 barracos destruídos pelo fogo ou pelos policiais. Estes atos de barbarismo praticados nos conflitos de terra no campo brasileiro são antigos e, segundo seus autores, têm a função pedagógica de ensinar aos que se salvaram e a todos os demais, o que pode acontecer com eles se insistirem nas ocupações. Eles foram cometidos pelos militares nos episódios de Canudos, Contestado, Guerrilha do Araguaia, contra os garimpeiros quando da ocupação da ponte sobre o Tocantins, em Marabá, são cometidos em praticamente todos os casos de assassinatos no campo brasileiro, particularmente no sudeste do Pará e Bico do Papagaio. É a truculência usada pelos latifundiários na defesa cega das terras que dizem ser de sua propriedade."

Assim também aconteceu na rodovia PA – 150 no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, sul do Pará, em que encurralados por dois batalhões da polícia militar do Estado do Pará, comandados pelo Coronel Mário Colares Pantoja, foram fuzilados, tendo morrido 19 sem terra e outros 60 ficaram feridos.

C. A Violência Revela a Grilagem

Para Oliveira (1997) "os latifundiários dizem que as terras são suas, mas

qualquer apuração jurídica nos processos de aquisição de terras públicas particularmente na Amazônia, vai revelar os mecanismos de burla, falsificação e grilagem. É este aspecto que une os episódios de Corumbiara" a outros que ocorrem pelo Brasil. Segundo o mesmo autor

> "Nestes episódios, tem estado em jogo o efetivo e legal direito desses latifundiários sobre as terras apropriadas privadamente por mecanismos ilegais. E a Justiça neste país sem justiça continua cega porque não quer ver ou porque muitos de seus membros são também latifundiários e julgam em causa própria. Senão, vejamos o que está por trás da ocupação da Fazenda Santa Elina. O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra nº 151, set/95, trouxe, em matéria especial, aquilo que geralmente a grande imprensa nacional tem escondido da sociedade brasileira em geral: A Comissão de Representantes da Câmara dos Deputados responsabilizou o Governo Federal, o Governo do Estado de Rondônia e o Poder Judiciário, pelo desfecho trágico da ocupação em Corumbiara. O governo Federal pela sua inoperância no que se refere à Reforma Agrária; o Estadual pela execução inadequada e ilegal do despejo (em horário noturno) e pelas execuções, torturas brutais e abusos de poder praticadas por sua força policial, durante o violento despejo. Mas toda a insanidade demonstrada pelas autoridades responsáveis pela segurança pública neste massacre teve como contrapartida a insensibilidade do juiz Glodener Pauletto que, ao ratificar a ordem de despejo sem consultar o INCRA, exigiu que ela fosse cumprida de imediato, levando à morte de, pelo menos, 12 pessoas. Na realidade este juiz, de vinculação notória com latifundiários, não repetiu mais do que o procedimento tradicional dos titulares do Poder Judiciário brasileiro. Enquanto são morosos e costumam ajudar como podem na criação de impecilhos aos processos de desapropriação e democratização da propriedade da terra no Brasil, são rápidos ao expedirem liminares de despejo contra os trabalhadores. Assim os juizes colaboram para a manutenção da concentração fundiária e do poder de latifundiários como o dono da fazenda Santa Elina, Hélio Pereira de Moraes, que vive em São Paulo e é conhecido na região por sua truculência e utilização permanente de pistoleiros... A fazenda Santa Elina possui 16 mil hectares, metade deles improdutivos, e foi adquirida por Hélio Moraes através de uma maracutaia. Ao lado dos projetos de colonização implantados pela ditadura na década de 70, foram licitadas áreas públicas com 2 mil hectares, a preços simbólicos, sob a condição de que o adquirente implantasse um projeto agropecuário num tempo estabelecido. O processo licitatório possibilitou que um mesmo interessado se apossasse de um grande

número de áreas em nome de 'laranjas'e desta forma se constituíram grande número de latifúndios. Assim Hélio Moraes, que só poderia receber um lote de 2 mil hectares, adquiriu 8. Esses lotes foram negociados com o INCRA-RO através de Contratos de Alienação de Terras Públicas e, no caso de Rondônia, 99% destes contratos estão inadimplentes, ou seja, seus supostos proprietários não executaram o projeto agropecuário que lhes possibilitou o acesso à terra. No entanto, os cartórios de registros de imóveis registram estes contratos, para legitimar a "posse". Nestas condições estão cerca de dois milhões de hectares de terras férteis de Rondônia, sobretudo em Corumbiara. Diante disso, o procedimento verdadeiramente legal seria o INCRA reaver essas terras para a União, fazendo com elas assentamentos de reforma agrária. Estas terras nem sequer precisam ser desapropriadas pelo estado, pois em tese ainda são da União, já que os licitantes não cumpriram o pactuado. Mas enquanto o governo federal não se esforça para reaver essas terras, os supostos proprietários têm poder político local, embora vivam, em sua maioria, fora do estado.".

Essa situação em si, como foi visto anteriormente, é um mecanismo já utilizado desde as sesmarias, onde apesar da ilegalidade dos títulos de terra contam com a complacência e mesmo a anuência e violência do poder público, sempre em detrimento daqueles que necessitam da terra para produzir alimento para si e sua família, enfim para se reproduzirem enquanto camponeses e ainda alimentarem as populações das cidades.

Outro caso que demonstra no mínimo estranheza sobre o comportamento do estado é o que ocorre no Pontal do Paranapanema. Nas palavras de Oliveira (1997) "... ao que tudo indica, está havendo no Pontal uma inversão total dos princípios jurídicos: os réus estão se passando por vítimas". Pois "..a justiça na região do Pontal tem agido como se ignorasse o fato de que os fazendeiros são grileiros, e o Governo Estadual não moveu uma ação sequer para pedir a reintegração de posse das terras que são de sua propriedade. Logo, certamente estamos diante de uma inversão total dos princípios jurídicos: os fazendeiros-grileiros são tratados pela justiça como se fossem proprietários legais das terras e os sem-terra que ocupam as terras que pertencem ao Estado são tratados como "invasores". Toda vez que os sem-terra ocupam uma fazenda que é de propriedade do Estado, a justiça tem

concedido liminares de reintegração de posse aos fazendeiros-grileiros, ou seja, tem garantido juridicamente o ato ilegal de posse das terras por estes fazendeiros-grileiros."

Esses fatos tem gerado uma certa perplexidade, pois, ainda segundo Oliveira (1997) "...estamos vivendo um espetáculo surrealista, pois os fazendeiros têm encontrado todo espaço na imprensa escrita, falada e televisada e vão através dela divulgando suas versões sobre os acontecimentos e com isto, perante parte da população, 'passam de réus à vítimas'. Por exemplo, a grande imprensa tem veiculado as seguintes manchetes: 'Fazendeiros pedem intervenção federal', 'Fazendeiros já contratam seguranças armados em São Paulo' e 'Sindicato vê risco de 'guerra civil' no Pontal' referindo-se a declarações do presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, fazendeiro Célio Romano. "

2.10. Os Latifúndios, a Grilagem e a Política. O Final do Capítulo de uma História que a Cinco Séculos não tem Fim...

O que foi exposto até aqui mostra a gravidade da situação fundiária brasileira, que transcende em muito a luta de trabalhadores sem terra, que são apenas a parte visível dessa questão a semelhança da ponta de um iceberg. Mais uma vez vamos recorrer a Oliveira (1997) que situou a problemática muito bem, permitindo perceber a sua verdadeira dimensão. Diz o autor: " Dessa maneira, como no caso de Corumbiara, está em jogo nos acontecimentos que ocorrem no Pontal além da luta cotidiana dos camponeses sem-terra, uma luta política e ideológica nos/com os meios de comunicação de massa, e um conjunto de procedimentos jurídicos, que se investigados por qualquer governo sério, colocaria em xeque toda a estrutura fundiária latifundista do país, pois são incontáveis os casos de grilagem de terras em todo território nacional."

Nessa perspectiva, José de Souza Martins (apud OLIVEIRA, 1997) também considera que no Brasil "...a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma

força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros ... No Brasil, o atraso é um instrumento de poder... Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. [O que nem sempre acontecia]. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado... portanto... comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas."

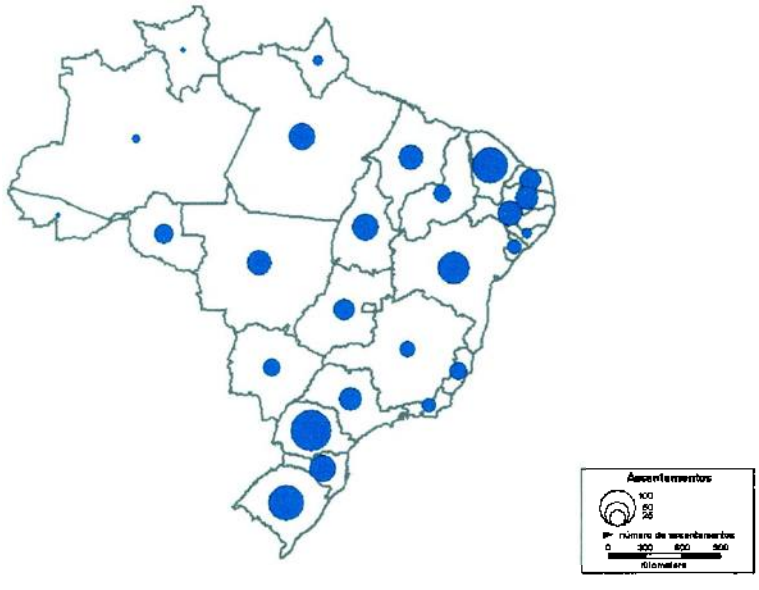
A conclusão mais contundente sobre o que vem ocorrendo na historia recente brasileira em relação a uma nova configuração de poder, em que a posse da terra é um dos elementos chave, é que, nas palavras de Oliveira (1997) "...o capital transformou-se em proprietário da terra ... agora e aqui estamos diante de um modelo antidemocrático de desenvolvimento capitalista, apoiado num pacto político, gestado durante a ditadura militar, que casou numa só figura única latifundiários e capitalistas." Seja latifundiários arcaicos que se tornaram modernos, ou capitalistas modernos que se tornaram arcaicos latifundários.

- Sem idealizações e sem máscaras essa história mostra que a construção de um país democrático, com justiça social, passa necessariamente pela democratização do acesso a terra, isto é, não é mais possível conviver com uma estrutura fundiária tão intensamente concentrada, concomitante ao processo de exclusão social a que tem sido submetido o trabalhador brasileiro Infelizmente, mesmo na *nova república*, que marca a volta do estado democrático no Brasil, os

trabalhadores rurais sem terra só tem conseguido o acesso à terra através de muita luta; só em São Paulo 80% dos assentamentos são fruto de ocupações de terra. Como diz Fernandes (1996): "Terra na se dá, Terra se conquista".

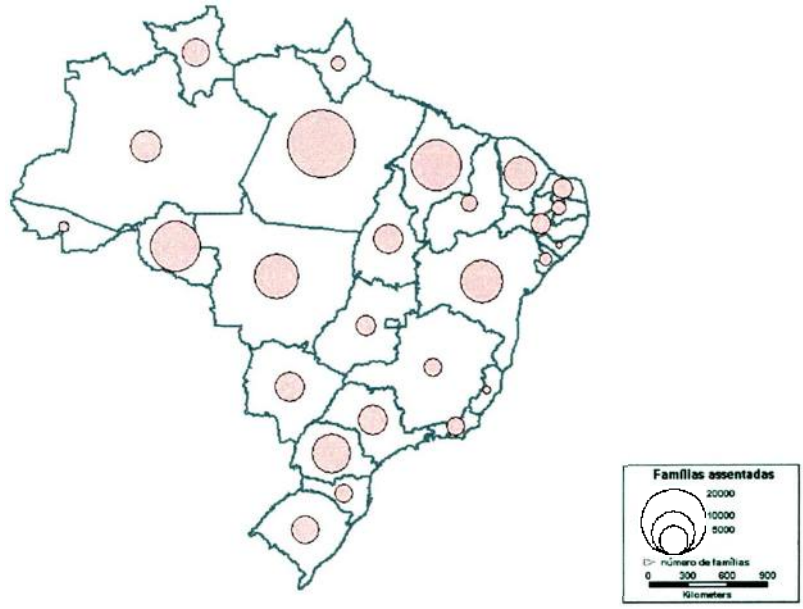
Ainda segundo Oliveira (1997): "...No período entre 1978/1994, os trabalhadores rurais em sua luta cotidiana e, na maioria das vezes, sanguinária pela terra, conseguiram conquistar, em mais de mil assentamentos, mais de 7 milhões de hectares de terra, para mais de 140 mil famílias trabalharem." Essas informações encontram-se nos três próximos mapas para um melhor entendimento da espacialização da reforma agrária brasileira.

Figura 17. Mapa do Brasil com número de Assentamentos



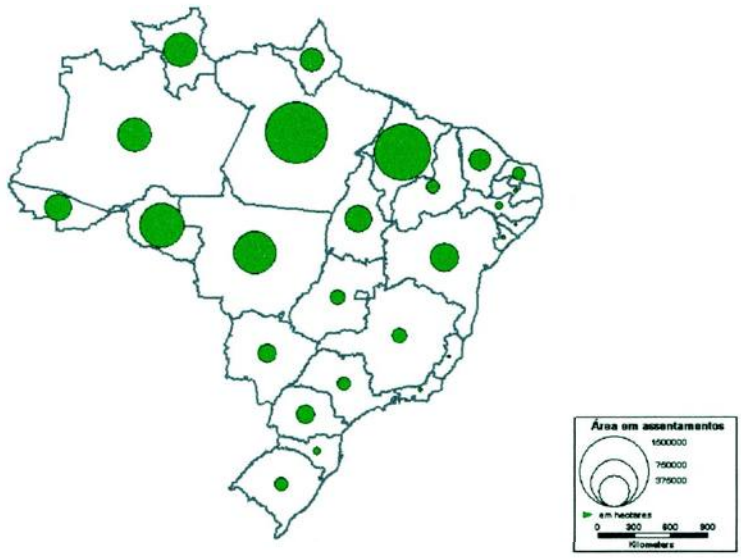
Fonte: Elaborado pelo autor, INCRA/MST, adaptado de Oliveira (1997)

Figura 18. Mapa do Brasil com o número de famílias assentadas



Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor, INCRA/MST, adaptado de Oliveira (1997)

Figura 19. Mapa do Brasil com área ocupada pelos assentamentos



Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor, INCRA/MST, adaptado de Oliveira (1997)

Sobre as condições nesses assentamentos hoje, ficamos com Evandro Éboli (2003) que relata "...Uma auditoria feita pelo Incra por determinação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, mostra que 92% das 524 mil famílias assentadas pela reforma agrária nos últimos oito anos não tiveram acesso a abastecimento de água. Segundo o levantamento do Incra sobre a reforma agrária no governo Fernando Henrique, 88% dos assentados (463,2 mil famílias) não têm energia elétrica e 81% (426,3 mil famílias) não têm estradas para o acesso as suas terras e o escoamento da produção."

Ainda segundo o documento do governo do PT, obtido pelo GLOBO (ÉBOLI, 2003), "apenas 32% dos assentados (169,4 mil famílias) receberam o Programa de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), que deveria ser elaborado pelo governo. E 43% (224,5 mil famílias) receberam crédito para habitação. Sobre assistência técnica, apenas 47% (247,5 mil famílias) receberam orientação, segundo a auditoria do PT. A melhor performance foi no pagamento do chamado crédito de apoio, que beneficiou 59% (307,8 mil) das famílias assentadas. A auditoria concluiu que a reforma agrária no governo passado não atendeu às expectativas dos sem-terra e levou milhares de famílias de assentados à pobreza. 'Considera-se que a qualidade dos assentamentos revelada pelo relatório Censo 2002 desautoriza a propaganda do governo Fernando Henrique na tentativa de qualificar-se como o governo que realizou a melhor reforma agrária do mundo', diz o documento preparado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva."

O resultado da auditoria vai servir de base para ações do governo do PT. O presidente Lula disse no início de 2003 que sua principal preocupação será assegurar a qualidade dos serviços nos assentamentos.

O levantamento do PT põe em dúvida também o número de 630 mil famílias assentadas anunciado no fim do governo Fernando Henrique.

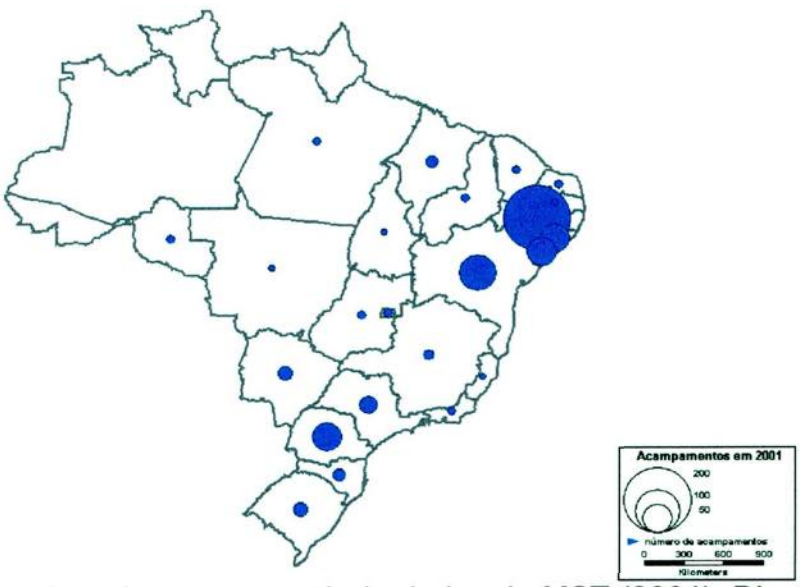
— Esses números (de assentamentos) precisam ser claros e transparentes, para que não se iluda a sociedade. O assentamento é um processo. É preciso dar

condições para que essas famílias produzam — afirmou em abril de 2003 o presidente do Incra, Marcelo Resende.

O relatório foi elaborado a partir de dados oficiais do Sistema de Informação de Projetos de Assentamento. Foram usadas também informações do Censo da Reforma Agrária, realizado em 2002, por meio de um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Universidade de São Paulo (USP) e o Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

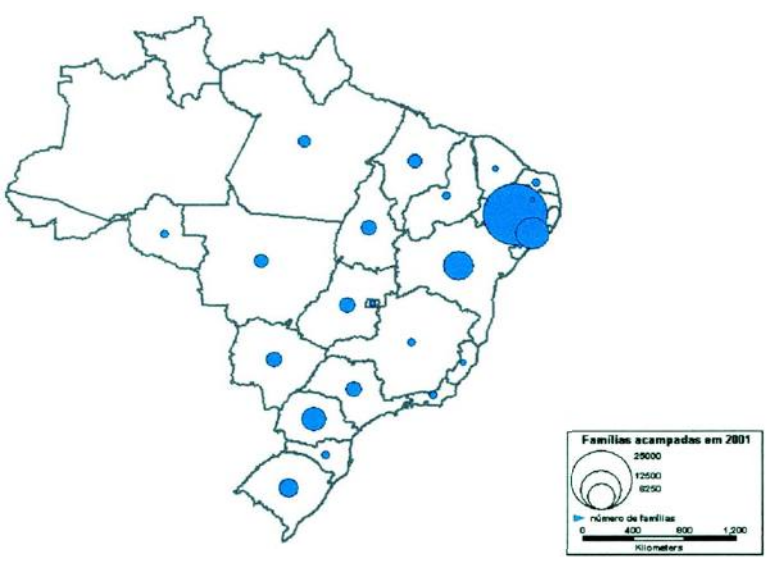
Apesar do quadro complicado da reforma agrária brasileira, percebe-se um pequeno avanço, principalmente quando se pensa no tamanho do Brasil. Entretanto, passos importantes têm sido conquistados pelos movimentos sociais na luta pela democratização do acesso à terra, que de 1990 a 2001 realizaram 2.194 acampamentos, com 368.325 famílias, tendo muitos já conquistado a sua terra, o que tem trazido uma esperança para aqueles que ainda não a conquistaram. E por falar naqueles que ainda estão acampados a espera do seu lote de terra, ainda existem 585 acampamentos com 75.730 famílias na luta pela terra no Brasil, que encontram-se distribuídos segundo os mapas apresentados a seguir e que nos mostram o quanto ainda é preciso ser realizado para que esses brasileiros tenham uma vida digna, lembrando também que é preciso resgatar 30 milhões de brasileiros que hoje passam fome e estão na miséria.

Figura 20. Mapa com o Número de Acampamentos de Sem Terra



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MST (2001). Disponível em: <www.mst.org.br>

Figura 21. Mapa com o Número de Famílias Acampadas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do MST (2001). Disponível em: <www.mst.org.br>

Capítulo 3

Complexo Rural e a Renda Agrícola Brasileira em Tempos de Globalização. Uma Definição de Desenvolvimento para uma Estranha Classe. O *Campesinato*, o MST e a Nova Estratégia de Inserção no Negócio Agrícola na Era da Informação.

Até aqui já vimos (no capítulo 1) que a atual agricultura brasileira ocupa, dos 851 milhões de hectares, apenas algo em torno de 42 milhões, com praticamente onze produtos temporários e nove permanentes, que são responsáveis por quase 100% dessa área cultivada, constituindo-se numa grande monocultura com expressiva parte de sua produção entregue a intermediário.

No capítulo 2 vimos como desde o descobrimento até os nossos dias as elites, utilizando o poder de repressão ou legal do Estado, foi se apoderando das terras brasileiras, privatizando o vasto patrimônio nacional na mão de poucos, enquanto a imensa maioria da população brasileira foi engrossando o exército dos despossuídos, sem terra.

Agora, no capítulo 3, inicialmente utilizaremos uma das diversas maneiras existentes para representar essa nova estrutura econômica onde a agricultura se insere num complexo rural. Para tanto, será utilizado a idéia de cadeia produtiva que se forma a partir da agricultura indo até a mesa do consumidor, detalhando como se dá a agregação de valor em cada uma das etapas desse processo e quanto é apropriado por cada um dos atores que a constitui. Primeiramente, a análise abordará o complexo rural mundial e depois, em particular, o complexo rural brasileiro. Finalmente, se adotará uma visão de desenvolvimento no âmbito da qual se estabelecerá uma estratégia específica para uma nova inserção da agricultura camponesa e em particular do assentado da reforma agrária nesse novo contexto mundial.

3.1. O Complexo Rural Mundial

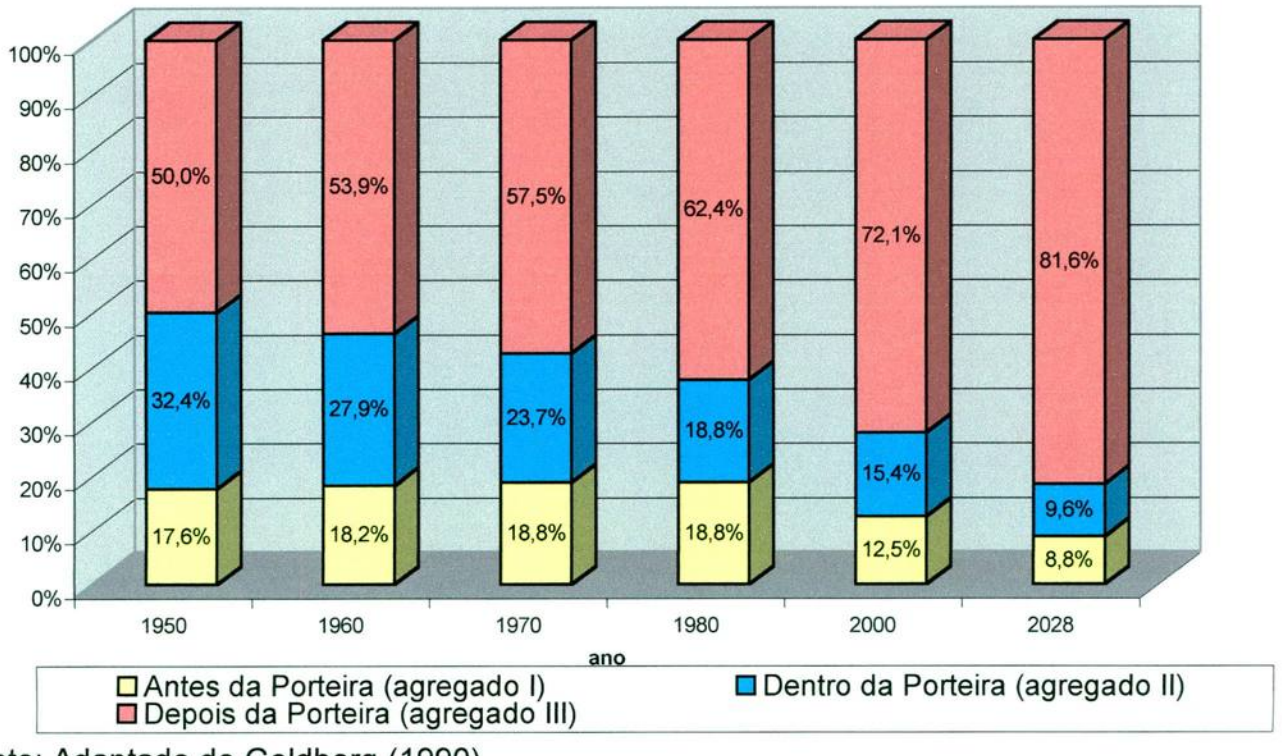
Nesse tópico primeiramente recorreremos a alguns conceitos que nos auxilie no entendimento de como que se dá nos dias de hoje o ciclo produção-distribuição-consumo dos produtos oriundos da agricultura. Também como pode ser representado esse ciclo, de maneira a nos orientar enquanto sujeito integrante do desenvolvimento da sociedade articulado com a economia como um todo. Segundo Lauschner (1993):

> A visão teórica do fenômeno rural não acompanhou a realidade em toda sua complexidade. O termo "agricultura" era aplicado indistintamente a uma agricultura de subsistência e a uma agricultura no contexto da economia desenvolvida, sem que a confusão de conceitos criasse problema especial para a teoria econômica. Foram profissionais da área administrativa que alertaram sobre a confusão de conceitos existente ao ser utilizado o termo "agricultura" e criaram o termo "agribusiness", que é o mesmo conceito de "agricultura" em uma economia de subsistência aplicado a uma economia desenvolvida. "Agribusiness" é, portanto, uma única "unidade ativa" segundo Perroux (apud LAUSCHNER, 1993), que expressa todo conjunto de operações de um agricultor de subsistência que hoje são realizadas por diversos setores especializados. É traduzido por "complexo rural" e definido assim:"Complexo rural é o conjunto de todas as operações que abarcam a produção e distribuição dos insumos rurais; as operações a nível da exploração rural; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus subprodutos". Eweli Paul Roy (apud Lauschner, 1993) define o estudo do complexo rural como:
>
> "a *ciência que coordena o abastecimento de insumos para a produção agrária e, subseqüentemente, a produção, processamento e distribuição de alimentos e fibras. Complexo rural compreende tanto tecnologia como economia: depende de muitas tecnologias, como da ciência agropecuária, da ciência florestal, da mecânica e entomologia, assim como de muitas outras; depende também de diversas fases da economia, como da economia agrícola, do consumidor, do trabalho e da economia industrial. A todas essas disciplinas devem ser agregados elementos de ciência política, de governo, educação, sociologia, psicologia, etc. Por isso o estudo do complexo rural é interdisciplinar, aplicado à alimentação e fibras, a base de todas as civilizações".*
>
> O complexo rural não é empresa, nem centro de controle, de decisão ou de mando, mas é composto de dezenas ou milhares de setores autônomos, independentes e especializados, quais sejam: centros de pesquisa, de

assistência técnica e/ou educacional, associações de agricultores, associações comerciais, setores de silos e armazéns, setores de beneficiamento e de industrialização... Cada setor está concentrado em seus interesses e exerce maior ou menor poder sobre algum outro setor. O complexo rural, portanto, é um conjunto de entidades (bem como de funções e operações) descentralizadas na área de produtos rurais. Cada entidade é livre para tomar, autonomamente, as decisões. A parte do complexo rural, anterior à produção rural, que congrega o conjunto de setores que produzem os insumos que são adquiridos pelos produtores rurais é chamado agregado I ou a montante do complexo rural. A parte, por sua vez, que recebe a produção dos produtores (isto é, do agregado II), para armazená-la, processá-la e distribuí-la no mercado é chamada agregado III ou a jusante do complexo rural. Para que o conceito de complexo rural seja melhor compreendido (e para privilegiar um enfoque mais estrutural que conjuntural), convém oferecer alguns dados que expressem, entre outros, principalmente a evolução da produção e dos investimentos do complexo rural, numa economia desenvolvida. A quantificação do complexo rural tem como único objetivo aprofundar a teoria sobre o mesmo, explicitando alguns aspectos estruturais que orientem a reflexão. Não mostra preocupação direta com a situação atual da economia mundial, mas procura selecionar alguns dados quantificados, úteis para a compreensão do conceito "complexo rural" e de seu significado dentro do setor rural e da economia. Os dados sobre o complexo rural são obtidos somente por análise intersetorial, baseada na matriz insumo-produto que detalha todas as compras e vendas do sefor rural. Uma projeção do complexo rural mundial até o ano 2.028 (FIGURA 22) mostra a tendência de o agregado I (a montante) e o agregado II situarem-se, ambos, numa participação em torno a apenas dez porcento do complexo rural (quando cada um, em 1980, participava com algo em torno a 20%) e o agregado III (a jusante) ser o responsável, então, em torno de 80% de toda a produção a do complexo rural (quando, em 1980, respondia por cerca de 60%). Goldberg calcula que o complexo rural mundial produzia: (US$ bilhões) 250 em 1950; 380 em 1960; 600 em 1970; 2.000 em 1980. Projeta uma produção de (US$ bilhões) 4.000 no ano 2.000 e 8.000 no ano 2.028 . A renda dos agricultores, isto é, do agregado II do complexo rural, alcança, do valor total produzido no complexo rural, 32,4% em 1950; 27,9% em 1960; 23,7% em 1970; 18,8% em 1980. Goldberg projeta 15,4% no ano 2.000 e 9,6% em 2028. O setor que crescentemente assumirá o papel principal no complexo rural é o agregado III ou jusante, isto é, o setor de armazenamento,

processamento e distribuição final. Dentro da jusante, porém, há um setor que dominará não só a jusante mas todo o complexo rural: é o setor de processamento e, principalmente, o setor agroindustrial (que compra a quase totalidade da produção rural e a transforma para a mesa do consumidor). A renda da jusante do complexo rural mundial participava da produção do mesmo com 50,0% em 1950; com 53,9% em 1960; com 57,5% em 1970 e com 62,4% em 1980, passando a uma provável participação de 72,1% no ano 2.000 e 81,6% no ano 2.028.

FIGURA 22. Valor Adicionado pelo Complexo Rural Mundial



Fonte: Adaptado de Goldberg (1990)

3.2. O Complexo Rural no Brasil

Para entendermos um pouco melhor as peculiaridades do complexo rural brasileiro é necessário retomarmos um pouco do processo histórico que deu origem a essa situação. No Brasil a partir de 1956, ocorreram mudanças substanciais na ordem econômica, imprimindo um maior dinamismo ao modelo de desenvolvimento

econômico, baseado na "substituição de importações". O período inicial de expansão se caracterizou pela implantação do " Plano de metas", e que pretendia recuperar "50 anos em 5" através de uma política na qual o Estado se transformava num instrumento deliberado de desenvolvimento da indústria, inclusive assumindo o papel de produtor. O então governo de Juscelino Kubitschek visava maior participação do Estado na economia, através da criação de infra-estrutura relacionada à industria de base, tais como: energia elétrica, estradas de rodagem e outras, necessárias para que às indústrias, principalmente as estrangeiras, pudessem se instalar no Brasil, criando assim condições para a internacionalização da industria de bens de capital.

O desenvolvimento econômico, calcado na utilização de poupança internacional, via crescimento do endividamento externo, e a existência de instrumentos de política econômica, como a instrução 113 da SUMOC, e os grandes incentivos cambiais, tarifários, fiscais e creditícios, possibilitou a entrada de capital estrangeiro na forma de investimento direto, criando condições para importação de máquinas e equipamentos para a instalação de industrias estrangeiras no Brasil, e é nesse contexto que são criadas também as bases para o desenvolvimento da industria para a agricultura.

O desenvolvimento econômico brasileiro no sentido de industrialização da agricultura, a partir dessa época, foi se expandindo continuamente e durante as ultimas décadas montou-se no país um amplo parque industrial e em particular um segmento de produção de insumos agrícolas e agroindustriais.

Cabe salientar, entretanto, que é durante a década de setenta que se verifica um grande impulso no sentido de modernizar a agricultura, período em que se observou a generalização do uso de insumos modernos na região Sudeste, Sul e Centro-Oeste, destacando-se o Estado de São Paulo, pelo mais elevado nível que atingiu na incorporação destas tecnologias.

O governo brasileiro foi de fundamental importância no processo, pois através da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento da economia brasileira,

conhecida como "Plano Nacional de Desenvolvimento - PND", em que foi inserida, de forma especifica, uma política para o setor agrícola. Esta estabeleceu metas a serem alcançadas pelo setor primário, tendo a realização delas o apoio do Estado por intermédio de incentivos. Para a realização das metas, o Estado disporia dos seguintes meios para sua atuação política: credito rural, tanto de custeio como de investimento, amplamente subsidiado no seu início, constituindo grande alavanca para a transformação da agricultura, o que possibilitou o uso de capital intensivo. Os outros meios utilizados pelo Estado foram, principalmente, os preços mínimos, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, política fundiária e atividades de defesa animal e vegetal.

Inicialmente, com a implantação do I PND (PND, 1971), de 1972/1974, durante o governo Médici, o objetivo no que se refere à região Sudeste, Sul e Centro-Oeste foi atingir um crescimento da produção com bases nos seguintes pontos:

a) desenvolver a agricultura em bases empresariais;

b) modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas.

No II PND (PND, 1974), 1975/1979, elaborado para o governo Geisel, o setor primário é chamado a uma participação maior no desenvolvimento brasileiro, nas próprias palavras do plano: "trata-se agora de exigir muito mais do setor agropecuário". Esta expectativa estava baseada na resposta que a agricultura em moldes empresariais vinha proporcionando em termos de aumento da produção. Portanto, abre-se a oportunidade do setor primário acompanhar o crescimento global da economia, fornecendo produtos básicos.

O III PND (Resolução, 1980), de 1980/1985, elaborado para ser desenvolvido durante o governo Figueiredo, estabelece praticamente as mesmas diretrizes dos outros planos; entretanto, coloca a agricultura como prioridade dentro do panorama nacional. (Lembram-se, "Plante que o João garante")

Completando o quadro referente ao desenvolvimento da agricultura, no período, encontramos o plano nacional de fertilizantes e calcário e a implantação do Programa Nacional do Álcool - PROALCOOL, visando a produção interna de

combustível para veículos automotores, uma vez que o petróleo passou a pressionar as contas externas, em decorrência do primeiro e do segundo choque de preços que redundaram na elevação destes no mercado internacional nos anos de 1973 e 1979, respectivamente.

O crescimento da agricultura estaria, dessa forma, baseado na manutenção da rentabilidade da produção agrícola, pois como a atividade deveria se estabelecer em termos empresariais, em função, portanto, de uma economia de mercado, seria necessário manter um lucro de maneira a possibilitar a capitalização do setor e, conseqüentemente, sua ampliação e consolidação dentro das novas perspectivas.

Em linhas gerais, o que se observa acerca do desenvolvimento econômico brasileiro, desencadeado pelo Estado, é que a abertura da economia possibilitou a entrada de empresas estrangeiras e, particularmente, um segmento voltado à produção de insumos modernos para a agricultura, que através principalmente da política de credito, levou a uma modernização mais intensa do processo produtivo agrícola, durante a década de setenta.

Portanto, entre os principais efeitos desse período de expansão econômica, pode-se arrolar como o mais significativo o processo de modernização agrícola, o qual constituiu basicamente uma agricultura "industrializada", onde o uso de tratores, implementos, colhedeiras, sementes melhoradas, fertilizantes e agrotóxicos, de uma forma geral, passou a ser utilizado em larga escala dentro do processo produtivo agrícola, desenvolvendo-se uma estreita interação com a industria, tanto a que fornece os chamados insumos modernos, como a que processa as matérias primas, as chamadas agroindústrias.

Em relação às empresas que se instalam no Brasil, é relevante salientar para o objetivo deste trabalho sua característica oligopolista, isto é,... "na verdade, a experiência particular dos países da América Latina e antes, a daquelas indústrias que apresentam uma estrutura oligopolista, desde a sua implantação ... porque, ao contrário da experiência passada das economias avançadas, as condições tecnológicas para a emergência de estruturas oligopolistas estão dadas desde o

inicio" (GUIMARÃES, 1981).

Nesse sentido, observa-se que o capital que se instala no Brasil possui características oligopolistas, com poder de subordinação de outros setores que participam de mercados de maior intensidade de concorrência e competitividade, com formação de preços mais próximos da concorrência perfeita, o que trouxe conseqüências fundamentais para o desenvolvimento da agricultura. Diante desse processo de industrialização, a atividade agrícola transforma-se numa parte integrante do capital monopolista ou ainda em seu apêndice, através da estratégia de *modernização conservadora*, a qual propiciou aumento na oferta de matérias-primas para a indústria de alimentos para o mercado interno, além de produtos de exportação e desta forma conectou o setor agrícola à indústria, através da demanda de insumos e máquinas, e ampliando, também, o mercado interno para produtos industriais, principalmente pelo consumo de bens intermediários, facilitado pela desestruturação de parte da economia de subsistência.

Para um melhor entendimento do processo anteriormente descrito, foi anexado o quadro a seguir, indicando o tipo de mercado em que atuam a indústria tanto fornecedora dos insumos chamados modernos como do setor industrial processador de matérias-primas.

Observa-se, a partir do Quadro 1, que em síntese, " pode se asseverar que a industrialização dos mesmos é a tendência predominante e, tudo leva a crer, irreversível. Trata-se, cabe observar, de industrialização no sentido moderno, ou seja, que implica na difusão do atual progresso técnico, elevação das concentrações de capital junto ao avanço de formas oligopolistas de estruturação de mercados, acentuando a distinção entre grandes e pequenos capitais. Essa tendência evidencia que as características dessa industrialização é que regularão a expansão ou o bloqueio dos setores industriais e agrícolas"(MULLER, 1984). Nessa época, uma grande escala de produção e desenvolvimento tecnológico próprio eram características que se impunham como barreiras intransponíveis a quem quisesse entrar na concorrência, o que só era factível às empresas oligopolistas; estávamos

no auge da segunda revolução industrial.

Dentro dessa nova realidade da agricultura brasileira, esta se defronta com estreita interação com a indústria, tanto a que fornece os chamados insumos modernos, como a que processa as matérias-primas.

Quadro 1 - Brasil - Tipos de mercado do complexo rural brasileiro[6]

Setores	Tipos de Mercado
Tratores	Oligopólio Concentrado
Inseticidas	Oligopólio Diferenciado
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	
Máquinas Agrícolas	
Adubos	
Rações	Oligopólio Competitivo
Leite e Laticínios	Oligopólio Diferenciado
Cigarros	
	Oligopólio Competitivo
Abate	
Beneficiamento de Fibras Vegetais	
Trigo	
Refinação de Óleos Vegetais	
Produção de Óleos em Bruto	
Bebidas	
Madeira	Concorrência

[6] Observações sobre os tipos de mercado - as designações *oligopólio concentrado* e *diferenciado* são conhecidas pela literatura corrente sobre o tema; a de *oligopólio competitivo* talvez não; para tanto, consulte-se Tavares, FINEP, s/d (apud MULLER, 1984). Por outro lado, é difícil afirmar que a caracterização dos mercados que consta no quadro, é válida para 1960, em razão do processo de modernização haver se generalizado a partir de 1970.

Couros e Peles	

Fonte: MULLER, 1984.

Estes dois segmentos da indústria se caracterizam por um capital de onde deriva um poder de mercado, utilizado para proteger a margem de lucro, através de uma política de *mark-up*, repassando aos consumidores finais as elevações no custo de produção.

Por outro lado, os produtores agrícolas (sobretudo os pequenos) geralmente encontram dificuldades na comercialização, pois, pelo fato de serem geograficamente atomizados e não contarem com uma organização que efetivamente garanta um maior poder de barganha, são impossibilitados de repassar ao mercado a elevação dos seus custos.

Devido a essas características, a indústria tem maiores condições de obtenção de lucro e conseqüentemente maior apropriação de renda da terra (em especial a diferencial II). Tanto a indústria quanto agricultura, por constituírem setores numa economia de mercado, apresentam, a principio, uma relação de troca desigual e em favor da indústria, porquanto esta é oligopolista, enquanto que a agricultura é competitiva.

Dentro do complexo rural brasileiro, cabe ainda ressaltar a estrutura do varejo, que também é uma das mais concentradas do mundo, e para se ter uma idéia sobre esse fato encontra-se abaixo um quadro elucidativo:

QUADRO 2 - Estrutura do Varejo no Brasil

Tipo de Loja		**% de lojas**	**% de vendas**
Sem check-out	varejo tradicional	84,4	15,0
	Conveniência	13,6	26,4
auto-serviço	pequenos e médios	1,3	16,1
	Grandes	0,7	42,5

Fonte: Associação Brasileira de Supermercados.

O varejo brasileiro comercializa por volta de U$ 45 bilhões por ano, sendo que a indústria responde praticamente por 2/3 desse montante e utiliza amplamente

marketing share em sua estratégia comercial.

Cerca de U$ 15 bilhões do total são movimentados via atacado, que se divide nos setores de entrega (com 68%), balcão (28%) e auto serviço (11%).

O mais impressionante no Brasil é que as *grandes redes* que possuem apenas 0,7% das lojas ficam com 42,5% das vendas e concentra-se em regiões de alta densidade populacional, e, para manterem sua posição no mercado, têm desenvolvido tecnologia gerencial própria, em que a tendência é cada vez mais desenvolver conhecimento sobre o perfil de seu cliente.

O aumento das vendas desse segmento depende do crescimento dos salários e nos últimos anos, a partir de meados de 1994 para cá, mais precisamente com a implantação do Plano Real, houve um aumento do consumo impulsionado pela entrada de uma classe de consumidores que antes era impedida pelo imposto inflacionário.

Ainda a maior abertura do mercado brasileiro, que vem ocorrendo desde meados dos anos 90, tem propiciado a entrada de novos concorrentes, principalmente multinacionais, devido ao porte desse segmento no Brasil.

Esses grandes equipamentos de varejo compram muito produto direto da indústria e também suprem os pequenos varejos. Apresentam alta demanda por tecnologia e procuram incrementos contínuos de eficácia e eficiência, onde o tamanho médio da loja tende a aumentar e o foco cada vez mais é o mercado de vizinhança.

A tendência de crescimento do varejo de auto serviço tem se dado em detrimento do *varejo* tradicional, acompanhado de maior concentração e um crescimento relativo das grandes redes.

Esse segmento tem se apresentado muito dinâmico e aberto às novas tecnologias, que não só permite a redução do tamanho mínimo da loja, manutenção de estoques baixos e reposição rápida, como também vários formatos de loja, inclusive virtual (internet) devido à introdução crescente de tecnologia, aumento da capacidade gerencial e desenvolvimento de marcas próprias.

3.3. A Renda da Agricultura Brasileira em Tempos de Globalização

Aqui serão analisadas as últimas informações e as mais completas sobre as conseqüências advindas da abertura de mercado em 1992, pelo governo Collor, sobre a agricultura brasileira, principalmente no que se refere a sua capacidade de geração de renda.

Primeiramente, deve ser salientado que no momento que se globalizam os mercados, os efeitos são diversos e dependem de como interagem com a estrutura interna de cada país. Assim, no Brasil com uma estrutura primária-exportadora herdada dos tempos coloniais, esta vai reagir de uma maneira própria que decorre dessa sua característica.

De maneira geral, já verificamos de forma detalhada que os produtos oriundos das lavouras temporárias e permanentes, dos produtos hortículas e outros vegetais, produtos da silvicultura e as frutas, apresentaram como destino da produção predominante o intermediário. Somente uma minoria dos produtos analisada apresentou uma estrutura de comercialização mais moderna, ligada à indústria como é o caso da cana e a laranja, que encontram-se predominantemente no Estado de São Paulo. Também verificou-se que ainda é expressivo o número de produtos que apresentam significativo consumo no estabelecimento, apontando para a existência de uma produção de subsistência. Finalmente, a venda ao consumidor é praticamente desprezível entre os diversos destinos da produção agrícola no Brasil. Isso mostra que a estrutura de comercialização agrícola brasileira tem se alterado lentamente e muitas vezes numa direção que não favorece o agricultor. Isto é, a modernização conservadora incorporou tecnologia agrícola, como sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos, etc., entretanto, no que se refere à comercialização, esta continua nas mãos dos intermediários, de maneira semelhante ao pau Brasil, o açúcar, o café, entre outros produtos coloniais que ficavam nas mãos da Coroa Portuguesa.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, que procuraram transformar os

latifúndios em empresas agrícolas, só alcançaram condições mínimas de rentabilidade quando apoiados pelos instrumentos de política agrícola, principalmente crédito subsidiado e preços mínimos.

Nesse contexto, o crédito subsidiado para compra dos chamados insumos modernos e a política de preços mínimos despontou como os mais importantes, pois o crédito garantiu o acesso a tratores, fertilizantes, agrotóxicos e etc, que por causa do subsídio passaram a apresentar vantagens econômicas em relação aos fatores de produção tradicionais como terra e mão de obra.

Na outra ponta, o preço mínimo, impedia que a inelasticidade da demanda se apresentasse de maneira aviltante e na forma de preços muito baixos em épocas de super safra.

A partir dos anos 80, a economia brasileira começa a ter dificuldades para manter seu ritmo de crescimento, o que tem origem no constrangimento externo gerado pelos choques do petróleo na década de 70. Essa situação acabou levando a mudanças radicais na condução da política econômica brasileira, que veio se consubstanciar, a partir de 1992, sob o governo Collor, em uma abertura generalizada da economia para o capital e os produtos estrangeiros. Associados a isso, os instrumentos de política agrícola, apesar de existentes, passam na prática a inoperantes, exigindo da agricultura enfrentar um mercado globalizado, altamente competitivo sem nenhum anteparo.

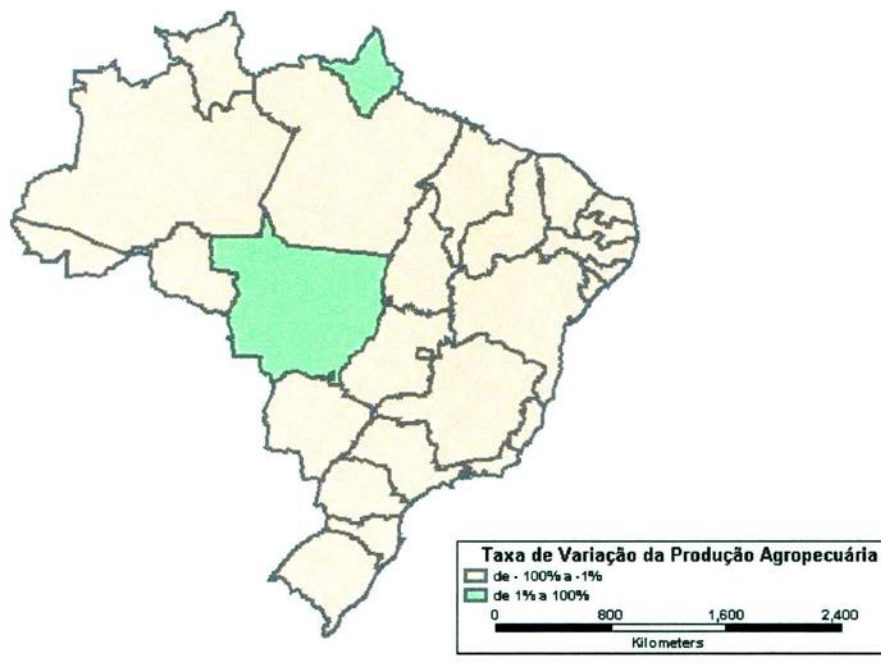
Para avaliarmos quantitativamente essa abertura do mercado brasileiro, utilizaremos um indicador que é a taxa de variação do valor da produção agropecuária brasileira entre 1995/96 e 1985, estimada com base nos Censos Agropecuários levantados nessas duas datas e que nos dá uma noção clara do impacto dessa política sobre a agricultura brasileira.

Para o Brasil como um todo a taxa de variação do valor da produção agropecuário entre 1985 e 1995/1996 caiu em - 46,91%, mostrando uma queda significativa no valor da produção. Considerando apenas a variação do valor da produção vegetal, notou-se que a diminuição foi de - 53,95% e a do valor da

produção animal foi de - 30,53%.

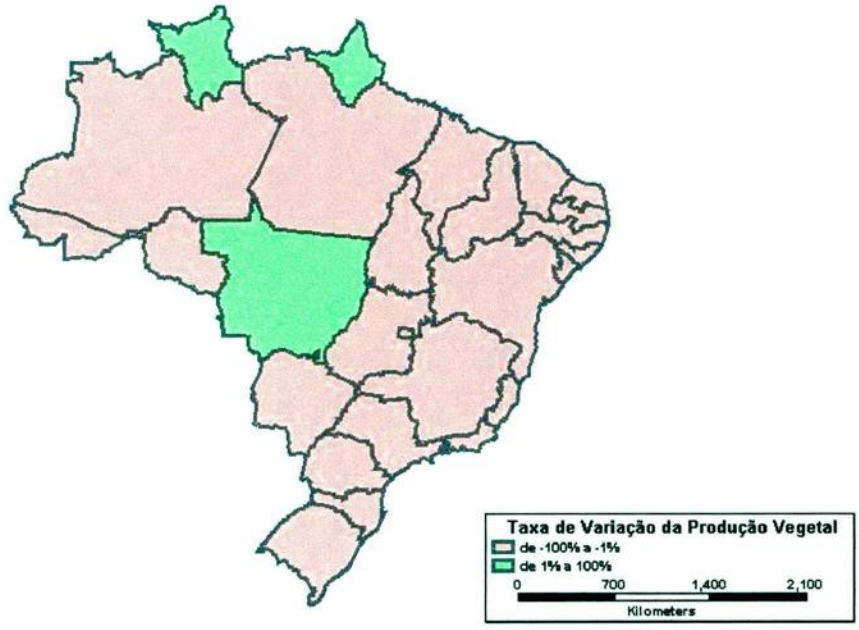
A seguir, as FIGURAS 23 a 25 permitem visualizar como essa taxa variou de estado para estado e para os produtos de origem vegetal e animal, cabendo ressaltar que as únicas exceções encontradas dizem respeito aos produtos vegetais em Roraima (21%), Amapá (76%), Mato Grosso (18%), e os produtos animais em Rondônia (62%), e Mato Grosso (13%). As demais taxas de variação são negativas, variando de - 66% a - 13%. Portanto, observa-se que as principais regiões produtoras do Brasil, como foi visto no capítulo 1, em termos de valor da produção, como Sudeste, Sul e Centro Oeste, se ressentiram nesse novo contexto e tiveram queda expressiva, com exceção do Mato Grosso. Já os outros estados que apresentaram uma taxa de variação positiva, são inexpressivos do ponto de vista de sua participação na formação da renda agrícola.

FIGURA 23. Taxa de Variação da Produção Agropecuária.



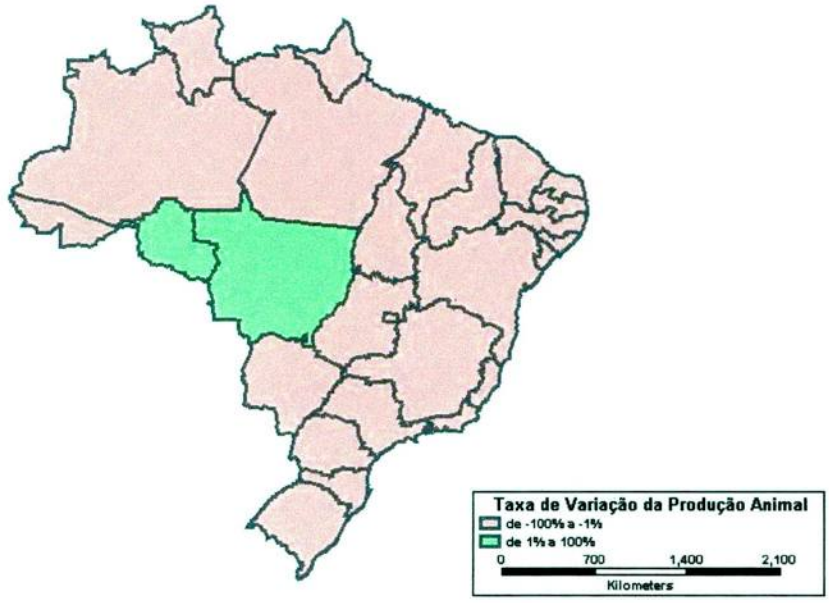
Fonte: Elaborado pelo autor com dados de David (1998).

Figura 24. Taxa de variação da produção vegetal



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de David (1998).

Figura 25. Taxa de variação da produção animal



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de David (1998).

Os resultados revelam que nossa agricultura não apresentou as condições necessárias de competir no novo padrão, em que a dinâmica econômica está baseada em uma abertura indiscriminada do mercado nacional para os produtos importados, o aumento das barreiras protecionistas dos países desenvolvidos e importadores dos produtos brasileiros, o que levou a encolher o seu valor de produção no período. Ainda verifica-se que, para os produtos que ainda é possível competir, o ajuste tem sido produzir cada vez mais, obtendo cada vez menos renda.

3.4 Uma Definição de Desenvolvimento para uma Estranha Classe. O Campesinato, o MST e a Nova Estratégia de Inserção no Negócio Agrícola

Acabamos de explanar sobre a tendência de agregação de valor do complexo rural mundial, mais especificamente a queda na participação relativa da produção obtida pelos estabelecimentos agropecuários. No Brasil há um agravante, pois o país se inseriu nesse contexto através de uma industrialização tardia e as indústrias que para cá vieram já apresentavam uma estrutura oligopólica em seu país de origem. Essa característica também está presente na rede varejista de abastecimento de alimentos. Portanto, esses mercados se estruturaram no Brasil de maneira a propiciar uma relação de troca desigual e em detrimento da agricultura.

Por fim essa estrutura que se montou no país durante as últimas décadas, desde meados dos anos noventa vem enfrentando, por um lado, a crescente abertura do mercado brasileiro e, por outro lado, o aumento das barreiras protecionistas em relação aos mercados dos países mais ricos do mundo. Fenômeno, que vem redundando em uma queda acentuada no valor da produção agrícola no Brasil.

Esse novo contexto exige a elaboração de uma nova estratégia para a inserção da produção camponesa no negócio agrícola, visando gerar emprego e renda sob essas novas condições. Em outras palavras, encontrar novas

perspectivas de agregar valor à produção agrícola, com base em um entendimento da realidade que permita uma ação diferenciada em relação ao atual padrão de inserção dos produtos agrícolas nos mercados e, em particular, aqueles oriundos da produção camponesa no Brasil. Para isso, é necessário primeiramente nos apoiarmos numa idéia de desenvolvimento que abarque essa direção que estamos procurando e, nesse sentido, encontramos em Roque Lauschner (1990) a seguinte definição:

> " O desenvolvimento deve ser compreendido como um conceito que exige definição interdisciplinar porque, além de fenômeno meramente econômico, ele é fenômeno social, político, cultural... Os objetivos e metas da própria economia como um todo são atingidos na medida em que são alcançados objetivos sociais, políticos e culturais, para cuja consecução a economia serve de meio e condição indispensável. Para Beltrão (apud LAUSCHNER, 1993) aumentar a produção sem que aumentem as decisões internas à economia (e, se possível, as decisões dos próprios trabalhadores) ou aumentar a produção sem que haja 'processo endógeno irreversível', maior distribuição da renda pessoal e geográfica, menor dependência externa, mais emprego, pode não ser considerado 'Desenvolvimento', mas significar mero 'crescimento' econômico, onde a economia como um todo não alcançou seus objetivos.[7]"

Nesse momento é preciso definir para quem estamos falando de uma nova estratégia de desenvolvimento, pois até aqui usamos a palavra camponês, que tem um sentido amplo, e primeiramente é necessário traduzir melhor quem é esse homem, esse ser camponês.

Apesar de historicamente a política pública no Brasil favorecer os donos de terra, se observa um tipo de brasileiro que ao longo do tempo apresenta uma resposta política e econômica diferente para a sociedade.

Quem é esse brasileiro e como se define?

Na verdade sociólogos como Antônio Cândido (1964) e Florestan Fernandes

[7] Para Beltrão (apud LAUSCHENER, 1993) "Desenvolvimento é um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado

(1968) encarnam esse brasileiro na figura do caipira, o qual, para os autores, apresenta características semelhantes às do camponês clássico.

Segundo Shanin (1972) e no conceito marxista, especificamente, a idéia *de modo de vida* extraida de Marx e Engels (1979) em a Ideologia Alemã, o camponês se apresenta como estrutural e conjuntural, no qual pode-se observar as seguintes características:

. Propriedade rural familiar

. Dependência da agricultura (atividades agrícolas) [entre outras no Brasil: pesca, extrativismo vegetal, caça, etc.]

. Vida na aldeia (no nosso caso: povoado, vilas, bairro rural)

. Trabalho familiar

. Dependência ou não do mercado

. Autonomia Camponesa

. Cultura camponesa (um saber camponês, um conhecimento sobre a sociedade e a natureza)

. Crenças e festas

. Utopia camponesa (profecia) - política e religião.

A propriedade rural familiar é fundada na família extensa e na unidade de produção, formando um grupo domestico, o qual é o cerne dessa unidade de produção.

A unidade de produção camponesa é uma unidade de produção – consumo (CHAYANOV, 1974) e se utiliza de uma divisão do trabalho, que se desenvolve entre os membros da família (sanguíneos ou simbólicos), considerando as características de gênero, grupo de idades e também os ciclos da natureza.

O trabalho visa a geração de uma renda, que é apropriada pelo grupo, podendo ser investida de novo na família ou às vezes na compra de mais terra para os herdeiros. Para o camponês a renda é auferida a partir de seu trabalho.

O camponês geralmente produz mais do que consome, daí a geração de um excedente; porém o excedente não é o que sobra do prato da família camponesa,

mas materializa o trabalho excedente. Em algumas tribos indígenas o excedente é redistribuído nas festas pelo cacique. Entre os camponeses, no mutirão, nas festas em geral.

No caso do camponês, não há como separar o homem e a natureza, pois ele é e vive na e da natureza, em uma verdadeira simbiose.

Para se entender o Brasil e essa estranha classe, há que se levar em conta o caipira e o caiçara (litoral) de São Paulo, do Mato Grosso, dos estados do Sul, os Ribeirinhos, os Varzeiros, os Povos das Florestas da Amazônia, os Sertanejos do Nordeste, entre outros.

O camponês trabalha na criação, coleta, caça e artesanato e muitas vezes o fruto desse trabalho não passa fundamentalmente pelo mercado, sendo revertido em consumo próprio e venda de excedente em lugar de mercado (por exemplo: as feiras nordestinas); por outro lado, ele pode trabalhar em feiras urbanas, artesanato ou vender o fruto de seu trabalho, ou a sua força de trabalho temporariamente no campo (bóias-frias, safreiros), perto ou longe do seu local de origem, constituindo-se em ações que o levam a se relacionar com o mercado. Ainda, encontra-se esse brasileiro morando e trabalhando na cidade, de onde, de algum modo, muitas vezes manda dinheiro para a família camponesa, contribuindo para a sua reprodução social; ou ainda, quando a relação com o mercado deteriora-se, encontra-se a marginalização sócio-espacial (na cidade ou no campo) e muitas vezes a prostituição.

A troca entre esses homens e mulheres não é só material, mas também simbólica, o que se diferencia de uma relação que só é de mercado; nesse sentido, por exemplo, o homem urbano quando vai a um supermercado não fica conversando com o gerente sobre sua família, seus vizinhos, os acontecimentos, as catástrofes, etc., que entre os camponeses são características comuns.

A idéia do preço dos bens produzidos é voltada para um cálculo que leva em conta a família e não apenas o indivíduo.

No trabalho familiar a "remuneração" do trabalho inclui uma noção de tempo

diferente, quando comparado com a jornada de trabalho do operário na fabrica.

O tempo tem a ver com os ciclos de produção, ciclos da natureza, é um tempo cíclico, o que torna difícil quantificar esse trabalho rural que é interrompido pelas festas, no qual se trabalha por *tarefas*, o que permite adia-las com tranqüilidade; "o que não foi realizado hoje, poderá ser realizado amanhã" e ainda se utiliza da troca de dia, do mutirão que usa o trabalho dos vizinhos nas épocas em que mais precisa: preparo da terra, colheita, etc, - uma ajuda mútua, pois esse camponês trabalhará para seus vizinhos, quando estes dele necessitarem. O camponês é um trabalhador coletivo, social e histórico, isto é, plasmado historicamente em um determinado meio (natural, econômico e social). Para o camponês o trabalho é penoso e tem que ser recompensado, pois o trabalho traz o cansaço, o envelhecimento precoce, muitas vezes debaixo de um sol escaldante, chuvas ou frio intenso.

Ainda em relação ao tempo, o camponês guarda uma dimensão escatológica, um tempo cósmico.

Chayanov (1974) diz que a lógica interna do campesinato é diferente da lógica capitalista. Por isso há um modo de produção camponês, ou seja, um modo de produção e vida não capitalista que através da história, em um determinado meio, vai se adaptando à estrutura e conjuntura de cada época. Segundo Castro Oliveira (1998) a produção camponesa apresenta uma plasticidade que permite sua adaptação ao meio, no sentido mencionado acima, ao longo do tempo.

A sociedade camponesa apresenta-se adaptativa à natureza, à história e às sociedades das quais faz parte. Segundo Lefrevre, citado por Martins, (1991) quando os laços familiares se dissolvem, mesmo assim algumas características desses laços e destes com a comunidade ainda se mantêm como *territorialidade,* num primeiro momento, podendo levar ao individualismo.

Os laços de parentesco podem ser por aliança ou sangue, por descendência e simbólico. Os laços de compadrio podem se estabelecer entre o lavrador e o dono da terra, o que originou o coronelismo, o mando e a dependência (econômica, social

e política), a religiosidade camponesa, ou "catolicismo rústico", levou também a uma filiação espiritual, envolvendo santos, beatos e profetas. Esta religiosidade está intimamente ligada ao comportamento fundante da pessoa, da família, da comunidade.

Nessa sociedade não há contrato e sim *trato*, daí a lealdade, que envolve retribuição, honestidade, honra, prestígio e são coisas pelas quais se mata e se morre, daí porque os movimentos camponeses têm esse perfil. São valores impossíveis de se calcular no mercado.

Outra dimensão dessa "sociedade", ou melhor, dessa classe social refere-se ao mínimo de sobrevivência, pois em condições adversas reduz seu consumo ao máximo e é capaz de sobreviver, sem estar dependendo do mercado formal - deste ele é um excluído.

O trabalho familiar, como um trabalho plural, leva a uma troca de dia, mutirão, ajuda mútua, ao trabalho comunitário.

Em função do que foi dito até aqui, não se pode pensar em um modelo fechado, pois as situações variam entre o parcelado (de cada família, como concebida acima) e o coletivo (mutirão, troca de dias, ajuda mútua), tendo sua base na terra de trabalho que é uma característica camponesa; já no capitalismo a terra é sempre terra de negócio (de especulação ou de compra e venda ou de exploração do trabalho alheio).

Ainda, a terra de trabalho é a terra de morada e no caso indígena é também a terra dos mortos. Assim, à medida que a terra é iluminada pelos postes da "cidade", as assombrações vão ficando mais longe.

O índio e o camponês se vêem como pessoa e não como indivíduo (previsto pela lei). Quando a sociedade julga o camponês, o índio ou nós mesmos, desconstrói a noção de pessoa através de julgamentos psiquiátricos, entre outros, para impor a lei ao indivíduo. Os movimentos sociais hoje tendem a desenvolver e recuperar a noção de pessoa, daí o embate com o estado e com o capital (empresas capitalistas) que ignoram isso. A pessoa apresenta uma noção de totalidade

enquanto que o indivíduo pressupõe uma noção fragmentada.

O campesinato é fim e não meio. A tradição do campesinato não é só a terra, mas o trabalho familiar *que é à* base da socialização da criança e da família camponesa na comunidade, na unidade familiar, onde mesmo o trabalho fora, de *alguns* de seus membros, tem o salário obtido voltado, como vimos, para a reprodução da família camponesa.

A comparação da propriedade camponesa de Santa Catarina de origem alemã com a de Sergipe onde vive o sertanejo, mostra tamanhos (áreas) diferentes, exploração com atividades diferentes, mas os objetivos da produção, as relações de parentesco, herança e as trocas simbólicas são iguais. Terra camponesa é sempre pensada como terra de família, terra de trabalho plural.

Na lógica camponesa há uma noção do direito costumeiro sobre a terra, onde a propriedade e o trabalho, sobretudo como objetivos, apresentam diferenças marcantes quando comparados com a lógica capitalista.

O campesinato é, do ponto de vista dos movimentos sociais, muitas vezes, considerado pré-politico, pois só se considera político os moldes capitalistas ou socialistas de organização como sindicatos e partidos políticos. Aí também entra a noção preconceituosa do tradicional como arcaico, como atrasado, ultrapassado; e o moderno, como atual, desenvolvido, o progresso; o índio é considerado arcaico e, portanto, seus movimentos e reivindicações são considerados pré-politicos. Uma classificação de cunho ideológico tem sido utilizada nos dias de hoje sobre nós e vem em nome do neoliberalismo. Usa-se essa ideologia para destituir, desqualificar o que não interessa, o que é diferente, assim se estigmatiza e exclui o que não é moderno, entretanto esse recorte é criado através de um discurso, o qual muitas vezes se quer científico.

Por isso é fundamental retomar a reflexão sobre o cotidiano desse brasileiro, pois permite resgatar aspectos que foram esquecidos pelo caminho. Nesse sentido, porque não copiar métodos tradicionais para dar modernidade às formas de trabalho? E destes com relação à natureza? Será que os problemas que hoje estão

presentes em nossa sociedade não decorrem, como conseqüência, de se pensar as soluções estando do lado de fora da situação? ou melhor, pensar sem participar na construção do dia a dia?

Atualmente, no Brasil, existe um segmento social, que vem resistindo e traduzindo em ações concretas a sua busca para conquistar condições dignas de vida, isto é, valores, hábitos, atitudes – modos de vida (como modo de ser, sentir, pensar, produzir, viver...) que sempre caracterizaram essa estranha classe; resistência cotidiana que vem desaguando em um importante movimento social no campo.

A. O Movimento Sem Terra - Breve Histórico

A seguir nas palavras do próprio movimento (MST, 2003) encontram-se os principais aspectos ligados aos objetivos que pretendem conquistar:

> "Foi em 1984, durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), que o MST foi fundado oficialmente. No ano seguinte e já organizado nacionalmente, acontece o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra.Contado desta forma, parece que foi tudo muito fácil. Mas o MST não surgiu do nada ou da cabeça de apenas uma pessoa. Esta história começou no final da década de 70, em plena ditadura militar. O país vivia o chamado "milagre brasileiro", que para os pobres do campo e da cidade estava mais para "praga brasileira" [tensões sociais, conflitos com grileiros e latifundiários, com o Estado, empresas nacionais e internacionais, etc.] : desemprego e migração dos camponeses para as cidades [e para outras regiões do país]. A intensa mecanização da agricultura introduzida, pelos governos militares, expulsou assalariados, arrendatários e parceiros do campo.Mas havia camponeses que acreditavam que podiam se organizar e resistir trabalhando na terra. Assim, em 7 de outubro de 1979, agricultores sem terra do Rio Grande do Sul ocupam a gleba Macali, em Ronda Alta. Ao mesmo tempo, lutas semelhantes foram acontecendo nos demais estados do Sul, do Mato Grosso, Pará, Maranhão, Goiás, Rondônia e em São Paulo, etc. Em cada Estado surgiam ocupações de trabalhadores rurais e a notícia se espalhou. A sociedade brasileira aderiu e as ocupações dos sem terra foi uma das manifestações pela volta da democracia em todo o país.O MST, no entanto não é o primeiro movimento a lutar pela terra no Brasil e na América Latina. Muito antes, as famílias camponesas já se organizavam em busca de

terra e melhores condições de trabalho e vida. Podemos citar como exemplo, as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) entre 1950 e 1964; [antes] Canudos e Contestado no final do século 19. A revolução mexicana, no início do século 20 e a cubana, em 1959, também foram sinônimo de "terra para quem nela trabalha". Estas e outras lutas inspiraram o MST a seguir lutando por um Brasil sem Latifúndio.Aos poucos o MST foi entendendo que *conquistar a terra é importante, mas não basta*. É preciso conquistar também crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades da família sem terra ,que também precisam ser supridas. E mais: descobriu-se que a luta não é apenas contra o latifúndio; é contra o modelo econômico neoliberal. Assim, foram organizados acampamentos, ocupações de fazendas, sedes de organismos públicos e de multinacionais, destruição de plantações transgênicas, marchas, greves de fome e outras ações políticas.Eventos como a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, partindo de diversos estados e chegando a Brasília em 17 de abril de 1997 (um ano após o massacre de 19 trabalhadores em Eldorado dos Carajás – PA) e o 4º Congresso Nacional, também em Brasília, com a participação de 11 mil sem terra, em agosto de 2000, ainda estão presentes na memória da sociedade quando o assunto é MST em uma época em que Reforma Agrária só acontece [de fato] nas propagandas do governo.Hoje o MST atua em 23 estados, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas, cerca de 350 mil famílias foram assentadas através desta luta e outras 80 mil vivem em acampamentos. Em números, podemos confirmar que a Reforma Agrária dá certo. Existem hoje cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11.174 sócios diretos; duas Cooperativas Regionais de Comercialização e três Cooperativas de Crédito com 6521 associados.São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces. Tais empreendimentos econômicos do MST geram emprego, renda e impostos beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil.Aliada à produção está a educação: cerca de 160 mil crianças estudam da 1ª a 4ª série nas 1800 escolas públicas dos assentamentos. São cerca de 3900 educadoras/es pagos pelos municípios e desenvolvendo uma pedagogia específica para as escolas do campo. Em conjunto com a Unesco e mais de 50 Universidades, o MST desenvolve programa de alfabetização de aproximadamente 19 mil jovens e adultos nos

assentamentos. Estão em andamento, em sete Universidades (PA, PB, SE, ES, MT, MS e RS), cursos de Pedagogia e Magistério para formar novos educadoras/es.Há também a formação de técnicos em administração de assentamentos, cooperativas e em magistério para colaborar com o trabalho desenvolvido nos assentamentos através da Escola Técnica Josué de Castro, em Veranópolis (RS). Em 2001 iniciou-se também o curso técnico em Enfermagem e em 2002, o curso em nível médio para militantes do setor de Comunicação. Com o apoio do Ministério do Meio Ambiente desenvolvemos um Programa de Educação Ambiental para lideranças, professores e técnicos de áreas de assentamentos. Junto com o fotógrafo Sebastião Salgado estamos construindo uma escola técnica ambientalista no município de Aimorés - MG. E em parceria com o governo cubano, 48 militantes do MST cursam, hoje medicina na Escola Latino Americana de Medicina, em Cuba.Conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente e ao ser humano, as famílias Sem Terra lançaram em setembro de 1999 as sementes Bionatur, produzidas sem a utilização de nenhum tipo de agrotóxico ou insumo químico. Há ainda diversas experiências de preservação de mata, como no Pontal do Paranapanema - SP, e a produção de ervas medicinais. Em solidariedade aos povos que sofreram com desastres naturais, o MST enviou sementes à Venezuela e à Cuba.O MST iniciou 2002 participando da abertura da Campanha Continental contra a Alca, em 4 fevereiro, com uma marcha que contou com a participação de mais de 50 mil pessoas durante o Fórum Social Mundial. A marcha foi organizada pela Via Campesina (organização camponesa internacional) em sintonia com a Via Campesina no Brasil (composta por diversos movimentos do campo). O MST não está isolado na luta por um Brasil e uma América Latina livres. Além de estar em sintonia com diversos movimentos do campo e da cidade no País, o MST sempre teve contato com movimentos e países que abraçam a mesma causa. É o caso de Cuba, que nos ensinou grandes lições sobre cooperativismo.Juntamente com todos os movimentos camponeses da América Latina, o MST faz parte da CLOC (Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas), que foi organizada a partir de 1992, com as comemorações/protesto dos 500 anos da invasão da América Latina.Durante a Semana Nacional de Cultura, de 18 a 24 de 2002. Foram dias de debates sobre cultura (e agricultura) e apresentações culturais, resgatando a riqueza do povo brasileiro. Acampados e assentados do Brasil todo participaram e mostraram os frutos da Reforma Agrária.Em 2003 o MST seguirá em sua luta pela Reforma Agrária, por um Brasil justo, soberano e igualitário e por um

continente livre da Alca."

B. A Nova Estratégia de Inserção no Negócio Agrícola

Até o presente momento a agricultura camponesa, muitas vezes, e também, *mais* recentemente, os assentados da reforma agrária têm em grande parte se caracterizado por imitar o padrão de exploração agrícola do latifúndio. É por isso que muitos assentamentos realizados em regiões monocultoras e mesmo tendo acesso a terra, a forma de exploração da produção agrícola ainda continua a mesma, como é o caso do feijão no Paraná, do café no Espírito Santo, do caju no Ceará, tomate e cana em São Paulo e no Nordeste, entre outros.

Como já foi visto, o primeiro elo a montante da cadeia produtiva, formado pelas empresas que vendem os insumos (adubos, agrotóxicos, ração, etc.) máquinas (trator, colheitadeiras, etc.) e equipamentos (arados, grades, bombas, etc.), o qual convencionou-se chamar de "antes da porteira", no período analisado, de 1950 a 2028 (projeção), viu sua participação cair praticamente pela metade, pois iniciou apropriando 17,6% e terminou com apenas 8,8% da renda.

O segundo elo, referente à produção agrícola propriamente dita, também comumente chamada de a produção que se dá dentro da porteira. No período analisado diminui a sua participação relativa a praticamente um terço, pois sua participação em 1950 era da ordem de 32,4% e ao final, em 2028, a estimativa é de apenas 9,6. Cabe lembrar que esse é o segmento onde encontram-se os assentados e também será para onde irão àqueles que hoje protagonizam as áreas de conflito em busca de terras (os acampados), e, como foi visto no final do capítulo 2, em geral pode-se inferir que aqui é onde estão todos os agricultores e em particular os camponeses.

O terceiro e último elo, correspondente ao *setor a* jusante da cadeia produtiva, também chamado de depois da porteira, foi sem dúvida o que não só se apropriou da maior parcela da renda gerada, como também apresentou tendência de aumento no período analisado Assim, enquanto no inicio (1950) esse segmento ficava com

50% do valor agregado, ao final subiu (estima-se) para 81,6% (2028).

Daí, inferir que a estratégia a ser adotada, visando o desenvolvimento econômico, deve estar calcada na viabilidade econômica - financeira dos camponeses, o que pode se tornar exeqüível à medida que incorpore as agregações de valor que consubstanciam o terceiro elo da cadeia produtiva, isto é, armazenamento, processamento e distribuição.

Numa época em que os camponeses estão expostos às leis de mercado, sem nenhuma política agrícola (principalmente crédito e preço mínimo) que lhes sirva de anteparo em relação às oscilações próprias dos preços dos alimentos, que possuem demanda inelástica, só nos resta utilizar as técnicas administrativas que têm gerado experiências exitosas, sob pena de se agravar o processo de exclusão ora em curso. -Lutar usando as armas do dominante e ocupar o mercado.

3.5. O Potencial do Mercado Nacional (PMN) e a Nova Estratégia no Contexto da Era da Informação. Quantificação do PMN no Município como Categoria de Análise para a Segmentação do Mercado

Em entrevista ao Jornal dos Economistas (em agosto de 1997), Celso Furtado não só questiona a "velha divisão patrimonial" que atrasou o Brasil, como defende nossa saída pelo crescimento do mercado interno, sendo esta, nos seus dizeres, "a forma de se pensar na população". Seria de fato a Reforma Agrária o instrumento da grande transformação que viabilizaria este processo, colocando milhões de pessoas em propriedades em condições de produzir.

A Reforma Agrária mexe com a matriz de ocupação e, portanto, configura uma massa de salários em condições de assegurar o mercado. Concomitantemente, a disponibilização de terras para o trabalho e as políticas para garantirem este trabalho estariam contribuindo para o crescimento desse mercado.

Os reflexos desta profunda transformação se dariam sobre a economia como um todo, tal como explica Furtado a respeito de um processo de construção nacional, quando ressalta que nosso desenvolvimento tem que privilegiar as

necessidades do país, e que é o desenvolvimento do mercado interno que pode "sustentar o país a longo prazo". Hoje em dia, diz o autor, "não obstante todas as dificuldades, o mercado interno movimenta 90% da nossa economia. O que estou dizendo nada tem a ver com isolamento. Durante o período em que o Brasil teve políticas bem definidas para prestigiar seu mercado, potencialmente muito grande, as grandes empresas do mundo quiseram vir para cá".

Hoje, com a economia nacional sendo desconstruída, o esforço para trazê-las passa por outros caminhos, muito perversos. Oferecemos favores incríveis, absurdos, para criar indústrias de automóvel para exportação. Os Estados estão dando um dinheirão para instalar essas empresas, mas não têm dinheiro para criar emprego e investir em gente. Essas políticas me deixam perplexo. Há algo errado em um país que subsidia a instalação de tantas montadoras de automóveis" (FURTADO, 1997).

Essa ocupação do mercado interno exige organização e tenência, e entre as redes sociais hoje existentes, segundo Celso Furtado "o MST é a única força social nova que mantém grande capacidade de mobilização", e que efetivamente empreende sua dinâmica em função de objetivos bem claros, definidos e organizados técnica e democraticamente, pressionando por coisas muito importantes, entre as quais pelo "investimento em pequenas propriedades, que é condição para formar uma sociedade civil mais estruturada" (FURTADO, 1997).

Há que se concordar com a mudança de padrão nas relações entre agricultura e indústria; há que se concordar também que o caráter de modernidade imprimido pelo novo padrão estabelece um maior grau de exclusão de produtores já estabelecidos. Porém, quando se baseia a defesa da Reforma Agrária na criação e no fortalecimento do mercado interno, está implícito o caráter de modernidade que se pretende para as pequenas (novas ou velhas) unidades de produção agrícolas. É imprescindível pensar os assentamentos de forma a inserí-los na estratégia do negócio agrícola. Mais do que imprescindível, é factível pensar-se assim, afinal de contas a relação de dependência entre a agropecuária e indústria não é unívoca,

isto é, não segue numa única direção.

Estes resultados representam um impasse à própria lógica da concentração e centralização acentuadas do capital. É como se estivesse sinalizando que a saída é a maior flexibilidade da economia e um maior acesso de segmentos, até então não priorizados, à tecnologia moderna.

Por que não acreditar que deste impasse desponte, como sugeriu Furtado (1997), um desenvolvimento que realmente privilegie as necessidades do país, e contribua para um processo de construção nacional?

Em outras palavras, embora a tendência que se apresenta seja do acirramento da concentração e centralização dos capitais, ainda é possível pensar-se na integração dos camponeses, com a inclusão dos assentamentos no contexto de uma modernidade que se impõe como principal caminho a ser trilhado, que na nossa concepção corresponde ao negócio agrícola.

Enfim, as *circunstâncias* históricas forjaram um contexto econômico e social com concentração de terra e de renda e injusta distribuição de oportunidades.

A luta pela terra e sua posterior utilização sob uma base técnica de produção compatível com o atual estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro (que se manifesta no mercado) podem ser o ponto de partida de superação do nível de disparidades a que chegamos. Impõe-se neste processo a depuração das organizações sociais - além do plano político reivindicativo, a incorporação de técnicas agronômicas e de mercado, ou seja, os olhos voltados para a pesquisa - e a presença de um Estado realmente viabilizador (que só acontecerá com a pressão precisa destas organizações sociais).

Nos dias de hoje as transformações estão se dando através da superação dos paradigmas do fordismo e do taylorismo, que caracterizaram a segunda revolução industrial, em que a criação da linha da produção e o aumento de sua escala foram a fonte inesgotável do aumento da produtividade. Isso possibilitou a queda dos preços dos produtos e a massificação do consumo, tendo como símbolo principal o automóvel.

Antes, as inovações mais importantes se davam em grandes intervalos, em torno de trinta anos. As duas grandes guerras mundiais contribuíram muito para a aceleração do avanço tecnológico, o qual em decorrência dos conflitos se circunscreveu mais no âmbito da indústria bélica, principalmente em torno do aço. Nesse contexto, apenas dez a quinze conglomerados no mundo apresentavam as condições de desenvolvimento de inovações, entretanto, hoje em dia estes têm vida mais curta e é comum desaparecem principalmente por falta de capacidade administrativa.

Em nossos dias o fenômeno da inovação tecnológica está ligado à indústria de microeletrônica, que permite o desenvolvimento de novos serviços e produtos criados por pessoas ligadas a área, não necessariamente pertencente aos conglomerados mais importantes e que apresentam grande escala de produção, o que anteriormente era praticamente impossível.

Hoje, os paradigmas estão mudando e os novos estão ligados a terceira revolução industrial, onde a busca da eficiência não está mais no aumento da escala, mas na maior flexibilização dos sistemas existentes. Isso é, incorporar serviços que geram informações e que permitam a racionalização de antigos processos produtivos.

Entretanto, observa-se uma série de problemas presentes nessa nova revolução tecnológica, pois os países apresentam enormes dificuldades em transformar ciência em tecnologia e, assim, os resultados obtidos são pífios frente às necessidades de sua população.

É verdade que pela microeletrônica muitos produtos são criados e cada vez mais baratos, mas, pela primeira vez, a velocidade de inovação do processo produtivo ultrapassa a velocidade de inovação do produto. Em outras palavras, se altera profundamente a maneira de se fabricar o automóvel, mas este na essência continua sendo apenas um automóvel. Pela primeira vez, mais trabalho é racionalizado do que pode ser reabsorvido pela expansão dos mercados. Nessa continuação lógica da racionalização, a robótica eletrônica substitui a energia

humana e as novas tecnologias tornam o trabalho supérfluo. Setores inteiros da economia até então existentes são descartados. A racionalidade empresarial exige que massas de trabalhadores cada vez maiores tornem-se desempregadas permanentemente.

De outro lado, um número cada vez mais reduzido de "ocupados" são submetidos a uma carga cada vez maior de trabalho e eficiência. Nos centros capitalistas, no meio da riqueza, cresce a pobreza e a fome. Os meios de produção ficam intactos, as áreas agrícolas ficam em pousio, habitações e prédios públicos ficam vazios, enquanto o número dos sem-teto e sem terra crescem incessantemente.

Atualmente a dinâmica da economia e da sociedade está sob o impacto da tecnologia da informação, com um ritmo cada vez mais acelerado de descobertas e de suas aplicações, que em tempos de globalização têm marginalizado países e povos. Nas economias avançadas a produção se concentra em pessoas entre 25 e 40 anos, podendo abrir mão de 1/3 ou mais de sua população ativa (CASTELLS, 1999).

Com o fim da guerra fria acabou o sistema responsável pela bipolaridade em que o mundo vivia; hoje a ciência e tecnologia estão disponíveis de uma forma generalizada, o que acaba aumentando o risco de seu uso bélico, trazendo maior instabilidade para as nações, o que por sua vez aumenta o custo da segurança.

Nesse novo mundo, verifica-se um aumento do peso da religião e da cultura, e as grandes potências fazem um grande esforço de comunicação com o intuito de passar seus valores para os países do terceiro mundo, destacando-se a ecologia, o meio ambiente e o que é "politicamente correto". Entretanto, à medida que se assume o valor do outro, assume-se uma maneira de fazer o jogo do outro. Em decorrência disso, tem-se observado uma mudança no tipo de vínculo entre o primeiro e o terceiro mundo, pois durante a guerra fria enquanto este último era considerado vitima, agora passa a ser réu.

Para Castells (1999)

"Nesta perspectiva, as sociedades serão informacionais, não porque se encaixem em um modelo específico de estrutura social, mas porque organizam seu sistema produtivo em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos, por intermédio do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para sua utilização (principalmente recursos humanos e infra-estrutura de comunicações)".

Outra observação do autor é a

"mudança para as atividades de serviços e ao fim da indústria. É um fato óbvio que a maior parte dos empregos nas economias avançadas localiza-se no setor de serviços e que esse setor é responsável pela maior contribuição para o PNB. Mas não quer dizer que as indústrias estejam desaparecendo ou que a estrutura e a dinâmica da atividade industrial sejam indiferentes à saúde de uma economia de serviços. É sim ...que estamos, de fato, em um tipo diferente de economia industrial "[8]

Além disso, o conceito de

"*serviços* muitas vezes é considerado ambíguo, na melhor das hipóteses, ou errôneo, na pior. Em estatística de emprego, esse conceito tem sido usado como um conceito residual que abarca tudo o que não é agricultura, mineração, construção, empresas de serviço público ou indústria.Assim, a categoria de serviços inclui atividades de todas as espécies, historicamente originárias de várias estruturas sociais e sistemas produtivos. A única característica comum dessas atividades do setor de serviços é o que elas não são. "[9]

Continuando

"...com a evolução da economia informacional. *Software* para computadores, produção de vídeos, projeto de microeletrônica, agropecuária com base em biotecnologia e muitos outros processos cruciais característicos das economias avançadas juntam irremediavelmente seu conteúdo de informação ao suporte material do produto, impossibilitando a distinção dos limites entre *bens* e *serviços*. Assim é preciso '...abandonar o antigo paradigma de Colin Clark (apud CASTELLS, 1999), baseado na distinção de setores primário/secundário/terciário. Tal distinção tomou-se um obstáculo epistemológico ao entendimento de nossas sociedades.'"[10]

[8] Os destaques são nossos.
[9] Os destaques são nossos.
[10] Os destaques são nossos.

O ponto importante para Castells (1999) refere-se a :

> "expansão das profissões ricas em informação, como os cargos de administradores, profissionais especializados e técnicos, representando o cerne da nova estrutura ocupacional. Esse prognóstico também requer alguma ressalva. Diversas análises afirmaram que essa tendência não é a única característica da nova estrutura ocupacional. Simultâneo a essa tendência também há o crescimento das profissões em serviços mais simples e não-qualificados. Esses empregos de baixa qualificação, apesar de sua taxa de crescimento mais lenta, podem representar uma grande proporção da estrutura social pós-industrial em termos de seus números absolutos. Em outras palavras, as sociedades informacionais também poderiam ser caracterizadas por uma estrutura social cada vez mais polarizada em que os dois extremos aumentam sua participação em detrimento da camada intermediária."[11]

Por último ressalta Castells (1999):

> "...Em razão da convergência da evolução histórica e da transformação tecnológica, entramos em um modelo genuinamente cultural de interação e organização social. Por isso é que a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social. Não quer dizer que a história terminou em uma feliz reconciliação da Humanidade consigo mesma. Na verdade, é o oposto: a história está apenas começando, se por história entendermos o momento em que, após milênios de uma batalha pré-histórica com a Natureza, primeiro para sobreviver, depois para conquistá-la, nossa espécie tenha alcançado o nível de conhecimento e organização social que nos permitirá viver em um mundo predominantemente social. É o começo de uma nova existência e, sem dúvida, o início de uma nova era, a era da informação, marcada pela autonomia da cultura *vis-à-vís* as bases materiais de nossa existência. Mas este não é necessariamente um momento animador porque, finalmente sozinhos em nosso mundo de humanos, teremos de olhar-nos no espelho da realidade histórica. E talvez não gostemos da imagem refletida. "[12]

É nesse contexto histórico que o Brasil está inserido e nesse momento apresenta graves problemas, destacando-se o crescente processo de exclusão

[11] Os destaques são nossos.
[12] Os destaques são nossos.

social em decorrência do aumento do desemprego, população jovem em idade de trabalhar que, a cada ano, aos milhares são jogados em um mercado cada vez mais sem perspectivas, e num país com sérios entraves para a retomada do crescimento econômico. Outro constrangimento, que o Plano Real trouxe à tona, aparentemente menor do ponto de vista econômico, mas de grande importância social, reside na limitação da capacidade produtiva instalada e na distribuição dos produtos, pois a entrada de vinte milhões de brasileiros no mercado de consumo redundou num aumento significativo da demanda interna, principalmente no setor de alimentos.

A possibilidade de superação dessas dificuldades pode ter no acesso democrático *a* terra e *à* informação dois pilares de sustentação. E, em particular, o recente processo de privatização de estradas, em que a despesa com pedágio em muitos trechos se transformou no maior item de custo operacional, corrobora ainda mais para a alternativa de abastecimento local e regional pela agricultura camponesa, com acesso à informação.

Essa estratégia, associada às condições objetivas de um povo laborioso e recursos naturais exuberantes, torna o Brasil, um dos poucos países que pode construir uma política voltada ao desenvolvimento de sua economia via mercado interno, em bases democráticas, utilizando seus atributos próprios.

Afinal, se o homem (em parte) é produto das circunstâncias, então é preciso criar as circunstâncias humanamente (MARX, 1987).

A. Quantificação do Potencial do Mercado Nacional

Atualmente, os investimentos realizados, principalmente aqueles empreendidos pelo grande capital, se utilizam da quantificação da oportunidade imediata, traduzida pelo potencial do mercado, para estimar a escala de produção adequada àquele mercado. Essa técnica é amplamente utilizada pelas empresas exitosas para estimar o tamanho de uma planta industrial ou um estabelecimento comercial de varejo do tipo supermercado. Segundo Raimar Richers (s.d.) " o risco

envolvido em qualquer operação empresarial tem vários graus de incerteza que o administrador prevenido procura equacionar – por meio da avaliação das dimensões que condicionam o futuro. Uma delas é o mercado. Para essa avaliação, os técnicos em mercadologia desenvolveram vários métodos, entre os quais se destacam a determinação do potencial, a segmentação geográfica, a previsão de vendas e as cotas de vendas".

No contexto desse trabalho utilizaremos a segmentação geográfica do Brasil em municípios, e a determinação do potencial de mercado representado pela renda dos responsáveis pelo domicílio nesses municípios, e em particular os gastos com alimentação, parâmetros básicos que podem e devem estar norteando os investimentos dos camponeses. Cabe salientar que esse procedimento visa abastecer o mercado interno, aqui representado pelos domicílios existentes nos municípios brasileiros.

Essa perspectiva além abrir espaço para agregação de valor aos produtos agrícolas dos camponeses, também permite construir uma previsão de vendas de seus produtos como uma parcela entre 10% a 30% do mercado potencial, o que evita que esses agricultores continuem reféns da inelasticidade da demanda típica dos produtos agrícolas. Situação a que estão totalmente expostos, principalmente depois da desarticulação dos instrumentos de política agrícola, em particular a de preços mínimos.

B. O Município como Categoria de Análise para a Segmentação do Mercado

Para avançar na análise, primeiramente cabe detalhar alguns aspectos referentes ao nosso público alvo, isto é, onde se encontra? quantos são? qual a renda disponível? Quanto dessa renda é destinada à compra de alimentos? entre outras indagações. Informações que estão esboçadas na tabela a seguir.

QUADRO 3 - Municípios, População, Renda dos Responsáveis e Renda Total Municipal por classe de número de habitantes.

Habitantes	municípios		população		renda dos responsáveis		renda total município	
número	número	%	número	%	Número	em reais	em reais	%
até 20 mil habitantes	4.022	73,0	33.493.617	20	7.724.435	400,27	3.203.365.456,00	10
mais de 20 mil a 50 mil	958	17,4	28.631.758	17	6.424.256	448,82	3.081.382.931,00	10
mais de 50 mil a 300 mil	461	8,4	47.410.559	28	11.397.120	631,38	7.893.754.269,00	25
mais de 300 mil a 500 mil	35	0,6	13.135.138	8	3.324.388	889,54	3.061.851.908,00	10
mais de 500 mil a 1.000.000	18	0,3	12.550.361	7	3.077.597	910,36	2.798.132.319,00	9
mais de 1.000.000	13	0,2	34.323.010	20	8.748.276	1.155,33	11.249.983.532,00	36
Total	5.507	100,0	169.544.443	100	40.696.072	768,83	31.288.470.415,00	100

Fonte: (CENSO, 2001)

Elaborado pelo Autor.

Nesse sentido, atualmente o Brasil possui um total de 5.507 municípios, os quais somavam uma população de quase 170 milhões de habitantes segundo as informações obtidas no último Censo Demográfico.

A renda dos responsáveis pelos domicílios brasileiros apresenta um valor um pouco maior que 31 bilhões de reais por mês. Esse valor na realidade é maior, primeiro porque aqui estamos utilizando apenas a renda do responsável e não o total da renda do domicílio. Isto ocorre porque, até o presente momento, a renda total do domicílio levantada pelo Censo 2000 ainda não foi disponibilizada pelo IBGE, entretanto para os objetivos desse trabalho isso não se configura como um problema. Como queremos evitar a inelasticidade da demanda, então um cálculo de renda conservador (somente levando em consideração o responsável) nos leva a um montante do mercado potencial menor que o esperado, se utilizássemos a renda total. Em outras palavras, é muito razoável supor esse valor como um patamar mínimo, o que para nossas considerações funciona como uma margem de segurança.

C. Constatação da Espacialização do Mercado Interno

O Brasil possui 4022 municípios com até 20 mil habitantes, representando 73% do total dos municípios, onde residem um pouco mais de 33 milhões de habitantes, ou seja, 20% de nossa população. A renda de todos os responsáveis pelos domicílios desses municípios é da ordem de 3,2 bilhões de reais por mês, que percentualmente representam 10% da renda total.

No próximo segmento com mais de 20 mil e até 50 mil habitantes estão 958 municípios, que representam 17,4% do total. O número de habitantes é de quase 29 milhões de habitantes, ou seja, 17% de nossa população. Em termos de renda estimou-se um pouco mais 3 bilhões de reais por mês, representando também 10% do total da renda.

Esses dois grupos de municípios representam aqueles que apresentam a maior dispersão geográfica no território nacional e, em decorrência dessa característica, cabem as considerações a seguir: primeiro, esses municípios, a semelhança dos camponeses e também dos assentamentos, seus habitantes estão distribuídos por todo o território nacional. Segundo, municípios com população até 50 mil habitantes, representam um pequeno mercado, conseqüentemente, exigem uma pequena escala de produção, aspecto que funciona como uma barreira à entrada ao grande capital, pelo menos no que concerne à produção e ao varejo.

Em outras palavras, os municípios com até 50 mil habitantes não comportam grandes lojas de redes varejistas, nem grandes plantas industriais. Portanto, a maneira mais usual dos produtos produzidos pelo grande capital chegarem nesses lugares é através de redes de distribuição, o que exige logística complexa onerando o custo das mercadorias.

Terceiro, em decorrência do que foi dito no parágrafo anterior, pode-se deduzir que os produtos oriundos do grande capital acabam incorporando custos de transporte para poderem chegar nesses municípios, o que abre a possibilidade dos produtos produzidos no local concorrerem com os produtos vindos de fora, e ainda

obterem vantagens comparativas de localização. Em outras palavras, pode-se usufruir de uma parte da renda da terra, mais especificamente a renda diferencial 1, de localização, em favor dos camponeses e em particular os assentados que moram nas proximidades desses municípios. Assim se estabelece a primeira constatação *que subsidiará* a formulação de estratégias visando a ocupação desse tipo de mercado. Finalmente, é importante lembrar que esses pequenos mercados municipais atomizados no território nacional não interessam aos grandes latifúndios, uma vez que sua capacidade produtiva ultrapassa em muito o tamanho desses, o que os tornam adequados enquanto mercado apenas as pequenas propriedades camponesas.

Já, os municípios com mais de 50 mil até 300 mil habitantes, são 461 ou 8,4% do total, com um pouco mais de 47 milhões de habitantes (28%) e com renda de quase 7,9 bilhões de reais mensais (25%). Situa-se numa faixa intermediária em relação à dispersão geográfica, considerada acentuada do ponto de vista do grande capital e por isso não configurando-se na sua principal fatia de mercado. Atualmente, o que se observa no comportamento do grande capital é optar por uma escala mínima de 300 mil habitantes para a realização de investimentos.

Nos três segmentos seguintes encontramos a porção que representa o principal alvo dos investimentos capitalistas modernos, isto é, um total de 66 municípios com população acima de 300 mil habitantes que somados perfazem quase 60 milhões de habitantes (35% da população total) e um pouco mais 16 bilhões de reais (55% da renda total).

Segmentado-os, primeiramente, encontramos 35 municípios, com população entre 300 mil e 500 mil habitantes, segundo, 18 municípios com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes e finalmente, em terceiro, deparamos com 13 municípios milionários, representando a maior escala de mercado, possuindo cada um deles, mais de 1 milhão de habitantes.

Os municípios milionários representam acirrada concorrência e são de difícil penetração. A busca desses mercados só se justifica apenas para os casos em que

a produção do assentamento for maior do que o potencial do mercado local/regional de origem do mesmo. Em outras palavras, o potencial do mercado local/regional em muitas regiões pode ser *menor* e não conseguir absorver a produção oriunda da produção camponesa e assentamentos dessas mesmas regiões.

Entre algumas regiões com assentamentos, que podem apresentar essa característica, chama atenção o oeste de Santa Catarina e Paraná, o cone sul do Mato Grosso do Sul, o norte do estado do Espírito Santo com o café e a castanha do caju do Rio Grande do Norte e Ceará, entre outros produtos/regiões que necessitam ser mais bem definidos.

De maneira geral, isso ocorre porque em muitas regiões onde houve um avanço da reforma agrária, do ponto de vista da produção agrícola se manteve a estrutura monocultora, não se incentivando a diversificação da produção. Isso advém da reprodução da ideologia dominante, que continua presente na região, corporificada nas estruturas de grandes cooperativas, grandes indústrias, grandes exportadores, grandes intermediários, etc. Por sua vez, esse contexto acaba influenciando a produção dos assentamentos, no sentido de perpetuarem a produção dos produtos antes produzidos nos latifúndios, pois mesmo ganhando pouco tem para quem vender, têm quem ensine a plantar de determinada maneira, têm onde comprar insumos, etc.

Para o caso de potencial produtivo maior que o mercado local/regional, a melhor estratégia é priorizar os mercados dos municípios milionários, isto é aqueles que possuem mais de 1 milhão de habitantes no Brasil. Nesse caso, dos 13 existentes, encontrou-se uma renda de mais 11 bilhões de reais por mês (36%), e mais de 34 milhões de habitantes (20%).

As razões que corroboram para adotar essa estratégia que vise a entrada nos mercados das grandes cidades são de ordem política e econômica. De ordem política porque, como se sabe, há um esforço de um segmento da elite brasileira de ignorar ou, quando não é possível, isolar os camponeses principalmente aqueles ligados a reforma agrária, tanto em relação às formas organizadas da sociedade (partidos, sindicatos,

outras entidades), como também em relação à opinião pública (mídia em geral).

Assim, nesse mercado existente nas treze cidades com mais de um milhão de habitantes, que consomem todos os tipos de alimentos, as marcas camponesas podem dar maior visibilidade a luta ao abastecer os grandes centros urbanos. Esse senso de utilidade e proximidade até hoje não foi explorado. Esse diferencial pode ser de grande impacto junto a opinião pública brasileira.

A razão de ordem econômica reside na possibilidade de estabelecer estratégias não só de curto prazo, isto é, voltada aos produtos que já estão sendo produzidos, mas também, e principalmente, de médio e longo prazo, pois à medida que se desenvolve um conhecimento sobre o perfil desse mercado, pode-se direcionar a produção visando adequá-la cada vez mais ao mercado consumidor.

Nesse sentido, é possível desenvolver um conhecimento sobre quais os produtos e em que quantidades são consumidos nesses grandes centros, quais as variedades preferidas, etc.

Com o intuito de visualizar a espacialização desses mercados no território brasileiro e verificar como é enorme o potencial dessa estratégia, a seguir insere-se um mapa onde a cor verde (municípios até 300 mil habitantes) representa a área onde é possível explorar com mais intensidades as vantagens comparativas, e em vermelho (municípios com mais de 300 mil habitante) a parte do território em que a concorrência exige uma capacidade organizacional bem desenvolvida (vantagens competitivas).

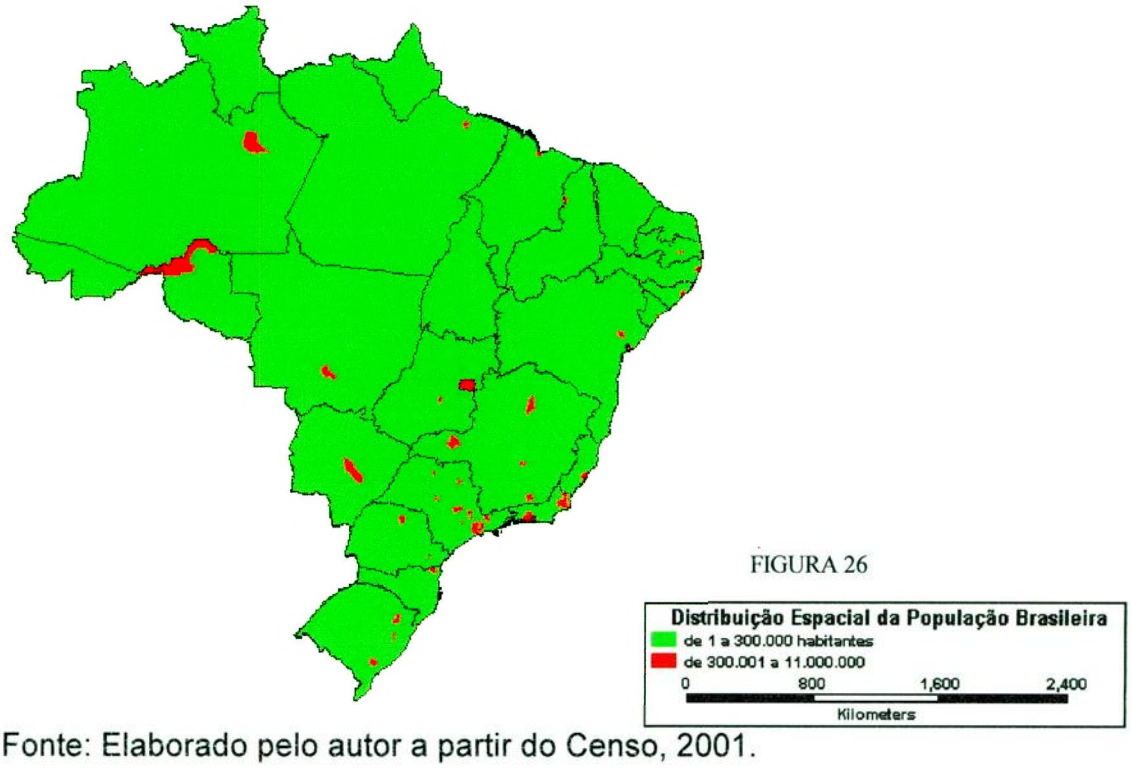


FIGURA 26

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo, 2001.

D. Segmentando o Mercado Potencial de Alimentos (Procedimento)

Nesse ponto utilizaremos as Pesquisas de Orçamentos Familiares de 1995-1996, do IBGE, pois através destas é "...possível mensurar, a partir de *amostras* representativas da população - objetivo, as estruturas dos gastos, receitas e poupanças das famílias, ou seja, são observadas *as* condições de vida das famílias a partir da análise dos orçamentos. As informações sobre as unidades familiares permitem estudar a composição dos gastos com as famílias por classes de recebimentos, disparidades regionais; e entre áreas urbanas, o papel e a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências inter e intraclasses de renda, e a dimensão do mercado para grupos de produtos e serviços. Possibilita a análise dos gastos e orçamentos"[13] (PESQUISA, 1998).

[13] Os destaques são nossos.

Ainda "...As aplicações desses estudos vão desde a definição de programas sociais até investimentos públicos e privados". Também "...Estudos no campo da nutrição a partir da análise dos hábitos alimentares, abordagens diversas sobre privação social e balizamento da componente consumo na família no cálculo de Contabilidade Nacional, constituem mais alguns dos inúmeros usos da pesquisa. A Pesquisa de Orçamentos Familiares foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1995-1996.E durou de 12 meses de coleta no campo, compreendendo o período de 10 de outubro de 1995 a 30 de setembro de 1996. Assim, o levantamento dos dados contempla todas as épocas do ano, permitindo que os resultados reflitam um padrão médio anual e a variação dos gastos e recebimentos."(PESQUISA, 1998).[14]

O primeiro resultado que nos interessa é que os gastos com alimentação representaram 16,39% do desembolso do domicílio, percentual que aplicado aos um pouco mais de 31 bilhões de reais da renda total dos responsáveis pelos domicílios no Brasil nos permite estimar gastos mensais com alimentação da ordem de 5 bilhões de reais mensais, uma demanda capaz de alavancar um desenvolvimento econômico com bases democráticas, desde que utilizando os mecanismos necessários para isso. Para não estender muito a análise desse ponto, vamos ficar com a estimativa do total, e apenas frisar que os estudos mercadológicos se utilizam amplamente das técnicas de segmentação, e hoje em dia as informações públicas sobre o assunto permitem que esse potencial seja estimado em nível municipal e para os 5508 municípios existentes no país.

Outro ponto fundamental diz respeito à segmentação das quantidades consumidas e, sob esse aspecto, encontram-se 16 grupos de alimentos, que são constituídos por 44 subgrupos que, por sua vez, subdividem-se em 220 produtos principais entre mais de 600 produtos encontrados na pesquisa do IBGE. Para maiores detalhes sobre as quantidades consumidas por grupos, subgrupos e

[14] Os destaques são nossos.

produtos ver o quadro a seguir.

QUADRO 4 - Consumo Percapita de Produtos, por Grupos e Subgrupos

Grupos, Subgrupos e Produtos	Consumo Percapita (kg/ano)
Cereais e leguminosas	38,972
Cereais	28,486
Arroz integral	0,284
Arroz polido	26,483
Milho seco	1,258
Outros cereais	0,462
Leguminosas	10,486
Feijão-fradinho	0,620
Feijão-jalo	0,107
Feijão-manteiga	0,132
Feijão-mulatinho	0,717
Feijão-preto	3,815
Feijão-rajado	4,491
Feijão-roxo	0,146
Outros feijões	0,162
Outras leguminosas	0,297
Hortaliças	34,419
Hortaliças folhosas e florais	2,815
Agrião	0,125
Alface	0,655
Cheiro-verde	0,104
Couve	0,648
Couve-flor	0,254
Repolho fresco	0,994
Outras hortaliças folhosas e florais	0,034
Hortaliças frutosas	12,303
Abóbora comum	1,205
Abobrinha	0,387
Berinjela	0,195
Chuchu	1,522
Jiló	0,382
Pepino fresco	0,525
Pimentão	1,042
Quiabo	0,438
Tomate	5,630
Vagem	0,502
Outras hortaliças frutosas	0,475
Hortaliças tuberosas e outras	19,301
Alho	0,337
Batata-doce	0,647

Batata-inglesa	9,218
Beterraba	0,706
Cebola fresca	4,064
Cenoura	2,666
Inhame	0,339
Mandioca	0,936
Outras hortaliças tuberosas e outras	0,388
Frutas	40,397
Frutas de clima tropical	33,658
Abacate	0,370
Abacaxi	1,078
Banana-dágua	3,325
Banana-maçã	0,280
Banana-prata	3,715
Laranja-baia	0,151
Laranja-lima	0,692
Laranja-pêra	11,272
Laranja-seleta	0,319
Limão comum	0,825
Mamão	3,094
Manga	1,258
Maracujá	0,096
Melancia	2,487
Melão	0,804
Tangerina	1,184
Outras bananas	0,518
Outras laranjas	0,781
Outras frutas de clima tropical	0,546
Frutas de clima temperado	6,738
Caqui	0,149
Maça	2,907
Pêra	1,084
Uva	1,406
Outras trutas de clima temperado	1,191
Cocos, castanhas e nozes	0,641
Cocos	0,577
Açaí (emulsão)	0,228
Coco-da-baia	0,343
Outros cocos	0,007
Castanhas e nozes	0,065
Castanhas, nozes	0,065
Farinhas, féculas e massas	14,690
Farinhas	7,218
Farinha de mandioca	3,765

Farinha de rosca	0,122
Farinha de trigo	3,102
Farinha vitaminada	0,157
Outras farinhas	0,071
Féculas	2,968
Amido de milho	0,171
Creme de milho	0,098
Fécula de mandioca	0,288
Flocos de cereal	0,111
Flocos de milho	0,366
Fubá de milho	1,740
Outras féculas	0,192
Massas	4,503
Macarrão com ovo	2,454
Macarrão sem ovo	1,205
Macarrão não especificado	0,426
Massa para pizza, pastel, etc.	0,395
Outras massas	0,024
Panificados	25,367
Pães	21,004
Pão de forma industrializado	1,061
Pão doce	0,844
Pão francês	18,399
Outros pães	0,700
Bolos	0,431
Bolo de trigo	0,387
Outros bolos	0,045
Biscoitos, roscas, etc.	3,932
Biscoito doce	2,176
Biscoito salgado	1,696
Rosca doce	0,060
Rosca salgada	0,001
Carnes	28,093
Carnes bovinas de primeira	11,117
Alcatra	2,678
Carne moída de primeira	0,581
Carne não especificada de primeira	1,628
Chão-de-dentro	2,176
Contrafilé	1,325
Filé e filé mignon	0,591
Lagarto comum	0,606
Lagarto redondo	0,164
Patinho	1,369
Carnes bovinas de segunda	9,078

Acém	2,778
Carne moída de segunda	1,196
Carne não especificada de segunda	2,003
Costela bovina	1,625
Músculo	0,513
Pá	0,479
Peito	0,258
Outras carnes bovinas de segunda	0,226
Carnes bovinas outras	1,569
Carne-seca	0,965
Outras carnes bovinas	0,605
Carnes suínas com osso e sem osso	1,490
Carré	0,384
Costela suína	0,188
Lombo	0,288
Pernil	0,306
Toucinho	0,196
Outras carnes suínas com e sem osso	0,128
Carnes suínas outras	2,998
Mortadela	0,624
Presunto	0,551
Salsicha	1,352
Outras carnes suínas	0,571
Carnes de outros animais	1,840
Lingüiça	1,751
Outras carnes de outros animais	0,089
Vísceras	1,153
Vísceras bovinas	1,089
Fígado	0,691
Outras vísceras bovinas	0,398
Vísceras suínas	0,057
Vísceras suínas	0,057
Outras vísceras	0,007
Outras vísceras	0,007
Pescados	3,021
Pescados de água salgada	2,723
Bacalhau	0,178
Camarão fresco	0,093
Corvina fresca	0,332
Pescada fresca	0,252
Pescada em filé fresco	0,109
Pescadinha fresca	0,052
Sardinha em conserva	0,124
Sardinha fresca	0,328

Outros pescados de água salgada	1,256
Pescados de água doce	0,298
Pescados de água doce	0,298
Aves e ovos	21,816
Aves	17,499
Asa de frango	0,315
Carne não especificada de frango	0,192
Coxa de frango	0,904
Frango abatido (inteiro)	13,636
Frango vivo	0,244
Peito de frango	1,551
Outras carnes de frango	0,467
Outras aves	0,191
Ovos	4,316
Ovo de galinha	4,316
Laticínios	59,243
Leite e creme de leite	55,193
Creme de leite em conserva	0,283
Leite condensado	0,532
Leite de vaca fresco	1,126
Leite de vaca pasteurizado	51,360
Leite em pó integral	1,389
Leite em pó não especificado	0,011
Outros leites e cremes de leite	0,394
Queijos e requeijão	2,612
Queijo minas	0,808
Queijo mussarela	0,510
Queijo prato	0,706
Requeijão	0,282
Outros queijos	0,306
Outros laticínios	1,438
Iogurte	0,732
Manteiga	0,405
Outros laticínios	0,301
Açúcares e produtos de confeitaria	22,483
Açúcares	20,100
Açúcar cristal	6,865
Açúcar refinado	13,204
Outros açúcares	0,031
Doces e derivados	1,666
Doce a base de leite	0,133
Doce de fruta em calda	0,132
Doce de fruta em pasta	0,307
Sorvete	0,638

Outros doces e derivados	0,460
Outros açúcares e produtos de conf.	0,716
Chocolate em pó	0,578
Outros açúcares e produtos de conf.	0,139
Sais e condimentos	4,938
Sais	2,428
Sal grosso	0,060
Sal refinado	2,365
Outros sais	0,002
Condimentos	0,251
Caldo de carne em tablete	0,020
Caldo de galinha em tablete	0,046
Coco ralado	0,028
Fermento	0,058
Maionese	0,351
Massa de tomate	0,549
Molho de tomate	0,368
Tempero misto	0,096
Vinagre de álcool	0,265
Vinagre de vinho	0,476
Outros condimentos	0,264
Óleos e gorduras	9,069
Óleos	7,526
Azeite de oliva	0,197
Óleo de milho	0,201
Óleo de soja	6,940
Outros óleos	0,188
Gorduras	1,544
Margarina vegetal	1,459
Outras gorduras	0,085
Bebidas e infusões	32,557
Bebidas alcoólicas	7,531
Aguardente de cana	0,278
Cerveja	6,402
Vinho	0,058
Outras bebidas alcoólicas	0,271
Bebidas não alcoólicas	22,389
Água mineral	0,596
Refrigerante de coca	12,565
Refrigerante de guaraná	4,280
Refrigerante de laranja	1,112
Refrigerante de limão	0,325
Suco de fruta em pó	0,135
Suco de fruta envasado	0,716

Outros Refrigerantes	2,554
Outras bebidas não alcoólicas	0,106
Cafés	2,384
Café moído	2,330
Café solúvel	0,043
Outros cafés	0,011
Chás	0,253
Chá-mate	0,238
Chá preto	0,002
Outros chás	0,013
Alimentos preparados misturas ind.e outros	2,881
Alimentos preparados	2,718
Frango assado ou defumado	0,930
Massa	0,769
Refeição	0,365
Salgadinho	0,288
Outros alimentos preparados	0,367
Misturas industriais	0,162
Mistura para bolo	0,099
Outras misturas industriais	0,063

Fonte: PESQUISA, 1998.

O dimensionamento do potencial de mercado nos domicílios revela, inicialmente, uma diversificação do consumo muito grande quando comparado com o padrão monocultor da produção agrícola no Brasil, como foi visto no capítulo 1, Ainda observa-se que, a média brasileira é de um consumo percapita anual de 339,74 kg. Como o ano tem 365 dias, pode-se considerar genericamente que o brasileiro em média consome quase um quilo desses 220 produtos por dia. O interesse nesse tipo de raciocínio reside na necessidade de representarmos a ordem de grandeza desse mercado, no sentido de orientar a escala de investimento dos assentados, evitando assim a inelasticidade da demanda. Nesse caminho, se considerarmos que o Brasil hoje possui em torno de 170 milhões de habitantes, então temos um consumo de quase 170 milhões de quilos por dia ou 170 mil toneladas, que diariamente são transportadas, hipoteticamente, por 17 mil caminhões de 10 toneladas, para abastecer os 5508 municípios, todo santo dia.

Assim, um sistema de informações sobre o potencial de mercado surge como

um primeiro passo na direção de ocupar o mercado, o qual é permitido ser representado para os 220 produtos em nível municipal. Essa reflexão se originou, em parte das discussões que ocorreram em função das dificuldades que os assentados têm tido (e declararam) com a comercialização das safras de diversos produtos pelo Brasil afora.

Assim, para atender às expectativas dos camponeses, em particular dos assentados, em não só aumentar a renda a ser auferida, mas também, e principalmente, estabilizar essa renda, é necessário construir um conhecimento voltado para a formação de recursos humanos com condições objetivas de aplicação. Em outras palavras, a essência da informação é atingir um nível de consciência sobre os processos produtivos, em que possam ser revelados aos camponeses quais produtos, em que quantidade e onde devem ser produzidos, de maneira a ter demanda garantida pelo mercado consumidor dos domicílios nacionais.

O importante é montar uma visão sistêmica dos processos produtivos e poder através de informações do dia a dia detectar os pontos fracos e fortes, de maneira que a ação possa se dar no sentido de construir uma gestão capaz de superar dificuldades, que se apresentam a cada momento.

Por fim, concluída a apresentação de nova visão estratégica, mostrando a importância do mercado nacional consumidor de alimentos nos domicílios brasileiros, tanto do ponto de vista qualitativo, como quantitativo - em nível municipal, e principalmente com a finalidade de tornar os camponeses cientes do potencial desse mercado e assim motivá-los a, democraticamente, ocupá-lo com seus produtos. Atingido esse ponto, então inicia-se a abordagem tática, que é a segunda etapa desse processo.

Nesse momento, são visitados os estabelecimentos de varejo do município, utilizando uma lista obtida junto à Prefeitura, pois a venda de alimentos exige a obtenção de um alvará junto à Vigilância Sanitária, que geralmente disponibiliza o cadastro destes estabelecimentos, em que são levantadas informações através da

aplicação de questionário (com conteúdo descrito no Anexo 1)

As informações obtidas nos questionários constituem-se no elemento principal para se definir a previsão de vendas, que sempre será uma parcela entre 10% e 30% do mercado potencial. Informações que serão utilizadas na elaboração dos projetos de investimentos e posteriormente, na implantação do mesmo, elas integrarão o banco de dados sobre o mercado, em que se trabalhará as informações (município, produto, cliente, preço, sazonalidade, quantidades, embalagem, etc.) necessárias para se desenvolver uma administração estratégica do negócio, a partir do mercado como indutor do processo.

E. Administração

Uma vez aquilatada as informações sobre o mercado potencial e previsão de vendas, com o intuito de ter mercado garantido para os produtos a serem produzidos, é necessário também se apropriar de instrumentos de gestão que permitam avaliar a implantação e o funcionamento do projeto, apontando para as correções necessárias para que o caixa realizado esteja de acordo com aquele planejado no projeto. Para tanto, a seguir encontram-se algumas considerações que se fazem necessárias, para que se possa atingir esse objetivo específico.

Até os dias de hoje tem sido muito difícil aos camponeses avaliar contabilmente suas decisões estratégicas, pois os instrumentos disponíveis sobre essa área têm trazido mais dificuldades do que ajudado o entendimento dessa questão - em função de uma linguagem especializada. Esse ponto exigiu que se desenvolvesse uma abordagem específica de maneira que o camponês possa apropriar-se desse conhecimento para utilizá-lo.

E.1. Apresentação Sucinta da História da Contabilidade

Nos primórdios, o homem contava seu rebanho para avaliar a variação de sua riqueza. Também são conhecidos os cuneiformes em cerâmicas que relatavam as transações entre povos egípcios e babilônicos, por volta de 3000 antes de Cristo,

com destaque para os pagamentos de salários e impostos.

Já entre os séculos XIV e XVI, época marcada pelo Renascimento, o desenvolvimento do comércio, em particular o comércio das Índias, condicionou o aprimoramento de novas formas de anotação e análise das informações comerciais. Em resposta a esta necessidade precípua, um frade franciscano, Frei Luca Pacioli, publica um livro em 1494 tratando desse assunto, dando origem à Escola Italiana de Contabilidade, que dominou até o início do século XX. É nesse século, após a depressão de 29, que será observado um crescimento extraordinário do mercado de capitais nos Estados Unidos, decorrente do avanço das sociedades anônimas - nova forma jurídica de organização do capital, que suplantou os limites da empresa familiar ou da companhia limitada. Esta nova situação levou à necessidade de se desenvolver um novo tipo de contabilidade, que passou a ser conhecida como a Escola Americana de Contabilidade.

No Brasil, a Escola Alvares Penteado deu inicio em 1902 à formação de contadores com base na contabilidade da escola européia. Entretanto, em 1946, logo após o término da Segunda guerra mundial, os Estados Unidos estavam em evidência devido à vitória dos aliados, o que corroborou para que entrasse uma série de produtos e serviços americanos no Brasil, inclusive a Escola Americana de Contabilidade, através da Escola de Administração da USP, e que ainda hoje predomina nas Faculdades Brasileiras (MARION, 1998).

E.2. A Contabilidade Propriamente Dita

A contabilidade fornece uma série de relatórios que ajudam nas tomadas de decisão até mesmo no dia-a-dia da vida pessoal. No âmbito de uma empresa, geralmente há que se decidir, por exemplo, sobre compras e aluguéis de máquinas, ou sobre contrair ou não uma dívida de longo prazo, assim como, há questões específicas a serem respondidas e que envolvem redução de custos, aumento da produção, e etc.

A contabilidade é um grande instrumento de auxílio ao administrador quando

este se defronta com situações em que precisa decidir rápida e eficientemente, pois através dela são coletados todos os dados econômicos, os quais são mensurados monetariamente, registrados e organizados em relatórios.

Observa-se com freqüência nos dias de hoje, que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouve-se dos empresários críticas à carga tributária, aos encargos sociais, à falta de recursos, aos juros altos, etc. São fatores estes que sem dúvida contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, quando se investiga detalhadamente a forma como está funcionando o empreendimento, é comum constatar-se que, muitas vezes, o nó da questão não está somente nos pontos críticos mencionados, mas também na má gerência, ou seja, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim, observa-se, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em conseqüência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender as exigências fiscais (MARION, 1998).

E.3. O Contador

As funções básicas de um contador são coletar e registrar os dados econômicos e financeiros da empresa e, a partir deles, produzir relatórios que deverão ser entregues aos usuários que irão utilizá-los nas tomadas de decisão.

E.4. Os Princípios Básicos da Contabilidade

Os resultados da contabilidade deverão estar de acordo com oito princípios básicos, os quais serão apresentados a seguir:

- **Entidade Contábil**, que pode ser representada por um indivíduo, uma empresa ou grupo de empresas, isto é, toda a atividade produtiva e/ou comercial que estabelece relação monetária, portanto, passível de ser contabilizada, independentemente da sua regularização jurídica.
- **Continuidade**, que pressupõe algo em andamento, que não será interrompido, e onde não haverá descontinuidade a não ser em caso de liquidação.

- **Denominador Comum Monetário**, que homogeneíza e agrega diferentes itens suscetíveis de avaliação monetária em um denominador monetário comum.
- **Objetividade**, a qual descarta as avaliações subjetivas do contador; sempre que possível, os registros contábeis deverão ter suporte em documentação gerada na transação.
- **Custo Original (Histórico) como base de valor**, isto é, os eventos contábeis deverão ser incorporados pelo seu valor histórico.
- **Consistência**, que vem a ser o esforço para que os critérios utilizados inicialmente permaneçam, pois assim propiciarão ao usuário a possibilidade de comparar os relatórios contábeis de diversos períodos (anos). Acrescente-se ainda que a uniformização dos relatórios permitirá a comparação entre diversas empresas, mesmo que sejam de atividades diferentes.
- **Materialidade**, isto é, o contador não deve dar tratamento rígido às coisas triviais, ou insignificantes, que poderão trazer benefícios, mas provavelmente não justifiquem o custo do trabalho. O bom senso deve prevalecer no estabelecimento daquilo que é relevante e trará utilidade para os usuários da contabilidade.
- **Conservadorismo**, aqui entendido como uma atitude de precaução, para que não prevaleça uma imagem de otimismo em situações que poderão reverter-se com o passar do tempo (MARION, 1998).

E.5. As Demonstrações Financeiras

A Escola Americana de Contabilidade desenvolveu um padrão de apresentação dos resultados obtidos constituído por quatro demonstrações financeiras: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício (antigo lucros e perdas), a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração da origem e aplicação dos recursos.

Dentre as quatro demonstrações financeiras que formam o produto da contabilidade destacam-se o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

O balanço é realizado sempre no final de cada ano - por isso é tão comum nessa época às portas cerradas das lojas do comércio com a placa "fechado para balanço". Trata-se daquele momento em que se paralisa a empresa com a finalidade de se contar tudo o que ela possui: estoque, ativos, passivos, etc. Traçando um paralelo, é como comparar uma fotografia atual da empresa com outras tiradas em anos anteriores, e assim conhecer as mudanças que têm ocorrido e avaliar a tendência da "saúde" desta empresa, ou seja, se a situação está melhor ou pior. Enfim, o balanço capta um momento da empresa, por isso mostra uma visão estática, a qual geralmente é realizada uma vez por ano.

A demonstração do resultado do exercício mostra o que aconteceu com a empresa durante o último ano de atividades comerciais, ou último exercício. Enfoca justamente o que ocorre entre dois balanços, através de uma perspectiva da dinâmica da empresa, isto é, quanto foi vendido, quanto foi gasto no ano, possibilitando desta forma concluir se a empresa teve lucro ou perda no último ano analisado.

Por sua vez, a demonstração do resultado de lucros e perdas acumulados mostra o histórico dos resultados de vários anos, onde aparece o estoque de lucros ou prejuízos, isto é, quanto à empresa tem de lucro ou prejuízo acumulado em sua história de vida.

A outra demonstração, denominada "origem e aplicação dos recursos", como o próprio nome diz se refere à origem ou à aplicação dos recursos que a empresa utilizou durante o ano, e sua importância aumenta quando esta empresa efetivamente captou ou vem captando recursos de terceiros para sua alavancagem financeira.

Como pode-se observar, a análise da variação da riqueza a partir da contabilidade americana exige a aplicação de um instrumental complexo, e para se ter uma noção mais detalhada do que isto significa é apresentado a seguir o exemplo de um balanço patrimonial e os respectivos índices utilizados por esta metodologia de trabalho (MARION, 1998).

E.6. Análise de Balanço (em Reais)

- O Ativo

O balanço utiliza uma série de conceitos que são próprios da contabilidade – caso do *ativo*, que pode variar de circulante até permanente, com algumas categorias intermediárias.

Os ativos referem-se aos direitos adquiridos pela empresa, que do ponto de vista financeiro podem ser aqueles que apresentam liquidez imediata, como o próprio dinheiro em caixa, e as aplicações de curto prazo.

Outra categoria de ativos diz respeito àqueles que ainda exigem algum esforço de venda para serem transformados em dinheiro, como as mercadorias em estoques, por isso são denominados de realizáveis a curto prazo.

Finalmente, os ativos permanentes são representados pelos imóveis e móveis da empresa, ou seja, são aqueles bens fixos que a empresa necessita para poder operar, podendo até ser vendidos, mas que não fazem parte dos produtos produzidos para venda, mas da infra-estrutura física da empresa.

- O Passivo

Refere-se aos deveres da empresa, isto é, às dívidas contraídas, as quais são classificadas segundo a data de seu vencimento. As dívidas que vencem no curto prazo, ou seja, dentro do exercício que está sendo analisado, como fornecedores, impostos, salários, são considerados passivos de curto prazo. Já aquela divida que irá vencer no próximo exercício é denominada exigível de longo prazo; como por exemplo, os financiamentos a longo prazo.

A diferença entre o ativo total e o passivo total, isto é, entre os direitos e deveres, formam o patrimônio líquido.

Abaixo mostra-se a título de exemplo uma forma usual de apresentação dos resultados de um balanço patrimonial.

QUADRO 5 - Balanço Patrimonial - um exemplo.

ATIVO		381.395,49
ATIVO CIRCULANTE (AC)		25.471,18
	Ativo disponível	427,27
	Bancos c/ movimento	1.776,82
	Aplicações – liquidez imediata	18.423,69
	Valores a receber	8.397,04
ATIVO REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (ARCP)		40.385,99
	Valores a receber – cooperados	37.402,92
	Estoques	2.983,07
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		32.509,12
	Valores a receber – cooperados	32.509,12
ATIVO PERMANENTE		272.747,44
	Investimentos	163,47
	Imobilizado	272.583,97
RESULTADOS DE PERÍODOS FUTUROS		10.281,76
	Juros/atualizações monetárias	10.281,76
TOTAL DO ATIVO		381.395,49
PASSIVO		381.395,49
PASSIVO CIRCULANTE		28.566,74
	Obrigações com fornecedores	6.976,01
	Obrigações c/ instituições financeiras	13.617,10
	Obrigações c/ associados desistentes	7.202,26
	Obrigações tributárias	32,01
	Cheques a compensar	739,36
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		293.116,40
	Financiamentos a longo prazo	293.116,40

PATRIMÔNIO LIQUIDO		59.712,35
	Capital Social	1.946,22
	Reservas e fundos	11.133,81
	Outras Reservas	44.983,62
	Resultado do Exercício	1.648,70
TOTAL DO PASSIVO		381.395,49

LEGENDAS

AC=ativo circulante
PC=passivo circulante
EST=estoque
RPL=realizável a longo prazo
CP=capital de terceiros

DISP=disponível
PL=patrimônio líquido
CT=capital de terceiros
AP=ativo permanente
ELP=exigível a longo prazo

V=vendas
DRM=duplicatas a receber média
C=compras
FM=fornecedores médio
No.AÇÕES=número de ações do capital social

EM=estoque médio
CV=custo de vendas
LL=lucro líquido
AM=ativo médio
PLM=patrimônio líquido médio

A partir das demonstrações financeiras podem ser calculados pelo menos dezesseis índices visando a avaliação do desempenho econômico da empresa. São eles:

1.Índice de Liquidez Corrente (ILC)

Refere-se à capacidade de pagamento da empresa no curto prazo; no exemplo abaixo significa que a empresa possuía apenas R$ 0,89 centavos para cada R$ 1,00 real que estava devendo no dia em que foi realizado o balanço.

ILC=AC/PC = 0,89

2.Índice de Liquidez Seca (ILS)

Refere-se à capacidade de pagamento no curto prazo, igual à anterior, porém sem considerar os estoques. Significa que a empresa possui apenas R$ 0,79 para cada R$ 1,00 real que está devendo.

ILS=(AC-EST)/PC = 0,79

3.Índice de Liquidez Geral (ILG)

Refere-se à capacidade de pagamento da empresa, igual ao índice de liquidez corrente, porém acrescenta os direitos e deveres no longo prazo, isto é, aqueles que ainda permanecerão nos exercícios seguintes. Significa que a empresa possui apenas R$ 0,20 para cada R$ 1,00 real que está devendo, incluindo o longo prazo.

ILG=(AC+RPL)/(PC+ELP) = 0,20

4.Índice de Liquidez Imediata (ILI)

É igual, também, ao índice de liquidez corrente, porém no seu cálculo é considerado apenas o dinheiro que a empresa possui no momento do balanço, entendendo-se como aquele que pode ser imediatamente disponibilizado para pagar as dívidas a curto prazo. Significa que a empresa possui apenas R$ 0,60 para cada R$ 1,00 real que está devendo, incluindo o longo prazo.

ILI=disp/pc = 0,60

5.Índice de Participação do Capital de Terceiros (IPCT)

Indica quanto a empresa tomou emprestado em relação aos seus recursos totais. No exemplo, significa que a participação de capital de terceiros é de R$ 0,84 para cada R$ 1,00 real dos recursos totais da empresa.

IPCT=ct/(ct+pl) = 0,84

6.Índice de Garantia ao Capital de Terceiros (IGCT)

Indica quanto há de capital próprio para garantir o capital de terceiros, e no

caso do exemplo mostra que a empresa possui apenas R$ 0,19 como garantia para cada R$ 1,00 que deve a terceiros.

IGCT=pl/ct = 0,19

7.Índice da Composição do Endividamento (ICE)

Indica quanto do capital de terceiros vence a curto prazo.

ICE=pc/ct = 0,09

8.Índice de Imobilização (II)

Indica quanto imobilizou do patrimônio líquido.

II=ap/pl = 4,57

9.Índice do Prazo Médio do Recebimento das Vendas (IPMRV)

Indica quantos dias, em média, a empresa espera para receber suas vendas.

IPMRV=(drm X 360)/v

10.Índice do Prazo Médio do Pagamento das Compras (IPMPC)

Indica quantos dias, em média, a empresa demora para pagar suas compras.

IPMPC=(fm X 360)/c

11.Índice do Prazo Médio de Renovação de Estoques (IPMRE)

Indica quantos dias, em média, a empresa leva para vender seu estoque.

IPMRE=(em X 360)/cv

12.Índice da Taxa de Retorno sobre Investimentos (ITRI)

Indica o poder de ganho da empresa, isto é, qual é a taxa de retorno que vai ser obtida com o investimento a ser realizado, geralmente esta taxa é calculada antes da realização do investimento e serve para saber se vale a pena investir ou não na atividade produtiva que está sendo analisada. No caso do exemplo mostra

que a taxa de retorno no ano analisado foi de 0,51% sobre valor dos direitos que a empresa adquiriu na forma de ativos.

ITRI=ll/am 0,51%

13.Índice da Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ITRPL)

Indica a rentabilidade do ponto de vista dos empresários e no caso do exemplo mostra que a taxa de retorno no ano analisado foi de 3,23% sobre valor do patrimônio líquido da empresa.

ITRPL=ll/plm3,23%

14.Índice da Margem de Lucro sobre as Vendas (IMLV)

Indica o lucro para cada artigo vendido.

IMLV=ll/v 1,45%

15.Índice do Giro do Ativo (IGA)

Indica quantas vezes a empresa gira seu ativo no período.

IGA=ll/am 0,01

16.Índice do Valor Patrimonial da Ação (IVPA)

Indica a tendência de capitalização da empresa. É útil para se comparar ao valor de mercado da ação.

IVPA=pl/no. de ações)

(MARION, 1998).

No Brasil, observa-se que, em termos gerais, a Escola Americana de Contabilidade foi adotada também do ponto de vista fiscal. Entretanto, essa contabilidade é bastante trabalhosa, e não poderia ser de outra forma, pois foi desenvolvida para dar conta de uma situação em que as empresas estavam crescendo e se tornando cada vez mais complexas. Assim, as empresas, tendendo

a sociedades anônimas para executarem os serviços de contabilidade, criaram departamentos com essa função específica, onde geralmente trabalham muitas pessoas. Portanto, fica praticamente impossível realizar uma boa contabilidade se não houver um grau avançado de organização, que permita uma divisão do trabalho *com* pessoas para desenvolver as atividades de contabilidade.

Esta situação é bastante difícil de ser encontrada no âmbito da agricultura camponesa, em especial nos assentamentos, pois estes agricultores, regra geral com a ajuda de suas famílias, cuidam de todas as tarefas da produção, o que complica sobremaneira o desenvolvimento de uma contabilidade nos moldes que são preconizados pela escola americana - e ainda há o agravante das exigências fiscais no Brasil.

3.6. O ACANT - Uma nova metodologia para a avaliação da variação da riqueza

No Brasil, após a Segunda guerra mundial até os dias de hoje, houve uma grande mudança na forma de se produzir na agricultura, quando basicamente se observou a adoção de uma série de insumos ditos modernos que surgiram no pacote da Revolução Verde.

Em decorrência desta nova forma de produzir, análises de qualquer atividade da produção agrícola moderna mostram que a maior parcela dos custos refere-se às despesas realizadas junto a empresas que atuam em mercados oligopolizados e no setor financeiro.

Para tornar bem clara esta característica, será apresentado o exemplo do custo operacional do milho, produzido pelo Instituto de Economia Agrícola, sendo essa cultura bastante expressiva em todo o território brasileiro, o que dá uma idéia de sua abrangência.

Assim, as despesas com material consumido, somadas aos gastos com máquinas e implementos - produtos oriundos na sua maioria de multinacionais - perfazem *76%* do custo operacional total. Ou seja, 3/4 do custo podem ser controlados com apenas duas contas, uma de material consumido e outra de

máquinas e implementos.

Quanto às máquinas, têm-se o trator de 77 cv e a colheitadeira automotriz. Os implementos são: arado de 3 discos, grade de 28 discos de 18", distribuidor de calcário, plantadeira/adubadeira de 4 linhas, cultivador/adubador, cultivador de 9 *enxadas*, pulverizador tratorizado de 400 litros e carreta com freios de 3 toneladas.

O material consumido compreende o calcário dolomítico, o adubo 04-20-20 mais zinco, adubo sulfato de amônio, mirex S, primextra SC, lorsban e semente de milho.

Cabe ressaltar que a depreciação das máquinas e equipamentos, única despesa que não implica na saída de dinheiro do caixa, é de apenas 8% do custo operacional total.

A mão de obra utilizada refere-se à comum e à do tratorista (que também pode ser familiar).

Ao ser aplicada a nova metodologia, e em função do que foi exposto até o momento, optou-se primeiramente pela ênfase no caixa, pois esta possibilita que o agricultor se aproprie dos principais itens do custo, a partir do caixa da empresa. No exemplo do milho, se for subtraída a depreciação - única despesa que não saiu do *caixa* - será obtida uma diferença de 92% que saiu do caixa, ou seja, através do caixa praticamente controlar-se-á tudo. Este aspecto permite que se adote o caixa como uma forma bastante simples para operar-se o sistema, tornando a tarefa de controle ao alcance do camponês, e isto a um custo de tempo e dinheiro extremamente baixo.

Mesmo simplificando, o sistema permite detectar os principais problemas que desestabilizam a atividade agrícola no curto prazo, possibilita também praticar o planejamento, acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa das atividades agrícolas.

Além disso, permite praticar noções de administração estratégica aplicada ao negócio agrícola, isto é, pensar em soluções para os problemas que se apresentam, como falta de sintonia entre a oferta de produtos e o mercado que se destinava a

absorvê-los, através de uma análise racional das oportunidades oferecidas.

A. Operando o Software ACANT

Para simplificar o trabalho do assentado, foi desenvolvido o ACANT, onde o *agricultor* lança todas as suas entradas e saídas de caixa, enquanto o citado software cuida de construir os relatórios que serão utilizados para a gestão da empresa (Unidade de Produção Familiar Camponesa).

Entretanto, *antes* de se iniciar o uso do software é preciso construir um plano de contas que represente *as* atividades em que o agricultor está envolvido, ou pode-se referir a um projeto que será desenvolvido.

Já há algum tempo, a aplicação da gestão financeira utilizando o software ACANT pela Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) desenvolveu um plano padrão constituído por quatro contas, que são:

1. Produtos e Serviços - esta conta deve ser de entrada e saída de dinheiro no caixa. A entrada é decorrente das vendas de produtos, como arroz, feijão, milho, etc; ou de serviços prestados, como o aluguel de máquinas. A saída de dinheiro do caixa é conseqüência de gastos com adubos, sementes, óleo diesel, etc, utilizados, por exemplo, na produção do milho.

2. Movimentação Financeira - é uma conta de saída e de entrada de caixa. É de entrada quando o agricultor recebe o dinheiro que pediu emprestado para custeio ou investimento, e de saída quando o agricultor paga uma parcela desse empréstimo contraído anteriormente.

3. Investimento em Capital Fixo - é uma conta somente de saída de caixa, onde são lançados os pagamentos decorrentes da compra de uma máquina ou construção de benfeitorias.

4. Relação da Cooperativa com o Associado - essa é uma conta que só existe quando se tratar de cooperativa, e nesse caso pode ser de entrada e de saída de caixa. É de entrada quando o cooperado efetua algum pagamento à cooperativa, e de saída quando acontece o contrário, isto é, a cooperativa paga para o assentado.

Para o sucesso da contabilidade, necessita-se de cuidadoso acompanhamento das saídas de caixa ocorridas durante o processo de produção, bem como da entrada, que geralmente ocorre no final.

As anotações devem ser realizadas em regime de caixa, isto é, ocorre o lançamento no livro caixa com a data do dia em que se efetuou o pagamento ou recebimento, e segundo o tipo de conta a que pertence.

B. Dados Complementares

Para completar a tarefa de coleta dos dados pode-se acrescentar uma ficha cadastral por família, o plano de produção, inventário de Benfeitorias, Máquinas e Equipamentos, e uma ficha sobre o estoque de dividas que o assentado possui.

Salienta-se que é comum na agropecuária existir uma parcela da produção destinada ao autoconsumo. Sugere-se, portanto, a anotação das quantidades físicas consumidas para que se possa avaliar a sua participação na produção total, nem que seja só em termos físicos.

De posse de todas as informações é possível, à semelhança dos índices gerados pela contabilidade americana, criar os nossos próprios índices, que darão noções sobre a variação da renda do assentado por atividade produtiva.

Segundo Marion (1998), "os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas, facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação do montante, por si só."

Como neste trabalho a idéia é obter índices que representem as famílias do ponto de vista econômico-financeiro, pode-se utilizar como procedimento básico à construção da relação das famílias com os quatro tipos de contas padrão, as quais são: produtos e serviços, movimentação financeira, investimento em capital fixo e relação da cooperativa com a família, gerando dessa maneira uma representação sobre o desempenho das famílias, que inclusive permita avaliar a tendência das mesmas.

Então, os índices poderiam ser classificados em:

. Índices de Produtos e Serviços por Família

. Índices de Movimentação Financeira por Família

. Índices de Investimento de Capital Fixo por Família

. Índices de Relação da Cooperativa com a Família.

Para efeito de cálculo, em todos eles poderiam ser lançados os montantes de entradas e saídas, bem como os saldos de caixa, sempre divididos pelas famílias que constituem as cooperativas, obtendo-se assim 10 índices financeiros.

. Índices de Produtos e Serviços por Família

Saldo de caixa por produto/ serviço por família

Entrada de caixa por produto/ serviço por família

Saída de caixa por produto/ serviço por família

. Índices de Movimentação Financeira por Família

Saldo de caixa financeiro por família

Entrada de caixa financeiro por família

Saída de caixa financeiro por família

. Índices de Investimento de Capital Fixo por Família.

Saída de caixa com capital fixo por família

. Índices de Relação da Cooperativa com a Família

Saldo de caixa por família

Entrada de caixa por família

Saída de caixa por família

C. Outros Índices

Também em decorrência da ficha cadastral, do plano de produção, do

inventário de benfeitorias, máquinas e equipamentos, e do estoque de dívida, podem-se construir outros índices, destacando-se os índices físicos, agrupados em índices de trabalho, da terra e da superfície agrícola útil.

A administração deverá estar apta para registrar todas as informações contábeis, com a finalidade de gerar relatórios com vistas a subsidiar as decisões gerencias, configurando assim peça fundamental para uma boa gestão.

3.7. Considerações sobre o Capítulo 3

Até aqui analisamos a agricultura do ponto de vista de sua inserção no complexo rural mundial e especificamente no Brasil, em que pode-se inferir que praticamente a maior parte dos produtos agrícolas encontra-se na contramão da tendência atual de agregação de valor, pois parcela considerável da produção é entregue a intermediário. Essa incapacidade de agregar valor é mais uma das conseqüências que decorrem de nossa formação econômica com base no latifúndio monocultor, voltado para exportação de produtos primários, que ainda está vigente em nossos dias.

Continuando, vimos o enorme potencial do mercado brasileiro de consumo domiciliar de alimentos e como tratá-lo em termos estratégicos e táticos visando desenvolver um conhecimento destinado a embasar uma nova inserção dos camponeses no negócio agrícola, que lhes permita gerar emprego e *renda*. Também, vimos como é necessário associar técnicas contábeis que permitam democratizar a informação e ao mesmo tempo profissionalizar a gestão, e assim avaliar essas novas opções de organização, mais contemporâneas à terceira revolução industrial.

A seguir veremos os resultados obtidos em decorrência da aplicação desses conhecimentos em duas cooperativas pertencentes a CONCRAB.

Capítulo 4

Condições Concretas para as Ocupações de Terras; Os Assentamentos Rurais e a Organização das Cooperativas de Produção Agropecuária: Estudo de Caso

4.1. A Questão Migratória, Mobilidade do Trabalho e a Migração no Brasil

Ao iniciar a abordagem sobre os assentamentos, primeiramente penso, é preciso situá-lo num contexto mais amplo que diz respeito à migração, porque essa dinâmica populacional está no cerne mesmo do MST, de sua luta, pela Reforma Agrária, e dos próprios assentados.

Nossas pesquisas nos levaram a observar que as migrações tem sido abordadas ao longo da história, em particular pela disciplina geografia, de muitas maneiras, e não poderia deixar de ser de outra forma, pois a diversidade de acontecimentos ligados a esse fenômeno tem levado muitos estudiosos a se debruçarem sobre o assunto criando abordagens das mais variadas possíveis, onde além de não possuir um consenso, é ampla a forma como é expresso o pensamento dos pesquisadores e estudiosos do assunto.

Segundo Póvoa-Neto (1997) devido ao..."enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração" a melhor designação seria considerar que se trata da "...questão migratória". Designação essa que procura dar a dimensão da complexidade que envolve esse fenômeno, não só pela sua extensão em termos de espaço, pois ocorre em todo o mundo, mas também no tempo, porque está presente em toda a história da humanidade.

Para o mesmo autor, existem três enfoques marcantes na abordagem do tema, sendo o primeiro o neoclássico, onde ..."as migrações não tem uma expressão apenas demográfica, mas principalmente econômica". "O migrante significa, segundo tal abordagem, um portador de trabalho, fator produtivo que, em combinações adequadas com terra e o capital, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço pode ser tido, para os

neoclássicos, como equilibrado ou desequilibrado, conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado ótimo."

Como pode-se perceber, aqui aplica-se princípios de economia neoclássica para interpretar os fenômenos de deslocamentos dos seres humanos, explicação criada tomando por referência o comportamento econômico de trabalhadores e capitalistas, e isso num modelo que exige uma série de fatores constantes para que se suceda conforme o que se pressupõe, o que não acontece na vida real, levando esse reducionismo a uma visão parcial e comprometida com interesses de segmentos que detém o poder econômico da sociedade.Por isso segundo Póvoa-Neto (1997),..."adotar a concepção neoclássica implica... em desconsiderar a dimensão histórica das migrações".

O mesmo autor fala de um segundo tronco denominado histórico-estrutural, que "...busca enraizar suas análises no solo dos contextos históricos e geográficos específicos", onde "...a migração é encarada como um fenômeno social", em outras palavras "...o que se tem agora é a análise de grupos e classes sociais a sofrer a força das estruturas sociais que explicam a maior ou menor propensão para a migração".

Aqui , nesse segundo tronco se esvazia o conteúdo do indivíduo, isto é, apesar de ser ele o que migra, sua história pessoal é alienada, não trazendo as explicações que são do âmbito da dinâmica da sociedade, o que enquanto método limita um pleno desenvolvimento da pessoa e mesmo da pesquisa.

O terceiro e último tronco, "...propõe um enfoque baseado no conceito de mobilidade do trabalho"[15]. Continuando"...o capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de produção, cria a necessidade dos deslocamentos em busca de trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, apresentando-se para o assalariamento nos mais diversos pontos do território, torna-se por sua vez condição necessária para a própria existência de acumulação de capital. A

[15] Os destaques são nossos.

migração não é pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico." (PÓVOA-NETO, 1997).

Nesse sentido, Gaudemar (1997), ao analisar a obra de Marx "...designa, como mobilidade do trabalho, a qualidade que permite o uso capitalista dos corpos dos trabalhadores, nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção requeridos para a máxima produção de valor. Não se trata apenas de uma descrição de deslocamentos espaciais de trabalhadores; mais que isso, o conceito marxista de mobilidade do trabalho refere-se à chave mestra de toda estratégia de desenvolvimento capitalista".

Assim, voltando a Póvoa-Neto (1997) "...os três grandes troncos teóricos aqui examinados colocam, cada qual a sua maneira, o trabalho no centro de sua análise. Na qualidade de fator produtivo, elemento constituinte dos processos estruturais ou de dimensão chave dos movimentos das populações, o trabalho confere conteúdo a um conjunto de processos sociais que, de outra forma, apareceriam como vazios."

São muitos os trabalhos publicados que de alguma maneira fazem esta ligação entre migração e a busca de trabalho; o que se observa, em termos de diferenças entre eles, é a maneira mais velada dos neoclássicos, que escondem as contradições que estão presente nos deslocamentos das populações, de certa forma idealizando esses movimentos, como se fossem ao encontro de um estado de equilíbrio, equilíbrio que historicamente refere-se muito mais à necessidade de desenvolvimento do capitalismo do que das pessoas envolvidas.

É aí que os troncos histórico-estrutural e mobilidade do trabalho, apresentam uma análise mais crítica da realidade, onde são expostos os interesses, geralmente antagônicos, entre o sistema de produção de mercadorias e os seres humanos.

Já faz mais de um século que Ravestein (1980) escreveu seu trabalho, e ao longo desse tempo o desenvolvimento do sistema capitalista foi mostrando os frutos que lhe são próprios, isto é, o que se idealizou, transformou-se em um discurso vazio sem nenhuma correspondência histórica e o que de fato se tornou visível foi a capacidade e também a necessidade do sistema onde segundo Gaudemar (1997)

"...está dito o essencial: graças a sobrepopulação relativa, o capital liberta-se de toda limitação demográfica e ele próprio regula o tamanho de sua placenta alimentadora".

Pra entender melhor o que isto significa, Gaudemar (1997) completa, dizendo: "...a medida que desenvolve os poderes produtivos do trabalho e consegue, portanto, mais produtos com menos trabalho, o sistema capitalista desenvolve também os meios de conseguir mais trabalho do assalariado, quer prolongando a sua jornada de trabalho, quer tornando o seu trabalho mais intenso, ou ainda os meios de aumentar aparentemente o número de trabalhadores empregados substituindo uma força superior e mais cara por várias forças inferiores e baratas, o homem pela mulher, o adulto pelo adolescente, um yankee por 3 chineses." [16]

Sem dúvida o que se percebe é um distanciamento cada vez maior do sistema produtor de mercadorias das necessidades da população em geral e em especial do trabalhador, por isso no *O Capital*, Marx (1984) disse "...ai dos belos discursos sobre a riqueza e a felicidade universal enquanto subsistir a exploração! A acumulação do capital é o crescimento do proletariado, especialmente a sua parte inutilizada pelo capital."

Para Marx (1984) o desenvolvimento do capitalismo leva a um aperfeiçoamento da mobilidade da força de trabalho, onde o aumento da população surge como a primeira fonte de riqueza, para depois ser paulatinamente descartada. Isso ocorre porque ao capital só importa produzir a mais-valia para poder se apropriar do trabalho não pago.

Como isso se dá? Explica Marx (1984) "...com o progresso da produção capitalista desenvolvem-se também suas condições, submetendo o conjunto das premissas sociais, dentro das quais se opera o processo de produção, ao seu caráter especifico e as suas leis imanentes", e aqui cabe salientar a completa liberdade de comércio e a abolição de todas as leis que impedem os trabalhadores migrarem. É interessante como o autor opta por mostrar primeiro a importância da

[16] Os destaques são nossos.

mobilidade para o sistema capitalista e só depois, e em decorrência, coloca *a* migração em si, constituindo-se numa estratégia metodológica com alto poder explicativo sobre a natureza do fenômeno aqui abordado.

Segundo Becker (1985), "...importa ressaltar que no Brasil, o funcionamento da estrutura econômica tem tido como condição a mobilidade da força de trabalho. Do ponto de vista do capital, ela assegura o uso mais racional da mão de obra e minimiza o tempo gasto na formação do trabalhador, cuja seleção e treinamento são efetuados de forma não institucionalizada ao longo de seu deslocamento espacial"[17]; ainda, "...do ponto de vista dos trabalhadores, a mobilidade significa basicamente maior instabilidade e exploração, bem como dificuldades extras de organização sindical e política"[18].

Pelo que se observa, o Brasil tem colocado de maneira farta e com legislação condescendente a sua nação na forma de mão de obra voltada para a exploração capitalista, situação que remonta aos tempos coloniais e continua até os dias de hoje, porém com algumas novidades por parte do interesse do capital que vem desenhando um novo tempo. Nas palavras de Becker (1985) "...Se, nas duas últimas décadas uma mobilidade em escala nacional solucionou as situações de escassez ou abundância relativas de força de trabalho nos diferentes pontos do território nacional, hoje, sob a ótica do Estado e das empresas, talvez seja interessante reduzi-la, mantendo-a no espaço intra-regional, e até mesmo, limitando a reprodução por meio do controle da natalidade"[19]

4.2. Em Busca de Um Olhar Humano

Mesmo assim, ainda sob os olhos atentos de quem tem coragem para enfrentar os contornos que a mobilidade social apresenta nos dias de hoje, Dornelas

[17] Os destaques são nossos.
[18] Os destaques são nossos.
[19] Os destaques são nossos.

(1997), da Associação dos Voluntários pela Integração do Migrante, que recebe o migrante no município de São Paulo escreve: "Cabe salientar, que esta cidade recebe continuamente um fluxo migratório que vem formando uma das maiores cidades da história da humanidade. Esse fluxo que trouxe para São Paulo gente do mundo todo, continua existindo, se bem que em menor escala e principalmente da região Nordeste para São Paulo, mesmo agora que o emprego se torna um bem escasso para os que aqui moram".

Segundo Dornelas (1997) "... eles vem de lá com uma ilusão muito grande na cabeça. Eles saem de lá porque eles querem, eles saem de lá em busca do dinheiro...quando eles chegam aqui, o primeiro passo é procurar escrever uma carta pra mandar pros familiares. Nunca diz que tá num albergue, fala que esta bem. Criam uma ilusão para os outros que estão lá. Daí é a ilusão pra lá". Essa postura, se torna uma referência para nós como uma "...consciência tão límpida do significado da alteridade do migrante"[20].

Na busca de entender o que acontece com esse ser humano, nos diz Martins (1988) "...sobre isso convém lembrar que a fala do migrante é, quase sempre, dominada pela lógica da mercadoria e do dinheiro, da quantidade e recoberta pelo fascínio do maravilhoso e ilimitado das coisas que podem ser compradas e vendidas. O maravilhoso se torna mais amplo e poderoso em relação àqueles que, justamente, vivem no mundo limitado da carência", em outras palavras, "...pode-se dizer, com razão, que ele se torna escravo da miséria, tendo perdido a tosca fartura de camponês"[21].

E ainda, em decorrência das condições vigentes em nossos dias, encontramos uma crescente "...clandestinização do trabalho (que) enfraquece a classe trabalhadora; a migração não cria necessariamente o operário". Cria os bóias-frias os safreiros, os excluídos urbanos, os camelôs, os favelados, etc.... Ou seja, cria a exclusão [no campo e na cidade], com inclusão marginal (MARTINS, 1988).

---

[20] Os destaques são nossos.
[21] Os destaques são nossos.

Finalmente, na busca de caminhos visando a superação de todas essas limitações que estão presentes no dia a dia de milhares de brasileiros, encontramos em nossos dias, novas formas de organização, pois nas palavras de Baptista (1998) "...com a industrialização e urbanização, São Paulo atraiu grande contingente de migrantes nordestinos [mas não somente destes] que, pelas suas precárias condições de vida na origem, buscaram uma vida melhor na grande cidade, alimentados pela ilusão de São Paulo como respostas aos seus desafios. Entretanto, o mercado de trabalho da cidade não os absorve mais. Para vencerem as dificuldades, criam alternativas para viver e resistir. Uma das táticas utilizadas é a das *redes sociais*. Constituem-se no apoio informal entre os iguais, através de teias de relações primárias, construídas no seu *espaço social e territorial*, envolvendo parentes, amigos, vizinhos, e conterrâneos".[22]

É assim que, ao mesmo tempo, "...a despolitização da economia pretendida pelos neoliberais está ancorada, de maneira profunda, na politização do território, transformado, mais do que nunca, em espaço do poder e da coerção... mas também espaço de resistência, onde se luta pelo direito de ficar e partir, ir e voltar"[23]. É no bojo dessa contradição, que se observa no migrante, nos dias atuais, que entre suas estratégias de sobrevivência encontra-se, segundo Baptista (1998) "...a tática das redes [que] possibilita a emancipação por conter a potencialidade de relação primária entre iguais e do desejo de melhorar de vida, pela capacidade de sentir as próprias carências e desenvolver o desejo e o potencial da ação em direção a sua superação nas práticas do cotidiano. É na construção das novas formas de sociabilidade que o migrante trabalha em seu projeto de vida pessoal e comunitário. Anônimo na cidade, inventa o seu cotidiano. As redes sociais articulam práticas inventivas, artes de fazer, astúcias sutis, táticas, resistências, nas quais eles vão

[22] Os destaques são nossos.
[23] Os destaques são nossos.

alterando as relações sociais, reapropriando-se do espaço, recompondo-o, em busca da viabilização de suas vidas".[24]

A articulação engendrada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra se apresenta em nossos dias como uma dessas práticas inventivas das populações marginalizadas, quando, nas periferias das cidades ou nas ruas, não encontrando mais as mínimas condições de vida, na carência absoluta, refazem suas redes sociais usuais, com o objetivo de conseguir condições dignas de trabalho e vida, enfim de serem verdadeiros cidadãos.

É nesse contexto, que nos últimos anos temos assistido no Brasil um movimento de ocupação de terras, distribuído por todas as unidades da federação, como foi mostrado no final do capítulo 1, em que as pessoas depois de migrarem sem encontrar um lugar para trabalhar e morar, muitas delas tendo já experimentado a vida urbana das periferias e, saindo da cidade, engrossam a fileira dos deserdados, dos excluídos, no sentido já referido acima, formando suas redes sociais e desembocado nessa atitude extrema, sinônimo de sua necessidade de sobrevivência. E assim elas participam de grupos de conscientização, organização dentro do movimento e realizam as ocupações como o porto seguro da sua sobrevivência, luta e resistência. É assim também que se iniciou a história contada a seguir e que foi a origem do que hoje são as duas Cooperativas de Produção Agrícola a COOPAN e a COPAVI, objetos de nossas preocupações e de nossa proposta concreta do software *ACANT*.

4.3. A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda - (COOPAN): Breve Histórico, Características Geográficas, Sociais e Econômicas

A. Breve Histórico da COOPAN

A história da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, usualmente denominada Coopan, se iniciou em 18 de setembro de 1989, quando

[24] Os destaques são nossos.

camponeses, filhos de pequenos agricultores de vários municípios do estado do Rio Grande do Sul, ocuparam a fazenda Bacaraí situada no município de Cruz Alta.

Assim, estava se iniciando uma longa caminhada em busca da realização de um sonho. A necessidade concreta de obter o sustento de suas famílias os moveu no sentido de conquistar um pedaço de terra para cultivá-la.

Entretanto, a luta iria durar vários anos, esperando uma solução por parte do governo que não chegava. Em novembro de 1993, os agricultores até então acampados, ocuparam pela terceira vez a fazenda Capela e mobilizaram-se utilizando várias formas de pressão e negociação.

Somente, em 05 de maio de 1994 conseguiram conquistar a terra que está localizada no município de Nova Santa Rita, no estado do Rio Grande do Sul, com extensão de 2163 ha, beneficiando 100 famílias, formando o Assentamento que hoje se chama Capela.

Após passada esta primeira etapa de conquista da terra, o desafio era dar continuidade à organização do grupo que vinha sendo desenvolvida desde o acampamento e agora tinha como principal objetivo encontrar meios de se obter o desenvolvimento econômico dessas famílias.

Para isso, inicialmente foi criada uma associação informal, denominada de Caminho da Liberdade, que permitiu experimentar formas organizadas de trabalho e foi a base para mais tarde dar um passo à frente: finalmente o grupo decidiu formar a cooperativa, o que acabou ocorrendo no dia 30 de julho de 1995, quando foi fundada a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA (COOPAN), com famílias oriundas da região do alto Uruguai.

A Cooperativa foi fundada com C.G.C.00861.664/0001-45 e Inscrição Estadual 382/0005562, e com os seguintes objetivos:

> "Conforme estatuto capitulo 3º,
> artigo 4º, letra
> a) Propriedade coletiva dos meios de produção.
> b) Organização cooperativada do trabalho.

c) Participação nos resultados e nas sobras proporcionalmente ao aporte de trabalho quantitativo e qualitativo de cada associado.

d) Repasse mensal aos sócios, a titulo de antecipação de sobras, na proporção do trabalho aportado, seja em espécie, em bem de consumo e ou em serviço.

e) Promoção social e educacional de todos os associados.

f) Educação para o trabalho dos filhos dos associados, desde que haja autorização, por escrito, dos pais, respeitando o período escolar.

g) Período de estagio para os primeiros seis(6) meses da vida cooperativada.

Artigo 5º

A Cooperativa tem por objetivo principal proporcionar aos sócios acesso a produção coletiva ,para produzir de forma coletiva bens e serviços para si e para terceiros, em vista da melhoria das condições de vida dos seus associados, através do desenvolvimento da produção agropecuária, dos serviços e da agroindústria, desenvolvendo as seguintes atividades para a construção de seu objetivo:

a) Coordenar o planejamento coletivo da produção e organização cooperativada do trabalho.

b) Comercializar a produção e adquirir os bens necessários para a construção de seu objetivo.

c) Garantir o transporte dos bens e produtos.

d) Implementar atividades produtivas, agroindustriais e comerciais.

e) Realizar operações de repasse de credito para os associados.

f) Prestar serviços aos associados e a terceiros.

g) Garantir a capacitação dos associados e a assistência técnica para a cooperativa.

h) Educação para o trabalho dos filhos dos associados.

Artigo 6º

A cooperativa poderá arrendar e utilizar as terras dos associados ou de terceiros, bem como possuir terras próprias, para alcançar os seus objetivos.

Artigo 7º-

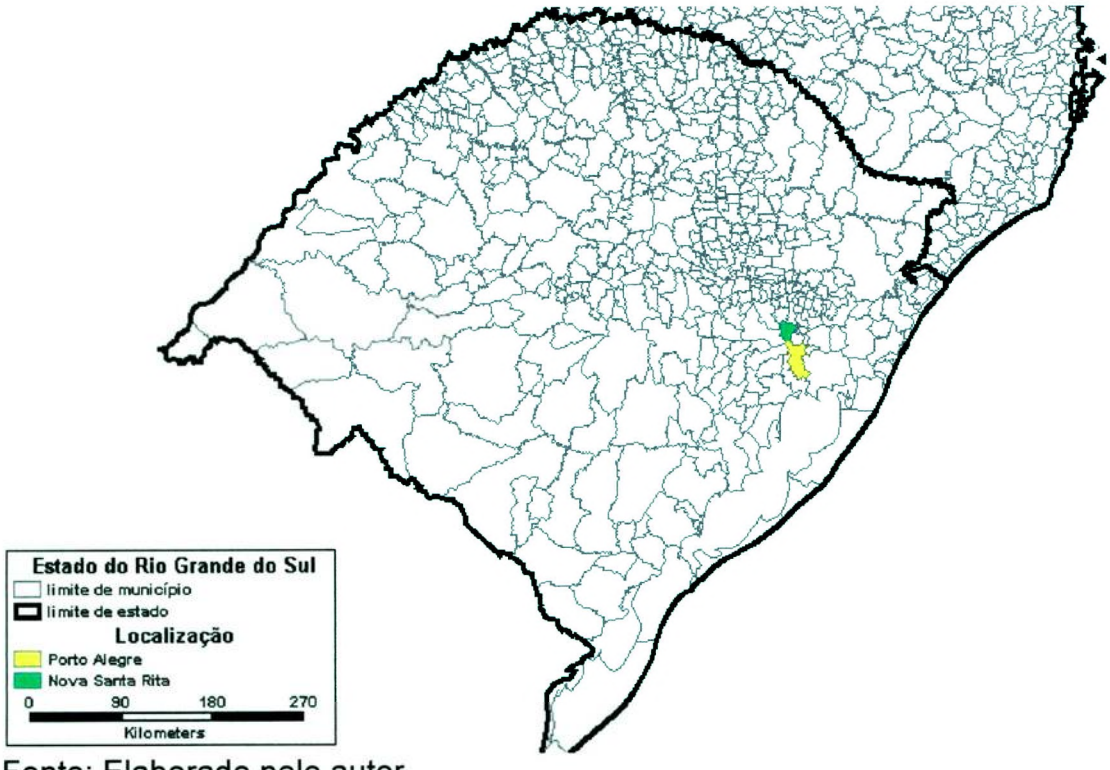
A cooperativa promoverá convênios com outras entidades e organismos nacionais e internacionais para a melhor consecução de seus objetivos.

B. Características Geográficas

1. Localização

O assentamento fica no município Nova Santa Rita, que pertence a região metropolitana de Porto Alegre e situa-se na porção leste do estado do Rio Grande do Sul (FIGURA 27).

FIGURA 27. Localização do município de Nova Santa Rita



Fonte: Elaborado pelo autor

2. Aspectos do Meio Ambiente e Capacidade do Uso do Solo

O solo é em parte originário de arenitos, silitos, argilitos da formação Rosário do Sul e outra parte, de sedimentos do quaternário, com camadas de podzólico vermelho escuro e vermelho amarelo, em diferentes fases de declive e degradação, perfazendo 43% da área e plitosolos, solos grey, areia quartzosas hidromórficas, perfazendo os 57% restantes.

Segundo a classificação da capacidade de uso do solo foram encontrados 88% da área na classe C com terras aptas para culturas anuais, 5% na classe com terras aptas para fruticultura, 6% das terras aptas para silvicultura, 1% de reserva permanente. Nos períodos de inverno, 60% a 70% da área fica alagada com as chuvas, o que levou à preparação dessa área para o cultivo do arroz.

O clima no verão é quente e úmido e no inverno é variável em termos de temperatura, porém sempre úmido.

A vegetação nativa é diversificada com algumas arvores de madeira de lei, mas na sua grande maioria é habitada por maricá.

3. População

A população é formada por 33 famílias, e entre adultos e crianças são cem pessoas ao todo.

4. Infraestrutura Habitacional, Social e de Lazer

A cooperativa tem 33 famílias que já construíram suas casa de alvenaria medindo em media 70 m2, umas próximas às outras formando um núcleo habitacional.

Neste habitat concentrado a cooperativa possui no seu, uma construção que abriga uma sede social, com bocha e jogos de mesa e é também onde são realizadas as festas internas. Ainda existe uma área externa ao núcleo, que integra o conjunto com um campo de futebol.

- Educação

A cooperativa tem uma creche com o objetivo de liberar a mão de obra dos pais, deixando-os mais tranqüilos para trabalhar.

A educação das crianças do assentamento é em parte desenvolvida na escola municipal que atende até a quarta serie, porém o método de ensino é convencional, pois a administração publica municipal até o momento não aceitou

usar o método do Movimento Rural Sem Terra, ao contrário de outros assentamentos.

A outra alternativa é a escola estadual Nova Sociedade que fica no assentamento da Itapuí, que é vizinho e onde muitos das crianças vão estudar, pois a escola além de ter até a oitava série, ela trabalha com o método de ensino do MST.

- Saúde

O atendimento da saúde é realizado através do Sistema Único de Saúde (SUS) com sede do município, onde funciona um posto de saúde 24 horas. Atualmente tem também um trabalho em andamento na área de saúde preventiva.

- Religião

A religião dos associados da cooperativa é a católica e nas dependências da cooperativa moram os freis Franciscanos, funcionando uma extensão de seminário Sulriograndense (Grande Porto Alegre).

5. A Produção

- Atividades Produtivas

As principais linhas de produção da COOPAN são o arroz, leite, aves, suínos, cabendo destacar a produção de suínos, os quais são abatidos no próprio abatedor da cooperativa, e desta forma agregando mais valor ao produto.

Também são cultivados produtos voltados para a subsistência dos assentados, os quais são produzidos de forma totalmente ecológica.

Finalmente, cabe salientar projeto em parceria com a Thonart e a UFSM, e um projeto de pesquisa e reflorestamento com plátanos.

- Divisão Social do Trabalho

A cooperativa organiza seus trabalhadores em setores responsáveis pela produção de cada um dos produtos. Assim, tem-se o da lavoura, os dos animais, os suinos, as aves, o da agroindústria, o setor de construção, e o da administração.

Atualmente a cooperativa possui 42 sócios, formado pelos pais e mais alguns adultos, os quais tem uma função especifica com a finalidade de melhor aproveitar e qualificar a mão de obra.

4.4. A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (COPAVI): Breve Histórico, Características Geográficas, Sociais e Econômicas.

A. Breve Histórico da COPAVI

No dia 19 de janeiro de 1993, a antiga Fazenda Santa Maria, com uma área de 106 alqueires, situada no município de Paranacity no Estado do Paraná, foi ocupada por 25 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A ocupação ocorreu depois do grupo permanecer acampado por mais de 2 anos e lutando junto ao governo para ter acesso a terra.

As famílias que conquistaram a terra e formaram o Assentamento Santa Maria, desde o princípio optaram por desenvolver suas atividades produtivas de forma coletiva e comunitária e, para isso, no dia 10 de julho de 1993 fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (COPAVI), legalizando esse anseio.

A cooperativa foi constituída com a participação de todos os assentados com mais de 18 anos de idade. A forma de funcionamento desenvolvida por eles está calcada num fórum comum de deliberação. Os cooperados se reúnem numa assembléia geral, onde ocorrem as discussões e decisões coletivas sobre como vão funcionar, principalmente escolhendo as atividades produtivas que serão desenvolvidas, decidem sobre a divisão de trabalho a ser adotada para a realização de tais atividades e sobre a organização da área administrativa, responsável por

todas as anotações necessárias para o ajuste de contas entre eles e também pelo gerenciamento do caixa.

Para facilitar o entendimento do plano anual a ser executado, montam um *organograma* geral da cooperativa representado pelas atividades, delineando assim o rumo do Assentamento.

A partir dos encaminhamentos das questões mais gerais, elege-se o Conselho Deliberativo, constituído pelas pessoas designadas para resolver e encaminhar os problemas que surgem no dia a dia em decorrência da execução das atividades produtivas, como em qualquer empresa.

O Conselho Deliberativo é formado pelos coordenadores dos setores produtivos, que é onde são executadas as decisões tomadas pela assembléia, e é onde se realizam os trabalhos.

Outra instância se refere aos coordenadores dos Núcleos de Famílias - que é formado pelas mesmas pessoas que fazem parte dos setores produtivos, de trabalho, mas aqui o enfoque é o das famílias. Por isso, esse outro núcleo, de natureza familiar, acaba mesclando diversos setores, e são discutidas as questões mais políticas e sociais que irão subsidiar as decisões que serão tomadas pela Assembléia Geral. Pode-se dizer que é nesse espaço que surgem as questões consideradas importantes, as quais são encaminhadas para a assembléia.

Nesse tipo de organização a idéia é garantir a participação de todos os assentados, inclusive dos menores que não são sócios da cooperativa, tornando o processo mais democrático. Cabe lembrar que os coordenadores dos núcleos e setores são eleitos ou reeleitos pelas e entre as pessoas que o compõem.

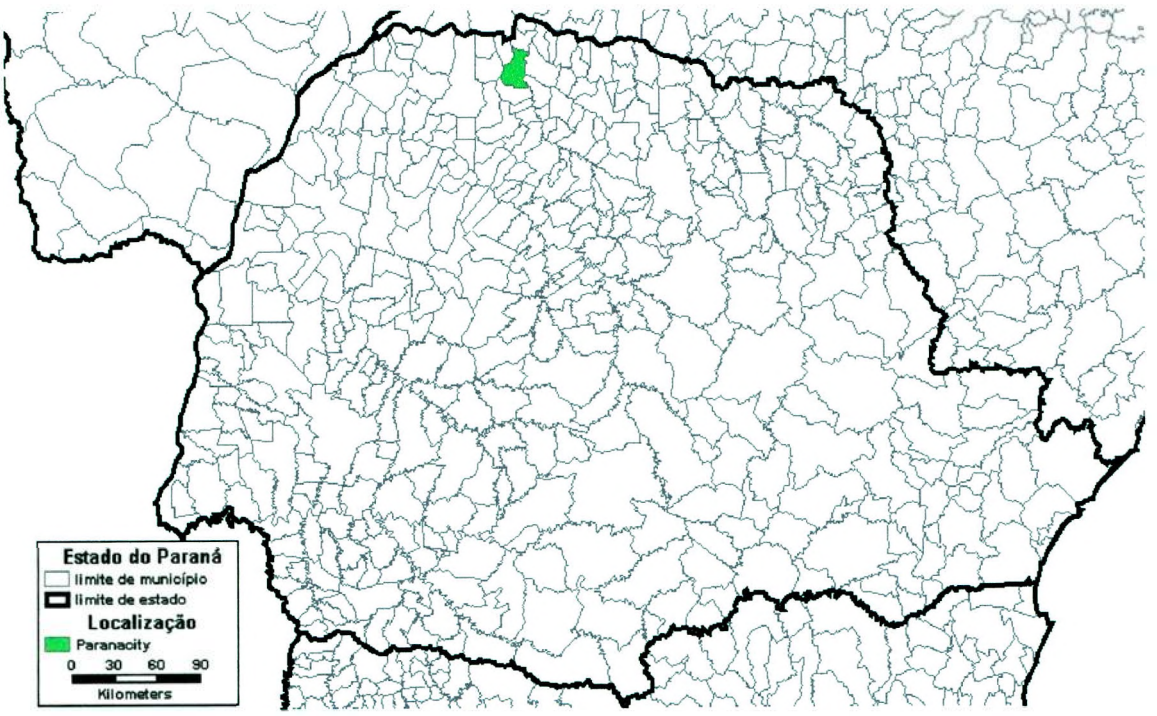
B. Características Geográficas

1. Localização

O assentamento localiza-se no Município de Paranacity, na Micro região Homogênea de Paranavaí, que por sua vez fica na Região Noroeste do Estado do

Paraná e também na Região Sul do Brasil. A distância entre Paranacity e a capital do estado, Curitiba, é de aproximadamente 550 quilômetros. O itinerário de acesso ao assentamento é: partindo da sede do município de Paranacity, caminha-se cerca de 500 m pela rodovia PR 464 em direção ao município de Inajá, o assentamento fica bem próximo e faz divisa com o perímetro urbano (FIGURA 28).

FIGURA 28. Localização do município de Paranacity.



Fonte: Elaborado pelo autor

2. Aspectos do Meio Ambiente e Capacidade de Uso do Solo.

O solo é predominantemente arenoso, altamente suscetível à erosão hídrica (concentrada e em lençol), e apresenta formação originária do Arenito Caiuá. A classificação do solo, mostrou que 66,3% da área é formada por Latossolo Vermelho Escuro Distrófico, a seguir a Areia Quartzosa em duas manchas ocupa 13,7% e 4,12% da área respectivamente, e finalmente os Podzólico Vermelho

Escuro Distrófico e o Podzólico Vermelho Escuro Abrúpto Distrófico ocupam 8,75% e 7,13% da área, respectivamente.

O clima, segundo a classificação de Koeppen é do tipo Subtropical Mesotérmico Úmido, apresentando estiagem no inverno e verão chuvoso. A temperatura no inverno varia entre 5 a 22 graus e no verão entre 25 e 33 graus. A precipitação média anual é de 1443 mm. A altitude é 438 metros em relação ao nível do mar.

3. População

O assentamento possui 72 pessoas, sendo 40 (56%) do sexo masculino e 32 (44%) do sexo feminino. Segundo a faixa etária, tem-se 28 pessoas de 0 a 14 anos, 17 pessoas de 14 a 30 anos, e finalmente 27 pessoas com idade acima de 30 anos.

4. Infraestrutura Habitacional, Social e de Lazer

O assentamento também optou por construir as casas próximas umas das outras, formando uma agrovila. As casas são de alvenaria de acabamento simples e são ligadas a rede de energia elétrica e também são abastecidas com água encanada.

- Educação

Existem 28 pessoas de 0 a 14 anos e todas estão estudando, sendo que as crianças até 04 anos vão à creche municipal e as outras estudam em escola que tem do curso básico até o grau de ensino fundamental. Também tem 11 pessoas de 14 a 30 anos que estudam, sendo que 6 fazem curso de nível médio, e 5 estão fazendo curso superior . Ainda, tem 12 pessoas acima de 30 anos que estão estudando, sendo que uma faz curso superior, mais uma faz supletivo do ensino fundamental, 6 cursam o ensino de nível médio e 4 estão fazendo supletivo de 1º grau.

- Saúde

As famílias da Copavi utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS) e não existe outro tipo de convênio de saúde para atendimento dos cooperados. Observa-se que *não existe* dentro do assentamento problemas de doenças como diarréia, desnutrição, desidratação, etc. e imputa-se essa característica ao padrão de alimentação considerado bom, associado à utilização de técnicas voltada ao saneamento básico do assentamento. Nesse sentido, a Cooperativa possui um refeitório comunitário onde são servidos diariamente em torno de 110 refeições, entre café da manhã e almoço , isso de segunda a sexta-feira, e ainda existe uma pequena farmácia com ervas medicinais no assentamento que trata as questões mais simples de saúde que venha a ocorrer.

- Religião

A religião de 19 famílias é a católica e uma é luterana. Não há nenhum tipo de interferência por parte do coletivo em relação à religiosidade das famílias, cada qual acompanha a religião que melhor lhe convier. Pela proximidade com a cidade, as pessoas participam da vida religiosa na igreja matriz, não havendo cultos ou missas no próprio assentamento. Porém, caso algum núcleo de família decida por realizar novenas ou outras celebrações religiosas, nada os impede.

5. Produção

- Atividades Produtivas

A comunidade local do município a princípio ficou bastante apreensiva com a presença dos Sem Terra, mas atualmente demonstra um grande apoio e apreço por eles, ao verificarem que realmente a Reforma Agrária é uma necessidade social para o desenvolvimento econômico da maior parte da população brasileira

- Divisão Social do Trabalho

O trabalho é dividido da seguinte maneira, uma vez resolvido o que, quanto e quando vai ser cultivado ou criado, o que se consubstancia em um plano anual de atividades, então estabelecem-se os *grupos* que irão trabalhar em cada uma das linhas de produção. Ai, para cada um dos grupos é eleito um coordenador que é responsável pelo andamento da atividade produtiva segundo o planejado. Os coordenadores dos grupos de trabalho voltados à produção agropecuária relacionam-se também com a administração da cooperativa, que é responsável pela compra dos insumos em geral, necessários à produção e também pela venda dos produtos gerados pela cooperativa no mercado local e regional (também se faz entrega de produtos porta a porta).

- A Produção

Atualmente o assentamento desenvolve diversas atividades produtivas sendo a mais importante à linha de produção de leite e derivados – que produz mensalmente em torno de 24 mil litros de leite, o qual é pasteurizado e parte é vendido em saquinhos no mercado local e regional (inclusive entrega a domicílio) e outra parte é transformado em doce de leite, queijos e logurte. Essa produção é realizada no Mini-Laticinio construído no assentamento com capacidade diária de transformação e armazenamento de 3 mil litros de leite .

A outra linha de produção é de frangos, suínos e derivados - com uma produção média mensal de 500 quilos de frango limpo e 350 quilos de suínos. Para execução dessas atividades o assentamento possui um aviário, uma pocilga e também um Mini-Abatedouro. A produção obtida é voltada especificamente para o consumo das famílias do assentamento e não com fins comerciais .

Outra linha de produção refere-se à cana e derivados, que produz mensalmente em torno de 1.100 quilos de melado, 300 quilos de rapadura e 2 mil quilos de açúcar mascavo. Essa atividade já está em pleno desenvolvimento, inclusive já foi obtida a licença de produção, podendo comercializar os produtos

descritos dentro da legalidade, o que com o tempo permitirá aumentar a produção, uma vez que a capacidade instalada comporta triplicar o nível de produção atual .

Ainda, existe uma indústria de beneficiamento e secagem de frutas. Essa unidade já está em funcionamento e produz mensalmente 1.300kg de banana passa. A maquinaria instalada nessa indústria permite trabalhar com outras frutas e legumes, os quais podem ser tanto desidratados como transformados em outros tipos de doces. Cabe salientar o aspecto ligado a sustentabilidade dessa linha de produção do ponto de vista energético, pois 70% da energia utilizada é de origem solar. Essa tecnologia foi desenvolvida através de uma parceria da COPAVI/MST com a Universidade Estadual de Maringá e a Universidade da Catalunha – Espanha. O projeto recebeu o Prêmio Internacional de Inovação Tecnológica, concedido pela Associação dos Engenheiros da Espanha, no ano de 2000, pois associou energia renovável, com gestão democrática e desenvolvimento regional.

Outra linha de produção é a de hortaliças e legumes, atividade desenvolvida numa área de 1,5 alqueires aproximadamente e produz mensalmente em torno de 8.600kg de diversos destes produtos.

Os cooperados por entenderem que respeitar a natureza é fundamental para a saúde humana, procuraram desenvolver suas atividades da forma mais aproximadas aos sistemas naturais e, conseqüentemente, menos nociva ao meio ambiente, o que levou a optar por desenvolver as atividades de produção de cana e frutas de forma totalmente orgânicas, dentro de um sistema agro-ecológico de produção, isto é, sem utilizar agrotóxico.

Além das atividades produtivas já descritas, também são produzidas anualmente em torno de 300 toneladas de mandioca com fins comerciais, 650 toneladas de silagem de inverno para alimentação animal e por fim utiliza-se cultivar 30 alqueires (30%) da área anualmente com adubação verde (mucuna preta, feijão guandu, etc.), de tal maneira que a cada três anos toda a terra é adubada dessa forma, visando à recuperação do solo.

4.5. Aspectos Econômicos das Duas Cooperativas e a Aplicação da Nova Metodologia

A seguir serão mostrados os resultados obtidos pelos camponeses com a utilização das informações de mercado, associada à nova técnica de gestão com ênfase no caixa.

Esse conhecimento foi passado para os assentados através de aulas expositivas, em que se deu a difusão teórica do assunto abordado como um todo, também foi realizado um treinamento específico para capacitá-los na utilização do software ACANT, e finalmente, foi realizada, pelos próprios assentados, pesquisas junto ao mercado local.

O método aplicado desde 1996 em cooperativas da CONCRAB vem sendo utilizado até os dias de hoje, gerando resultados. Para efeito desse trabalho, foram escolhidas as duas cooperativas já comentadas, que terão seus dados analisados durante três anos, para a COOPAN (1996/1997 a 1998/1999) e dois anos para a COPAVI (1997/1998 a 1998/1999), ou seja, duas ou três safras, que é o período considerado suficiente para que ocorra o processo de aprendizagem planejada por parte dos assentados, a qual inclui um amplo uso da administração por objetivos (ANSOFF, 1998).

A. A Aplicação da Metodologia nas Duas Cooperativas

Esta nova metodologia de trabalho, visando avaliar a variação de riqueza dos agricultores familiares, foi desenvolvida e aplicada nos setores agrícolas e não agrícola. Para efeito deste trabalho, o objetivo foi mostrar o cumprimento de uma agenda mínima, entendendo-se como um primeiro passo no sentido de paulatinamente implantar essa tecnologia, que a seguir será apresentada através dos resultados decorrentes desta nova forma de gestão do negócio agrícola, em duas cooperativas, as quais foram acompanhadas, tomando como ciclo as safras agrícolas anuais. As cooperativas acompanhadas são denominadas como vimos:

Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda (COOPAN) e Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (COPAVI).

Na COOPAN as atividades desenvolvidas que geram produtos para serem vendidos no mercado são: suínos, aves de corte, ovos, bovinos de corte, leite, queijo, terneiros, mel, arroz convencional e pré-germinado, melão, horta e pepino.

Na COPAVI as atividades desenvolvidas que geram produtos voltados para o mercado são: suínos, aves de corte, ovos, bovinos de corte, leite, cavalos, verduras, mandioca, banana, derivados de cana, erva-mate, laranja, guandu, café, feijão.

As duas cooperativas utilizam-se de crédito para custeio e investimento e possuem benfeitorias, veículos, máquinas e equipamentos. Muitas vezes recebem receitas advindas da prestação de serviços, seja pelo transporte de mercadorias ou pessoas, ou ainda pela prestação de serviços através da operação com máquinas e equipamentos em lavouras dos próprios cooperados, ou mesmo para não cooperados. Todas as famílias possuem casa própria e têm algum tipo de acesso à educação e saúde.

Inicialmente, a necessidade de se buscar um novo método decorreu das dificuldades encontradas na implantação da contabilidade clássica, programa que já estava em andamento há vários anos sem obter bons resultados.

Os principais problemas diagnosticados em relação ao programa de contabilidade residiam na dificuldade do cooperado em entender a terminologia aplicada, o que redundava numa certa distância entre a contabilidade e a produção. Isto levou ao não aproveitamento das informações geradas pelos cooperados, no sentido de subsidiar as decisões gerenciais ligadas ao dia-a-dia da cooperativa, ficando o material criado pela contabilidade voltado mais para atender os aspectos fiscais e tributários exigidos por lei. Geralmente, os relatórios apresentados referiam-se a dois ou três meses passados, nunca tratando do mês em andamento.

O balanço apresentado em abril ou maio de determinado ano tinha como referência o ano anterior, o que significava uma visão apenas do que já havia acontecido, ou seja, sobre fatos ocorridos há um certo tempo, além do que era

hábito se usar o ano gregoriano, isto é, de janeiro a dezembro, e não o ano agrícola, vigente no campo, que vai de julho de um ano até junho do ano seguinte.

Estas foram as principais razões que fizeram com que as duas cooperativas buscassem novas formas de desenvolvimento da administração do seu negócio.

B. A Aplicação do Método de Organização do Negócio Agrícola Propriamente Dito

- Primeiro Passo

A princípio, como "...as pessoas e a organização provavelmente estão mais preocupadas em trabalhar do que produzir resultados" (CHIAVENATO, 1998), é que nos levou a iniciar esse novo processo; primeiramente realizou-se um encontro com os cooperados, quando construiu-se um *plano de contas* em que foram dados nomes às contas de entrada e saída de caixa, segundo a estrutura citada anteriormente: nomearam-se os produtos e serviços existentes na cooperativa, salientando-se que os nomes dados seriam aqueles utilizados correntemente no dia-a-dia. Para exemplificar este aspecto, o qual permite criar uma forma de representação para cada situação específica, ou seja, para cada local, vale observar que a COOPAN resolveu diferenciar o arroz convencional do pré-germinado, pois esse último tratava-se de uma inovação tecnológica que estava sendo experimentada e portanto os assentados queriam avaliar seus resultados econômicos.

Saliente-se que a estrutura é comum a todas as cooperativas, em todos os lugares: produtos e serviços, investimento em capital fixo, movimentação financeira e relação da cooperativa com o cooperado. Dentro de cada uma dessas categorias os nomes das contas são personalizados, ou seja, o investimento em capital será denominado conforme o tipo de investimento que irá ocorrer na prática, como a construção de um galpão de frangos, a aquisição de trator, etc.

Já a categoria movimentação financeira receberá contas com nomes que irão representar a fonte de crédito ou do banco com o qual a cooperativa mantém relação financeira, como por exemplo, Pronaf, BNDES, etc.

Finalmente, a categoria relação da cooperativa com o cooperado deve ser nomeada com o próprio nome do cooperado.

O importante é que, uma vez explicado o conceito, é o próprio cooperado quem constrói o plano de contas através da colocação dos nomes que melhor representem as entradas e saídas do caixa de sua cooperativa.

- Segundo Passo

Uma vez construído o Plano de Contas, começa o processo de planejamento do ano agrícola que está iniciando. Esta nova etapa tem como período ideal para sua construção o mês de julho, pois é nesse momento que são planejadas as atividades produtivas a serem desenvolvidas. No plano de contas, já esboçado, serão lançadas todas as entradas e saídas de caixa decorrentes das atividades que serão realizadas no ano.

Como cada produto, ou grupo de produtos, tem seu próprio grupo de trabalho, por exemplo, cereais, leite, granja, etc, fica mais fácil desenvolver estas atividades nos grupos de trabalho. Concluído o processo de planejamento nestes grupos de trabalho, em que uma parte importante do resultado deste esforço de planejamento são as entradas e saídas de caixa projetadas para cada produto, tem-se uma noção quantificada do que ocorrerá ao longo do ano agrícola em andamento.

Essas informações recebidas em conjunto comporão o material que possibilitará aos cooperados a deliberação democrática sobre o que será executado e o que não deverá ser levado adiante. Uma vez tomadas as decisões, o material produzido é firmado como o plano de produção do ano agrícola que se inicia e, portanto, como novo contrato de produção entre os cooperados, em que os valores de entrada e saída de caixa tornam-se as metas ou objetivos a serem alcançados.

Aqui, a base teórica é a administração por objetivos, onde segundo Chiavenato (1998), "...se um objetivo não pode ser medido, seus resultados não podem ser conhecidos e se um objetivo não pode ser controlado, o ato de atingi-lo não pode ser avaliado. É exatamente a mensuração e o controle que causam as

maiores dificuldades de implantação da Administração por Objetivos, pois se não puder ser medido o resultado, é melhor esquecer o assunto".

Uma vez conhecidos e quantificados os objetivos, a execução do plano tem sua base nos próprios grupos de trabalho especializados por produtos ou grupos de produtos. Desta maneira, democratiza-se a decisão e profissionaliza-se a gestão.

- Terceiro Passo

Neste ponto, é hora de se fazer uso do sistema computadorizado ACANT, que facilitará sobremaneira todas as tarefas. Inicialmente, digita-se o plano de contas e depois lançam-se os valores projetados mês a mês de entrada e saída de caixa, os quais constituem-se nas metas a serem alcançadas.

A seguir, escolhe-se uma conta bancária para ser utilizada junto ao sistema informatizado e lança-se o saldo inicial desta cooperativa *no* ACANT. Depois o livro caixa passa a ser *o* próprio extrato bancário, isto é, os lançamentos a serem realizados no computador são aqueles do extrato da conta corrente e isso de tal maneira que o saldo virtual que aparece no computador deverá coincidir com o saldo real na conta corrente do banco, garantindo dessa maneira a equalização entre o saldo virtual e o real .

Esse aspecto é fundamental, pois daí em diante, na prática, o banco funciona como um auditor externo das contas da cooperativa, garantindo uma gestão profissional do financeiro, evitando dissabores muito comuns entre os cooperados sobre a lisura no uso do dinheiro coletivo.

- Quarto passo

Segundo Kotler (1999) "...mesmo os melhores planos estão sujeitos aos caprichos da natureza e dos homens. Portanto, não é suficiente desenvolver planos. Os planos não se cumprem por si sós. É necessário tomar providências para

acompanhar os resultados dos esforços da Cooperativa e fazer ajustes quando parecerem justificados. O planejamento deve ser igualado pelo controle".[25]

Por isso, o acompanhamento e o controle do processo se darão em uma periodicidade mensal, quando sempre se comparará o realizado com o projetado através de um relatório que o sistema oferece, em que é calculado o quanto da meta foi percentualmente atingida ou não. Isto permitirá a rápida detecção do que fugiu dos objetivos iniciais, promovendo não só uma avaliação das razões que levaram a tais resultados, bem como transparecendo as medidas necessárias para que os desvios sejam corrigidos, a tempo de se evitar um custo mais alto ao caixa da cooperativa. Esse processo de avaliação, com exceção do relatório (Anexo 2) é realizado oralmente o que é próprio da tradição do camponês, muitas vezes são rememorizados os processos produtivos, onde a ocorrência de problemas climáticos, pragas, doenças ou mesmo uma boa chuva se transforma na explicação do resultado bom ou ruim, socializando as vivências entre os diversos grupos de trabalho.

4.6. Os Resultados Obtidos pelas Duas Cooperativas

A. Os Lançamentos de Caixa

No caso da COOPAN, os resultados apresentados são decorrentes de aproximadamente 4300 lançamentos no caixa, e para COPAVI, foram em torno de 8500 lançamentos. Por lançamento entende-se aqui um fato contábil que está associado a uma entrada ou saída de dinheiro do caixa da cooperativa. O número de lançamentos mostra a importância de se dar tratamento computadorizado a essas informações, pois seria inviável tratá-las manualmente.

[25] Os destaques são nossos.

B. A Análise do Setor Produtivo

A análise do setor produtivo está calcada na visão que o sistema propicia sobre as entradas e saídas de caixa referentes aos produtos e serviços próprios da cooperativa, e que são nomeados na construção do plano de contas. Estes, por sua vez, constituem-se dentro da visão estratégica de aplicação do método no primeiro objetivo a ser alcançado, o qual é denominado de "agenda mínima", e que deverá ser cumprida pelo assentado.

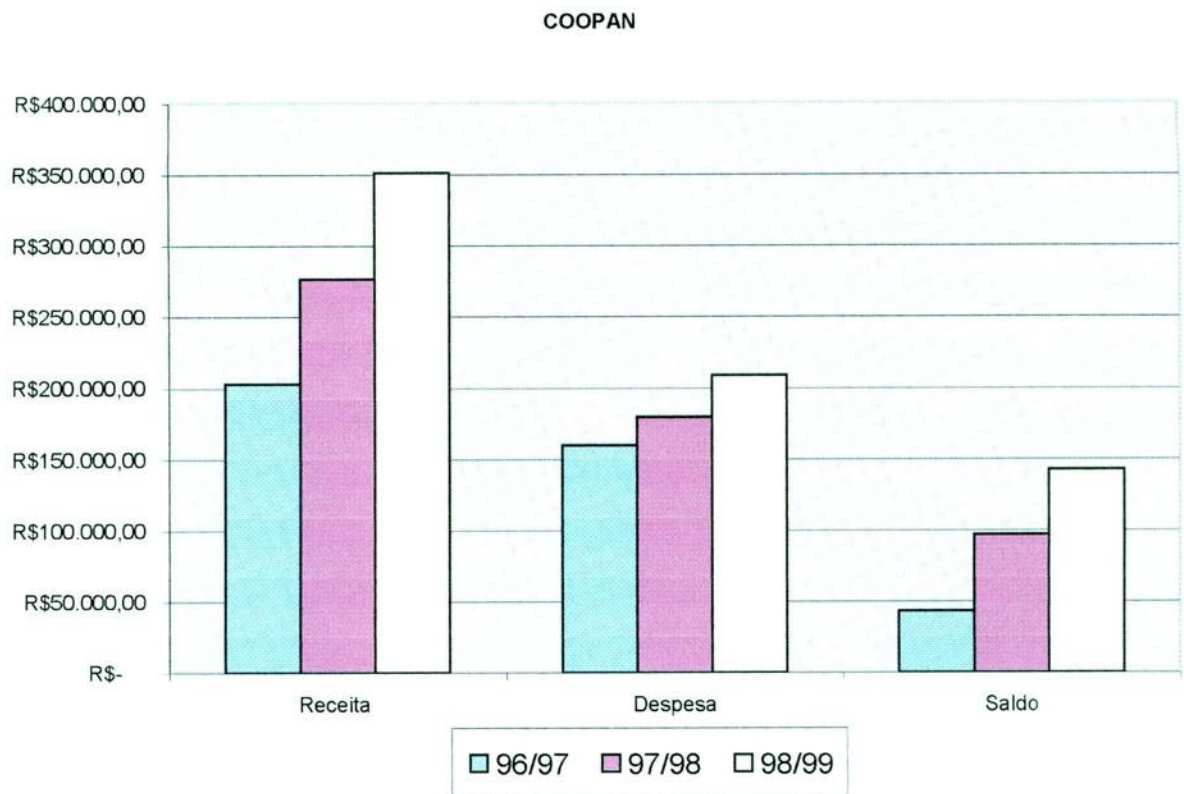
Em outras palavras, o que se espera ao aplicar o método é que seja priorizada a obtenção das informações que permitirão a análise do setor produtivo, a partir de sua capacidade de gerar caixa; depois, se buscará alcançar outros objetivos importantes, para se avançar no conhecimento sobre o negócio em que o assentado está inserido.

Nesse caso, não interessa saber outras informações em detrimento de um acompanhamento sistemático do caixa, pois o caixa tem função vital para a cooperativa, e, caso deixe de funcionar, dada sua importância perante os outros indicadores, levará o negócio à falência.

C. Entradas e Saídas de Caixa - Evolução do Saldo de Caixa Produtivo

A COOPAN apresentou, durante os três anos agrícolas de implantação do novo método de planejamento, acompanhamento e controle, um contínuo crescimento de suas receitas: 202 mil, 276 mil e 351 mil reais e também de suas despesas, 159 mil, 179 mil e 208 mil reais e sucessivos aumentos nos saldos, 42 mil, 96 mil e 142 mil reais. Observou-se que o crescimento da receita foi maior que a despesa, por isso o saldo se ampliou ao longo do período (FIGURA 29).

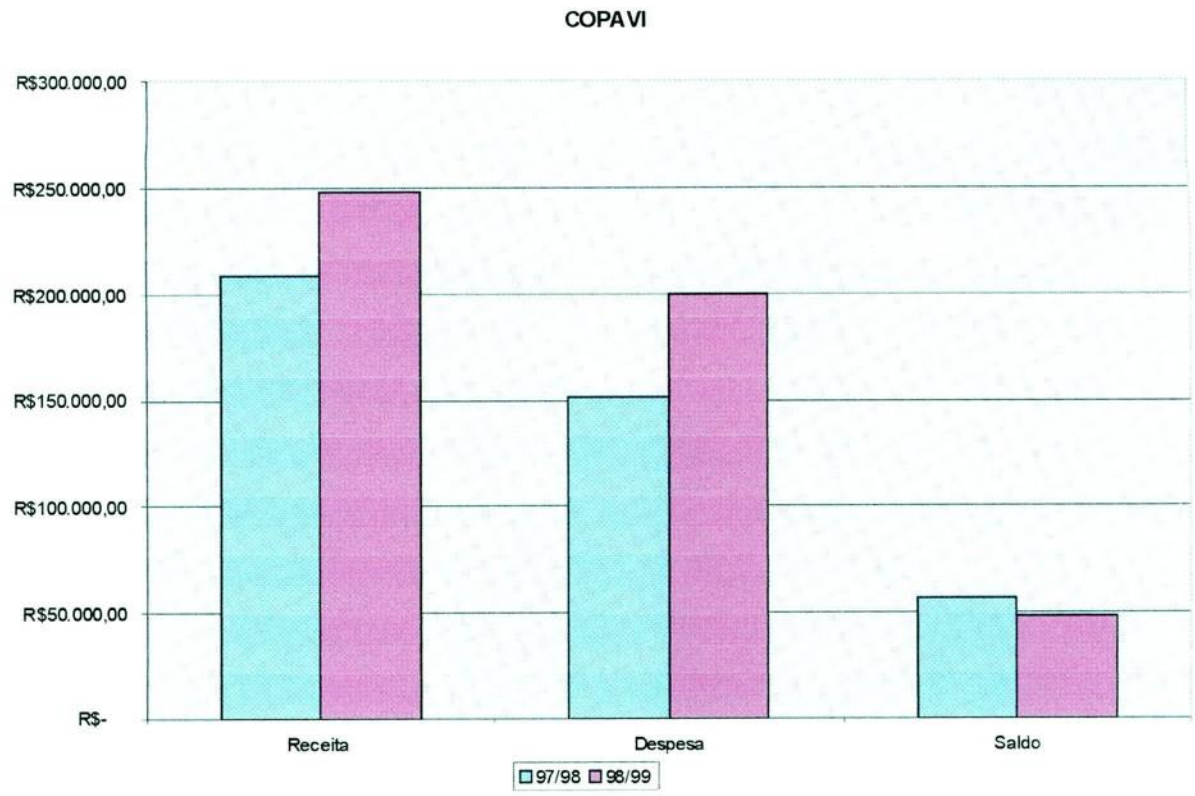
FIGURA 29. Entradas e Saídas de Caixa da COOPAN



Fonte: Pesquisa de campo

A COPAVI apresentou, durante os dois anos agrícolas de implantação do novo método de planejamento, acompanhamento e controle, contínuo crescimento de suas receitas: 208 mil e 248 mil; de suas despesas: 151 mil e 200 mil reais e saldos: 56 mil e 48 mil reais. Observou-se que o crescimento da receita foi menor que o da despesa, daí porque o saldo diminuiu um pouco ao longo dos dois anos (FIGURA 30) abaixo.

FIGURA 30. Entradas e saídas de caixa da COPAVI



Fonte: Pesquisa de campo

D. Faturamento Produtivo por Família

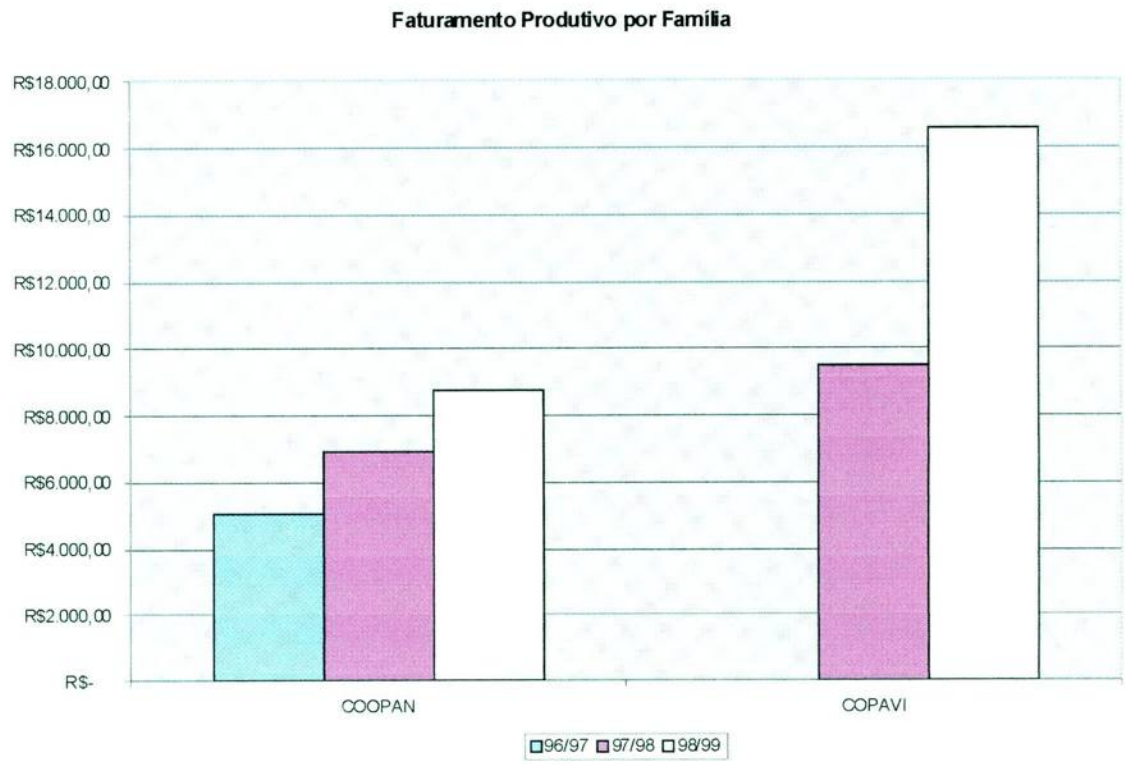
Como foi visto no tópico anterior, os gráficos nos apresentaram em números, uma visão de síntese de todo o negócio, e sua importância reside na sua utilidade em termos financeiros, pois a prioridade número um é a criação de um capital de giro que evite, ou minimize, o pagamento de despesas financeiras e, assim, garanta a liquidez da cooperativa.

Vale salientar que é fundamental não se perder de vista a perspectiva social, principal objetivo a ser alcançado com a aplicação do presente método. Sobre este aspecto, cabe lembrar que a família do assentado é a base de um tipo de agricultura

a qual, ao longo da história, tem mostrado alta capacidade de se adaptar aos mais diferentes contextos. E como não poderia deixar de ser, aqui também verifica-se o mesmo resultado, se for observada a evolução do faturamento produtivo por família.

Como foi possível observar, a COOPAN apresentou uma evolução do faturamento produtivo por família de pouco mais de 5 mil reais em 96/97, para quase 7 mil reais em 97/98 e cerca de 9 mil reais em 98/99. Já a COPAVI obteve valores próximos de 9,5 mil reais em 97/98 e 16, 5 mil reais em 98/99, sendo que estes resultados são de apenas dois anos (FIGURA 31).

FIGURA 31. Faturamento produtivo por família.



Fonte: Pesquisa de campo

4.7. Considerações sobre a Aplicação do Método

Os resultados econômicos obtidos mostraram uma melhora visível na apropriação de renda pelas famílias envolvidas. A metodologia de organização do negócio agrícola, em que se aquilatou o mercado para se conhecer a escala de produção mais adequada e aplicou os conceitos da administração por objetivos *através* da utilização do software ACANT, propiciou as condições para a geração de informações que foi a base para o desenvolvimento da gestão do negócio.

A substituição do instrumental clássico da contabilidade por um mais simples se baseou na necessidade de gerar uma informação que pudesse ser entendida com facilidade por todos os cooperados, propiciando a oportunidade de se democratizar as decisões sobre o que deve ser realizado pela cooperativa e, ao mesmo tempo, criasse as condições mínimas para permitir a profissionalização da gestão do negócio.

Por outro lado, a ida até o mercado local permitiu conhecer uma parte do processo produtivo que até então era desconhecida, e, uma vez equacionado esse elo da cadeia, permitiu desenvolver novas estratégias e táticas visando aumentar a apropriação de renda e concomitantemente gerar mais emprego.

Assim, o conhecimento gerado ao longo dos anos agrícolas em que se realizou esse acompanhamento das cooperativas, mostrou quais os produtos e serviços são responsáveis pela geração do maior saldo caixa e, também, quais os que não conseguiram gerar saldo.

Essa observação sobre *o* caixa levou os cooperados a tomarem decisão em dois sentidos; primeiro eleger os principais produtos do ponto de vista de aumentar o saldo de caixa.

Desta maneira, chegou-se a uma diversificação menor dos produtos voltados para o mercado e, por outro lado diversificou-se também com o intuito de se produzir apenas para a subsistência.

A venda dos produtos, principalmente no mercado local, mostraram perspectivas de preço mais favoráveis e estáveis, contribuindo para a melhora do desempenho das cooperativas, como observado nos resultados obtidos.

O outro observado, foi o da agro-industrialização, onde através do processamento dos produtos, principalmente os de origem animal, buscou-se o aumento do saldo de caixa; Acrescente-se que foi esta estratégia adotada que propiciou o maior aumento do faturamento bruto por família. Entretanto, cabe *salientar* que nesse caso a cooperativa também passa a comprar a produção primária (suínos e bovinos) de outros produtores, o que permite um crescimento produtivo bem mais acelerado, pois praticamente os cooperados afastaram-se dos tempos de produção apenas subordinados à natureza, e que sempre implicam uma dinâmica de crescimento mais lento, quando comparada a dos processos exclusivamente industriais.

Enfim, esses resultados mostram a necessidade do cooperado deixar de dar importância a apenas aquilo que é visível no seu trabalho do campo, caso de tratores, colhedoras, adubos, etc, e passe a valorizar a informação como um insumo fundamental à condução do processo produtivo.

Enfim, atualmente há necessidade de um reordenamento dos processos produtivos, bem como de sua condução. Enquanto na Segunda Revolução Industrial, aspectos como ganhos de escala eram fundamentais à garantia do crescimento dos empreendimentos, na chamada Terceira Revolução Industrial, o tamanho passa a não significar mais a garantia de sucesso; pelo contrário, pode ser antes uma estrutura física que apenas onere a produção com mais custos.

Em outras palavras, o que faz diferença não é o fato do empreendimento ser grande e sim, mesmo sendo pequeno, possua uma grande estratégia aliada a menor estrutura, que permita gerar informação constantemente atualizada sobre suas opções frente à demanda do mercado.

Considerações Finais

Este texto foi escrito utilizando o enfoque histórico-geográfico sobre os camponeses e sua família, descrevendo as razões da luta engendrada por eles, que tem sido barrada por interesses políticos, que se movem contra a razão desse povo, que a própria sociedade e a ciência demonstram ser coerente com necessidades econômicas e sociais de todo o Brasil.

Afinal, contra a histórica falta de um lugar para esse camponês, encontra-se na sua própria memória, muitas vezes adormecida, a sua luta pela sobrevivência que equivale à sua própria razão de viver.

Nesses últimos catorze anos tenho trabalhado no desenvolvimento e na aplicação dessa nova metodologia de organização do negócio agrícola junto a diversas comunidades pelo Brasil afora e em parceria com movimentos organizados como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em particular com a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

São camponeses que se dedicam a vários tipos de agricultura e também ao extrativismo, como são também pescadores, ribeirinhos, varzeiros e povos da floresta. Andei do Rio Grande do Sul ao Maranhão, fiz a rota pelo litoral e também pelo sertão, utilizei avião, ônibus, jipe, moto, cavalo, barco, a pé, etc. Vi a floresta amazônica, o polígono das secas, a zona da mata, também passei pelo cerrado, pelo litoral e pelos pampas gaúchos, entre tantos lugares. Enfim, vi a riqueza dessa terra com a sua gente.

Percorri estado por estado, em cada um deles me encontrei com camponeses em suas comunidades, onde ficava por pouco tempo, porém pude visitá-los em várias ocasiões, o que me permitiu acompanhar as mudanças ocorridas. Quando passei dos 100 mil quilômetros de viagens parei de contá-los e isso já faz algum tempo, mas não findou a caminhada...

Ao longo dessas jornadas foi preciso dar um nome ao software que foi concebido e ia ser utilizado por eles. Entre muitas opções que surgiram, uma nos pareceu mais apropriada: ACANT - é a abreviação de Acanthaster, uma estrela do mar, que vive na maior barreira de coral do mundo, no norte da Austrália. Logo após a segunda guerra mundial, cientistas belgas, formando uma equipe multidisciplinar, foram estudá-la e perceberam que a estrela se desenvolvia destruindo os corais, ficaram alarmados e resolveram eliminá-las com métodos mecânicos, isto é, quebrando-as com uma lança de ponta de metal. Voltaram meses depois para verificar o que tinha ocorrido e se surpreenderam, pois de cada pedacinho tinha crescido um novo Acanthaster.

De maneira semelhante, nos dias de hoje, a globalização tem batido nas pessoas e em particular nos camponeses, através do seu vetor financeiro, que, como tentáculos, chegam até os mais distantes rincões. Utilizam sua força de mercado para se favorecerem nas trocas monetárias desiguais gerando crescente dependência via endividamento, e drenando, assim, a renda camponesa da terra.

A idéia do ACANT é primeiramente denunciar esse mecanismo com objetividade, "on-line", para utilizar a terminologia da era da informação. Essa consciência permite florescer em cada pessoa a importância de fortalecer o espírito do grupo, muitas vezes esfacelado na labuta e induzi-los a se organizarem em torno de uma nova resposta a essa velha situação. Utiliza-se tanto o próprio conhecimento sobre o funcionamento do mercado, como as novas armas desse jogo ao qual estão submetidos.

Nesses anos todos pude observar como os princípios econômicos são assimilados pelos camponeses com facilidade, quando são expostos sem utilizar o vocabulário especializado da área econômica, contábil e administrativa. Isso, aliás, me lembra Cornélio Pires (1987), que escreveu sobre o caipira em 1921:

"Nascidos fora das cidades criados em plena natureza, infelizmente tolhidos pelo analphabetismo, agem mais pelo coração que pela cabeça. De rara intelligencia – não vae nisto exagero – são, incontestavelmente mais argutos, mais finos que os camponezes estrangeiros. Comprehendem e aprehendem com maior facilidade; facto, aliás, observado por estrangeiros que com elles têm tido occasião de privar. É facto: o caipira puxador de

enxada, com a maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, adomador, tecedor de taquaras e guembê, ou construtor de pontes. Basta-lhe "uma só" explicação bem clara, elle responderá: Se os ôtro fáis...proque não hi de fazêl...Não agaranto munto, mais vô exprementá."

Curiosamente a designação da nacionalidade desse povo se dá através da utilização da palavra "brasileiro", um substantivo próprio que possui um sufixo usado para profissões, como pedreiro, marceneiro. Quem sabe a teimosia dessa gente em continuar a viver nessa terra, à revelia de tudo e de todos, é uma espécie de ofício que requer conhecimentos especiais, e aqueles que assim continuam existindo já o fazem por profissão.

Pois, assim como escreveu Cornélio Pires, ainda hoje tenho observado que o aprendizado entre os camponeses sobre o funcionamento do mundo das mercadorias e suas leis é suficiente para compreenderem a necessidade de uma nova estratégia de inserção no negócio agrícola, visando gerar emprego e renda. Aqui se manifesta aquela plasticidade já há muito tempo existente na cultura do camponês, que tem permitido a ele e a sua família se moldarem às condições vigentes em de cada época e lugar.

A necessidade de um novo olhar sobre esse tema se faz necessário, porque em nossos dias surgiram novas contradições no capitalismo, que estão mostrando a impossibilidade de se repetir nas próximas décadas o que ocorreu ao longo do século XX. Atualmente se criou uma capacidade em nível mundial de circular a notícia, e mesmo produzi-la, renovando uma ilusão de que tudo deve continuar da forma como sempre foi, que tudo está bem e o será de forma perene, inibindo, através de um bombardeio constante da mídia, outras respostas que interfiram no atual "status quo" vigente.

Apesar disso, as pessoas têm percebido o avanço do desemprego associado a um processo irreversível de exclusão social, presente em todos os lares e famílias ou pelo mesmo num vizinho. Essa proximidade com a crise tem levado a denominar esses tempos como a era do medo ou da incerteza.

A negação da gravidade dessa realidade pelos governos e suas instituições e também pelas empresas, tem desarticulado qualquer tomada de consciência, só aumentando os riscos no caso de uma ruptura decorrente de problemas conjunturais.

Por isso recorremos ao enfoque histórico-geográfico, pois ele nos permitiu construir uma nova visão, um novo discurso, a partir dos mesmos ingredientes, em que a técnica é escolhida politicamente, constituindo as normas que comandam um mundo todo regulamentado, com traços marcantes de violência estrutural. Olhando assim, então, poderemos ver que a situação em nossos dias resulta de uma determinada forma de fazer política e não da técnica.

Essa nova abordagem permite encontrar um novo ponto de partida para o desenvolvimento do conhecimento, onde o território e sua gente passam a ser a condição básica para se discutir o futuro de uma nação. Assim, a partir das características do território, considerando a sociedade, suas atividades, suas leis, sua vida e também a sua peculiar forma de inserção na globalização, pode-se construir uma nova visão sobre o mundo em que vivemos e, principalmente, sobre o mundo que queremos viver.

Hoje em dia nota-se que há um conhecimento a partir de uma interdisciplinaridade que é determinada pelas forças hegemônicas mundiais. No Brasil, por exemplo, o sistema público voltado para a produção de ciência e tecnologia para a agricultura se interessa em trabalhar quase que exclusivamente com produtos de exportação, cultivados em propriedades modernas. Essa é a idéia central que irradia a organização do trabalho desenvolvido por esse *establishment* formado por universidades, empresas e institutos de pesquisa agropecuários. Existe toda uma ideologia destinada a manter única e exclusivamente esse funcionamento, pois aqui a globalização se impõe em nosso território para obter a eficácia do seu ponto de vista, isto é, conservando os seus interesses, que são seculares e externos à nação.

Por outro lado, existe um outro conhecimento interdisciplinar, que vem por esse novo enfoque histórico-geográfico, onde são explicados aspectos da sociedade, as diferentes formas de ação do homem como indivíduo e como grupo. Cabe ao geógrafo interpretar os resultados em uma área singular, abordando aspectos da política, da sociedade, da economia e da cultura, em um espaço que, historicamente com seus atributos, contém os homens.

Portanto, o desafio é produzir uma interdisciplinaridade a partir do espaço dado, enquanto território, em que a história se mostre reveladora, como na questão de o Brasil se inserir numa condição periférica na globalização. Isso permite que a geografia, enquanto conhecimento, nos instrumentalize a enxergar o lugar que nos é dado ou conquistado pelos e dentro dos poderes hegemônicos desse mundo globalizado e o lugar que nos é endogenamente possível em nosso próprio país. Esse enfoque cria uma nova explicação destinada a embasar a construção de uma realidade socialmente mais justa e democrática, onde o território venha a ser um bem comum apropriado em benefício da nação.

Assim, nesse estudo, através do território e de sua gente camponesa, procurou-se estabelecer um novo ponto de partida para revelar um aspecto importante da crise brasileira e apontar para possíveis caminhos voltados para a superação da mesma. Em outras palavras, o conhecimento geográfico se abre como uma janela através da qual podemos ver a alma da nação, enxergar a realidade de uma maneira diferente, constituindo-se permanentemente uma nova dimensão, uma nova perspectiva do saber.

Literatura Citada

ANSOFF, I. Do planejamento estratégico à administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1998. 271p.

BAPTISTA, D. Nas terras do "deus-dará", nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BECKER, B. K. "Os deserdados da terra". Ciência Hoje, São Paulo, v.3, n.17, mar./abr. 1985.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.: Senado, 1988.

_____. Resolução n.1, 20 de maio de 1980. Aprovado pelo Congresso Nacional, nos termos do parágrafo 2, artigo 2, do Ato complementar no. 43.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1964.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1)

CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996 – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

CHAYANOV, A.V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração, São Paulo: Makron Books, 1998. v.1, 617p.

COSTA, W. M. da . O estado e as políticas territoriais no Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 81 p. (Repensando a Geografia)

DAVID, M. B. de A. (Coord.) Relatório de andamento do projeto mão-de-obra: emprego e demanda por reforma agrária. [s.n.t.], 1998.

DORNELAS, S. M. O peixe e a rede: o migrante e o albergue no discurso dos responsáveis e funcionários da AVIM. Travessia, São Paulo, set./dez. 1997.

ÉBOLI, E. Auditoria feita pelo INCRA. Globo, Rio de Janeiro, 10 abr. 2003.

FERES, J.B. Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: Centrum voor Studie em Documentatie van Latijns Amerika, 1990. 657 p. (CEDLA Latin América Studies, 56)

FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, F. Relações da raça no Brasil: realidade e mito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FURTADO, C. Há risco de uma ingovernabilidade crescente. Jornal dos Economistas, São Paulo, p. 12-15, ago. 1997. (Entrevista).

GAUDEMAR, Jean-Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1997.

GOLDBERG, R. Agribusiness deve crescer. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 9 dez. 1990. (Caderno de Economia)

GUIMARÃES, E. A. Acumulação e crescimento da firma. Rio de Janeiro: Editora Zahar ,1981.

HOUAISS, A Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse. Rio de Janeiro: Editora Larousse, 1980. 1635 p.

INFORMATIVO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 1 de maio 2003

JONES, A da S. Lei de terras, propriedade territorial e reação latifundiária: fracasso de um projeto capitalista para a agricultura brasileira. Boletim Quinzenal Da Bolsa De Cereais De São Paulo, São Paulo, v. 34, n. 495, p. 16 -23, 14 jan. 1997.

KOTLER, P. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999. 305 p.

LAUSCHNER, R. Agribusiness, cooperativa e produtor rural. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1993. 296 p.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial, São Paulo: Atlas, 1998. 514p.

MARTINS, J. S. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3. ed. rev. aum.São Paulo: Hucitec,1991.

MARTINS, J. S. Migrações temporárias: Problema para quem? Travessia, São Paulo, n.1,1988.

MARX, K. O capital: critica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, vol. 3, t. 1, cap.10, 1984. (Os economistas)

_____. A ideologia alemã. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. A sagrada família. São Paulo: Moraes, 1987.

MORAES, A C. R. Território e história no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002. 198 p. (Geografia: Território e Realidade, 48 – Série Linha de Frente, 9).

MST. Disponível em: <www.mst.org.br.> Acesso em: 2003.

MULLER, G. Alimentação e a agricultura no Brasil: subsídios para o estudo da evolução alimentar – nutricional nas metrópoles brasileiras no período 1960/75. Cadernos CEBRAP, São Paulo, n.3, p. 1-64, 1984.

OLIVEIRA, A U. de. A geografia das lutas no campo. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 1997. 128p. (Repensando a Geografia).

OLIVEIRA, B. A. C. de C. Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa.1998. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES. 1995-1996: consumo alimentar domiciliar per capita. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

PIRES, C. Conversas ao pé do fogo. ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987. 252 p.

I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) - 1972/74. Diário Oficial da União, Brasília. dez de 1971.

II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975/79). Pronunciamento do Presidente da República na Reunião Ministerial de 10 de setembro de 1974.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para análise. Experimental, n. 2, p. 11-24, 1995.

QUINTO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS. Disponível em: <http://www.quinto.com.br/paginas/capitanias.htm> . Acesso em: 13 jun. 2003.

RAVESTEIN, E. G. (1885) The laws of migration. Journal of the Statistical Society, v. 47, June, 1980.

RELATÓRIO PIPSA/FGV. Plante que o João garante e as multinacionais colhem. Rio de Janeiro, 1979.

RICHERS, R. A quantificação da oportunidade imediata: potencial de mercado. [s. n. t.]. p. 273-395.

SHANIN, T. La clase incomoda: sociologia politica del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910 – 1925). Madrid: Alianza Editorial, 1972.

ANEXO 1

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO.

O questionário preenchido é constituído de três páginas. A primeira é sobre o Estabelecimento Comercial a ser pesquisado, a segunda página contém os dados referentes aos produtos que as Cooperativas potencialmente irão vender a esses Estabelecimentos, sendo que o preenchimento dessas duas páginas exige entrevistar a pessoa que realiza as compras para o Estabelecimento comercial, que geralmente é o proprietário ou o gerente.

A terceira e última página deve ser preenchida com os dados sobre os produtos atualmente vendidos pela concorrência para o Estabelecimento comercial pesquisado. Nesse caso não é obrigatório perguntar ao responsável, sendo possível preencher essa página verificando os produtos expostos nas prateleiras do Estabelecimento.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO (pg. 1).

Nome do Estabelecimento: escrever o nome comercial do estabelecimento. Por ex.: Mercearia São Jorge.

Endereço: escrever o nome da rua ou avenida e o número. Por ex.: Rua Quintino Bocaiúva, 89.

Nome do Entrevistado: escrever o nome do entrevistado. Por ex.: João da Silva. O entrevistado deverá ser alguém que saiba responder as perguntas sobre os produtos pesquisados.

Cargo ou Função: escrever o cargo ou função do entrevistado. Por ex.: gerente.

CEP: escrever o CEP do Estabelecimento pesquisado.

Cidade: escrever o nome cidade onde se localiza o estabelecimento pesquisado.

Data da Pesquisa: escrever o dia o mês e o ano da pesquisa. Por ex.: 19/10/98.

GPS: em alguns casos usa-se marcar a longitude e a latitude do estabelecimento utilizando um pequeno equipamento de GPS com a finalidade de traçar rotas de entrega mais econômicas.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS DEMANDADOS (pg. 2)

Nome do produto: escrever o nome do produto pesquisado. Por ex.: Leite.

Grupo do Produto: escrever o número do grupo ao qual o produto pesquisado pertence. Verifique na tabela abaixo qual é o número do grupo do produto ao qual o produto pesquisado pertence: Por ex.: escrever **1** se o produto pesquisado for feijão.

Número e Nome dos Grupos de Produtos

1.Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (arroz, feijão e outros)

2.Farinhas, Massas (macarrão, farinha de trigo, farinha de mandioca, outras)

3.Tubérculos e Raízes (batata inglesa, cenouras, outros)

4.Açucares e Derivados (açúcar refinado, açúcar cristal, outros)

5.Verduras e Legumes (tomate, cebola, alface, outros)

6.Frutas (banana, laranja, maça, outras frutas)

7.Carnes, Vísceras e Pescados (carne bovina, carne de suíno, carnes e peixes industrializados, pescados frescos e outros)

8.Aves e Ovos (frango, ovos de galinha e outros)

9.Leite e Derivados (leite pasteurizado, leite em pó, queijo prato, outros)

10.Panificados (pão francês, biscoitos e outros)

11.Óleos e Gorduras (óleo de soja, azeite de oliva)

12.Bebidas e Infusões (café moído, refrigerantes, cervejas e outros)

13.Enlatados e Conservas (sardinha em lata, azeitona, carne de boi em lata e outros)

14.Sal e Condimentos (massa de tomate, maionese, sal refinado e outros)

15.Alimentos Preparados (alimentos preparados e outros)

Embalagem: escrever o tipo de embalagem utilizado para acondicionar o produto pesquisado. Por ex.: caixa de madeira, saco plástico, caixa de papelão, sem embalagem, etc.

Quantidade: escrever a quantidade de produto que vem acondicionada na embalagem que o Estabelecimento utiliza usualmente. Por ex.: 1

Unidade: escrever o nome da unidade em que o produto pesquisado é medido na embalagem que o Estabelecimento utiliza usualmente ou a granel. Por ex.: gramas, quilos, mililitros, litros, etc.

Preço de compra: escrever o preço que o Estabelecimento paga pelo produto pesquisado. Por ex.: R$ 0,50

Volume de compra: escrever o volume que Estabelecimento compra do produto pesquisado por vez. Por ex.: 100.

Freqüência de Compra: escrever com que freqüência o Estabelecimento compra o produto pesquisado. Por ex.: diária, semanal, quinzenal, etc.

3.CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONCORRENTES (pg. 3)

Nome do produto: escrever o nome do produto que é vendido pela concorrência. Por ex.: Leite.

Grupo do Produto: escrever o número do grupo ao qual o produto da concorrência pertence. Verifique na tabela abaixo qual é o número do grupo do produto ao qual o produto pesquisado pertence: Por ex.: escrever **1** se o produto da concorrência for feijão.

Número e Nome dos Grupos de Produtos

1.Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (arroz, feijão e outros)

2.Farinhas, Massas (macarrão, farinha de trigo, farinha de mandioca, outras)

3.Tubérculos e Raízes (batata inglesa, cenouras, outros)

4.Açucares e Derivados (açúcar refinado, açúcar cristal, outros)

5.Verduras e Legumes (tomate, cebola, alface, outros)

6.Frutas (banana, laranja, maça, outras frutas)

7.Carnes, Vísceras e Pescados (carne bovina, carne de suíno, carnes e peixes industrializados, pescados frescos e outros)

8.Aves e Ovos (frango, ovos de galinha e outros)

9.Leite e Derivados (leite pasteurizado, leite em pó, queijo prato, outros)

10.Panificados (pão francês, biscoitos e outros)

11.Óleos e Gorduras (óleo de soja, azeite de oliva)

12.Bebidas e Infusões (café moído, refrigerantes, cervejas e outros)

13.Enlatados e Conservas (sardinha em lata, azeitona, carne de boi em lata e outros)

14.Sal e Condimentos (massa de tomate, maionese, sal refinado e outros)

15.Alimentos Preparados (alimentos preparados e outros)

Marca: escrever a marca do produto que atualmente é vendido ao Estabelecimento pela concorrência. Por ex.: Itambé.

Embalagem: escrever o tipo de embalagem utilizado pelo concorrente para acondicionar o produto vendido no Estabelecimento. Por ex.: caixa de madeira, saco plástico, caixa de papelão, etc.

Quantidade: escrever a quantidade de produto que vem na embalagem do concorrente. Por ex.: 1

Unidade: escrever o nome da unidade em que é medido o produto do concorrente na embalagem utilizada. Por ex.: gramas, quilos, mililitros, litros, etc.

Preço de venda: escrever o preço que o Estabelecimento vende o produto da concorrência para o consumidor. Por ex.: R$ 0,50

Cidade de origem: escrever o nome da cidade de origem do produto do concorrente. Por ex.: Ribeirão Preto.

Estado de Origem: escrever a sigla do Estado de origem do produto do concorrente. Por ex.: SP (São Paulo)

ANEXO 2
Relatório mensal sobre a COPAVI, referente ao mês de abril de 1998 e gerado pelo ACANT.

Nome da Conta	Realizado		Projetado		Meta
RECEITAS	**R$ 16.515,59**	**100%**	**R$ 14.321,00**	**100%**	**115%**
REC. LEITE	R$ 6.050,24	37%	R$ 6.500,00	45%	93%
REC. SUINOS	R$ 937,30	6%	R$ 1.500,00	10%	62%
REC. FRANGOS	R$ 2.992,40	18%	R$ 2.500,00	17%	120%
REC. DE VERDURA	R$ 1.430,10	9%	R$ 1.500,00	10%	95%
REC.MANDIOCA		0%		0%	
REC.SERVICOS	R$ 250,00	2%	R$ 300,00	2%	83%
RECEITA DE OVOS	R$ 594,30	4%	R$ 600,00	4%	99%
REC.VERD.COMPRA	R$ 521,70	3%	R$ 450,00	3%	116%
RECEITA PATRIMO	R$ 36,00	0%	R$ 36,00	0%	100%
EMPRES RECEBIDO		0%		0%	
DOACOES		0%		0%	
REEMBOLSO TELEF	R$ 78,80	0%	R$ 100,00	1%	79%
JUDITE	R$ 200,00	1%	R$ 200,00	1%	100%
BOVI DESCARTE	R$ 10,00	0%	R$ -	0%	
PROJ. BANANA		0%		0%	
PROCERA INVESTI		0%		0%	
PROCERA CUSTEIO		0%		0%	
REC DER. CANA	R$ 102,45	1%	R$ 150,00	1%	68%
VENDA ERVA	R$ -	0%	R$ 35,00	0%	0%
REC. LARANJA		0%		0%	
VENDA CAVALOS		0%		0%	
VENDA ALMOCO	R$ 25,00	0%	R$ 40,00	0%	63%
REC.GANDU		0%		0%	
REC. BANANA	R$ 465,80	3%	R$ 350,00	2%	133%
REEMB.DE GAS	R$ 121,50	1%	R$ 60,00	0%	203%
JUROS APLICACAO	R$ 2.700,00	16%	R$ -	0%	
PROC/IRR.BANANA		0%		0%	
REEM. CARNES		0%		0%	
REC.PAO		0%		0%	
DEVOL.EMPRESTIM		0%		0%	
REEMB.DESP.ROMA		0%		0%	
PROJ.PADARIA		0%		0%	
REC. DE CAFE		0%		0%	
REEMB. FRETES		0%		0%	
REC.FEIJAO		0%		0%	
GADO ABATE		0%		0%	
COTAS-PARTE		0%		0%	
DESPESAS	**R$ 15.234,48**	**100%**	**R$ 15.585,00**	**100%**	**98%**

DESP.BOVINOS	R$ 3.684,38	24%	R$ 2.550,00	16%	144%
ração	R$ 1.368,69	37%	R$ 1.300,00	51%	105%
medicamentos	R$ 104,87	3%	R$ 250,00	10%	42%
mat.limpeza	R$ 23,00	1%	R$ 50,00	2%	46%
mat.manutenção	R$ 8,00	0%	R$ 80,00	3%	10%
Desp.Inseminação	R$ 46,00	1%	R$ -	0%	
combustível	R$ 226,92	6%	R$ 180,00	7%	126%
energia eletric	R$ -	0%	R$ 80,00	3%	0%
man.equipamento	R$ 148,50	4%	R$ 200,00	8%	74%
mão de obra ter		0%		0%	
exames		0%		0%	
veterinário	R$ 100,00	3%	R$ 100,00	4%	100%
vacinas	R$ 250,00	7%	R$ 250,00	10%	100%
mat uso consumo	R$ 36,40	1%	R$ 40,00	2%	91%
Man pastagem	R$ 1.372,00	37%	R$ -	0%	
Sal	R$ -	0%	R$ 20,00	1%	0%
Silos em consumo		0%		0%	
DESP.SUINOS	R$ 1.125,88	7%	R$ 1.825,00	12%	62%
ração	R$ 1.046,63	93%	R$ 1.600,00	88%	65%
medicamentos	R$ 25,65	2%	R$ 20,00	1%	128%
manuten.equipam	R$ 3,60	0%	R$ 80,00	4%	5%
mat.limpeza		0%		0%	
porcos terceiro		0%		0%	
eletricidade	R$ -	0%	R$ 15,00	1%	0%
mat.uso consumo	R$ -	0%	R$ 10,00	1%	0%
combustível	R$ -	0%	R$ 10,00	1%	0%
veterinário	R$ 50,00	4%	R$ 50,00	3%	100%
Cama suínos	R$ -	0%	R$ 30,00	2%	0%
Cal	R$ -	0%	R$ 10,00	1%	0%
DESP.FRANGOS	R$ 1.891,23	12%	R$ 2.645,00	17%	72%
ração	R$ 1.382,38	73%	R$ 1.700,00	64%	81%
medicamentos	R$ 64,05	3%	R$ 30,00	1%	214%
pintos de 01 dia	R$ 320,00	17%	R$ 620,00	23%	52%
eletricidade	R$ -	0%	R$ 55,00	2%	0%
man.equipamento	R$ -	0%	R$ 25,00	1%	0%
mat.manutenção	R$ -	0%	R$ 30,00	1%	0%
veterinário	R$ 50,00	3%	R$ 50,00	2%	100%
Cama de frango	R$ -	0%	R$ 50,00	2%	0%
Gás	R$ 64,80	3%	R$ 65,00	2%	100%
Cal	R$ -	0%	R$ 20,00	1%	0%
Combustível	R$ 10,00	1%	R$ -	0%	
Frango externo		0%		0%	
DESP. VERDURAS	R$ 447,00	3%	R$ 285,00	2%	157%
sementes	R$ 113,70	25%	R$ 65,00	23%	175%

adubação	R$ 187,50	42%	R$ 80,00	28%	234%
húmus		0%		0%	
combustível	R$ 69,80	16%	R$ 30,00	11%	233%
eletricidade	R$ -	0%	R$ 60,00	21%	0%
man.equipamento	R$ 15,00	3%	R$ 30,00	11%	50%
mat.uso e consumo	R$ 61,00	14%	R$ 20,00	7%	305%
herbicidas		0%		0%	
Mão de obra terceiros		0%		0%	
Casa verdura		0%		0%	
DESP. MANDIOCA	R$ -	0%	R$ -	0%	
man.equipamento		0%		0%	
combustível		0%		0%	
Empres. Equipam		0%		0%	
mat uso consumo		0%		0%	
Fretes		0%		0%	
MDO Terceiros		0%		0%	
Herbicidas		0%		0%	
Ramas		0%		0%	
DESP.SERVICOS	R$ 401,42	3%	R$ 370,00	2%	108%
combustível	R$ 235,70	59%	R$ 250,00	68%	94%
man.equipamento	R$ 165,72	41%	R$ 120,00	32%	138%
DESP.PROD.COMPR	R$ -	0%	R$ -	0%	
ver.em geral		0%		0%	
Laranja		0%		0%	
Banana		0%		0%	
Erva Mate		0%		0%	
Alho		0%		0%	
Ovos		0%		0%	
DESP.LATICINIO	R$ 481,66	3%	R$ 1.015,00	7%	47%
mat.limpeza	R$ -	0%	R$ 70,00	7%	0%
desp.gerais	R$ 19,30	4%	R$ 30,00	3%	64%
embalagens	R$ 351,36	73%	R$ 350,00	34%	100%
man.equipamento	R$ 89,00	18%	R$ 200,00	20%	45%
energia eletric	R$ -	0%	R$ 250,00	25%	0%
Mat. uso e cons	R$ 22,00	5%	R$ 50,00	5%	44%
Desp iogurte	R$ -	0%	R$ 20,00	2%	0%
Desp.queijo	R$ -	0%	R$ 25,00	2%	0%
Ingred. Doce leite	R$ -	0%	R$ 20,00	2%	0%
Analises		0%		0%	
ABATE SUINOS	R$ 66,85	0%	R$ 135,00	1%	50%
embalagens	R$ 6,65	10%	R$ 15,00	11%	44%
desp. gerais	R$ 24,20	36%	R$ 10,00	7%	242%
desp.lingüiça	R$ 8,60	13%	R$ -	0%	
eletricidade	R$ -	0%	R$ 70,00	52%	0%

des.manutenção	R$	23,60	35%	R$	20,00	15%	118%
Mat. Uso/Consu	R$	3,80	6%	R$	20,00	15%	19%
Desp.Defumados			0%			0%	
ABATE FRANGO	R$	75,00	0%	R$	185,00	1%	41%
embalagens	R$	28,60	38%	R$	25,00	14%	114%
desp.gerais	R$	33,20	44%	R$	15,00	8%	221%
eletricidade	R$	-	0%	R$	120,00	65%	0%
Desp.Manutenção	R$	-	0%	R$	10,00	5%	0%
Mat. Uso e Con	R$	13,20	18%	R$	15,00	8%	88%
DESP.ADMINISTRA	R$	1.405,62	9%	R$	2.005,00	13%	70%
desp.viagens	R$	6,50	0%	R$	100,00	5%	7%
honor.profissionais			0%			0%	
jornal	R$	-	0%	R$	30,00	2%	0%
mat.uso e consumo	R$	-	0%	R$	100,00	5%	0%
fretes			0%			0%	
combustível	R$	237,55	17%	R$	120,00	6%	198%
man.veículos	R$	405,00	29%	R$	150,00	7%	270%
taxas e imposto	R$	20,00	1%	R$	400,00	20%	5%
mater.expediente	R$	-	0%	R$	40,00	2%	0%
eletricidade	R$	13,48	1%	R$	115,00	6%	12%
desp.cursos			0%			0%	
man equipamento	R$	35,00	2%	R$	80,00	4%	44%
correios	R$	4,30	0%	R$	15,00	1%	29%
juros	R$	-	0%	R$	40,00	2%	0%
desp.alimentação	R$	30,00	2%	R$	40,00	2%	75%
seguros	R$	-	0%	R$	150,00	7%	0%
telefone	R$	330,26	24%	R$	250,00	12%	132%
esporte	R$	-	0%	R$	15,00	1%	0%
xerox	R$	140,43	10%	R$	100,00	5%	140%
ref caminhão			0%			0%	
Mão de obra terceiros			0%			0%	
casa sabão			0%			0%	
Desp.Sanitário			0%			0%	
Erva			0%			0%	
Desp. Gerais	R$	13,00	1%	R$	50,00	2%	26%
Refeição visitas	R$	-	0%	R$	30,00	2%	0%
Adesivos/Propag			0%			0%	
Mat. refeitório			0%			0%	
Festa/Confraterniz.	R$	-	0%	R$	80,00	4%	0%
Doações			0%			0%	
Carga de gas	R$	170,10	12%	R$	100,00	5%	170%
Pedágios			0%			0%	
Ornamentação			0%			0%	
Desp.Romaria			0%			0%	

Cotas Parte CCA		0%		0%		
DESP.BANCARIAS	R$ 473,26	3%	R$ 260,00	2%	182%	
juros	R$ 434,21	92%	R$ 200,00	77%	217%	
taxas	R$ 9,00	2%	R$ 30,00	12%	30%	
impostos	R$ 30,05	6%	R$ 30,00	12%	100%	
DESP.COMERCIO	R$ 268,05	2%	R$ 395,00	3%	68%	
combustível	R$ 244,65	91%	R$ 300,00	76%	82%	
embalagens	R$ 23,40	9%	R$ 20,00	5%	117%	
man. veículos	R$ -	0%	R$ 40,00	10%	0%	
Mat uso consumo	R$ -	0%	R$ 15,00	4%	0%	
Propaganda		0%		0%		
Desp.Gerais	R$ -	0%	R$ 20,00	5%	0%	
Equip.Cavalo		0%		0%		
DESP.CAFE	R$ 330,00	2%	R$ 200,00	1%	165%	
adubação		0%		0%		
combustível	R$ -	0%	R$ 50,00	25%	0%	
man equipamento		0%		0%		
Mão de obra terceiros	R$ -	0%	R$ 50,00	25%	0%	
defensivos		0%		0%		
Terrerão cafe	R$ 330,00	100%	R$ -	0%		
Desp.colheita	R$ -	0%	R$ 100,00	50%	0%	
BANANA	R$ -	0%	R$ -	0%		
adubação		0%		0%		
man equipamento		0%		0%		
MDO terceiros		0%		0%		
Inst.irrigação		0%		0%		
INVESTIMENTOS	R$ 880,25	6%	R$ 550,00	4%	160%	
dev empréstimos		0%		0%		
Sec. de Banana		0%		0%		
Empréstimos		0%		0%		
NA Ordenha		0%		0%		
No Laticínio	R$ 350,00	40%	R$ -	0%		
Suíno Reprodutor		0%		0%		
Maq. Costura		0%		0%		
Aquis.Cavalos		0%		0%		
Na rede eletric		0%		0%		
Moveis/Equipam.		0%		0%		
Kombi 97/98	R$ 530,25	60%	R$ 550,00	100%	96%	
Aradinho		0%		0%		
Matriz Suínos		0%		0%		
Matriz Bovinos		0%		0%		
Colchões		0%		0%		
Reform.Tratores		0%		0%		
Padaria		0%		0%		

Estab/cabanas		0%		0%		
Kombi 94		0%		0%		
Enciladeira		0%		0%		
Equip.abate		0%		0%		
Poco artesiano		0%		0%		
Casas		0%		0%		
CANAVIAL	R$ -	0%	R$ -	0%		
Mão de obra terceiros		0%		0%		
combustível		0%		0%		
adubação		0%		0%		
man equipamento		0%		0%		
Mudas		0%		0%		
Defensivos		0%		0%		
SILOS	R$ 1.179,22	8%	R$ 550,00	4%	214%	
Sorgo	R$ 465,53	39%	R$ 300,00	55%	155%	
Milho		0%		0%		
Man. equipamento	R$ 243,99	21%	R$ 150,00	27%	163%	
Gerais	R$ 469,70	40%	R$ 100,00	18%	470%	
DERIVADOS CANA	R$ 27,20	0%	R$ 115,00	1%	24%	
Ingredientes	R$ 17,00	63%	R$ 25,00	22%	68%	
Barris		0%		0%		
Manut. geral	R$ -	0%	R$ 50,00	43%	0%	
Combustível	R$ 10,20	38%	R$ 20,00	17%	51%	
Embalagens		0%		0%		
Eletricidade	R$ -	0%	R$ 20,00	17%	0%	
MDO terceiros		0%		0%		
DESP.SABAO	R$ -	0%	R$ -	0%		
Soda		0%		0%		
Álcool		0%		0%		
FERRAM/EQUIPAM	R$ -	0%	R$ -	0%		
Carriola		0%		0%		
Aparelho som		0%		0%		
Bicicleta		0%		0%		
Bomba graxa		0%		0%		
Lonas Plástica		0%		0%		
Pulver.manual		0%		0%		
Guitarra		0%		0%		
Pocilga		0%		0%		
Televisão		0%		0%		
Vídeo		0%		0%		
Parabólica		0%		0%		
Balanças		0%		0%		
DESP.ADUB.VERDE	R$ -	0%	R$ -	0%		
Desp. Nabo Forr		0%		0%		

Man equipamento		0%		0%	
Desp.Mucuna		0%		0%	
Desp.Gandu		0%		0%	
Desp. gerais		0%		0%	
SOCIOS	R$ 2.497,46	16%	R$ 2.500,00	16%	100%
Adiantamentos	R$ 2.497,46	100%	R$ 2.500,00	100%	100%
Cotas Parte		0%		0%	
DESP.PAO	R$ -	0%	R$ -	0%	
Embalagens		0%		0%	
Desp. diversas		0%		0%	
Mat.uso consumo		0%		0%	
PRODUT.EXTERNO	R$ -	0%	R$ -	0%	
Leite externo		0%		0%	
Suínos abate		0%		0%	
DESP.FEIJAO	R$ -	0%	R$ -	0%	
Sementes		0%		0%	
Man.equipam.		0%		0%	
Empres.equipam.		0%		0%	
RESULTADO	**R$ 1.281,11**	**100%**	**R$ (1.264,00)**	**100%**	

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: http://ppgh.fflch.usp.br/.

PPGH-USP

1971-2021